

A Defesa Nacional



MARÇO
1954

NÚMERO
476

General JUAREZ DO NASCIMENTO F. TAVORA, Diretor-Presidente.
General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.
Coronel ADALARDO FIALHO, Diretor-Secretário.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLI

BRASIL — RIO DE JANEIRO, MARÇO DE 1934

N. 478

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
O papel da seleção de cadastro e estatística mecanizada da D.G.S.M. — Ten.-Cel. Newton Barra	5
Emprego das forças terrestres — Maj. Rui Alencar Nogueira	7
O problema do carro — II — Trad. do Maj. Zair de Figueiredo Moreira	9
Possibilidades defensivas da U.R.S.S. e dos Estados Unidos, contra ataques aéreos — Retraduzido pelo Maj. Fernando Allah Moreira Barbosa	13
Novo processo para instrução dos observadores avançados — Trad. do Maj. A. V. Palva	17
Seleção do contingente-tipo a incorporar — Maj. Newton C. de Andrade Mello	25
Corrida rústica — Cap. Estevam Meireles	31
A motomecanização do Exército e a Cavalaria — 2º Ten. R-2 Jayme da França Dória	35
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
A crise económica brasileira — Sr. Roberto de Oliveira Campos	37
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
A gruta Ricardo Franco, ao pé do Forte de Coimbra — Gen. Silveira de Mello	51
Aspectos civis da vida de Caxias — Dr. Romeu Beltrão	87
Não houve surpresa estratégica na batalha das Ardenes — Cel. Paulo Enéas F. da Silva	75
Meu general quer um Mig — Trad. do Maj. Zair de Figueiredo Moreira	79
San Martín e o Primeiro Exército Regular do Peru — Trad. do Cap. Rubens Mario Jobim	85
Os ensinamentos de uma guerra — Trad. e adaptação do Cap. Homero de Oliveira	89
DIVERSOS	
O espírito militar na história dos povos — Gen. A. Castro Nascimento	99
Predestinação — Gen. Manoel Ignacio Carneiro da Fontoura	109
Exército, força moral — Cel. Ivano Gomes	111
As secas do Nordeste — Cel. Annibal Barreto	115
Os progressos do comunismo na América do Sul — Trad. do Ten.-Cel. Floriano Möller	119
Divisas, petróleo, diesel e gasolina — Ten.-Cel. Nelson R. Carvalho	127
A mandioca na fabricação do álcool — Cap. Helio Augusto Canongia	129
Por um mundo melhor — P. J. Busato	139
NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR	141
ATOS OFICIAIS	159



AÇO E DEFESA NACIONAL

Não foi sem justificado júbilo que tôda a Nação e particularmente as Forças Armadas tomaram conhecimento da inauguração, pelo Chefe de Estado, do segundo alto forno da Companhia Siderúrgica Nacional, no mês de fevereiro próximo passado.

Esse evento possibilitará à grande usina do vale do Paraíba elevar para 710.000 toneladas anuais a sua produção de aço e, o que é mais significativo, servirá de base para o segundo plano de expansão, que prevê uma produção de um milhão de toneladas anuais.

Por outro lado — é o próprio Chefe da Nação quem o diz — floresce também, no campo siderúrgico, a iniciativa privada :

- a "Acesita" elevará a sua produção para 125.000 toneladas anuais de aços especiais de alta qualidade ;
- a "Belgo-Mineira" expandir-se-á para 250.000 toneladas anuais ;
- a "Mannesmann" fabricará 100.000 toneladas por ano ;
- a "Ferro e Aço de Vitória" produzirá, de início, 40.000 toneladas anuais e espera alcançar 400.000 ;
- a "Mineração Geral do Brasil" entrará com 125.000 toneladas ;
- finalmente, o "Plano do Carvão Nacional", em desenvolvimento, possibilitando o fornecimento regular e em grande escala do coque metalúrgico, afastará o maior entrave ao desenvolvimento da siderurgia pesada no Brasil, sem falar na usina siderúrgica que esse próprio Plano inclui, em seu programa de trabalho, ao pé das minas de carvão de Santa Catarina.

tão poderão ser lançados todos os dados contidos na F.C. os quais são conferidos com auxílio da máquina "Conferidora".

Empregando as máquinas "Separadora-Contadora" e "Tabuladora" podemos, com os cartões perfurados:

- separá-los;
- contá-los;
- confeccionar diversos mapas estatísticos.

Atualmente, a F.C. possui 23 elementos com os quais podemos obter dados estatísticos, tais como *êxodo*, profissão civil, grau de instrução, etc. Utilizando os mapas enviados pelas C.R. (de acordo com as instruções em vigor), o trabalho é idêntico, isto é, são eles, após examinados na Seção, codificados, e os números de código transportados para o "Cartão Hollerith", o qual poderá conter todos os dados relativos ao mapa.

Com auxílio das máquinas, são então os cartões separados, tendo em vista o mapa que se deseja confeccionar, o qual é impresso na "Tabuladora".

Atualmente a Seção elabora diversos mapas que permitem avaliar o potencial de reservistas por classe de mobilização, categoria, especialidade ou função militar (qualificação) etc.

Esses mapas correspondentes ao ano de mobilização considerado, são enviados, anualmente, aos altos escalões (E.M.F.A., E.M.E., D.G.A., Zonas Militares e R.M.) e, segundo informações dos encarregados de estudá-los, têm prestado grande auxílio aos trabalhos, notadamente aos de mobilização.

As estatísticas levantadas pela Seção poderão fornecer informações de grande importância. Por exemplo:

— Quando se quizer chamar uma classe, podemos, com antecedência, saber, até que ponto essa chamada vai afetar um determinado setor de atividade (p. ex. grupamento ferroviário).

— Podemos avaliar o "Êxodo", isto é, o número de homens que, após a prestação do serviço militar

não voltam ao local onde residiam antes da sua incorporação. Aliás, em 1953, foi realizada uma conferência na Escola de Estado-Maior, na qual o conferencista, para provar que o serviço militar não concorria para o afastamento do homem do campo, valeu-se de dados fornecidos pela Seção de Cadastro e Estatística Mecanizada.

— Podemos, ainda, verificar se os homens com o curso ginasial completo, por exemplo, foram bem aproveitados, isto é, se foram incluídos na reserva como graduados ou aptos à promoção.

Existe na D.G.S.M. uma Seção (S6/D6) que trata da mobilização dos Oficiais e Aspirantes da Reserva (R-1 e R-2). Pela primeira vez aproveitou-se a Seção Mecanizada da Diretoria e foram mecanizados todos os fichários, empregando-se a "F.C. do Oficial e do Aspirante", que contém os dados indispensáveis às estatísticas.

Tal providência muito contribuiu para tornar rápida e fácil a elaboração de mapas que permitem ter uma idéia da reserva em Oficiais e Aspirantes, sob múltiplos aspectos; além disso, no que tange à Mobilização, facilita o confronto entre os fichários da Diretoria e os das Regiões Militares.

Presentemente a Seção de Estatística e Cadastro vem lutando com a falta de pessoal especializado para os seus trabalhos; apesar das dificuldades, tem remetido, com regularidade, aos altos escalões, os diversos mapas sobre a Reserva.

Somos de opinião que a Seção de Cadastro e Estatística Mecanizada deveria ser ampliada em pessoal e material, e diretamente subordinada à D.G.P. para os trabalhos estatísticos em geral referentes ao Exército, realizando, assim, uma tarefa de maior amplitude.

Esperamos, com este modesto artigo, ter dado uma idéia muito sucinta do que é a Seção de Cadastro e Estatística Mecanizada, tornando mais conhecida uma das múltiplas e complexas tarefas da D.G.S.M.

EMPREGO DAS FORÇAS TERRESTRES

Major RUI ALENCAR NOGUEIRA, Instrutor
da EAO e da Escola de Aeronáutica

II

MODO DE AÇÃO DAS DIFERENTES ARMAS

1. Dado que as Forças Terrestres compreendem Armas e Serviços, devemos entender que cada um tem o seu papel a desempenhar nesse terrível drama que é a guerra.

De todas as Armas, a Infantaria é considerada a "rainha dos campos de batalha", desempenhando as missões mais árduas e de maiores sacrifícios, onde quer se encontre.

Caracteriza-se pela combinação judiciosa e precisa do fogo e do movimento, isto é, enquanto determinadas armas atiram, os infantess devem progredir sempre, em direção do inimigo, até a distância da abordagem quando, então, se lançam ao assalto e à luta corpo a corpo.

Somente ela pode assegurar a posse do terreno conquistado, pois, enquanto o infante dele não se apodera, não se tem o inimigo como derrotado.

É pelo fogo que se impõem pesadas perdas mas é pelo movimento que se consegue chegar às posições do adversário até expulsá-lo ou aprisioná-lo.

Para cumprimento dessas missões, utiliza a Infantaria armas de trajetória curva, próprias à ofensiva e armas de tiro tenso, razeiro, cujas trajetórias se aproximam do solo e que se prestam, por isto mesmo, particularmente, à defesa.

São armas de tiro curvo os morteiros (Pesado 4.2; calibres 81 e 60 mm) e as granadas (de mão e de fuzil); têm trajetória tensa o fuzil, o fuzil-metralhador, as metralhadoras (Calibres 30 e 50), os canhões anticarros, as pistolas, etc.

Atualmente, a Infantaria já conta nos seus efetivos com os carros de combate.

Utilizando inteligentemente o terreno, dele tirando o máximo partido, nenhuma outra Arma lhe alcançará em bravura e tenacidade. Por isto mesmo, as maiores perdas lhe cabem e as maiores glórias lhe pertencem.

2. A Cavalaria, evoluindo cada vez mais para a total e completa motorização, compreende Unidades a cavalo e Unidades motomecanizadas, conservando embora a audácia e a impetuosidade que sempre caracterizaram a nobre Arma.

A Cavalaria a cavalo depende do bom estado dos seus animais, porém tem possibilidades de agir com rapidez em qualquer terreno e com qualquer tempo, atuando ofensivamente, realizando o reconhecimento e o contra-reconhecimento terrestres, o aproveitamento do êxito e a perseguição.

A Cavalaria mecanizada, utilizando-se dos veículos blindados, executa missões de reconhecimento

afastado, sendo mais veloz e podendo aprofundar-se mais seguramente no território inimigo.

O armamento da Cavalaria é semelhante ao da Infantaria.

3. A Artilharia compreende: a de campanha, a de costa e a antiaérea.

A Artilharia de campanha apoia as ações da Infantaria, principalmente com os canhões 105 e 155, embora utilize materiais de maiores calibres no âmbito dos escalões mais altos.

Igualmente apoia a Cavalaria com os canhões 75 e 105.

Em isto fazendo, dá maior profundidade ao fogo e atira contra a artilharia inimiga, suas reservas reunidas ou em movimento, postos de comando, observatórios, pontos importantes do terreno, locais de desdobramento dos serviços, etc.

Este fogo assim desencadeado possui grande poder de destruição e pode ser lançado rapidamente de uma a outra zona ou faixa do terreno.

A mais íntima ligação deve existir entre ela e as armas apoiadas, sem o que o fogo torna-se perigoso para a tropa amiga.

A Artilharia de costa encarrega-se da proteção dos portos e bases navais, ao tempo em que apoia as forças combinadas da defesa de praia, em estreita ligação com a Aeronáutica e a Marinha.

O seu material, de calibres diversos, é fixo ou móvel, integrando ainda a sua missão o controle das minas submarinas.

A Artilharia antiaérea, equipada com canhões de diversos calibres, armas automáticas, projetores, apa-

relhos de radar, balões de sondagens, material de observação e de comunicações, deve assegurar proteção local às tropas e às instalações terrestres importantes contra todo ataque aéreo inimigo.

4. A Engenharia vem se destacando cada vez mais pela gama de material que vem utilizando, apoiando as tropas de Infantaria, Cavalaria e Blindados, realizando a limpeza dos campos minados, removendo obstáculos, construindo estradas, preparando a transposição de cursos d'água, suprimindo d'água as diferentes unidades, cuidando da camuflagem e extinguindo incêndios.

5. Os blindados, entre nós, ainda não constituem uma Arma. As unidades existentes podem formar uma Divisão Blindada, mas pertencem ora à Infantaria ora à Cavalaria.

6. Quanto aos Serviços, é sabido que as maiores concepções guerreiras não podem ter curso se não houver um apoio logístico adequado. Por tal forma se tornaram importantes que chegam a ditar as condições em que uma determinada operação pode ser executada. Fornecem, portanto, todo o material indispensável à vida em campanha, estabelecem os processos administrativos e garantem a evacuação eficiente dos homens e do material.

Diante deste quadro majestoso, surge a figura do chefe como elemento de coordenação, a quem compete a responsabilidade de impulsionar as ações de guerra.

(Continua)

O TREINAMENTO FÍSICO NO EXÉRCITO

Cap. ESTEVAM MEIRELES

ERRATA

No artigo acima, publicado à pág. 73 do número de fevereiro p. passado, acrescente-se, no item "Sessão de Estudo", ao n. 4: "Execução do exercício pela turma uma vez, por tempo, corrigindo-se os erros".

O PROBLEMA DO CARRO

Tradução do Major ZAIR DE FIGUEIREDO
MORREIRA

A luta dos carros contra carros será curta... Os mais pesados e os melhores protegidos porão rapidamente fora de combate uma grande parte de seus adversários e provocarão a fuga dos outros.

General ESTIENNE — 1919.

II

PELA VOLTA DO CARRO PESADO



IVAMENTE atacado desde 1945 pelos profetas da guerra "pres-se bouton", o carro experimenta atualmente um exame favorável. Bem entendido, dos partidários dos carros médios e pesados. A questão não é nova. Depois da guerra de 1914-1918, resolveu-se, um dia, consagrar créditos para a fabricação do A.M.R. de 5 toneladas, em lugar de lançar-se uma série de carros médios. O General Estienne, consultado, respondeu com sua brutalidade legendaria: Zéro X n = Zéro. Ainda hoje, seguidamente ouve-se dizer que o 4 CV Renault é preferível às viaturas de grande peso que não se pode mais oferecer.

A última guerra presenciou o desenvolvimento sistemático dos blindados. Esses veículos invadiram todas as armas, mesmo as mais apegadas às suas tradições, como a Engenharia e a Artilharia. Um historiador dessa guerra, particu-

larmente notável, deu como título de sua obra: "A Guerra dos Blindados". O desenvolvimento das "Bazookas", das "Panzerfaust", dos foguetes e das munições de cargas duplas, fez pensar que à esta prática ia suceder um declínio. A mesma idéia germinou depois do aparecimento dos primeiros campos de minas em 1939. Entretanto, na Coreia, foi necessário o carro para destruir o carro e foram necessários os "Pershings" e os "Patton" para golpear os "T-34", contra os quais os carros leves M 5 nada podiam fazer... "Bazookas" não existem em todos os lugares. Não se pode pedir aos infantéis para que sejam todos heróis e que aguardem tranqüilamente que o carro esteja a bom alcance dos seus engenhos anticarros...

O carro é, como o avião, o adversário essencial do carro. Mas, só o avião não é capaz de assegurar seu desaparecimento. Para a bomba, é necessário um impacto sobre o alvo; o foguete é terrivelmente eficaz, mas apenas se obtém com ele, em média, um impacto no alvo em 25; o napalm é perigoso,

sobretudo em certos sistemas de retraimento, mas seus efeitos podem ser evitados pelo carro com manobras para sair da faixa de fogo. O combate "carro contra carro" subsiste pois, pondo em evidência o jogo de fatores que não podem ser realizados harmoniosamente se não pelo carro pesado.

O acordo é unânime sobre a parte primordial da potência do canhão do carro. Entretanto, certas tendências atuais distinguem duas categorias de carros fortemente armados, os "pesados" e os "leves". O carro pesado ou médio, seria equipado com um canhão muito potente, montado sobre blindagem espessa, permitindo assestar golpes nos carros adversários a uma distância normal de combate (1.000 a 1.500 m). O carro leve seria equipado com um canhão potente montado sobre blindagem menos espessa, simplesmente à prova de projéteis de Infantaria, a curta distância (algumas centenas de metros), e desse modo, muito mais aproximado na fórmula do canhão anticarro automotor.

Mas, mesmo no que concerne à potência de fogo, é necessário não esquecer que "tudo se paga" e não negligenciar das repercussões de uma ou de outra fórmula na cadência de tiro e os aprovisionamentos em munições. Aqui, podem ser colocados dois homens na torre em lugar de três e a quantidade de munição deve ser reduzida. Essas duas consequências comumente têm sido negligenciadas na França, ou mais exatamente, têm sido colocadas em segunda urgência, ao contrário do que se passa nos países anglo-saxônicos... Antes de 1940, as torres dos carros leves eram para um só homem, as torres inglesas para dois. Ainda hoje, não se deve cometer o erro de impressionar-se com o "conforto" de certas torres inglesas ou americanas.

O automatismo perfeito da alimentação de munição, que permite economizar um servente, implica uma organização técnica delicada e enfadonha, análoga a que é realizada pelas armas de D.C.A. O que

se ganha aqui perde-se além. O semiautomatismo, melhorando muito as condições de serviço da arma, do mesmo modo, não é mais que um risco e, como todos os riscos, acarreta uma solução incompleta.

A mobilidade do material é um outro "fator de potência" que não deve ser arriscado, em todos os seus aspectos, em favor do material leve. Esse último guarda incontestavelmente para si a mobilidade estratégica, em face do seu peso e do seu menor atravancamento. Ele perde no domínio da mobilidade tática; sua capacidade de transporte é menor, sua dimensão é menos equilibrada. É necessário evitar que o canhão não se choque contra uma árvore, uma casa, um talude. É também mais fácil o aperfeiçoamento dos sistemas de direção nos carros pesados dotando-os de jogos de rodas relativamente mais desenvolvidas. As mesmas considerações feitas sobre esses carros pesados, de raios de ação mais importantes, mais "homogêneos", conduzem às outras características do material.

O carro pesado, sobretudo, é melhor protegido que o carro leve. Gosta-se de exaltar os méritos da proteção ligeira e de citar, a esse propósito, O exemplo da estrutura inventada por um intendente no curso da guerra de 1914-1918. A estrutura economizou muitas vidas humanas. Mas ela não evitou nem as trincheiras, nem os sacos de areia, nem o concreto, nem os carros. Contra o canhão de 85 mm do T. 34 é necessário mais que uma blindagem "delgada" para neutralizar os golpes inevitáveis, quando se contra-ataca. Os canhões do carro são eficazes às grandes distâncias; o melhor é atacar de uma distância da qual não se corra o risco de ser visto pelo adversário, mas que se esteja certo de vê-lo. Por que razão, pois, negligenciar a importância da proteção, pelo menos nesta face principal do combate?

É verdade que os projéteis de carga dupla penetram as blindagens e incendeiam o carro. Mas

o alcance eficaz das armas do género "bazookas", isto é, das armas de grande emprégo, é limitado aproximadamente a 200 metros e necessita de homens de uma particular coragem para as acionar.

Os problemas de D.C.A. de defesa aproximada, são quase insolúveis com o material leve, dentro do quadro peculiar a esse material. As dificuldades de serviço do canhão se somam as dificuldades do serviço geral do engenho. Os serventes não têm lugar certo; não se chega a conduzir uma série completa de acessórios, pois alguns são indispensáveis, enquanto outros não: rádio, instrumentos contra incêndio, grupos eletrogeradores, etc. Essas dificuldades se traduzam por uma "habitabilidade" mínima, pois que não se as percebem, aliás, se não no momento das fabricações em série.

O carro leve, diz-se, é um carro defensivo e isso parece muito exacto. Mas a defensiva que jamais ataca está votada ao insucesso. A contraofensiva é indispensável e ela impõe o emprégo do carro pesado.

* *

O material relacionado com o armamento desenvolveu-se consideravelmente no curso das duas últimas guerras mundiais. Sua tonelagem e sua complexidade aumentaram. Em 1945, somente três países dispunham de uma gama

completa de materiais relativos a armamento: os U.S.A., a U.R.R.S. e a Alemanha que utilizava ao máximo os recursos industriais dos países ocupados.

O problema industrial se apresenta, pois, de vários modos; é mais fácil fabricar os patins do "Centurion" que as caixas de mecanismos e é ainda mais fácil fabricar "Jerrycans". É necessário, pois, abdicar e renunciar a uma técnica de armamento baseada nas tradições antigas?... Não é bastante ter perdido a primazia em matéria aeronáutica? A fabricação dos carros pesados não é mais que um aspecto particular de um problema mais vasto, pois a solução repousa evidentemente em problemas políticos que não seriam abordados aqui.

O armamento pesado é indispensável em todo Exército, é ele que dá a este Exército sua independência no quadro nacional ou federal. Não contemos demasiadamente com os nossos amigos para obter um material do qual eles têm a maior necessidade e que não nos darão se não em função de seus próprios interesses, o que, aliás, é bem natural, e defendamos o modelo que presentemente realizamos e que foi colocado em pauta depois da "Liberação", por um esforço contínuo, aliás coroado de êxito (1).

(Continua)

- (1) Trata-se do carro francês AMX 50, de 50 toneladas. N.D.L.R.



POSSIBILIDADES DEFENSIVAS DA U. R. S. S. E DOS ESTADOS UNIDOS, CONTRA ATAQUES AÉREOS

General T. R. PHILLIPS

Retraduzido da revista "Ejército", de setembro de 1953, de um original do periódico norte-americano "St. Louis Post Dispatch", pelo Major FERNANDO ALLAH MOREIRA BARBOSA.



DEFESA aérea apresenta maiores dificuldades para a U. R. S. S. que para os Estados Unidos. Estes podem lançar inúmeros ataques contra a Rússia e a

Sibéria, enquanto que a União Soviética dispõe de menores possibilidades para desfechar ataques aéreos contra o território norte-americano e, isso mesmo, com probabilidades muito diminutas de os aviões regressarem às bases de partida, uma vez efetuado o ataque.

A Terra Nova, onde os bombardeiros estadunidenses podem escalear, em suas rotas para a Rússia, está a 5.600 quilômetros de Moscou. Nossos bombardeiros pesados, do tipo B-36 (16.000 km de autonomia), podem fazer a viagem de ida e de regresso, sem maiores dificuldades. A Grã-Bretanha se encontra, somente, a 2.500 km de Moscou; a França a 2.150 km; o Norte da África a 2.500 e a Turquia a 1.800. Todas essas distâncias se encontram dentro do raio de ação dos nossos B-36 e, com mais forte razão, do raio de ação dos nossos bombardeiros mais modernos, de propulsão a jato, os B-47 e os B-52.

Examinando o problema do ponto de vista soviético, verificamos que Seattle está a 3.400 km do nordeste da Sibéria; São Francisco a 4.400; Chicago a 5.700 e São Luiz a 5.700 km.

Da Alemanha Oriental a Nova York, a distância é de 6.500 km e, de Murmansk a Chicago, é de 6.700 km.

O modelo de avião soviético, equivalente ao nosso B-36, poderia percorrer, em uma viagem de ida e volta, a distância entre a zona oriental da Sibéria e nossas cidades de Seattle e Hanford, embora nada saibamos, ao certo, sobre as suas reais possibilidades, nem se elas alcançam a tanto. As grandes distâncias a que se encontram as zonas vitais do território dos Estados Unidos das prováveis zonas de decolagem soviéticas fazem com que qualquer missão de ataque aéreo ao nosso território traga, implícita, a probabilidade da perda dos aparelhos e das tripulações encarregadas da missão.

Se a União Soviética, como se supõe, dispõe, unicamente, de uns 500 bombardeiros de tipo médio, não é provável que leve muitos deles a um sacrifício que pode ser previsto, com antecedência.

É comum se ouvirem comentários exagerados sobre a importância de nossas cidades e indústrias, como excelentes objetivos para as frotas inimigas de bombardeio. A realidade é que, na hipótese de uma guerra entre a Rússia e os Estados Unidos, aquela se veria na contingência de se empenhar em uma luta de vastas proporções, interessando a totalidade do território europeu e, assim, seus objetivos

iniciais, pelo menos, teriam que ser as ilhas britânicas, os portos da França e as bases aéreas com que contamos, no exterior, e das quais poderíamos desencadear uma eficaz ação de represália.

As dificuldades que o bombardeio do território norte-americano apresenta, para os soviéticos, poderiam levá-los à procura intensiva de novos métodos de operação. É, perfeitamente possível que eles possam utilizar submarinos para lançarem projetos dirigidos, do tipo V-1, contra nossas povoações costeiras. É possível, igualmente, que possam orientar torpedos, com cargas atômicas, até o interior de nossos portos e, finalmente, é, também, possível que possam semear de minas atômicas muitas de nossas rotas marítimas, valendo-se de navios mercantes, de aparência pacífica.

É fora de dúvida que a defesa contra os perigos acima deve merecer tanta atenção quanto a que se dedica à defesa anti-aérea.

Bases aéreas na Sibéria — Existem, pelo menos, duas bases aéreas no extremo nordeste da Sibéria. Provavelmente, não se tratará de bases completamente equipadas, por não existirem linhas férreas conhecidas que vão até elas e pelo fato de os portos marítimos, que lhes são adjacentes, ficarem gelados durante mais da metade do ano. Entretanto, são aeródromos que prestarão serviços muito úteis, como pontos de escala de aviões localizados em bases situadas mais no interior do território. Em virtude da pequena distância que separa nossos bombardeiros, estacionados no Alaska, das bases soviéticas da Sibéria, não é provável que os russos tenham, em tais latitudes, um grande número de aparelhos, que, por outro lado, estariam condenados, aí, a uma destruição certa.

Qualquer voo que se tente, partindo do nordeste da Sibéria, terá que sobrevoar, obrigatoriamente, as ilhas Aleutas ou o Alaska, antes de atingir o litoral dos Estados Unidos. Aqui, nossa vantagem reside no fato de que, quase desde a decolagem, nossas forças podem

saber o momento em que o inimigo iniciou o voo. Nossas esquadilhas de caça, estacionadas no Alaska, podem realizar, com oportunidade, a interceptação dos atacantes, e, se isso não fosse possível, em virtude de determinadas circunstâncias, sempre seria possível, o que está, desde já, assegurado, o alarme em tempo útil e com bastante antecedência, de modo que as unidades atacantes, acompanhadas em sua rota, minuto a minuto, encontrariam nossas defesas a postos, tanto no Canadá como nos Estados Unidos. Em vista do grau de eficiência atingido, hoje, pelas defesas anti-aéreas organizadas pelos canadenses e norte-americanos, pode-se dizer, sem a menor dúvida, que qualquer ataque inimigo, proveniente da Sibéria, se converteria, para quem o tentasse, em um fracasso completo e total.

Ataques partidos de bases europeias — Nas missões que poderiam ser iniciadas contra os Estados Unidos, partindo de bases estabelecidas no oriente europeu ou da região noroeste da Rússia — regiões de Murmansk ou Leningrado — a aviação vermelha poderia ser assinalada, com facilidade, quer da Noruega, quer da zona ocidental da Europa e, a partir daí, ser acompanhada, em seu trajeto, pelas instalações criadas na Grã-Bretanha, nas ilhas Feroes, na Islândia e na Groelândia, tudo dependendo, é claro, da rota escolhida pelo atacante. Mais adiante, sua rota poderia ser acompanhada, novamente, pelas instalações com base na Terra Nova ou no Labrador e, mesmo depois de transportas estas, ainda lhe restariam 2.000 km de voo para atingir a área de Nova York.

Com o estabelecimento desse sistema de alerta e com uma defesa razoável, não seria difícil assinalar e destruir, posteriormente, o inimigo que tentasse o ataque.

Não é provável, nem deve ser admitido como possível, o fato de que uma ação inimiga, que se iniciasse nas bases russas da Europa Oriental, possa passar despercebida pelos sistemas de alerta estabeleci-

dos na Alemanha Ocidental, na França e na Grã-Bretanha.

Ataques contra a União Soviética — O contrário ocorre na suposição ou hipótese de um ataque americano contra a Rússia. Partindo das bases organizadas na Turquia, África, Europa e de outras, estabelecidas em latitudes mais septentrionais, nossos aparelhos de bombardeio podem irromper em território soviético, atingindo-o em qualquer ponto de um perímetro de, aproximadamente, 10.000 km.

Enquanto nossas defesas aéreas avançadas exigem, somente, pequenos arcos de vigilância, as estabelecidas pela Rússia, em suas zonas de influência orientais, exigem larga vigilância em direção ao Norte, ao Oeste e ao Sul, de modo a impedir, assim, qualquer veleidade de irrupção, de nossa parte. As distâncias são tão grandes, que a criação de uma defesa aérea avançada é realização, praticamente, impossível. Os Estados Unidos podem estabelecer suas defesas a milhares de quilômetros de suas fronteiras, enquanto a União Soviética, pelas particularidades de sua geografia, se vê obrigada a localizá-las dentro de seu próprio território.

A solução dada pelos russos a esse problema, que sua defesa apresenta, consiste na criação de fortes defesas na periferia de suas zonas de maior interesse estratégico ou zonas críticas. Moscou, por exemplo, segundo se informa, está rodeada por uma cadeia de dezesseite aeródromos, medida esta que, por analogia, foi adotada na organização das defesas de outras cidades ou zonas importantes.

A necessidade de criar esse tipo de defesa é uma das razões que deram lugar à construção do caça Mig-15, o aparelho soviético de interceptação, que está sendo usado pelas forças comunistas na Coreia.

No Mig, a autonomia foi sacrificada em benefício da velocidade ascensional e horizontal. Como decorrência dessa concessão às velocidades, esse tipo de caça soviético não pode aventurar-se a grandes distâncias de suas bases, na Coreia.

Os caças Mig têm obtido notáveis sucessos como aparelhos de interceptação, nas reduzidas áreas cuja defesa lhes foi confiada, como, por exemplo, a tão citada pela imprensa "Avenida dos Mig". Os comunistas da Coreia do Norte conhecem, não há como pô-lo em dúvida, a localização dos objetivos que mais cobicam e, aproveitando, ao máximo, sua boa rede de alarme, fazem decolar, com tempo suficiente, seus velozes caças, que, assim, podem receber nossos aparelhos de bombardeio, em condições ótimas. Quicá a "Avenida dos Mig" seja, apenas, uma prova, realizada sob condições reais, do que serão, no momento oportuno, as defesas de Moscou.

Os Mig não são aparelhos que se prestam a missões noturnas. Também não é provável que nossos lentos bombardeiros B-29 e B-36 sejam utilizados, em missões sobre a União Soviética, em plena luz do dia. Enquanto isso, é bem possível que nossos bombardeiros de propulsão a jato possam evitar a ação de seus perseguidores, nas missões diurnas.

O problema da vulnerabilidade dos sistemas de transporte e industrial de uma nação tem íntimas conexões com o da defesa anti-aérea. Conquanto, na grande extensão abrangida pelo território norte-americano, existam regiões sobrecarregadas de vias de transporte, o sistema, em conjunto, é tão desenvolvido e o número de vias tão grande, que não se pode, sequer, pensar na possibilidade de uma interferência, por tempo apreciável, sobre um sistema de transportes de funcionamento tão eficaz.

Contrariamente, a União Soviética quase não possui estradas de ferro e, no que concerne às rodovias, são escassas e, na maior parte, desprovidas de pavimentação adequada. Os efeitos que um ataque eficaz, contra a rede ferroviária soviética, teria sobre o sistema de suprimentos, não é difícil de imaginar. A grande dispersão da indústria soviética a torna escrava de seu precário sistema ferroviário.

Com exceções muito reduzidas, pode-se dizer que os Estados Unidos contam, em seu parque industrial, com um bom número de fábricas para cada espécie de utilidade necessária à nação. Assim, se qualquer dessas unidades industriais fôsse destruída por uma ação inimiga, surgiriam, sem a menor dúvida, grande número de outras que produziriam, com sobras, os artigos fornecidos, anteriormente, pela fábrica destruída. Em confronto com essa facilidade americana de substituição, a Rússia apresenta sua flagrante dificuldade de preencher, com eficiência, o vazio que, para seu sistema de produção, representaria a perda de qualquer dos es-

tabelecimentos industriais postos, recentemente, em funcionamento. Daí resulta, conseqüentemente, uma inelutável vulnerabilidade aos ataques aéreos, que possam vir a incidir sobre suas zonas de produção.

Como resultado das comparações feitas, chegamos à conclusão de que, em todos os aspectos concernentes ao bombardeio estratégico, quer se trate dos fatores defesa antiaérea, vulnerabilidade, ou capacidade de recuperação, sempre a balança se inclina para o lado americano e isso, talvez, seja a razão mais importante, que o governo soviético tem tido, para não se arriscar a uma guerra de resultados tão problemáticos para o povo russo.



Novo processo para instrução dos observadores avançados

Ten.-Cef. ENRIQUE ROCAFORT GARCIA

Traduzido, "data vênia", da revista "Ejército" (Espanha), de junho de 1932, pelo Major A.V. PAIVA.



FIM de conseguir rapidez e precisão na conduta do tiro, é mister que o observador avançado esteja bem treinado, tenha grande prática na observação dos impactos, na avaliação das distâncias e apreciação dos desvios em direção.

Aliar isso às restrições das dotações anuais de munição e economia das bocas de fogo parece problema insolúvel. Entretanto, é possível solucionar-se com economia de munição e dos canhões e realizar observações e correções, tão próximas da realidade, como se as peças realmente atrasassem.

Passamos a expor a solução viável a que chegamos após intensivos exercícios. Solução essa que oferece, juntamente com a economia, a vantagem, indiscutível, de aliar à realidade dos exercícios com as peças, a possibilidade de controle, a qualquer momento, do Posto de Controle.

DISPOSIÇÃO DO CONJUNTO

O conjunto compõe-se de: Turma do Observador Avançado (TOA); Central de Tiro (CT); Posto de Controle e Turma de Impactos (TI). A ligação entre esses elementos é feita telefonicamente. A figura 1 mostra um esquema onde se vê o P. Controle, elemento básico ao bom funcionamento do sistema, uma vez que, aí, se reúnem

a direção e o controle dos ordens, tanto da TOA à CT como desta à bateria que, por hipótese, está atirando.

A missão de cada um dos 4 núcleos, que constituem o sistema, é a que corresponderia a seus equivalentes num desdobramento real. A TOA é constituída por 1 oficial, um auxiliar e um telefonista encarregado da observação e transmissão à CT dos desvios observados. A CT, com seus elementos orgânicos, fica encarregada de transformar, mediante o emprêgo dos transferidores de alça e deriva e de locação, os desvios observados em elementos de tiro a transmitir à bateria. A composição e funcionamento dos P. Controle e TI, que nesse sistema substituem a bateria, será tratado com minúcia abaixo.

POSTO DE CONTROLE

É constituído de diretor do exercício, dois auxiliares e um operador da central telefônica, que recebe e controla as comunicações entre a TOA e a CT e entre esta e a TI.

Trabalham com um croquis, em escala suficientemente grande, a fim de facilitar a locação, com clareza, dos impactos resultantes de ordens ou dados que são transmitidos da CT. Nesse croquis local-se, com muito cuidado, a peça retriz e a referência R para, em relação a ela, locar os dados enviados pela TI, como mais adiante veremos e, também, os impactos sucessivos no

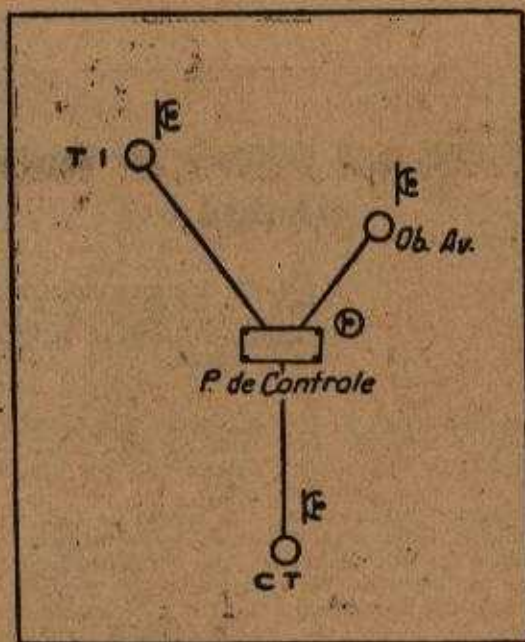


Fig. 1

alvo já levantado, correspondentes aos comandos de tiro.

Sobre a peça diretriz, e com centro nela, coloca-se o transportador de braço giratório (figura 2), graduado de acordo com a escala do croquis a empregar que, orientado convenientemente, permitir-nos-á, uma vez conhecida a deriva e a distância que se comandou da CT, locar no croquis a verdadeira posição do impacto correspondente ao disparo dado.

No croquis, a partir da referência, traça-se a direção do norte magnético, porque a TI trabalha no terreno com uma bússola comum. Essa direção servirá para locar, por coordenadas polares, a posição homóloga à real do alvo no terreno, face aos dados enviados pela TI.

Para dar maior realidade ao exercício, e fazer com que cada tiro seja locado em uma posição que, na realidade, corresponderia dentro do retângulo de dispersão, de acordo com o cálculo de probabilidades, leva-se, também, para o PC, cem

bolas coloridas, das quais se fazem dois grupos de 25, de 16, de 7 e de 2, umas em vermelho, outras em azul, para designar os tiros longos e curtos em relação à posição ocupada pelo centro do retângulo em cada tiro.

Na escala do croquis já se terá desenhado, sobre o papel milimetrado, o retângulo de dispersão que, para cada distância de tiro, tabela e carga empregadas, corresponda aos tiros e, por fim, levar-se-á para o P. Controle um quadro como mostra o de n. 1, cuja leitura dispensa explicação.

TURMA DE IMPACTOS

Constituída por um oficial e dois auxiliares, que têm por missão comunicar ao P. Controle a posição do alvo (que podem representar por uma bandeirola no terreno, onde julgarem melhor) em relação à referência empregada e, posteriormente, colocar os petardos e acio-

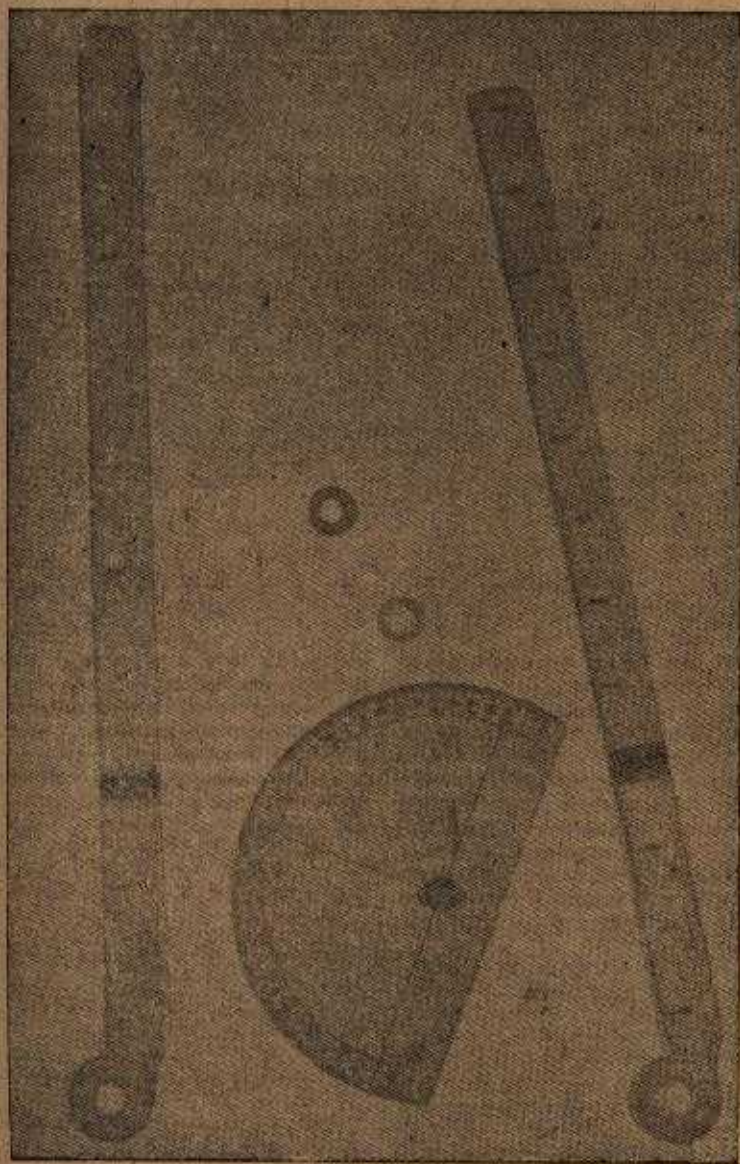


Fig. 2 — Peças constitutivas do "transportador"

ná-los nos pontos do terreno conforme indicação do P. Contrôle.

Vejamos como executam a tarefa que lhes cabe. Para dar a posição do alvo, bastará medir o azimute a partir da referência escolhida e sua distância em passos (os três componentes da turma deverão ter o passo aferido), com esses dados, comunicados ao P. Contrôle, ter-se-á o alvo, perfeitamente determinado no croquis. Sobre o alvo traça-se a direção do norte magnético.

A colocação dos petardos no terreno não oferece dificuldades, pois, dando o P. Contrôle a direção e distância de cada um deles em relação à bandeira-alvo, nada há mais que colocá-los em função dos dados e aguarde a ordem de fogo, que lhes será transmitida pela CT. Para evitar erros, e facilitar verificações posteriores, é conveniente que a turma disponha de um quadro semelhante ao de n. 2 que, como se vê, é de fácil interpretação.

Pelas mesmas razões acima apresentadas, a TOA e a CT deverão dispor de quadros semelhantes aos de ns. 3 e 4.

FUNCIONAMENTO DO CONJUNTO

Para saber, pormenorizadamente, a marcha a seguir vamos dar um exemplo. A prática dar-nos-á a certeza de que não deixaremos dúvida alguma, quanto a sua compreensão, por parte dos que empregarem esse novo e original processo.

Estabelecidas as ligações e disposto o conjunto para iniciar o exercício, o diretor determina à TI a colocação da bandeira-alvo, cuja posição é dada em coordenadas polares ao P. Contrôle. Esse procede ao respectivo levantamento no croquis que contém a referência (R) e a peça diretriz. Locado o alvo, traça-se a direção do norte magnético a partir do mesmo.

Na CT determina-se o ângulo que corresponde à vigilância em relação à referência escolhida, dado que se

transmite ao P. Contrôle para, em seu croquis e com centro na peça, dispor o transportador de braço articulado de forma conveniente. Com ele efetuar-se-á a localização dos tiros tal como se mostra na figura 3.

A TOA localiza o alvo e comunica os respectivos dados à CT, que assim poderá calcular os elementos iniciais de tiro.

O P. Contrôle, ao receber os dados, loca-os no transportador e determina, face à distância lida no braço, o retângulo de dispersão correspondente à distância de tiro (deve-se ter três retângulos para distâncias curtas, médias e longas). Feito isso, pega-se uma bola e se a coloca, na faixa correspondente ao seu número, na posição do impacto.

O 2º auxiliar do P. Contrôle colocará o transportador, com centro no alvo, para medir o azimute e a distância do impacto. Esses dados são transmitidos, telefonicamente, à TI que localiza no terreno e informa à CT. Esta comanda "observador atenção!" "A 1ª peça vai atirar!" para o TOA e comunica à TI o comando de "1ª peça fogo!" para que possa tomar as providências necessárias. E assim sucessivamente, até que se obtenha o enquadramento, o que se consegue nas primeiras rajadas.

Os exercícios realizados, de acordo com essas normas, deram bons resultados quanto à facilidade de interpretação da missão, rapidez na correção, prática na observação do tiro (mesmo pela tropa que acompanha o observador avançado) e ligação entre os diversos elementos. Estes, ao se familiarizarem com os tempos reais e a terminologia própria dos exercícios de tiro, possibilitaram o máximo rendimento nos exercícios de conjunto, onde se leva em conta a rapidez e a interpretação das ordens.

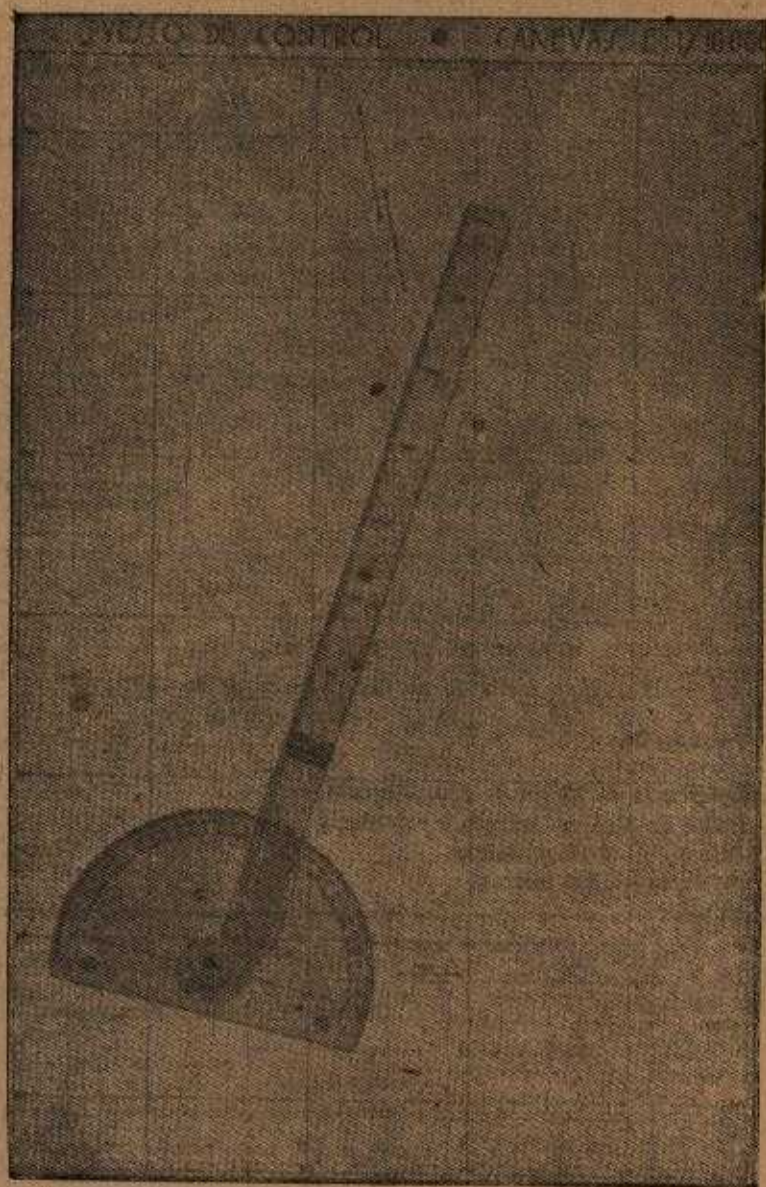


Fig. 3 — Transportador em posição de trabalho

QUADRO N. 1

QUADRO DO PÔSTO DE CONTROLE

Exercício realizado no dia 15 de abril de 1951

N. do tiro	Dados recebidos da CT		Qualificação do impacto	Elementos comunicados à TI		Observação
	Deriva	Distância		Azimute	Distância	
1	1530	4000 m	16 L	3165°	195 m	Série de 5 tiros.
2	1570	4370	16 C	0	155	
3	1555	4180	16 C	3650	55	
4	1560	4280	16 C	2835	55	
5	1555	4250	16 C	2230	15	
6	1555	4250	2 C	2450	20	Elementos resultantes da série.
7	1555	4250	7 C	740	60	
8	1555	4250	25 L	880	20	
9	1555	4250	2 L	430	30	
10	1555	4250	2 L	400	90	
11	1560	4250				

QUADRO N. 2

QUADRO DA TURMA DE IMPACTOS

Exercício realizado no dia 15 de abril de 1951

Passo padrão { 1 passo = 0,75
10 m = 13 passos

Referência — Igreja de Sto. Antônio

Dados do alvo em relação à referência

Azimute — 6230 milésimos

Distância — 360 metros.

N. do tiro	Elementos do impacto		Observação
	Azimute	Distância*	
		Metros Passos	
1	3165	195 254	Série
2	0	155 202	
3	3650	55 72	
4	2835	55 72	
5	2230	15 20	

QUADRO N. 3

QUADRO DA TURMA DO OBSERVADOR AVANÇADO

Exercício realizado no dia 15 de abril de 1951

Referência empregada — Igreja Sto. Antônio

Espécie de objetivo — Ninho de metralhadoras

Distância aproximada do objetivo — 1.000 m

Situação do objetivo em relação à referência

Direita (milésimos)	— 9
Esquerda (milésimos)	—
Curto (m)	— 600
Longo (m)	—

do ro	Observação em milésimos		Situação do tiro em relação ao objetivo expressa em metros				Observação
	Direita	Esquerda	Direção $Fm = F^{mv} \times Dk$		Alcance		
			Direita	Esquerda	Curto	Longo	
TA			15		600		Série Resultado da série 56-42. Direita 14. Alcance bom.
1		42		42	400		
2	21		21			200	
3		14		14	100		
4		4		4		50	
5		3,5		3,5	±	±	
6		3,5		3,5		+	
7		21		21	—		
8		14		14	±	±	
9	17,5		17,5			+	
10	38,5		38,5			+	

QUADRO N. 4

QUADRO DO POSTO CENTRAL DE TIRO

Exercício realizado no dia 15 de abril de 1951

Referência — Igreja de Sto. Antônio

Espécie do objetivo — Ninho de metralhadoras

Dados da referência { Azimute — 6120 milésimos
 Distância — 1600 metros.

Situação do objetivo em relação à referência { Direção { Direita — 15 m
 Esquerda —
 Alcance { Curto — 600 m
 Longo —

N. do tiro	Elementos recebidos do observador avançado				Elementos transmitidos à bateria		Observação
	Direção		Alcance		Deriva	Distância	
	Direita	Esquerda	Diminuir	Aumentar			
1	42			400	1530	4000	Série
2		21	200		1570	4370	
3	14			100	1555	4180	
4	4		50		1500	4280	
5	3,5				1555	4250	
6	3,5				1555	4250	
7	21				1555	4250	
8	14				1555	4250	Resultado da série
9		17,5			1555	4250	
10		38,5			1555	4250	
11		14			1500	4250	

SELEÇÃO DO CONTINGENTE-TIPO A INCORPORAR

Maj. NEWTON C. DE ANDRADE MELLO,
do Q.C. da 5ª RM.

B) CAVALARIA

6.8 — *Cavaleiro* — Cabem, aqui, as considerações feitas com relação ao título "infante". Dentro da mesma idéia, escalonaremos as diversas QQ. MM. PP. do seguinte modo:

a) Fuz.:

Sold. 111.251 e 111.241;

Grad. 111.231.

b) Guarnição de CCL:

Sold. 221.251 e 221.241;

Grad. 221.231.

c) Mtr. — Pessoal de Minas e Munições — Pessoal de Mrt. — Pessoal de Canhão AC:

Sold. 211.242;

Grad. 211.231.

d) Pessoal de Informações — 311.232;

e) Pessoal de Op. 321.232.

6.9 — *Clarim e Músico* — Como corneteiro e músico na Infantaria.

6.10 — *Pessoal de Vet.* — Vd. Infantaria. Acrescente-se a profissão civil de prático de veterinária, pelo fato de a unidade de cavalaria hipo computar sold. e grad. enfermeiros-veterinários.

6.11 — *Demais Qualificações* — Serão apreciadas globalmente.

C) ARTILHARIA

6.12 — *Artilheiro* — Embora os tipos-padrão não possam ser os mesmos para todas as unidades de artilharia (auto-rebocada, de dorso,

montada ou de costa), não há diferenças essenciais. O tipo para a artilharia montada, quanto a serventes e condutores, não requer condições além das normais. Res-salve-se, todavia, a acuidade visual perfeita para o apontador e o vigor físico dos homens destinados à artilharia de dorso, em vista dos pesos dos fardos e das marchas a pé. Deve-se acrescentar uma altura mínima que possibilite ao servente erguer o fardo ao nível da cangalha: 1,67 m. A artilharia auto-rebocada e a de costa não requerem qualidades particulares para seus serventes, resguardadas as condições visuais para os apontadores. Dentro de tal ordem de idéias, estabelecamos os tipos-padrão para a QMG "artilheiro" e QMP "de peça e munição":

Artilharia Au.-Reb.:

Sold. 322.252 e 322.242;

Grad. 322.232 e 321.232 (apontador).

Artilharia de Dorso:

Sold. 222.252 e 222.242 (com certa percentagem de alturas iguais ou maiores que 1,67 m);

Grad. 222.232 e 221.232 (apontador).

Artilharia Montada:

Sold. 322.252 e 322.242;

Grad. 322.232 e 321.232 (apontador).

Artilharia de Costa:

Sold. 322.252 e 322.242;

Grad. 322.232 e 321.232 (apontador).

Vejamos, agora, as outras QQ. MM.: PP. referentes à QMG "artilheiro":

a) Condutor:

Art. Do.:

Sold. 222.252 e 222.342;
Grad. 222.232.

Art. Mont.:

Sold. 322.252 e 322.342;
Grad. 322.232.

b) De Câmara de Tiro 321.232;

c) De Preparação e Direção de Tiro 321.232;

d) De Levantamento e Observação 321.232;

e) De Informações e Observação 311.232;

f) De Meteorologia 321.232;

g) Topógrafo 321.232;

h) De ligação:

Sold. 322.242;
Grad. 322.232.

6.13 — *Clarim* — Como o "cor-neteiro" na Infantaria (soldado).

6.14 — *Pessoal de Vet.* — Como na Cavalaria.

6.15 — *Demais Qualificações* — Serão apreciadas globalmente.

D) ENGENHARIA

6.16 — O estudo do problema da seleção na Engenharia levou-nos às seguintes conclusões:

1ª as funções principais da arma requerem homens fortes para o manuseio dos equipamentos pesados, dos pontões, assentamento de trilhos, etc.;

2ª segundo dados estatísticos de incorporação, em 1951 foram computados, em todo o território regional (5ª RM), treze maquinistas e nove foguistas, dos quais escasso número pertenciam aos municípios tributários do Btl. Ferv.;

3ª a experiência tem mostrado ser possível formar no ano de instrução a maior parte dos graduados e soldados sapadores de Engenharia.

Portanto, e principalmente face a última observação, pareceu-nos mais prático, sobre econômico, realizar a seleção com prioridade para o perfil físico, antes que para a atividade pregressa; tanto quanto possível com os recursos demográficos dos municípios costumeiros. Exceção deve ser feita com relação aos maquinistas. A formação de um dêes, no Btl. Ferv., requer cerca de 1 ano, caso a matéria-prima seja bruta, isto é, se a atividade civil do candidato não for correlata; ao passo que se consumirá apenas metade do tempo se o indivíduo na vida civil tiver sido maquinista (máquinas a vapor, locomóveis, etc., e não maquinista ferroviário, porque o convocado desta categoria é dispensado da incorporação). Fala alto, aqui, a controvérsia "mobilização versus seleção", porquanto teremos de recorrer aos municípios não tributários do Btl. Ferv. para o fornecimento do indispensável contingente de maquinistas. Mas julgamos que, entre as duas soluções, deva-se preferir a de destinar àquela unidade o número de maquinistas requerido por suas necessidades, independentemente de seu município de origem.

Isto pôsto, passamos a definir os tipos-padrão:

6.17 — *Sapador de Engenharia*:

a) Ferroviário:

Sold. 222.342 e 222.252;
Grad. 222.232.

b) Mineiro:

Sold. 322.252, 322.242 e 222.352 (este último para a função de operador de martelete mecânico);
Grad. 322.232.

c) Pontoneiro:

Sold. 222.252 e 222.342;
Grad. 222.232.

d) Rodoviário:

Sold. 222.252 e 222.342;
Grad. 222.232.

e) Topógrafo 321.232;

f) *Pessoal de Informações* 321.232;

g) **Maquinista — Operador de Compressor de Ar — Operador de Máquina de Construção — Pessoal de Suprimento :**

Dissemos que o critério para a seleção dos maquinistas devia ser o da profissão civil. Igual raciocínio aplica-se às demais qualificações aqui alinhadas, que reclamam antes a atividade pregressa que a aptidão física do indivíduo. Por conseguinte, serão selecionados para tais qualificações os conscritos que tenham exercido uma das seguintes profissões : maquinista, mecânico (ajustador de automóvel, ferreiro, serralheiro, etc.), motorista, tratorista e bombeiro hidráulico. Há uma condição intelectual a exigir, mínima : grau 4 do FOVIEM.

6.18 — **Corneteiro** — Como na Infantaria.

6.19 — **Fotógrafo** — O cabo fotógrafo dos Btl's. de Eng. não pertence ao núcleo-base. Isto é, anualmente se processa a renovação do título, razão por que, tanto quanto possível, a unidade deve receber o profissional já feito, mesmo incompletamente. Do contrário, haverá pernicioso hiato entre a exclusão do contingente e a formação do novo conscrito.

6.20 — **Demais Qualificações** — Serão apreciadas globalmente.

E) COMUNICAÇÕES

6.21 — A mesma importância que reconhecemos no homem-base das armas — "infante" na Infantaria, "sapador de engenharia", na Engenharia, etc. — consideramos aqui para o "sapador de comunicações". Saliente-se, ainda, o valor intrínseco que se deve exigir do contingente destinado à QMG "Pessoal de Manutenção", onde encontramos extenso rol de especialidades, como "mecânico de rádio", "mecânico de telefone", "mecânico de central telefônica" ou de "aparelho criptográfico". Anote-se, ademais : a formação dos soldados e graduados mecânicos não se dá na unidade e sim na Escola de Comunicações. Naquela existe ape-

nas a instrução de "habilitação ao ingresso no curso de mecânicos de rádio", tal como acontece com os mecânicos de telefone e telegrafo. Verifica-se, ainda, que os cabos e soldados servem apenas 10 ou 12 meses, circunstância que lhes impede cursar a referida Escola, por força das instruções que lhe regulam a matrícula. Conclui-se, desarte, que a Cia. de Com. tem que ressarcir tal deficiência com os próprios recursos, impondo-se, pois, cuidadosa seleção dos conscritos destinados à qualificação em tela. Devem ser alfabetizados e suas profissões civis não de, pelo menos, relacionar-se com as funções que irão exercer.

6.22 — Estabelecamos as condições dos "Sapadores de Comunicações" e "Pessoal de Manutenção" :

a) **Auxiliar do CM :**

Sold. 322.232 e 322.242 ;
Grad. 322.232.

b) **Construtor de Linha :**

Sold. 212.232 e 312.232 ;
Grad. 212.232 ;

c) **Rádio-Operador — Profissão civil : radiotelegrafista ou operador de rádio. Foviém (condição suplementar) : QIQ.Q32 (onde Q é inicial de qualquer) ;**

d) **Telefonista — 212.232. Origem profissional : qualquer ;**

e) **Mecânico de Rádio — Profissões civis : rádio técnico, mecânico de rádio, mecânico de telefone, telegrafista, eletricista, joalheiro, ourives, relojoeiro. Foviém (condição suplementar) : Q12.232 ;**

f) **Mecânico de Telefone e Telegrafo — Profissões civis : mecânico de telefone, telegrafista, eletricista, joalheiro, ourives, relojoeiro. Foviém (condição suplementar) : Q12.232.**

F) SAÚDE — MANUTENÇÃO — INTENDÊNCIA

6.23 — Embora as unidades que respondem ao título acima sejam de serviço, há determinadas qualificações que, sendo típica de cada uma delas ("Pessoal de Manuten-

ção", na Cia. de Mnt.; "Intendente", "Pessoal de Suprimento", etc., nas Cias. de Intendência e Depósito de Sup.; "Pessoal de Saúde", na Cia. de Saúde), requerem uma análise particularizada de seus tipos-padrão, isto é, não os consideraremos apenas sob o ponto de vista das aptidões profissionais civis ou, pelos menos, não os englobaremos numa apreciação conjunta, como faremos para as qualificações gerais em todas as armas e serviços (item 3.2, *in fine*).

6.24 — *Saúde* — 322.242 e 322.232. Este é um mínimo a satisfazer, porquanto o desejável é que o padoleiro tenha físico bastante para transportar a padiola ocupada à distância de 1 quilômetro, em terreno variado, sem cansaço comprometedor. É desejável, outrossim, que o enfermeiro tenha um ETE suficiente para presenciar mutilações ou intervenções cirúrgicas de vulto sem reações anormais. O perfil físico indicado não é decisivo nesta qualificação. Mas qualquer dos conscritos destinados à Cia. Saúde que apresente *Foviem* inferior ao mencionado, será considerado deficiente. As profissões estarão incluídas entre as seguintes: enfermagem, prático de farmácia, protético, prático de laboratório, empregado em farmácia ou laboratório, estudante de medicina, odontologia ou farmácia.

6.25 — *Manutenção* — O critério de seleção para a QMG "Pessoal de Manutenção" será o da habilitação civil, dadas as funções especializadas correspondentes. Como fizemos no caso das "Comunicações", suplementaremos a seleção com indicações do perfil físico. A qualificação militar básica é, naturalmente, a do "Pessoal de Manutenção", cujas QQ. MM. PP. são inúmeras (armeiro, carpinteiro de carroçaria, correio, mecânico de alimentação, mecânico de instrumentos, relojoeiro, vulcanizador, pintor a pistola, etc.). Abstemo-nos, neste artigo, de relacionar discriminadamente as profissões civis, muitas delas fáceis de encontrar no "Ensaio Descritivo de Ocupações

Civis". Dos elementos do *Foviem*, requer-se apenas a escolaridade, que deve ser do grau 3 para graduados e 4 para soldados (com exceção do pintor a pistola e do vulcanizador, cuja escolaridade pode ser qualquer). Cumpre analisar também a QMG "Pessoal de Suprimento", onde prevalecerá, ainda, o critério da habilitação profissional, selecionando-se indivíduos que hajam trabalhado com lubrificantes, combustíveis, em lojas de ferragem, garagens, cutelarias e congêneres. Alguns deles não satisfarão apenas a tais credenciais; terão sido mecânicos de automóvel em geral.

6.26 — *Intendência* — Siga-se aqui, a orientação adotada para a análise das qualificações básicas em cada arma ou serviço, apreciando-se destacadamente as qualificações fundamentais nas unidades de intenção, ou sejam as QQ. MM. GG. "Intendente" e "Pessoal dos Serviços Gerais". São variadas as QQ. MM. PP. correspondentes, algumas requerendo profissionais de pelo menos alguma experiência, outras dispensando tal condição. Entre as primeiras, incluem-se o "Auxiliar de Operações", (com exceção do "estivador"), o "pessoal de suprimento", o "pessoal de manutenção", o "alfaiate", o "tanoeiro"; entre as segundas, figuram o "auxiliar" (trabalhador braçal) e o "pessoal de transporte" (na parte relativa ao "ajudante de motorista"). Em alguns casos, atenda-se a certos elementos do *Foviem*: VF do grau para "estivadores" e "auxiliares", escolaridade do grau 3 para graduados e 4 para determinados soldados ("alfaiate", "eletricista", etc.).

G) POLÍCIA

6.27 — Como representante da autoridade, deve o polícia militar impor-se desde a simples aparência física. Outros atributos seletivos devem ser a alfabetização, o ETE, a vivacidade intelectual. A atividade progressa será suplementar, buscando-se aproveitar indivíduos que tenham exercido a profissão de

polícia ou alguma função de mando, Chefia ou controle (capataz, chefe de turma, apontador, etc.). A título de esclarecimento, damos o *Fóvém* da QMP "Pessoal de Policiamento e Tráfego":

Polícia de Pessoal:

Sold. 222.232 e 222.242;

Grad. 222.232;

Altura mínima de 1,70 m para sold. e grad.

Polícia de Tráfego:

Sold. 222.232 e 222.242;

Grad. 222.232;

Altura como acima.

H) QUALIFICAÇÕES COMUNS AS ARMAS E SERVIÇOS

6.28 — Apreciaremos, sob o título acima, as qualificações comuns enumeradas no item 3.2, devendo-se notar que algumas delas, por serem básicas nas respectivas unidades de serviço (QMG "Pessoal de Manutenção", nas unidades de manutenção; QMG "Pessoal de Comunicações", nas unidades de comunicações, e assim por diante), foram analisadas no local próprio. Conforme já frisamos, será decisiva, na seleção do contingente, a habilitação civil do conscrito, seja qual for a arma ou o serviço em causa.

6.29 — *Burocrata* — Ao selecionador não interessará de perto a repartição de funções pelos conscritos, assunto que será tratado em detalhe já na unidade, por ocasião da seleção complementar. Assim, arrolar-se-ão profissões com vistas ao exercício de funções burocráticas, todas elas correlatas, como as de "arquivista", "contador", "dactilógrafo", etc. Verdade é que, para ser "cabo arquivista" não se requer um dactilógrafo, mas esta especialidade é indispensável para a função de "cabo arquivista-dactilógrafo". Mas, ao estabelecer-se o "contingente-tipo", será levado em conta o número de dactilógrafos computados no QO de cada unidade, cabendo a distribuição adequada aos encarregados da seleção complementar. Este segundo estágio é

indispensável, merecendo a circunstância de ser insuficiente o número de conscritos habilitados ao exercício de funções especializadas, por isto mesmo chamadas de críticas. Assim, pois, serão selecionados indivíduos que tenham exercido uma das seguintes funções: dactilógrafo, empregado em escritório, escrivão em geral, postalista, estenógrafo, arquivista, guarda-livros, revisor de provas, tipógrafo, impressor, professor, caixa, contador, empregado de armazém, comerciante, almoxarife, despachante. Evidentemente os estudantes, mesmo sem profissão, serão indicados para o exercício das funções ora apreciadas. Não nos referimos a nenhum elemento do *Fóvém*, por ser intuitivo que a escolaridade mínima dos burocratas será a do grau 3, além de não podermos alimentar a pretensão de condicionar, a par da profissão, qualquer outro componente do perfil físico.

6.30 — *Pessoal de Aprovisionamento* — O recrutamento do pessoal desta qualificação se fará entre indivíduos de profissão: cozinheiro, garçon, magarefe ou que estejam, pelo menos, acostumados a lidar com gêneros alimentícios. Como em quase todas as qualificações arroladas como de "apoio", o contingente de profissionais habilitados é insuficiente para atender às necessidades. Por conseguinte, freqüentemente se terá de recorrer ao "interesse" ou "inclinação" do indivíduo para a função, com prejuízo da "analogia de atividades". É, esta, importante tarefa da comissão encarregada da seleção complementar. A tarefa delicada das J.J.DD. será repartir equitativamente pelas unidades e contingentes os profissionais das diversas espécies. Dos elementos do perfil físico, leve-se em linha de conta o VF pelo menos do grau 3 para os homens destinados à lida de cozinha.

6.31 — *Pessoal de Manutenção* — *Pessoal de Saúde* — Já apreciamos, nos títulos próprios, tais qualificações. A ideia diretriz na seleção do contingente destinado às

unidades de tropa, em ambas as QQ.MM.GG., subsiste. Atente-se, porém, em um ponto capital: dentre os conscritos selecionados para o exercício de funções de saúde, manutenção, comunicações e intendência, os melhores destinam-se às unidades divisionárias respectivas (Cia. Saúde, Cia. Mnt., Cia. Com., Cia. I.), desde que se tornem essenciais ao cumprimento das missões básicas de tais unidades.

6.32 — *Pessoal de Serviços Gerais* — Veja-se o estudo feito no título "Intendência", porquanto as QQ.MM.PP. nas diversas unidades são quase todas encontradas naquele serviço. Restar-nos-ia considerar as qualificações ainda não analisadas (como "sergeiro-ferreiro", "artífice de reparos gerais", etc.); mas basta lembrar que o critério para o caso será o da aptidão profissional, sendo a escolaridade o único elemento do perfil físico que, de alguma sorte, pode influenciar a escolha.

6.33 — *Pessoal de Comunicações* — O recrutamento dos rádio-operadores e telegrafistas far-se-á, de preferência, entre telegrafistas, satisfeito o *Foviem* QIQ.Q.32. Os demais elementos ("auxiliar de comunicações", "telefonista", "criptógrafo", "sinaleiro-semaforista", "auxiliar", "agentes") serão recrutados entre profissionais quaisquer ou estudantes, desde que satisfaçam ao *Foviem* (com prioridade sobre a atividade progressa) característico das "Comunicações": 212.232.

6.34 — *Pessoal de Transporte* — Há que considerar o pessoal de transporte motorizado e o de transporte hipomóvel. O primeiro será recrutado entre os conscritos de profissão motorista, motociclista ou

tratorista. Quanto ao auxiliar de motorista, basta que tenha exercido atividade correlata: ajudante de motorista, empregado de garagem, limpador de carros. *Foviem* (condição suplementar): 322.252 e 322.342 para soldado e 322.232 para graduado. O pessoal de transporte hipo arrolar-se-á entre carroceiros, almocreves, cocheiros e demais indivíduos habituados ao trato e condução de animais. Dispensam-se exigências quanto ao perfil físico, saliente a escolaridade do graduado, devendo-se notar que a QMP "condutor" constitui válvula de escape para o problema dos analfabetos.

I) TIPOS-PADRÃO DOS CONTINGENTES, QQ.GG. E ÓRGÃOS ESPECIAIS

6.35 — Falece a oportunidade para entrarmos em detalhe sobre nosso estudo. Assim, não apreciaremos os tipos-padrão dos elementos acima intitulados. Lembraremos, tão somente, que existem qualificações próprias dos mesmos, como o "heliotropista" (na Divisão de Levantamento), o "pessoal de armazenagem, depósito e estoque", o "pessoal de munições e explosivos", o "operador de mimeógrafo" e outras.

NOTA — Concluída, assim, a apresentação das bases do estudo por nós realizado, trataremos, em artigo próximo, arrematando o assunto, de um processo para organização do "contingente-tipo", no qual sejam argumentos os tipos-padrão estudados, a ficha de organização da unidade e a ficha-resumo de efetivos.

(Continua)



CORRIDA RÚSTICA

COMO DESPORTO É O MAIS INDICADO PARA O EXÉRCITO. UM PROGRAMA SEMANAL DE TREINAMENTO PARA COMPETIÇÃO

Capitão ESTEVAM MEIRELES,
Instrutor da EAO

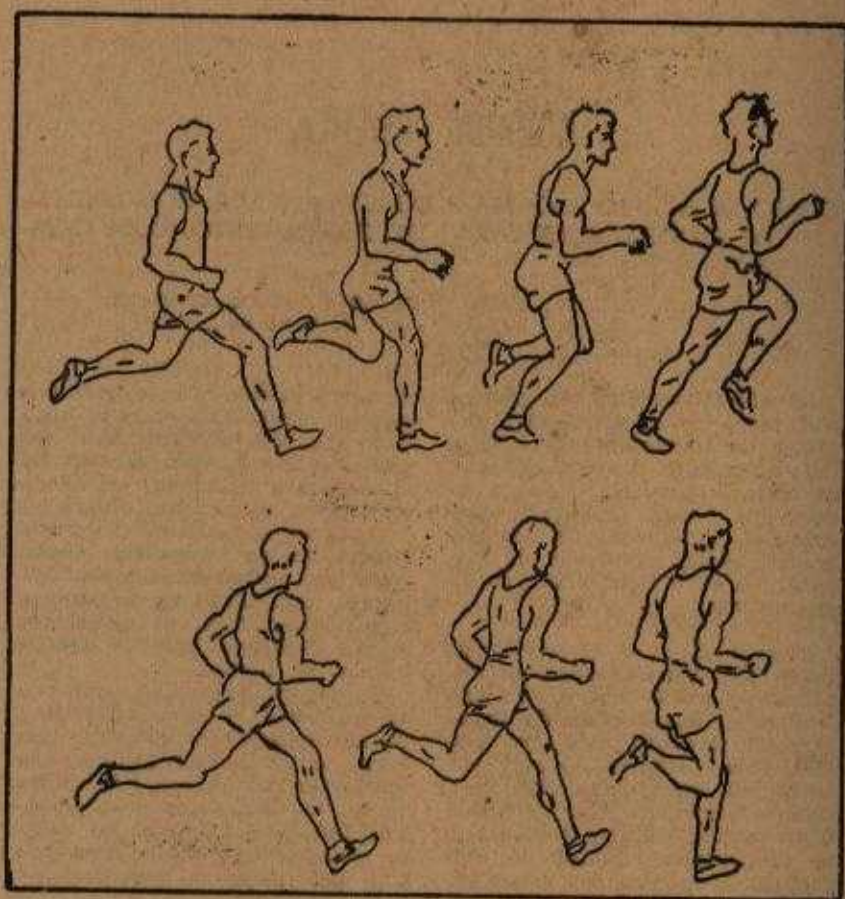
Introdução — Um dos grandes entraves à realização de um programa de treinamento físico é a falta de material especializado que, às vezes, é caríssimo. Sempre foi uma das nossas principais preocupações, na previsão de tais programas, poder prescindir de material, ou só utilizar o mínimo indispensável.

Corrida rústica — As corridas de fundo são aquelas acima da distância de 1.500 metros. Corrida Rústica é uma corrida de fundo realizada fora das pistas dos estádios, pelas estradas, bosques, saltando ou transpondo obstáculos, subindo elevações, etc. Atividade física caracteristicamente natural e de dificuldades mínimas de execução. Sua prática não exige material nem instalações especiais, só se necessita quilômetros de percurso em estradas ou terreno variado, sempre possível de se contar. Um dos seus principais efeitos educacionais é contrabalançar séria insuficiência física do organismo, causada no homem pela vida civilizada: a pouca resistência circulo-respiratória. Podemos até dar tal fato como a explicação da existência dos gordos, ressalvados os que o sejam por doença. Dado que a boa resistência nas corridas rústicas seja uma qualidade de interesse militar, é de toda importância a incentivação, nos programas dos corpos de tropa, do treinamento metódico de tais corridas como atividade física e como competição desportiva. Ainda existe a crença

de que a prática de corrida rústica redonda sempre numa lesão orgânica. Qualquer atividade física intensa, conduzida sem método ou ministrada a indivíduos em condições físicas insuficientes poderá ser a causa daqueles danos. A corrida rústica em seu treinamento desenvolve mais poderosos músculos das pernas, capacidade de resistência circulo-respiratória e qualidades morais desejáveis que as demais formas de atletismo.

O preparo desportivo para tais provas, porém, é mais demorado. A necessidade de se estar em forma é mais real. Quanto ao tempo necessário, em três meses ou até em dois, dependendo do estado físico dos homens; no início do treinamento, pode-se conseguir uma boa equipe de corredores de fundo.

Técnica da corrida de fundo — O ponto forte na corrida de fundo é a descontração muscular geral. Durante toda a corrida, o homem deve cuidar de relaxar os braços, o pescoço e feições do rosto, a região abdominal e lombar, as pernas e pés. Isto é muito importante no começo, até o atleta se habituar. A posição do corpo deve ser de uma pequena inclinação para a frente, num ângulo entre 10 a 15°. Inclinação muito acentuada redonda em sobrecarregar o trabalho dos músculos das pernas. Muito pouca ou nenhuma inclinação vai contribuir para retardar o avanço. A elevação dos joelhos no movimento das pernas é a menor pos-



Corrida de fundo — Posição do corpo

sível, apenas o indispensável ao trabalho das pernas na corrida. Quanto à respiração, preferimos seja ela controlada pelos centros mentais inconscientes. O papel do homem, no caso, é facilitar os movimentos respiratórios. A entrada do ar pode ser feita pela boca e nariz. Influi poderosamente então o treino respiratório realizado na ginástica básica. Tem grande importância a capacidade de resistir à sufocação obtida em exercícios desta natureza com o preparo dos eficientes músculos abdominais da respiração.

Base do treinamento — Antes de submeter o homem a um programa especial de treinamento, é importante melhorar as suas condições físicas gerais. A corrida deve ser uma atividade diária. Desde o primeiro dia de instrução o homem cobre pequenos percursos em corrida lenta, entremeada com marchas, conforme o grau de resistência apresentado. Desde aí, já vamos tomando conhecimento dos mais aptos para as corridas de fundo. As condições físicas gerais são melhoradas pelo programa de ginástica básica e atividades com-

plementares. A ginástica básica foi tratada amplamente por nós através desta Revista. Atividades complementares são o nome que engloba as diferentes aplicações, os jogos, a ginástica acrobática. Como já dissemos atrás, deve haver corrida diariamente. Termina a sessão de ginástica do dia. Não estando programado ginástica, uma corrida pode ser feita antes do banho da tarde; coisa rápida, de, no máximo, 15 minutos. Sintetizando, são as seguintes, pois, as bases do programa:

- melhorar as condições físicas gerais dos homens;
- corrida diariamente, desde o início;
- seguir durante um mês o programa semanal de corrida rústica que damos a seguir a título de sugestão.

Programa semanal de corrida rústica (7.000 metros):

Segunda-feira — Flexionamentos. Exercícios de sufocação. Exercícios de descontração. Corrida lenta de 9.000 metros com ob-

jetivo de muscular as pernas, treinar descontração e fôlego.

Têrça-feira — Preparação como segunda-feira. Prática de saídas. Corrida de 4.500 metros, procurando obter e sentir a passada indicada para a competição.

Quarta-feira — Preparação. Prática de saídas (nas saídas há necessidade de uma arrancada veloz inicial, porque o agrupamento de competidores é grande em geral). Corrida de 6.000 metros em passada cômoda.

Quinta-feira — Preparação. Prática de saídas. Corrida de 1.600 metros, procurando fazê-lo na passada de competição. Corrida em passada lenta de 6.000 metros.

Sexta-feira — Repouso.

Sábado — Corrida de 7.000 metros competindo ou contra cronômetro.

FONTE DE CONSULTA: "Physical Training and Athletics Guide".



A MOTOMECANIZAÇÃO DO EXÉRCITO E A CAVALARIA

2º Ten. R-2 JAYME DA FRANÇA DORIA



PROBLEMA da motomecanização do Exército Brasileiro é, sem dúvida, apaixonante e como toda manifestação do pensamento humano faz gravitar em

torno de si duas correntes distintas: uma, adepta da motorização total, com eliminação definitiva do cavalo; outra, mais sensata e objetiva, bate-se por um meio termo. E somente esta última, apoiando-se na grande realidade nacional, pode apresentar, em defesa de seu ponto de vista, argumentos que resistem galhardamente ao impacto de qualquer contestação.

Nós que orgulhosamente pertencemos à Rainha das Armas, — A Infantaria —, nem por tanto deixamos de dedicar às irmãs de jornadas uma grande afeição que é, entretanto, toda especial quando se trata da impetuosa e temerária Cavalaria. Carregando soberbamente contra o inimigo, ela nos dá o tempo que necessitamos para a manobra. Agindo na proteção dos nossos flancos, nos proporciona aquela sensação estimulante de segurança tão necessária ao êxito. Por assim ser e sempre que oportunidades houverem, defendemos ardorosamente a existência das unidades hípo, *à par com uma judiciosa motorização*, pois sendo o motor um marco de progresso, não lhe podemos voltar as costas. Agora que a sobrevivência da nossa Cavalaria está em jogo, trazemos em sua defesa nossa palavra despretenciosa.

A História, esse manancial inesgotável de ensinamentos, do estudo da qual se formam e fortalecem as culturas, particularmente a dos profissionais das armas, está toda elevada dos mais belos feitos da Arma

Montada. De Gengis-Kan, em 1234, à batalha de Stalingrado, em 1940, não só o valor como a importância da Cavalaria foram sempre evidenciados. Senão vejamos. E Waterloo, o fim trágico de Napoleão foi consequência do emprego prematuro da Cavalaria pelo Marechal Ney, que, assim, não pôde cumprir a missão que lhe fora atribuída. Em Stalingrado, o ímpeto avassalador das investidas das legiões "panzer" alemãs esborou-se diante das cargas da Cavalaria Russa. Até mesmo alguns breves noticiários sobre o exército germânico nos dão mostra da existência de unidades hípo onde tudo era, ao que se supunha, carro e "tank". E os EE.UU. onde a motomecanização do Exército atingiu o "clímax" ao ponto de ter sido possível ao General Adna R. Chaffee, "em apenas 60 dias, motorizar todos os Regimentos de Cavalaria Hípo, transformando-os em duas Divisões a Motor", hoje ressoante-se da falta que lhe fazem as unidades hípo e por isto mesmo trata de reorganizá-las. Os assírios empregaram a Cavalaria, atribuindo-lhe as mesmas missões que hoje lhe são afetas, prova insofismável de que o cavalo, como elemento de guerra, sobreviveu ao próprio tempo.

São múltiplos os argumentos que podem ser aduzidos em favor da Arma de Andrade Neves e reúnem-se em quatro grupos: táticos, estratégicos, lógicos e regionais. Um dos nossos Coronéis de Estado-Maior já deu o primeiro grito de alerta em favor de sua arma, e com larga visão do assunto e todo o ardor de um leal cavalheiro, abordou a questão na forma mais incisiva. Sustentou nossa deficiência, como Nação manufatureira,

em relação ao desgaste do material. Mostrou nossa dependência do petróleo importado. Provou que ainda nos falta "a mentalidade do motor" indispensável ao êxito de uma total motorização do nosso Exército. Foi mais além: determinou nossos prováveis teatros de operações. Nós, na modestia que nossa posição impõe, aberto que foi o debate, aqui estamos para pretender a motorização parcimoniosa do Exército Brasileiro, mediante a conservação das nossas Unidades de Cavalaria hipo. E não poderia ser outro o nosso pensamento, já que conhecemos mais ou menos mal o que é o interior brasileiro. Também, a precária situação financeira em que se debate o Brasil, não nos permite o luxo de u'a motorização indiscriminada, total.

Nem um só argumento de valor pode ser apresentado em detrimento da Cavalaria e que demonstre, irrefutavelmente, ser ela u'a arma ineficiente ou obsoleta em plena era da bomba "H". Pelo contrário. Qualquer operação militar impõe, para seu completo êxito, o perfeito domínio das linhas de comunicações, preocupação que é tanto maior quanto mais extensas elas forem. Ora, a Infantaria, mercê dos grandes progressos alcançados na arte bélica, é ainda a arma que decide a guerra, pois ela conquista, aprisiona, ocupa e a velocidade de deslocamento entre as unidades motorizadas encarregadas da ruptura da frente e a dos infantés a pé, determina, inexoravelmente, a existência de grandes intervalos entre uma tropa e outra. Aqui perguntamos: quem protegerá ditos intervalos contra uma infiltração do inimigo? Outra tropa de Infantaria? Parece-nos impossível. Unidades motorizadas com essa missão específica? Cremos irrisório. Somente à Cavalaria, tropa de "velocidade intermediária", poderá ser confiada tal missão. Pretender, pois, para o Brasil, um Exército sem Unidades hipo, é sonhar com uma esquadrão unicamente de super-couraçados, ou uma Força Aérea exclusivamente de bombardeiros pesados.

Uma simples vista de olhos pela nossa vastíssima fronteira com os demais países sul-americanos — cuja inviolabilidade constitui o objetivo primordial do Exército Brasileiro — nos mostra uma imensidão quase desértica, sem qualquer espécie de caminhamentos, coberta de florestas densas, com rios sem pontes. É este o teatro de operações em que temos de pensar. Defender a motorização total do nosso Exército é pensar tão só num Brasil litorâneo, de largas avenidas e centros populosos dotados de todos os recursos necessários à vida e ação das unidades motomecanizadas. Defender a continuação da nossa Cavalaria hipo, é alargar o pensamento. É pensar mais um pouco, é enxergar aquele Brasil tão grande quanto abandonado, onde o combustível não existe e quase não poderá chegar, mas onde sobra a vegetação exuberante indispensável à vida do cavalo.

E se nos falta "a mentalidade do motor", sobra-nos nos "pampas" e nas "caatingas" o amor pelo pinga e pelo sendeiro. Dêem-nos unidades motorizadas, pois a era é da modernização dos exércitos e a ela não podemos ficar indiferentes. Deem-nos carros e "tanks" porque nosso desejo é ver nossa querida instituição senão a mais poderosa, pelo menos uma das mais fortes. Mas ao lado daqueles engenhos blindados, conservemos modernamente equipada, garbosa e indispensável, nossa legendaria Cavalaria de Tuíuti, lembrando mais uma vez, em seu favor, que Patton, "tufão sobre lagartas" lamentou não possuir unidades a cavalo sob suas ordens.

Ser cavalheiro é, antes de tudo, ser destemido, quase temerário. É relegar a vida a plano secundário no galope de uma carga. É antes de tudo ser nobre. E para que o Exército Brasileiro possa cumprir com toda dignidade a sua nobre missão de defesa da Pátria, é preciso combinar-se a nobre Infantaria de Sampaio, com a valorosa Artilharia de Mallet, a científica Engenharia de Cabrita e a legendaria Cavalaria de Osório.

De "tank" e a cavalo pela grandeza do Exército Brasileiro.



A CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS

Extraído, data vêneta, do "Digesto Econômico"
de novembro de 1953.

As considerações que farei se baseiam sobretudo em dados e análises estatísticas elaborados recentemente sobre o relatório final da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Mas eu procurarei expor estes dados, tendo em vista o tema bastante popular no momento, o tema da crise econômica, que, geralmente, adquire conotação de crise de crescimento. O que tentarei fazer será uma espécie de interpretação estrutural da crise econômica brasileira. Ao falar em crise, conviria obedecer ao preceito aristotélico de distinguir definições: o conceito de crise econômica que empregarei, conceito que aliás se tornou popular na nossa literatura econômica, neste período de angústia, não é o conceito de crise cíclica, no sentido técnico. Crise cíclica, no sentido técnico, implicaria, a rigor, na aceitação de fenômenos periódicos de natureza cíclica, compostos de alternâncias de prosperidade e depressão. A crise não seria mais do que a transição entre a fase de alta e a fase

de baixa, transição esta que é habitualmente caracterizada por manifestações severas de desequilíbrios econômicos. Este conceito de crise cíclica envolve uma idéia de periodicidade que será estranha às observações que farei em seguida. O conceito de crise sobre o qual nos concentraremos é o conceito de crise estrutural, quer dizer, desajustamentos e desequilíbrios de estrutura, independentemente de idéia de periodicidade. O conceito de crise que vou empregar é também destituído de qualquer conotação catastrófica, empregada pelas confrarias das Cassandras. Procurarei, nas observações que se seguem, adotar uma atitude imparcial, de analista que busca detectar todas as oscilações que marcam fenômenos econômicos a longo prazo.

A expressão "crise de crescimento", no sentido de crise estrutural, parece válida, o que é raro porque, geralmente, os lugares-comuns contêm muito pequena dose de bom-senso. Neste caso, parece, ao contrário, que a expressão "crise

de crescimento" reflete atualmente certa característica estrutural da economia brasileira. Uma visão panorâmica parece-me importante, principalmente, perlustrando rapidamente os sintomas de crescimento para depois passar à diagnose do desequilíbrio e, finalmente, entrar na terapêutica. Vamos aos fatos.

Em relação ao desenvolvimento econômico do Brasil, particularmente no período mais recente, no decênio que abrange a fase imediatamente anterior à guerra e finalmente o período de imediato após-guerra, o ritmo de crescimento é assaz apreciável, dando lugar a um certo otimismo e podendo-se medi-la por três índices. O primeiro é o crescimento do produto real, quer dizer, o volume da produção efetiva da sociedade, descontado o efeito de variações de preços. Os dados computados pela Comissão Mista indicam um crescimento do produto real de cerca de 70 %, entre 1939 e 1951. Em vista do crescimento da população, de aproximadamente 32 %, o crescimento do produto real per capita teria sido em torno de 26 %; a taxa anual seria aproximadamente de 3 %. O crescimento do produto real, contudo, foi superado pelo crescimento da renda real. A diferença entre ambos é explicada pelo fato de que, num cômputo da renda real, se incluem os efeitos de melhoria nas relações de troca. E, dada a espetacular alta dos preços do café, em fins de 1949, 50, 51, tem-se que o crescimento da renda real excede o do produto real. Esse crescimento per capita foi de cerca de 45 %, quando o crescimento absoluto foi de cerca de 92 %. Com determinado propósito, é lícito pensar em termos de renda real antes do que de produto real, mas, sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico, é melhor confiar nos dados do produto real porque eles refletem realmente a evolução da produtividade, ao passo que a renda real inclui os efeitos de fatores circunstanciais, com melhorias episódicas nas relações de troca, que não têm relação neces-

sariamente com a evolução da produtividade.

O segundo índice, condizente ao desenvolvimento econômico, consiste em alterações na estrutura da distribuição populacional com o decréscimo da quota de população empregada em atividades agrícolas. É geralmente admitido que os processos de desenvolvimento econômico têm, como uma das suas consequências naturais, uma transferência de populações de atividades primárias, agricultura e mineração, para atividades secundárias, do tipo manufatureiro, e atividades terciárias, a saber, indústrias e serviços. Dêsse modo se podem identificar fases no crescimento econômico de diversos países, exatamente por variações na proporção de populações engajadas em atividades secundárias e terciárias, comparativamente à proporção engajada em atividades primárias. Nos Estados Unidos, por exemplo, em cerca de setenta anos, logrou-se reduzir a quota de população empregada em atividades primárias de 50 % para cerca de 15 % da população. A Rússia, com esforço mais concentrado, logrou, em dez anos, reduzir a quota de população empregada em atividades primárias de 80 % para 58 %. No Brasil, verifica-se movimento mais lento de transferência de populações, mas assim mesmo, um movimento positivo de incorporação de segmentos crescentes de população às atividades secundárias e terciárias. O censo de 1920 revela que 69 % da população estava engajada na produção agrícola; o censo de 1940 revela que essa proporção havia caído para 65 %; o censo de 1950 revela declínio para 58 %. Nesse mesmo período, o total de população ativa era de 1,9 milhões, em 1920; passou para 14,7, em 1940; para 17,1 em 1950. A porcentagem de população na produção manufatureira cresceu de 3,8 %, em 1920, para 9,5 % em 1940, e 13,1 em 1950. Entretanto, a interpretação desse fenômeno de transferência da população requer qualificações que serão mais tarde exploradas em algum pormenor.

O que constitui elemento positivo de desenvolvimento econômico não é a simples diminuição de quota de população rural, mas uma diminuição tal que não redunde em redução da produtividade agrícola, em prejuízo da base agrícola. Sob este aspecto, o fenômeno brasileiro tem lados positivos e lados negativos. De modo geral, são necessárias duas condições para que essa transferência de populações seja uma transferência condizente com o desenvolvimento econômico equilibrado. É preciso que a transferência, em primeiro lugar, se faça sem redução da produção primária e, se possível, com aumento da produção primária, através da substituição de mão-de-obra por elementos mecânicos. Em segundo lugar, é preciso que essa transferência conduza a uma urbanização equilibrada, não ao fenômeno da megalópolis. Entre nós, conquanto não tenha havido decréscimo da produção agrícola — pelo contrário, a produção agrícola de consumo interno cresceu de cerca de 70 % no período considerado e a produção de colheita de exportação de 25 % — esse ritmo de crescimento não foi suficiente para compensar o acréscimo de demandas derivado do aumento de renda incidente ao processo de industrialização urbana, daí resultando uma pressão, pelo menos temporária, sobre a base agrária. De qualquer maneira, o que se verifica é que, nos setores mais dinâmicos da economia brasileira, as regiões mais dinâmicas foram aquelas em que, precisamente, coexistiram os dois fenômenos: decréscimo de porcentagem da população ocupada na agricultura e aumento da produtividade agrícola e industrialização. É o caso de S. Paulo. Entretanto, em algumas regiões, com coeficiente menor de transferência de população, não houve também apreciável progresso agrícola, o que está a indicar que há relação positiva entre industrialização e aumento de produtividade agrícola, conquanto, no caso brasileiro, essa relação seja menos simples e direta do que a que se verifica no

Canadá e nos Estados Unidos. Mas este problema é assaz complexo e teremos de voltar a ele com algum detalhe. No momento, só nos interessa aflorar a significação destes índices de alteração na estrutura da distribuição populacional.

Um terceiro índice importante é o crescimento da taxa de capitalização. O coeficiente de capitalização não é mais do que a relação entre o investimento bruto e líquido da sociedade e o produto nacional bruto e líquido. No caso brasileiro, parece ter havido acréscimo apreciável da taxa da capitalização. Os dados da CEPAL indicam que, no ano de 1943, essa taxa de poupança em relação ao produto total era, mais ou menos, 10 %; em 1952, havia subido para 18,5 % e, segundo alguns cálculos, para 20 %. É bem verdade que 1951 e 1952 foram anos de investimentos anormais, que tiveram dois componentes, a rigor, um componente de poupança interno e um componente de poupança forçada, extraídos dos exportadores estrangeiros por via de atrasados comerciais. Mas, de qualquer forma, como o equipamento importado exige invariavelmente capital complementar nacional, verifica-se também acréscimo do nível de poupança interna. O método pelo qual foram extraídos esses algarismos não será nem desejável, nem estável; foi um processo inflacionário, em grande parte; a saber, uma previsão de consumo, um esforço deliberado para redução da taxa de consumo e transferência de recursos para as classes empresárias, através de uma alta de lucros. Entretanto, a esta altura, não estamos preocupados com a etiologia do fenômeno, nem com as suas consequências a longo prazo, mas apenas com a caracterização da existência dum aumento na taxa de capitalização, que indiscutivelmente é elemento positivo de desenvolvimento econômico.

Estas indicações sumárias, estes índices estão a revelar que, se existe uma crise econômica, no momento, não se pode atribuí-la a um fenômeno de retrocesso, ou estagna-

ção; é menos a agonia do marasmo do que a angústia da evolução. Forçoso é reconhecer, entretanto, a existência de certos desajustamentos e certos desequilíbrios estruturais, que afloraremos agora, ao discutir a diagnose do desequilíbrio.

É preciso observar que, conquanto o desenvolvimento do tipo capitalista não seja necessariamente um processo limpo e tranquilo, mas implique em avanços e retrocessos, o grau de instabilidade do desenvolvimento econômico pode variar. O Canadá exemplifica o caso de um crescimento rápido e equilibrado. O Brasil do pós-guerra exemplifica o caso de um desenvolvimento também rápido, porém feito em desequilíbrios estruturais.

A identificação desses desajustamentos é importante para qualquer ensaio de terapêutica. Procuraremos fazer esta diagnose com referência a três problemas fundamentais do crescimento, que são a inflação, as crises da balança de pagamentos e o desequilíbrio na distribuição regional da renda. Procuraremos dar uma interpretação estrutural a esses fenômenos, através da identificação dos quatro seguintes tipos de desequilíbrio:

1 — desequilíbrio entre a estrutura industrial e a base agrária, com referência ao problema da inflação; 2 — desequilíbrio entre a estrutura industrial e a base de recursos naturais, com referência à balança de pagamentos; 3 — desequilíbrio na orientação e estrutura de investimentos; 4 — desequilíbrio na taxa de crescimento regional.

Ao encarar o problema do desequilíbrio entre a estrutura industrial e a base agrária, referir-nos-emos, principalmente, ao problema da inflação, dando-lhe uma interpretação algo diferente da costumeira. Ordinariamente, ela é interpretada como fenômeno monetário de intemperança creditícia, desordem emissionista, etc... É abundante a literatura sobre o assunto e não vale a pena replá-lo aqui. Mas é possível dar uma interpretação estrutural da inflação

brasileira, que atingiu uma proporção mais ampla e mais aguda em época recente, coincidindo exatamente com a intensificação do processo de industrialização.

Em termos gerais, pode-se dizer que a inflação brasileira, conquanto crônica, não foi particularmente virulenta até talvez o imediato pós-guerra. Essa inflação, até 1939, visto o panorama a longo prazo, cresceu a uma taxa de cerca de 2,5 % ao ano, taxa perfeitamente tolerável, mas já em período mais recente, por exemplo de 1947 a 52, o crescimento foi em média de 16 % ao ano.

Cabe distinguir as relações entre inflação e industrialização entre as economias industriais maduras e as economias em processo de maturação industrial. As economias industriais maduras possuem geralmente grande resistência anti-inflacionária, dada a conhecida elasticidade da oferta industrial. Pelo contrário, são mais sujeitas ao vírus deflacionário do que propriamente ao vírus inflacionário. Durante o processo de industrialização, criam-se pressões inflacionárias, que podem ou não transformar-se em inflação aberta, pressões, que, no sentido estrutural, podem ser debeladas, mesmo com grande sabedoria monetária, conquanto possam ser mantidas em nível razoável, se houver sabedoria monetária. O que nos interessa investigar aqui é este elemento inflacionário estrutural, inerente ao processo de industrialização. Donde provirá essa pressão inflacionária intrínseca? A resposta a esta pergunta pode ser dada através de uma rápida análise das consequências da industrialização. Uma das primeiras consequências da industrialização é uma taxa mais rápida de aumento de renda e consequentemente de procura. A razão disto é que ela só se justifica quando existe uma das duas seguintes condições: a) se existe excedente de produção rural, cuja produtividade marginal é baixa, zero ou negativa, donde a transferência desses fatores para a indústria resulta em melhoria de produtividade e con-

seqüentemente aumento da renda; b) se fôr inexistente o excedente de população rural, a demanda de produtos agrícolas primários é insustentável nos mercados internos. Neste caso, a industrialização poderia representar uma utilização mais econômica dos fatores de produção, permitindo alternativamente ou melhoria nas relações de troca, a saber, fazendo com que o escasseamento de produtos primários resultasse em aumento de preços do mercado internacional; ou maior estabilidade da renda porque o país não estaria então completamente na dependência da produção agrícola exportável e, assim, teria também uma certa quota industrial que lhe permitiria compensar ocasionalmente as quedas da produção agrícola. Em consequência, se há alguma razão para a industrialização, é exatamente a possibilidade de aumento de renda, mas, se há aumento de renda, existe também incremento da procura de produtos e sobretudo de produtos básicos de alimentação, donde um germe inflacionário intrínseco.

Um segundo elemento inflacionário é resultante da urbanização. O fenômeno da urbanização provoca mudança de hábitos quase sempre no sentido de maior propensão a consumir e importar pelos elementos urbanos e devido exatamente à influência do mimetismo urbano. A estrutura básica da vida urbana leva a uma constante cópia de hábitos de consumo, as classes operárias procurando copiar as classes médias e estas, as classes mais favorecidas. Além disso, o horizonte de consumo é enormemente dilatado na vida urbana. Os bens de consumo, as diversões, a procura maior de serviços, que não existem no ambiente isoladamente rural o demonstram. Ao mesmo tempo, há uma maior propensão para investir, visto que a urbanização requer investimentos mais pesados em construções e obras sanitárias, pavimentação, sem que haja acréscimo correspondente, nem propensão a poupar.

Um terceiro germe de inflação inerente à industrialização é o alongamento do período de produção.

A inflação faz que certo número de fatos seja a curto prazo desviado da produção direta de elementos de necessidade básica para produção de equipamentos que permitirão de futuro a fabricação de maior produção de bens de consumo, mas que, nas fases de gestação, têm evidentemente impacto inflacionário porque existe pagamento de renda sem que haja lançamento imediato de produtos no mercado.

Finalmente, há o famoso fascínio imobiliário, que, conquanto tenha sido exagerado, é real. Esses elementos constituem todo o germe inflacionário inerente ao processo da industrialização.

Alguns países têm logrado industrializar-se resistindo à infecção desse germe, uns resistindo completamente, outros resistindo apenas em escala tolerável, outros sucumbindo ao vírus da inflação. A uma contemplação histórica do fenômeno será talvez de utilidade indicar as diversas causas. A solução ideal para um processo de industrialização, com resistência e subjugação de germes inflacionários, é evidentemente o caso de uma revolução agrária anterior à revolução industrial; é o caso dos Estados Unidos e do Canadá e também, de certa forma, o caso da União Soviética, com diferença de que a revolução agrária prévia foi espontânea no caso dos Estados Unidos e do Canadá. Esses países se caracterizam, já no início, na aurora da industrialização, por uma alta produtividade na agricultura, por tipos de agricultura que eram essencialmente anti-inflacionários porque compostos de elementos básicos: trigo, cereais, carnes, laticínios, que influem muito apreciavelmente no custo de vida. Uma vez iniciado o processo de industrialização e acrescida a demanda desses produtos, partindo já a agricultura de alto nível de produtividade, era fácil responder em tempo relativamente curto a essas novas demandas, ou, no caso de não ser possível elasticar a oferta desses produtos, havia sempre possibilidade

de desviar contingentes desses produtos de exportação para o consumo interno, abatendo assim a erise inflacionária. Evidentemente, esse desvio da exportação para o consumo interno gerava pressão sobre balanços de pagamento e talvez diminuição da importação, mas esse fenômeno era até certo ponto contrabalançado pela relativa mobilidade de fluxo de capitais, permitindo manter certo nível de exportação, graças à importação de capitais. Mas essas condições ideais de agricultura concentrada em elementos básicos, a agricultura de alta produtividade, só foi possível no caso dos Estados Unidos e do Canadá porque eles dispõem de um mercado de alto poder aquisitivo, capaz de suprir as deficiências do mercado interno, de manter uma agricultura de alta produtividade; é o caso do trigo e dos cereais, que encontravam mercados famintos na Europa no século XIX e no começo do século XX. Em segundo lugar, por circunstâncias climáticas, o tipo de produção aí desenvolvido era exatamente o tipo da produção que mais compõe o custo de vida porque se tratava de cereais, trigo e pecuária, tradicionais de zonas temperadas, culturas que se beneficiavam de uma experiência milenar. A pecuária também se beneficiou de longo e quase milenar processo de refino. Em consequência, o problema era apenas transplantar a tecnologia agrícola já existente.

No caso brasileiro, evidentemente, as circunstâncias são inteiramente diversas. Temos uma agricultura que é predominantemente concentrada sobre a produção tropical, a famosa agricultura da sobremesa, que não é a rigor, componente muito forte do custo de vida. Ela tem horizonte de consumo muito limitado. Apenas o desenvolvimento da produção do arroz é fenômeno recente. Éramos até não há muito tempo importadores de arroz; a cultura do feijão data da primeira guerra mundial. De qualquer maneira, em nenhuma das duas culturas temos experiência suficientemente desen-

volvida porque a tecnologia do arroz e do feijão não se beneficiou desse refino milenar de que se beneficiou o trigo; há uma tecnologia que está evoluindo. Em outros produtos tropicais, essa tecnologia não pode ser transplantada, tem de ser redescoberta. Outro caso curioso é o da União Soviética. Aí havia as mesmas condições climáticas do Canadá e dos Estados Unidos, mas a revolução agrária prévia à revolução industrial não foi espontânea, foi compulsória. O processo de coletivização, os "colcozes", processo altamente sangrento, na década dos anos XX, não foi mais do que uma tentativa de industrializar a agricultura, antes do que industrializar a indústria, exatamente para alargar a base de produção primária sobre a qual se erigia o edifício industrial, com grau tolerável de pressão inflacionária. Ainda outro caso curioso: o do Japão, onde houve realmente aumento apreciável de produtividade agrícola que, entretanto, não se pode considerar uma revolução agrária. Foi um tipo de produtividade agrícola que exigiu relativamente pouco capital e criado através de reforma institucional, como a reforma econômica, e, sobretudo, disseminação de conhecimentos técnicos com relativamente pouco investimento de capitais. Não houve mecanização intensiva, não houve desenvolvimento de "combines", como no Canadá e nos Estados Unidos. O que houve foi composição destes fatores: aumento de produtividade com relativamente pouco investimento de capitais e, segundo, grande estabilidade de hábitos de consumo, que fez que o consumidor urbano japonês mantivesse alto grau de poupança porque não sentiu os efeitos do mimetismo urbano. Um tributo pesado sobre a renda total utilizado para subvenção ao desenvolvimento industrial sem que houvesse grande reclamação do consumidor urbano, que se conformou com horizonte de consumo assaz reduzido e estático, contrastando, por exemplo, com a nossa psicologia, que implica em dilatação muito rápida do horizonte de

consumo, dilatação que sentimos, quando o trabalhador rural é transplantado para a faina urbana. Isso nos dá uma série de exemplos históricos, mas não constitui nem rumo, nem solução. No caso brasileiro, nós não nos podemos beneficiar dessa revolução espontânea do Canadá e dos Estados Unidos. Uma revolução forçada, tipo soviético, é extremamente difícil e inaceitável constitucionalmente. A rapidez de hábitos de consumo quase ascética, característica dos orientais, é também muito difícil, impraticável mesmo. O que parece é que temos de sofrer um processo de industrialização batizada com inflação para depois voltar a dilatar a base agrária. Ao invés de dilatar previamente a base agrária, temos de sofrer o choque da inflação para depois voltar a dilatar a base agrária. Isso por duas razões: primeiro, porque, não havendo uma tecnologia altamente desenvolvida de culturas tropicais que possam ser transplantadas maciçamente, é preciso que nós desenvolvamos, nós mesmos, um certo grau de tecnologia, mas o problema é que a consciência tecnológica, a necessidade de melhoramento tecnológico é fenômeno muito mais industrial que rural; é preciso criar uma mentalidade tecnológica na indústria para que ela, de futuro, se transplante para a agricultura. Frequentemente, no caso brasileiro, verificar que os inovadores mais felizes em tecnologia são industriais que cultivam "hobbies" agrícolas e que se aposentaram da faina urbana, adotando atividades agrícolas. Em segundo lugar, a produtividade é sinônimo de mecanização em grande parte e a mecanização, por sua vez, exige a indústria, a não ser que fiquemos eternamente na dependência de instrumentos agrícolas importados. O obstáculo sério é, evidentemente, o problema de balança de pagamentos. Parece que, no caso brasileiro, é inevitável esse processo de uma industrialização um pouco apressada e desordenada, punida com a inflação, inflação assaz severa, para que se crie então a cons-

ciência necessária, a pré-condição necessária ao alargamento da base agrária. Acredito que temos chegado a esse ponto. Atingimos grau ainda pequeno, mas já importante, já sensível, de industrialização. A inflação evidencia cada vez mais uma desproporção entre crescimento da renda industrial e crescimento da produtividade agrícola. Cria-se uma consciência da necessidade aguda da reversão à agricultura, não no sentido absolutamente de volta ao campo, o que seria contrário ao desenvolvimento agrícola, ao desenvolvimento econômico; não no sentido do deslocamento novamente de massas operárias para a agricultura, mas no aumento da produtividade agrícola por processos tecnológicos e mecânicos.

Qual o grau de desequilíbrio existente entre o surto industrial e a base agrícola? Dados recentes sobre a produção agrícola e industrial, computados pela Comissão Mista, indicam que o crescimento do produto real na indústria teria sido qualquer coisa como 140 %, no período de 1939 a 1951. Em outras palavras, tomando-se 1939 como igual a 100, em números-índices, o produto real da indústria manufatureira teria atingido 240 em 1951, ao passo que o produto real na agricultura, tomada como base a demanda, teria evoluído de 100, em 1939, para 125, em 1951. Mas este algarismo é pouco ilusório por que é fortemente ponderado por colheitas de exportação. O "trend" de desenvolvimento da agricultura de exportação e da agricultura de consumo doméstico foi muito diferente. Houve crescimento muito pequeno da produção agrícola para exportação, mas houve crescimento apreciável, de cerca de 70 %, da produção agrícola para consumo interno. Mas o crescimento da produção agrícola foi muito inferior ao ritmo de crescimento da produção manufatureira. Nos outros setores, por exemplo — transportes, o índice foi de 100 para 212; despesas governamentais, de 100 para 147; outros serviços, 100 para 170. Estes, porém são dados menos relevantes. O que se verificou foi

um crescimento bastante acelerado da produção manufatureira e um crescimento moderado da produção agrícola. Em termos de produção *per capita*, houve mesmo ligeiro recuo da produção agrícola total, não recuo da produção agrícola para consumo interno, mas total. Esse fenômeno, sob certo aspecto, é desagradável, mas não é propriamente alarmante pelas razões já anteriormente expostas. Não sendo o grau da nossa produção agrícola do tipo básico, não dispoño nós de mercado externo tão amplo que tornasse possível a concentração no desenvolvimento agrícola, o esforço industrial continuado cria, a longo prazo, condições favoráveis ao desenvolvimento da agricultura. Assim, a revolução industrial foi feita antes da revolução agrária e essa inversão de processos exige um preço e esse preço a pagar é a inflação. A inflação, em nosso caso, só poderia ter sentido por uma política monetária extremamente bem orientada, gerida com previsão de máquina, condição que é incompatível com o estado de subdesenvolvimento do país, que pressupõe subdesenvolvimento inclusive das técnicas administrativas, ao passo que, no Canadá e nos Estados Unidos, por condições estruturais favoráveis, o módulo de providências monetárias basta para manter a inflação em ritmo razoável. Nós, ao contrário, precisaríamos de doses infinitas de sabedoria para nos comportarmos bem perante o fenômeno inflacionário.

Não entra nos meus propósitos discutir aqui a compatibilidade ou incompatibilidade entre a inflação e o desenvolvimento econômico. A inflação, ao contrário do que parece, tem pequena dose construtiva. Keynes costumava dizer que ela constitui um prêmio aos ousados, ao passo que a deflação é um prêmio aos prudentes.

A inflação é uma espécie de lubrificante da economia. Entretanto, em economia tudo é questão de limite. Além de determinado limite todos os fatores positivos mudam de sinal. Saber-se precisamente em que ponto a inflação é elemento

positivo de desenvolvimento para se transformar em elemento negativo, é problema sério.

As vantagens conhecidas do processo de inflação consistem na dilatação das possibilidades de investimentos, que favorecem a ousadia de iniciativas; e por outro lado, na transferência de recursos de classes que se dedicariam ao consumo, para classes que, é de se esperar, devotem apreciável parte de produtos em inversões.

Evidentemente, o preço social é alto e deriva de dois fatores: em outras palavras, a punição social da inflação deriva, primeiro, do fato dos rendimentos transferidos, graças ao sacrifício do consumidor, não serem todos investidos, mas em parte devotados ao consumo sintético. Infelizmente, uma sequele natural da inflação é a propensão à ostentação. De modo que se punem determinados grupos, precisamente os de renda fixa, presumivelmente para o fim de transferir fatores para as classes empresárias.

Se essas classes tivessem mentalidade austera e investissem totalmente esses recursos, o sacrifício do consumidor seria temporário e justificável. O caso é que as classes empresárias, após haverem capturado recursos sob a forma de lucros, os empregam, em parte e às vezes em grande parte, em aventuras edonísticas. Isto, evidentemente, a um preço social sério.

A rigor, só se justifica o consumidor paciente quando o investidor é austero.

O segundo custo social bastante sério é o emprêgo de distorção das inversões.

A inversão tem características interessantes: favorece, de um lado, os investimentos a curto prazo, os investimentos especulativos, em que a reversão se faz em tempo muito curto para criar um novo processo produtivo; ou, então, ao contrário, os investimentos são excessivamente longos, como os de natureza imobiliária. Isso desfavorece toda essa classe intermediária de inversões a médio prazo, que são essenciais para o desenvolvimento econômico.

O ideal seria, então, um nível moderado de inflação, uma alta gentil e suave dos níveis dos preços, de modo a lubrificar a economia, premiar os ousados sem, entretanto, punir demasiadamente os prudentes.

Entre nós parece que a inflação já atingiu o limite, no sentido de que, doravante, as torções sociais já criadas são de tal ordem que os elementos negativos passaram a predominar, cada vez mais, sobre os elementos positivos.

Passemos, porém, ao segundo tipo de desequilíbrio entre a estrutura industrial e a base de recursos naturais.

A consideração desse desequilíbrio é relevante para o balanço de pagamentos. Os nossos problemas de balanço de pagamentos, nos últimos tempos, são rebeldes em consequência da intensidade do processo de industrialização. Como nos demais setores, na última década houve dois períodos diferentes de industrialização — de 1940 a 1945 e de 1946 a 1951.

No primeiro desses períodos, a produção industrial foi moderada: de 100 em 1939 para 137 em 1945. Já em 1946, entretanto, o índice da produção industrial real, manufatureira, que era de 100, atingiu a 240 em 1951.

Um dos meios mais eficazes de incentivo à industrialização foi a política cambial, logo tão malsinada por nos ter levado a uma crise de balanço de pagamentos. No decorrer do pós-guerra, verificou-se gradualmente uma supervalorização do cruzeiro, decorrente de que a inflação estava combatendo o poder aquisitivo do cruzeiro, mantendo-se, entretanto, fixa a taxa cambial. Ao mesmo tempo, estabeleceu-se o controle das importações, que, vedando ou dificultando as importações de produtos similares, deu lugar ao efeito protecionista muito débil das tarifas obsoletas. O resultado compósito foi uma alteração dos incentivos de lucros: o setor da produção para exportação passou a ser desencorajado pela taxa cambial supervalorizada. O setor da produção interna, particularmente,

o industrial, passou a ser subvencionado. A indústria obtinha combustíveis, matérias-primas e equipamentos a uma taxa cambial favorável e via-se protegida contra a concorrência estrangeira pelas licenças de importação.

Essa política de supervalorização cambial tem sido ferozmente criticada e constitui, segundo os ortodoxos, um pecado capital. Realmente, vários resultados desfavoráveis têm sido apontados. Em primeiro lugar, desencorajando-se as exportações, do que redundaria eventualmente uma crise de balança de pagamentos, diminuindo a capacidade de importar; em segundo lugar, favorecendo-se uma industrialização artificial, baseada em matérias-primas e combustíveis importados, em vista de ser mais fácil importar do que desenvolver recursos internos.

Essa visão ortodoxa é demasiado dogmática. Acredito pessoalmente que até cerca de meados de 1950 a política cambial pecaminosa trouxe mais benefícios do que desvantagens. O divisor de águas estaria entre 1950 e 1951. É indiscutível que a crise já se teria manifestado em 1945, não fôsse a melhoria de preços do café que possibilitou a prosperidade no setor da exportação, mesmo a uma taxa cambial supervalorizada. A partir de meados de 1950, já a política cambial se tornou perigosa. A pressão punitiva sobre as exportações se tornara grave, a industrialização sofria enorme pressão sobre a importação de matérias-primas e combustíveis. Infelizmente, o projeto do mercado livre só foi aprovado um ano após, quando a pressão sobre a balança de pagamentos havia atingido limite catastrófico.

Quais as vantagens da política cambial pecaminosa? Primeiro, era uma política estimulante de industrialização e, portanto, dilatadora do mercado interno. Conquanto o crescimento da industrialização tenha excedido a base de recursos naturais, isto é um fenômeno alarmante, apenas se contemplado estaticamente. Em termos dinâmicos,

expandiu-se um mercado de matérias-primas que vai daí por diante tornar remunerativo o desenvolvimento de matérias-primas locais. Com um mercado de 19.000 toneladas de cobre, não valia a pena pensar em desenvolver jazidas difíceis, como a de Camaquã. Com um mercado de 40.000 toneladas, o problema é diferente. Com um mercado de 31.000 toneladas de enxofre, o desenvolvimento da fabricação à base de piritos é muito menos atraente do que se o mercado se dilata até 100 e 120.000 toneladas.

Assim, paradoxalmente, a industrialização, apesar de que cria pressão sobre a balança de pagamentos, tornando rígidas certas importações, de outro lado cria condições de mercado interno indispensável para um esforço sério de desenvolvimento de recursos naturais.

Mesmo no tocante a combustíveis, é lícito dizer que o crescimento espetacular do consumo, que constitui uma nuvem negra no balanço de pagamentos, é parte do fenômeno de criação de um mercado que ficará como esforço sério de prospecção e pesquisa. Aqui, entretanto, o fenômeno é realmente alarmante. O crescimento da importação de combustíveis, tomando-o em 1939 como 100, foi para 269, ao passo que a importação de matérias-primas e manufaturas subiu para 191 e a produção industrial para 240. O ritmo de consumo de combustíveis excede de muito o ritmo do crescimento industrial. O que se verifica é uma combinação de:

a) expansão de consumo industrial; b) expansão do consumo por substituição; c) deslocamento de outros combustíveis (lenha e carvão) revelando o efeito da taxa cambial.

Estamos até aqui nas causas estruturais sensíveis do desequilíbrio de pagamentos. Quais as causas próximas?

O desequilíbrio de pagamentos tem sido interpretado como resultado da liberação de importações. Na realidade, é uma combinação

de fatores: a liberação de importações explicaria apenas um fator aceitável de desequilíbrio. O que agravou enormemente a situação foi o fundo de exportações. Entre 1951, esta caíra de mais de 6 bilhões de cruzeiros, ao mesmo tempo que tínhamos de importar trigo, de sorte que a relação entre preços de exportação e preços de importação era em nosso desfavor e o afluxo de cambiais estrangeiras se mostrava estagnado. A política cambial de supervalorização, aceitável até 1950, ou começo de 1951, tornou-se extremamente perigosa após essa data.

A presente crise de pagamentos externos dramatiza um dos problemas cruciais dos países subdesenvolvidos: o desenvolvimento econômico por si só tende a gerar uma demanda de importações por dois motivos: primeiro, porque o emprego de capital exige grande dose de equipamento industrial; segundo, porque a elevação do nível de renda tende a provocar uma demanda derivada de importações.

A redução do segundo dos nossos desequilíbrios exige um tratamento complexo, baseado em medidas de caráter genérico com a contenção da inflação:

- 1) regulamento cambial de modo a estimular as exportações;
- 2) restrições à importação;
- 3) esforço de substituição de importações mediante o desenvolvimento de produção interna de certas matérias-primas (enxofre, cobre, petróleo) e semimanufaturas (cimento, celulose, papel, álcalis).

Passemos ao terceiro desequilíbrio, que se manifesta na estrutura dos investimentos.

O desenvolvimento econômico equilibrado exige certa proporcionalidade, tecnicamente definida, entre os chamados serviços de infraestrutura (transportes, energia, indústrias básicas) e as indústrias de transformações de superestrutura.

Normalmente os serviços de infraestrutura atuam como pontos de germinação e devem preceder o desenvolvimento da superestrutura. Ora, no Brasil, o que se verificou foi relativa estagnação dos setores

básicos, criando os conhecidos pontos de estrangulamento. Houve, por exemplo, crescimento desequilibrado do sistema de transportes. Houve subinvestimentos e mesmo desenvolvimentos no setor ferroviário e na navegação costeira, e verificou-se crescimento mais dinâmico nos setores rodoviário e aeroviário.

Os seguintes índices são a propósito significativos.

O volume dos serviços no setor de transportes, tomando-se o ano de 1939 como 100, em termos de números-índices, exprimem-se do seguinte modo:

Os serviços ferroviários passaram do índice 100 em 1939 para 129 em 1951. Os transportes urbanos — os bondes — passaram de 100 para 115. No setor rodoviário, entretanto, o crescimento foi de 100 para 300! No da navegação, foi de 100 para 220. No caso aeroviário, os números-índices, tomados a rigor, dariam impressão inteiramente distorcida, porque, partindo de base insignificante em 1939, chegaram a algarismos astronômicos. Deslocada a base para 1946 e tomado o índice 100 para esse ano, verificamos que passou a 295, em 1951.

Que resultou, então? É que feneceram ou estiolaram precisamente aquelas formas de transporte que, de um lado, são mais adequadas à movimentação de massas regulares a longa distância, movimentação essa exigida pelos industriais; e, de outro lado, se enfatizaram os tipos de transporte que são os maiores consumidores de divisas, porque dependem mais de equipamentos importados e envolvem uma taxa unitária de combustível importado também maior.

Esse desequilíbrio estrutural se apresenta com características assaz sérias.

O segundo desequilíbrio é no setor energia elétrica, já tão competentemente abordado pelo Dr. Junqueira Aires.

A rigor, à primeira vista pareceria não ter havido retardamento no setor energia elétrica, porque o produto real da indústria de energia elétrica subiu de 100 para 250,

ao passo que a produção manufatureira ascendeu de 100 para 218.

Se analisarmos a fundo o crescimento da geração de energia elétrica, verificaremos que o que houve foi sobrecarga no sistema existente e maior fator de carga, antes que expansão das instalações. A expansão da capacidade instalada foi elevada de 100 para 160, no período considerado, e a produção foi de 100 para 156, o que revela que o aumento da geração foi feito à custa do desgaste e sobrecarga do equipamento existente, e não refletiu propriamente um ritmo satisfatório de investimentos.

Além disso, deve ser muito superior ao da produção industrial, porque a geração elétrica é normalmente múltipla. A taxa de crescimento da geração elétrica é múltipla, e múltiplo apreciável: três ou quatro vezes o ritmo do crescimento da produção industrial.

No caso brasileiro, houve aumento do consumo doméstico como resultado da urbanização e da mecanização das atividades domésticas. Também houve desproporção no ritmo do crescimento das indústrias, com crescimento maior precisamente das indústrias que são maiores consumidoras de energia elétrica (indústrias químicas e indústrias metalúrgicas) e um ritmo de crescimento menor nas indústrias que consomem menos energia (tecidos e produtos alimentícios).

Acontece que nas indústrias de tecidos e de produtos de alimentação predomina um resultado: o índice geral da produção manufatureira não é, a rigor, de valor analítico para se comparar com o índice de produção de energia elétrica. Se tomarmos os setores industriais, verificaremos o crescimento enorme exatamente daquelas indústrias que são as maiores consumidoras de energia elétrica. As indústrias metalúrgicas, por exemplo, de 100 passaram para 1954; as indústrias de elaboração de minerais não metalúrgicos passaram de 100 para 139; as indústrias de papel, de 100 para 222; as indústrias de equipamentos de transportes, de 100 para 367. O

índice se limitou a 218, graças à ponderação muito grande da indústria têxtil e de produtos alimentícios, que cresceram de 100 para 173, no caso têxtil, e de 100 para 149 no de produtos alimentícios.

Já temos uma enfadonha lista de desequilíbrios. Passemos ao último, para terminar. É o desequilíbrio na distribuição da renda regional.

Podemos, grosso modo, classificar o Brasil em três áreas: uma de renda alta, outra de renda média e outra de renda baixa. A de renda alta é o Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul; a de renda média compreende o Estado do Rio de Janeiro, os de Santa Catarina, Espírito Santo, Minas Gerais e Mato Grosso. A de renda baixa engloba os demais Estados.

Verifica-se que a área de renda alta, o núcleo central, digamos, que em 1939 representava 52,8 %, quase 53 %, da renda nacional, passou a representar 61 %, ganhando terreno, portanto. As áreas de renda média diminuíram de 22,04 % para 19,5 %, e as de renda baixa decresceram ainda mais — de 24,8 % para 19,6 %.

O fenômeno brasileiro reflete, em escala nacional, o que se verifica no mundo em escala transcontinental: o enriquecimento cada vez maior das áreas ricas, o enriquecimento apenas moderado, em alguns casos estagnação e até empobrecimento das áreas retardadas, com alargamento da brecha entre países ricos e países pobres.

No caso brasileiro houve dilatação da brecha entre as áreas desenvolvidas e as menos desenvolvidas. A proporção da renda regional em relação à renda total é um dos índices desse desequilíbrio. Outro, é a evolução da produção industrial. Os Estados industrializados se tornaram ainda mais industrializados. São Paulo, por exemplo, que em 1939 respondia por 33 % da produção nacional, em 1949 passou a responder por 48 %. O Distrito Federal, ao contrário, perdeu terreno: de 22,3 % em 1939 baixou para 13,4 % em 1949. Quatorze outros Estados de alguma sig-

nificação industrial perderam terreno: de 16,4 % baixaram para 11,7 %.

Outro índice é a estrutura da distribuição populacional. São Paulo foi o Estado em que a percentagem da população ocupada em indústrias secundárias a atividades terciárias aumentou mais rapidamente; ao passo que houve repressão ou estagnação da percentagem da população empregada em atividades secundárias e terciárias, em muitas outras áreas.

Tomemos, por exemplo, em São Paulo a percentagem da população empregada na agricultura em relação à população total ocupada. Baixou de 63 %, que era em 1920, para 55 % em 1940 e 45 % em 1950. No Rio Grande do Sul, esta evolução foi de 65 % para 59 %. No Paraná, apesar da expansão agrícola que se vem processando, houve redução de 75 % para 68 %. Já nas áreas menos desenvolvidas houve redução apreciável, como aconteceu com Pernambuco. Mas nos outros Estados do Nordeste houve quase estabilização da percentagem da população ocupada em atividades primárias, e, em muitos casos, se registrou aumento, como ocorreu no Piauí.

Houve redução muito pequena no Estado de Minas Gerais: de 79 % em 1920 para 73 % em 1940 e 67 % em 1950.

Além desse processo de retardamento, de defasagem nas áreas de crescimento, há uma perda de substância inerente a esse desequilíbrio regional e que é a natureza artificial. Os sistema fiscal, dada a predominância do imposto de consumo em relação ao imposto de importação, provocou aumento de regressividade desfavorável às áreas subdesenvolvidas. Além disso, as relações de troca, a saber, os preços pagos por essas áreas subdesenvolvidas pelos seus produtos de importação, comparativamente aos seus produtos de exportação, evoluíram desfavoravelmente. Isso resulta de que as áreas subdesenvolvidas exportavam para o exterior a uma taxa cambial supervalorizada e importavam comparati-

vamente pouco do exterior. Importavam mais as áreas desenvolvidas do sul, cujos preços refletiam um coeficiente inflacionário alto. Portanto, houve uma perda nas relações de troca.

O terceiro fator de agravamento do desequilíbrio regional é evidentemente a sangria humana, a exportação do capital humano. Essa exportação envolve u'a mudança na faixa de distribuição da população em idade produtiva. Importavam-se homens válidos, de ordinário, e apenas mais tarde chamavam a família. Em consequência, nas áreas de emigração, baixa a percentagem da população em idade produtiva, em relação à população total, ao passo que nas áreas recipientes aumenta a percentagem da população em idade produtiva, em relação à idade total.

A correção desses desequilíbrios regionais é matéria cósmica, complexa e difícil, em que o economista tem relativamente pouco que dizer. O problema é social e político, tanto quanto econômico, talvez mais, mesmo, do que econômico. O economista se limitaria a formular duas possíveis soluções, que consistem na teoria aristocrática e na teoria humanística. A primeira seria preferida pelos economistas. Eles raciocinariam da seguinte maneira: os investimentos devem ser concentrados nas áreas de maior produtividade, para que se obtenha um ritmo maior, total, enorme de crescimento. Portanto, não se deve contrariar esse *trend* para a concentração de capital nas áreas mais desenvolvidas, porque ali ele é mais produtivo e, sendo mais produtivo, gerará incremento maior da renda nacional. Isso permitirá aumento na taxa de poupança e esta permitirá a capitalização não só dessas áreas mas, subsequentemente, a transferência de capitais para as áreas subdesenvolvidas. Mas isto somente depois, num compasso de espera.

O problema é este: existe compasso de espera?

A teoria humanitária parte de ponto de vista diferente. Pela teoria humanitária o propósito do de-

seenvolvimento econômico é o bem-estar. E, seguramente, o desequilíbrio entre regiões não é o conducente ao bem-estar. Geram-se tensões sociais, gera-se a inveja econômica no sentido de um clima permanente de revolta. Vale a pena, portanto, um esforço de redistribuição de fatores para sustar esse desequilíbrio. Da mesma forma que nas crises internacionais se procura sempre uma redistribuição coordenada de esforços pelos países em piores condições.

Também há possibilidade de uma terceira teoria, que seria conciliatória das duas anteriores. Seria uma teoria intermediária, em virtude da qual não seria justificado se deixasse de aplicar recursos financeiros em certas áreas por considerações de produtividade. Ter-se-ia de fazer um esforço de investimento nas áreas onde a remuneração do capital seria inferior, mesmo em percentagens mais reduzidas. Poder-se-ia, então, conciliar os dois propósitos: manter o desenvolvimento das populações bem dotadas, mas também providenciar o desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas, nas quais se viria sempre a obter algum resultado.

O problema é extremamente complexo e não cabe em uma exposição desta ordem. Basta a sua consideração no momento. Dever-se-á ter sempre em conta a questão do crescimento nacional. Em suma, eu proporia uma solução que se desenvolveria em certos postulados. O primeiro deles seria o reconhecimento de que o processo inflacionário já atingiu limite de vida útil. Creio que já se torna perigoso, donde a necessidade da aceitação de medidas anti-inflacionárias, quer na esfera fiscal, quer na esfera creditícia. O segundo postulado estaria no reconhecimento da necessidade da formação social que exigiria a figura do consumidor prudente e do investidor austero, donde a necessidade da aceitação de medidas que visem canalizar todos os fundos investíveis para fins de alta prioridade social, limitando, mesmo compulsoriamente, se fôr ne-

cessário, as aberrações resultantes da escolha individual do investidor.

O terceiro postulado seria o reconhecimento da responsabilidade crescente do Governo na provisão de serviços de infra-estrutura — os serviços básicos de energia e transporte — procurando-se, através de tributos e outras modalidades, a orientação do investimento; isto é, desviar recursos do consumo suitário para investimentos produtivos.

Essa questão é totalmente diferente da questão de natureza filosófica de saber se a iniciativa governamental é preferível e mais eficiente ou menos eficiente, portanto não preferível, em relação ao investimento privado. Do que se trata é apenas de reconhecer que

alguém deve prover os serviços de infra-estrutura, e provê-los com urgência. E dada a dificuldade de se ressuscitar a curto prazo a iniciativa privada, o Governo deve fazê-lo, procurando ao mesmo tempo, na medida do possível, criar condições atraentes para a participação privada.

O quarto postulado seria a programação e coordenação de investimentos baratos nos setores básicos, tanto no setor público como no setor privado. Finalmente, o quinto seria um esforço para atenuar os desequilíbrios regionais, para diminuição da tensão social, sem, entretanto, sacrificar os elementos dinâmicos de desenvolvimento econômico nas áreas mais progressistas.

PROBLEMAS DO BRASIL

DO

Coronel ADALARDO FIALHO

(Prêmio "Carlos de Laet" da Academia Brasileira de Letras)

2ª Edição

• Encontram-se à venda, na Redação desta Revista e na Seção de Venda de Livros e Manuais Militares do Ministério da Guerra, os últimos exemplares desta limitada edição.

• Trata-se de uma coletânea de assuntos de cultura geral, focalizando problemas palpitantes e de interesse permanente do Brasil.

• Incluído na bibliografia do Concurso para a Escola de Estado-Maior.

PREÇO: CRS 30,00

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra

Rio de Janeiro



A Gruta Ricardo Franco, ao pé do Forte de Coimbra

SUA BELEZA SEM PAR E A VIRTUDE MEDICINAL
DE SUAS AGUAS

Pelo General SILVEIRA DE MELLO

Quando cheguei ao Forte de Coimbra, em julho de 1953, para visitá-lo novamente e assistir, pela segunda vez, à festa da Padroeira desse velho baluarte, encontrei lá uma equipe de oficiais e sargentos de Aquidauana e Bela-Vista, que também ali chegavam para participar das festividades. Terminados os festejos esportivos e religiosos, giramos pela velha praça de guerra e pelos morros adjacentes. Estes sítios figuram entre os mais pitorescos de nossas fronteiras ocidentais.

O jovem e dinâmico comandante, capitão Estavro Sava, reservou aos visitantes para o último dia uma visita à suntuosa gruta, que os antigos chamaram GRUTA DO INFERNO, mas que a gente dali passou a chamar BURACO SOTURNO. Todavia, como direi depois, a essa maravilha cabe, sim, o nome de gruta, mas não do inferno; nem lhe quadra o exótico nome de bu-

raco, porque é uma obra-prima da natureza, construída através de séculos no sub-solo de um morrete, a cinco quilômetros do Forte.

Quando me avisaram que estava na hora de partir para a gruta, achava-me ocupado com outros assuntos da história do velho Forte. Vacillei um momento se devia ou não acompanhar a comitiva. Pareceu-me que estava desculpado dessa visita, pois, já havia lido o bastante nas descrições e referências antigas e recentes, a respeito da notável gruta. Ouvira impressões de camaradas, que a visitaram demoradamente, e possuía dela as melhores fotografias. Entendi, ao de leve, naquele instante, que, para avaliar da beleza da portentosa fuma, já não carecia de observá-la com os próprios olhos.

A dubiedade, porém, foi rápida e fugaz. Não passou do sub-consciente. Assim que recuperei o equilíbrio do pensamento, um cortejo

de idéias novas desfilou-me pelo espírito. Em verdade, quem pouca os pés nestes sítios memoráveis sairá daqui pagão e herege se não assuntar por miúdo, com a mente e com os olhos, quatro reminiscências históricas: o imponente estreito de S. Francisco Xavier, de paredões empinados, onde esbarrou em 1775 o capitão Ribeiro da Costa; o velho baluarte que assegurou ao Brasil o domínio da região meridional de Mato Grosso; a imagem histórica de N. Senhora do Carmo, Padroeira do Forte, que lhe salvou a guarnição em duas pugnas memoráveis; e, em quarto lugar, a célebre gruta de que vamos tratar.

Ora, eu já conhecia objetivamente aquelas três primeiras maravilhas; não, porém, a gruta. Portanto, para ser judicioso, precisava sentir e ver esta quarta preciosidade. Dou graças a Deus de assim ter refletido e de haver-me decidido a ir contemplar aquela fascinante arquitetura natural. E estou a dizer a quem ainda não a visitou: — venha contemplá-la e ficará deslumbrado. Dirão também, comigo, os que já a visitaram uma vez, que não mais encontram sabor nas descrições e relatos que dela tenham lido. Um só desejo concebem: visitá-la de novo, tal o encantamento e a variedade de seus aspectos. Realmente, tudo que se tem divulgado a seu respeito está em idênticas condições, de dimensões e beleza, que experimentam os que apreciam filmes e gravuras da basílica de S. Pedro em Roma, e vão contemplar depois as realidades daquela grandiosa arquitetura.

Ora bem, pelo que acabo de narrar, longe de mim descrever a maravilhosa gruta. Todavia, se não tenho o engenho de fazê-lo, tenho o dever de concitar a gente de bom gosto que venha maravilhar-se de um dos mais estupendos monumentos naturais construído em milênios pela ação química das águas, no seio das rochas.

Além do belo e do grandioso, que encherá os olhos e a imaginação de quantos ali forem contemplar a sumptuosa gruta, outro espetáculo magní-

fico se lhes apresentará naqueles sítios históricos, ao pé do velho baluarte: são as epopéias de sacrifícios, de intrepidez e de fé que recordam estes sertões bravios de outrora, onde nossos antigos soldados e milicianos montaram guarda e travaram duros prélrios para sustentação de nossas fronteiras.

A seu tempo virão aqui aparelhos de filmagem e instrumentos topográficos para tomarem as dimensões, relevos, cores, aspectos dos compartimentos, galerias, ramificações e escaninhos do magnífico labirinto. De minha parte, uma vez que não ousou descrever as belezas e encantos destes lugares históricos, tentarei, ao menos, apresentar uma notícia da quarta maravilha destes pagos, a magestosa gruta, que chamarei, não por aqueles nomes vulgares e inexpressivos, mas pelo de RICARDO FRANCO, o grande soldado, que por primeiro a descreveu e que lhe deu notoriedade.

OS ARREDORES DA GRUTA E A SUA POSIÇÃO

A gruta está situada, como se vê do desenho n. 1, à meia encosta de um morrete, apartado ligeiramente do estirão de morros que forma o maciço de Coimbra. Fica a 5 km de percurso para o norte do Forte e a 500 m do rio. À beira deste, 400 m a nordeste da entrada da gruta, acha-se outro morrete isolado, conhecido por Morro da Onça. O morrete da gruta é formado de dois pequenos mamilos separados por ligeiro colo, de direção leste-oeste.

Dois caminhos levam à gruta, um pela encosta leste dos morros, passando pelo campo de aviação, outro, contornando-os pelo oeste. Seguimos o primeiro itinerário até o ponto em que o rio oscula a extremidade norte dos morros; infletimos daí para a esquerda, costeamos o rio mais de um quilômetro e, quando o taxímetro do caminhão marcou 5.100 m, atingimos a base do morrete. Sobe-se daí uns 180 m por um alicive de 12 a 15 % e chega-se à boca da gruta. O morrete,

como os mais morros de Coimbra, de uma e outra margem do rio, está coberto de vegetação, de médio e pequeno porte, em grande parte espinhenta, própria de solo calcáreo, da qual sobressaem, aqui e ali, alentadas touceiras de tunas e, de longe em longe, altas copas de figueiras silvestres, paineiras e carandás, éstes nas encostas.

A entrada da gruta não se apresenta à frente dos olhos, como uma porta, mas aos pés do espectador, como a boca de uma cova que entra pela terra adentro. É tão pequena, relativamente, que se não houvesse a trilha que para lá conduz, poderia ficar despercebida a quem percorresse o morrete em todos os sentidos. O que lhe serve de marca é uma figueira secular. Esta velha árvore, no entanto, por si mesma não lhe serviria de distintivo característico, porque naqueles morros outras há daquele porte. De fato, a entrada da caverna só é vista por um lado da árvore, como se fôsse um óco, no rés do chão, do velho tronco. Os que passam por trás da figueira não vêm a boca da caverna, porque ela fica encoberta pelo tronco; e os que cruzam de largo alguns passos, abaixo ou acima, não dão por ela. A razão é simples. A entrada da gruta não tem fachada, como a porta de um edifício, mas, muito ao contrário, abre-se, como cova de fera, ao pé da possante figueira. As grossas raízes da velha árvore, enroscadas e entrecruzadas, e que servem de moldura à entrada da gruta, e que, penetrando-lhe pela abóbada e pelas paredes, dão a idéia de que servem de vigamento à crosta rochosa que cobre e esconde a estrutura subterrânea da colossal caverna. Essa velha figueira exerce ali a dupla função de marco e de ornamento. Alterosa e robusta, mas já agora mutilado um grosso ramo, talvez por um vendaval, talvez por um raio, ela se sobrepõe de tal modo à vegetação circunjacente, que parece foi ali plantada a pro-

pósito para guardar aquela recôndita maravilha.

O cliché n. 2 dá idéia do estado atual da velha figueira e da moldura que suas raízes emprestam à pequena boca da enormíssima caverna. O desenho que Severiano da Fonseca apresentou em 1875, figurando a velha árvore e a entrada da gruta, não corresponde à realidade. Talvez o escritor o desenhasse depois, fazendo apêlo à memória (1).

A FORMAÇÃO DAS GRUTAS E DAS ESTALACTITES

Formam-se cavidades naturais nas rochas quando nelas ocorrem fendas ou quando elas contêm elementos suscetíveis de desagregação ou decomposição pelas águas. As águas, penetrando pelos pontos vulneráveis, atacam as partes de menor resistência, solapam-nas e formam bôlsas. Os detritos carregados para fora dão lugar a novos espaços vazios. Estes se alargam e se unem e a pouco e pouco, no correr dos anos ou dos séculos, formam lapas, grotas, furnas, cavernas, grutas, etc.

Predominando, como predomina, o elemento calcáreo no terreno de Coimbra, onde se acha a gruta, expliquemos como se processa ordinariamente a formação de uma gruta, nessa espécie de terreno. A pedra calcárea, o calcáreo bruto e o mármore, que a química designa por carbonato de cálcio, para chegarem à cal, usada nas construções, passa por três estádios: o calcáreo bruto (CaCO_3), a cal viva (CaO) ou óxido de cálcio, e a cal extinta ($\text{CaO.H}_2\text{O}$), ou hidróxido de cálcio. A cal viva não se encontra na natureza. Ela é obtida industrialmente pela calcinação da pedra calcárea. Como, porém, a natureza faz a transição do calcáreo bruto para a cal extinta, sem passar pela calcinação? Na indústria e nos laboratórios a passagem do primeiro para o terceiro estágio se processa, violenta e rapidamente, sob o efeito

(1) "Viagem ao Redor do Brasil", 1º vol., pág. 275.

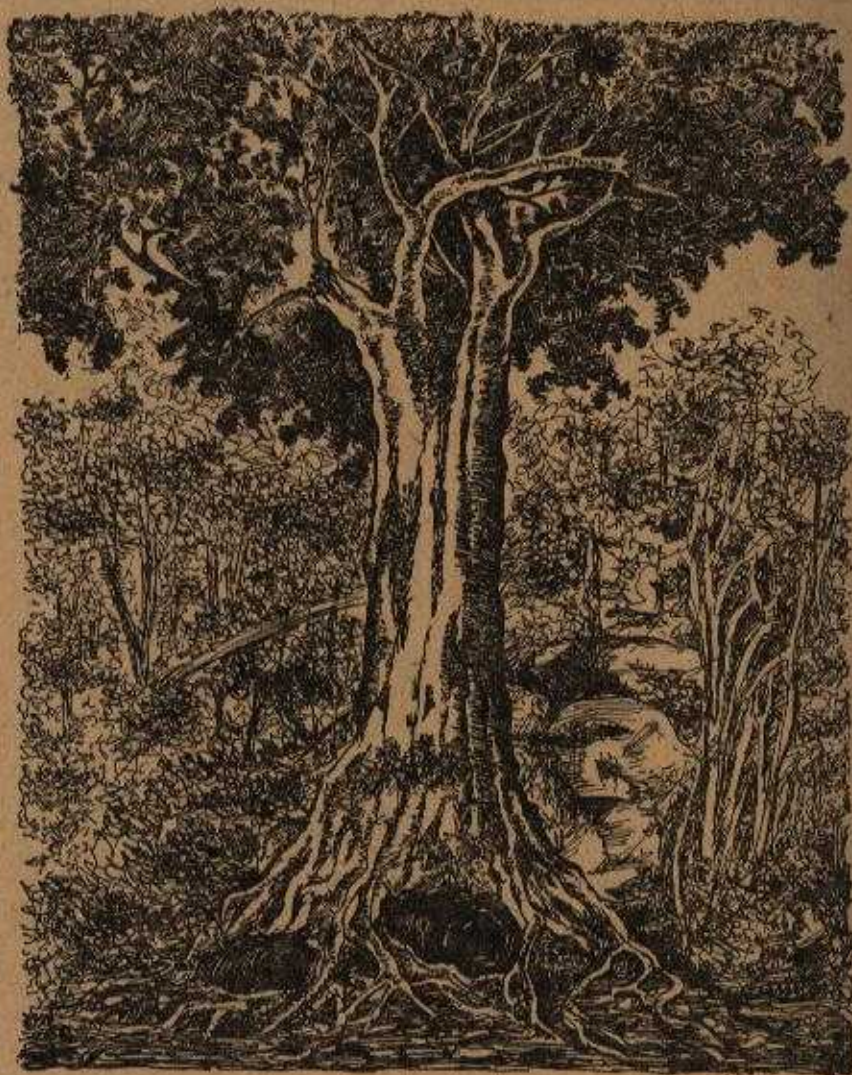


Fig. 2 — A colossal figueira e as duas bocas ao seu pé que dão entrada à gruta

de uma enérgica reação química ou de alta temperatura nos fornos de calcinação. O processo da natureza é vagaroso; realiza-se pela ação da água, com a ajuda das variações de temperatura e dos mais agentes naturais, lentamente, no correr de séculos, sem dar a per-

ceber. Eis por que a formação do óxido de cálcio, ou da cal viva, não se conhece na natureza. Não se pode dizer, todavia, que a natureza dá um salto, de uma a outra operação. Não dá um salto mas um passo de câmara lenta, que dura anos e séculos. Durante esse passo

é que se processa a transição do calcário bruto para a cal extinta, sem passar aparentemente pelo óxido de cálcio ou cal viva.

Vejamos agora, no fenômeno da formação das grutas, isto é, nas operações de decomposição do calcário, como se explica a presença ali desses curiosos ornamentos chamados estalactites. Para tornarmos mais limpa esta explicação, vamos traduzir para aqui a palavra de um técnico do assunto, inserta no ótimo dicionário espanhol ESPASA:

"*Estalactite*, do gr. stalaktós, que cai gota a gota.

"Em qualquer parte que a água filtre através de uma rocha calcárea dissolve uma parte desta rocha, chega depois a um espaço novo, tal como uma caverna, e ressuma da abóbada ou das paredes laterais e forma uma gotinha cuja umidade se evapora logo no ar, ficando em seu lugar um delgado depósito circular de matéria calcárea. Segue-se outra gota que acrescenta nova camada à camada precedente. Com o tempo estas adições sucessivas produzem uma longa projeção, irregular, cônica e geralmente ôca, na abóbada da caverna, projeção que vai crescendo sem cessar em consequência do acesso contínuo da água carregada de material calcáreo; esta água, evaporando-se, deixa um ligeiro depósito que, adaptando-se à extremidade inferior da estalactite já começada, alonga-se sem cessar, do mesmo modo que se formam os flocos de neve. Quando a água, que se contém na pedra de cal dissolvida, mana em excesso e não é possível evaporar-se de todo sobre a estalactite, cai ao solo da caverna, evapora-se e forma onde cai um depósito, verdadeira estalactite (invertida), que se eleva de baixo para cima em vez de pender do céu da abóbada. Contudo, para distingui-la da primeira se lhe dá o nome de *estalagmite*. Sucede muito a miúdo que a estalactite, suspensa da abóbada, e a estalagmite formada imediatamente abaixo pelo excesso da água, crescem ambas

(em sentido contrário) até unir-se, e constituem colunas ou pilares naturais que parecem sustentar o teto da gruta. As formas caprichosas que tomam as estalactites e a estas colunas naturais devem as cavernas o seu aspecto interessante e fantástico que fere a imaginação dos que as visitam pela primeira vez."

EM PLENA GRUTA

Entra-se na gruta, descendo verticalmente uns 2m,50, por uma tóscas escada de madeira arranjada pelo pessoal do Forte. Há duas bocas justapostas, cada uma delas menor que o vão de uma janela comum, de tal sorte que não pode passar por elas mais que uma pessoa de cada vez. Uma só, porém, é aproveitada, porque ambas se abrem para a galeria a quatro ou cinco palmos da superfície. Daí segue a galeria, cada vez mais larga e alta, por um declive de uns 40°, juncado de grandes pedras soltas. A 5m da entrada, a galeria inflete para a esquerda e amplia-se mais e mais. Desce-se o íngreme declive, pisando e escorando-se em matações caídos do teto e das paredes. Esses grandes blocos de rocha, em desordem, formam os degraus da ex-abrupta escadaria, que dá acesso à grandiosa caverna. Coam por ali, cada vez mais tênues, escassos raios de luz vindos da entrada. E quando começa a fazer-se necessária a iluminação artificial: faches, velas, projetores de luz, lâmpadas elétricas. Ultimamente, o comandante mandou instalar fios para iluminação elétrica, cuja energia é fornecida por um motorzinho a gasolina, trazido de cada vez para a entrada da gruta. O comandante pretende melhorar também as condições da descida mediante arranjo nos degraus de pedras ali caídas desordenadamente, e um arame resistente estendido, ao alcance dos visitantes, à guisa de corrimão.

Depois que se anda uns 40 m, calculados a nível e de uns 25 a prumo, a galeria abre-se num amplo e magestoso salão. Todas as luzes feitas ali pelos soldados que prece-

diam a comitiva, inclusive as da instalação elétrica, eram insuficientes para iluminar aquele vasto recinto. Tinha-se a impressão de penetrar num anfiteatro de uns 50 m de extensão, 30 de largura e 12 a 15 de alto. O pavimento é inclinado para a direita de quem desce. A parte esquerda, mais alta, está coalhada de enormes calhaus, tombados por desagregação das paredes e do teto. O lado direito, inferior, uns 2 m abaixo do plano médio do pavimento, e ligado a este por uma rampa, forma uma piscina natural, de água cristalina, ligeiramente salobra, onde os visitantes costumam banhar-se à vontade. Esta água, mandada analisar em 1937 e 1940, revelou ricas propriedades terapêuticas, mercê de seus sais minerais.

O pavimento está coberto de alva camada de, tenuíssima poeira (dir-se-ia areia), proveniente da decomposição do calcáreo. O teto do vasto salão é ligeiramente arqueado em forma de abóbada e pendem d'ele, aqui e ali, como grossos pingentes ou jorros de lágrimas petrificadas, curiosas formas de estalactites. Algumas tocam o pavimento, formando soberbas colunas

que parecem talhadas para sustentar a colossal abóbada. Outras, invertidas, as estalagmites, alçam-se do solo a prumo das que pendem do alto, como a querer osculá-las. Es-corre pelas paredes, lento e lento, em consistência leitosa, o mesmo material decomposto pelas águas. Dir-se-ia que andou pelas arestas e saliências das paredes uma brocha de gigante a dar-lhes pinceladas de cal, de alto-abaixo. Sobre os matações recostados às paredes, o der-rame leitoso se processa de tal arte que eles parecem cobertos de tapetes, caídos molemente sobre eles.

O cliché n. 3 é de uma fotografia do primeiro salão, tirada com luz de flashes. A direita vêm-se as águas da piscina e ao alto as grossas lágrimas petrificadas das estalactites. A coluna, ao centro, engrossada no correr de séculos, resultou do encontro de estalactites e estalagmites combinadas. As pessoas, vistas ao fundo e aos lados, dão idéia das proporções do gigantesco salão.

GRANDIOSIDADE DA GRUTA

Ninguém até hoje conseguiu conhecer a extensão, a compartimen-



Fig. 3 — Deslumbrante aspecto do 1º salão da gruta

tação, o ponto ou pontos terminais do encantado palácio subterrâneo. Só viremos a tê-los mediante metuculozo levantamento planimétrico e nivelamétrico, que lhe configure o traçado, os ramais, o perfil longitudinal, as secções transversais. Assim procedendo, chegar-se-á a conhecer o vasto labirinto, sua comunicação com o terreno exterior, e aonde irá ele desembocar, se no rio ou alhures.

Alguns visitantes afoitos conseguiram atingir sete salas sucessivas, separadas a espaços por galerias, túneis ou corredores, cada vez mais difíceis de percorrer. No geral, os visitantes mais animados não ultrapassam a 5ª sala. Houve, entretanto, duas equipes mais arroçadas, que chegaram à 9ª sala. Esta é a última conhecida.

Os itinerantes para chegarem à 1ª sala, talvez a mais suntuosa, descem uns 25 m. Depois ainda continuam a descer até a 3ª sala, mas não mais que uns 5 m. Ao todo, pois, uns 30 m é o que se desce no interior da gruta. A partir daí, tem-se a impressão de não haver quebra no perfil vertical, senão altos e baixos no anfractuoso percurso, através de galerias e salas sucessivas.

A mais grandiosa de todas as salas conhecidas, no dizer dos visitantes, é a primeira. Outras há tão qu mais suntuosas e ricas, não porém mais alterosas. Depois dela vem a 2ª e a 3ª, menos altas, mas quase tão amplas como aquela. As mais salas, que se seguem, diminuem de amplitude e altura, sem perder a riqueza e os labores, porque, mais afastadas e difíceis de atingir, não sofrem mutilações praticadas pelos visitantes.

Depois da 1ª sala corre mansamente um filete de água pelo pavimento. Após a 3ª sala êsse filete engrossa e chega a 30 ou 40 centímetros nalguns pontos, no tempo da estiagem. Na estação das cheias, a água interrompe totalmente o percurso além da 1ª sala. Esta cir-

cunstância mostra que o nível da 1ª sala está em concordância com o nível do rio nas enchentes. Por outro lado, o fluxo das águas ao longo da gruta mostra que por ali é que são carreados os materiais de desagregação da rocha e, que, por consequência, essa água e êsses dejectos vão ter por certo ao rio.

O MEIO AMBIENTE E A VIDA NAQUELES SOMBRIOS COMPARTIMENTOS

A temperatura até a 1ª sala parece manter-se constante em todo tempo, uns 27°. É mais fresca ali que no exterior nos dias de calor e mais quente que naquele, nos dias de friagem. A partir daí, a temperatura baixa gradativamente 3 a 4 graus. O ar é puro, embora úmido, até a 7ª sala, o que dá a entender que há renovação do ambiente. Daí por diante escasseia o ar, em consequência da diminuição do espaço. Não se observa vegetação alguma. O único sinal do reino vegetal que ali se nota são raízes da velha figueira, que se estiram a grande distância pelo pavimento e pelas abóbadas da enorme caverna (2).

A vida animal também é ali praticamente inexistente. Nem peixe, nem moluscos são encontrados nas piscinas, nem mesmo répteis; nem ali habitam ou se ocultam quaisquer dos animais vistos nos morros e nas planícies vizinhas. O Tenente Francisco Rodrigues do Prado "topou no lago com um jacaré que tinha uma mão cortada". Francis Castelnau, diz que havia rastros de onças na areia da gruta, mas não viu jacaré nem outro animal, a não ser uma perereca, alguns morcegos e mosquitos. Severiano da Fonseca, deparou numa poça d'água, com o crânio de um jacaré, talvez, diz êle, dalgum descendente do que Rodrigues do Prado ali encontrou. No presente, porém, ali não se vê nem jacaré, nem perereca, nem rasto de outros animais, consoante declaração dos moradores de Co-

(2) É o que verificou Severiano da Fonseca em 1875.

imbra, que visitam a gruta com frequência. Os únicos animais que ali habitam ou ali se ocultam são morcegos e mosquitos. De minha parte, não vi espécie alguma nem destes nem daqueles, embora ali tivesse estado uma hora pelo menos. Contudo devem existir ali outros animais de pequeno porte, próprios daquele meio escuro e recôndito. A gente do Forte, porém, não tem conhecimento deles. Até os cães recusam entrar ali.

Da 2ª sala em diante começa a soprar uma corrente de ar vinda de trás. Este sopro de ar é de intensidade variável, ora parece cessar, ora aumenta, e, nalguns compartimentos chega a apagar as velas e fachos. Não é, porém, sentido na entrada nem na 1ª sala, nem nas salas avançadas. A orientação dessa corrente de ar não foi verificada com segurança. Contudo, é mais uma prova de que a gruta comunica com outra ou outras bocas na superfície.

PRIMEIRA REFERENCIA HISTÓRICA — MUDANÇA DE NOME

A gruta tornou-se conhecida desde os primórdios do velho Presídio. Os primeiros soldados que perustraram por aquela morraria, em busca de caça, de mel e madeiras para construções, deram de cara com aquele *buraco soturno*, de que, no primeiro relance, se tomaram de assombro, porque nenhum sinal de gruta apresentava, senão as fauces de uma cova de onças.

Em 1788, chefiando a comissão de levantamento do rio Paraguai, tran-

sitou pelo Presídio de Coimbra o então Capitão de engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra. Em ali estando, visitou a gruta e dessa visita fez uma destacada menção no seu "Diário da Viagem de Reconhecimento" (3), que apresentou ao Capitão-General Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Tal ocorrência levada ao conhecimento da corte de Lisboa, induziu Martinho de Melo, ministro do reino, a mandar que o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira procedesse ao estudo da curiosa caverna (4).

Foi essa a primeira notícia que se divulgou da existência daquela maravilha. Cabe, portanto, a Ricardo Franco, a prioridade dessa revelação. Eis por que é acertado e justo que se cancelem definitivamente os nomes exóticos de *Gruta do Inferno* e *Buraco Soturno* e se rebatize a suntuosa caverna com o nome mais que todos expressivo e sonante de **GRUTA RICARDO FRANCO** (5).

VISITANTES ILUSTRES QUE DES- CREVERAM A GRUTA

Como retrospecto histórico, vamos fazer uma rezenha cronológica dos relatos de visitantes de renome, que, depois do Coronel Ricardo Franco, seu primeiro descritor, desceram aos arcanos da célebre gruta.

Alexandre Rodrigues Ferreira — Como vimos antes, o Coronel Ricardo Franco, foi o primeiro a descrever a gruta. O interesse despertado em Lisboa pelo seu relato é que levou o ministro do reino a dar ordens para que o naturalista

(3) Esse relato foi inserto mais tarde pelo Coronel Ricardo Franco, no seu trabalho "Descrição Geográfica da Província de Mato Grosso", Rev. I. H., VI, 155.

(4) Assim diz Martinho de Melo, em Aviso de 30-II-1788 a Luís de Albuquerque: "A essa Capitania terá já chegado o Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira, encarregado dos exames da História Natural e este fim estou bem certo que V. Sª lhe terá dado todo o auxilio e socorro que lhe fôr preciso para esta importante Comissão, muito particularmente pelo que respeita à Mineralogia: Em todo o caso não deixará o dito Doutor Alexandre de examinar a caverna de que trata o Diário que V. Sª me remeteu". (Arq. Hist. de Cuiabá).

(5) O Coronel Ricardo Franco, foi também o construtor do Forte de Coimbra e o seu defensor num dos embates mais gloriosos de nossa história militar. Comandou ele o Forte e a fronteira sul de Mato Grosso por mais de dez anos, e, por sua intrepida e judiciosa atividade, assegurou ao Brasil a ocupação e o domínio daquelas regiões contestadas pelos nossos vizinhos. Finou-se como um justo à sombra das muralhas do Forte e até hoje o seu nome não recebeu a consagração a que fêz jus.

Alexandre Rodrigues Ferreira, descesse ao médio-Paraguai, a fim de examiná-la. Este sábio chegou ao então Presídio de Colimbra em 1791, acompanhado de dois desenhistas, e ocupou-se durante três dias consecutivos a analisar a célebre gruta. Os desenhistas, que ali estiveram a serviço do sábio, pintaram duas telas que ele enviou para Lisboa. Nenhuma notícia, porém, obtivemos dessas ilustrações da gruta. Não chegamos também a saber se o naturalista procedeu a exames dos pontos de vista geológico e mineralógico. Diz Alexandre Ferreira, no relato que conhecemos, que o nome de *Gruta do Inferno* foi dado pelo então sargento-mor Ricardo Franco de Almeida Serra. Todavia, este oficial declara que o *vulgo de Colimbra* é que assim a apelidara (6). O naturalista visitou a gruta em abril de 1791. Verificou que "ela é realmente superior a todo o encarceramento". Desceu por uma "precipitada escarpa" de 180 palmos, entulhada de pedras desprendidas do teto. Seguiam-lhe à frente doze soldados munidos de tochas acesas, de modo a fazerem luz que permitisse aos dois desenhistas pintarem ou desenharem o que houvesse de mais notável no grande salão.

"Eis aqui, diz o sábio, onde a natureza me tinha preparado o maravilhoso espetáculo, que recompensou dignamente tanto o meu perigo, como o meu trabalho". O grande salão da entrada afigurou-se-lhe "um magnífico e suntuoso teatro, todo decorado de curiosíssimas estalactites. Somente o salão, incluída uma recâmara, tinha de comprimento total cinquenta e uma braças. Todo o plano (do salão) se tinha convertido em um lago d'água salobra, porém, clara, fria e cristalina."

"Nestes e noutros reconhecimentos se passaram quatro horas" e como se houvessem consumido os archotes, os desenhistas tiveram de suspender o trabalho e transferi-lo

para o dia seguinte. Todavia, o fumo deixado pelos archotes impediu no dia imediato a visibilidade necessária ao prosseguimento dos desenhos. Fizeram-se então grandes fogueiras no interior do salão, mas a fumaça acabou por impedir a vista e dificultar a respiração. No terceiro dia, desceram os desenhistas, providos de lâmpadas de azeite, e, embora esta luz ainda fosse insuficiente, bastou para que aqueles artistas completassem "dois prospectos", que o naturalista enviou para a corte.

Para dar uma idéia da amplitude da porção da gruta visitada, assim se exprimiu o sábio: podem aquarelar-se ali até mil homens.

Francisco Rodrigues do Prado — Em sua *História dos Índios Cavaieiros* (7), o Tenente Francisco Rodrigues do Prado, comandante do Presídio, faz curiosa menção da célebre gruta. "Antes de me apartar deste lugar, contarei que no monte, cujas faldas ocupa este presidio, está uma grande gruta, na qual depois de descer-se 38 varas por uma descida trabalhosa, chega-se a um salão de 50 varas de comprimento e 35 de largo, sendo, destas, onze ocupadas por águas as mais frescas e cristalinas, mas de sabor um pouco desagradável. Indo-se à gruta no mês de fevereiro (1795), topou-se no lago com um jacaré que tinha uma mão cortada, coisa que me faz supor que o dito lago tem comunicação com o rio, e também por encher e vazar à proporção que enche e vaza o rio".

Descreve a seguir o primeiro salão, que ele chama o lugar mais maravilhoso deste edifício subterrâneo. "As colunas parecem feitas com arte, umas são de meias canas, outras abertas em tarjas; estas se prendem ao teto, sobre aquelas estão diferentes folhagens pendentes; a altura da abóbada no mais alto tem 60 palmos. Em se observando este soberbo edifício, não é possível defender-se de um transporte de

(6) Descrição Geográfica da Província de Mato Grosso, Rev. I.H. VI, 158.

(7) Rev. I.H., vol. I.

prazer, misturado do sentimento de ver uma produção tão elegante e admirável da natureza posta em um lugar onde tão raramente pode obter o tributo de admiração que merece".

Francis Castelnau — Em seu livro, *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul*, Castelnau inscreve suas impressões da visita que fez à célebre gruta em 12-II-1845 (8). Castelnau é o primeiro visitante que faz menção da figueira existente ao pé da gruta. Todavia, parece que essa grande árvore ali existia há longo tempo, séculos talvez, pois o escritor diz que logo acima da entrada da gruta "uma figueira intrometeu pelas pedras as suas raízes possantes". Os soldados que o acompanhavam eram conhecedores da gruta. Uns empunhavam armas, na previsão de que ali se refugassem onças, cujos rastros eram vistos na areia. "Entra-se na gruta por um buraco quadrado que tem pouco mais de um metro de lado". A uns trinta metros de profundidade, ou seja mais ou menos ao nível dos campos que ladeiam o Paraguai, entramos numa galeria espaçosa, alta e decorada de estalactites do mais extravagante aspecto. Aquel eram colunas canceladas e carregadas de enfeites parecidos com os de nossas igrejas medievais; acolá eram lindos pingentes, que faziam lembrar ainda mais a arquitetura elegante e caprichosa destes templos. Em certo lugar passa-se sob magnífica cortina de estalactites, que dir-se-ia imitar, em posição invertida, estas imensas pias batismais de alabastro encontradas em muitas velhas catedrais. Do chão escabroso do salão das colunas erguem-se estalagmites, cujos topos ameaçam unir-se às águas da abóbada, as quais sob a luz dos facho, brilhavam com todas as cores do arco-íris. Chegamos finalmente a outro salão, ainda maior que o anterior. Estendia-se aqui à nossa

frente uma cortina de estalactites magnificamente recortadas, enquanto por toda parte se erguiam do solo troncos de colunas e mamilos. No fundo, entre gigantescos blocos de rocha, estende-se um lençol de água pura e límpida". A temperatura do ambiente, ali, era de 27º, enquanto que a da água era de 23º8. "A profundidade do lago subterrâneo parece ser bastante grande mas varia muito, obedecendo ao nível das águas do rio Paraguai". Constava aos guias que acompanhavam Castelnau que na água da piscina fôra encontrado um pequeno jacaré. O escritor, porém, declara que só viu na gruta uma perereca, alguns morcegos e muitos mosquitos.

Joaquim Ferreira Moutinho — Em sua excursão que fez pelo sul de Mato Grosso em 1860, este autor visitou a gruta e exalta a sua beleza (9). "Desce-se a esta gruta por um pequeno buraco que está no cume de uma colina, onde abunda o cactus. Esta entrada é guardada pelas raízes de uma figueira gigantesca que aí se ergue como uma sentinela encarregada de velar sobre essa obra notável da natureza".

A dificuldade da descida, adverte o escritor, não deve desanimar os curiosos, pois há muita coisa digna de admiração.

"Descendo-se trinta metros mais ou menos, achar-se-á um templo fantástico com ricos e variados ornatos de estalactites, lâmpadas e altares de variadas formas com estátuas de diversos tamanhos."

João Severiano da Fonseca — De todos os escritores é este insigne brasileiro quem mais longamente estudou e descreveu a célebre gruta. Consigna-lhe um capítulo de 15 páginas (10). Severiano dá nomes comuns e científicos aos espécimens da flora e aos minerais por ele encontrados. O escritor avalia que a entrada da gruta está a mais

(8) Edição da Brasileira, II, 255, S. Paulo, 1949.

(9) "Notícia sobre a Província de Mato Grosso", pág. 236, S.P., 1860.

(10) J. Severiano da Fonseca, "Viagem ao Redor do Brasil", I, 271, Rio, 1880. Esse trabalho também está inserido na Rev. I.H., 43, II, 406 e serviu de tese para admissão do autor ao Instituto Histórico.

de meia encosta do morro e a 500 m do rio.

"Assombra a essa entrada uma enorme gameleira (figueira do mato) secular, cujas imensas raízes, grossas como troncos de palmeiras, penetram no interior da caverna até os seus últimos recessos."

Mal se chega ao fim da galeria que dá acesso à 1ª sala, desaparecem os últimos raios de luz vindos da entrada e entra-se em completa obscuridade. "Acendidos os lampões e archotes de que dispunhamos, mais estupenda nos foi a visão. Admiramos a magnificência do labor da natureza. Colunadas de estalactites desciam de altura que os olhos não divisavam, parecendo sustentar um teto invisível. Aos lados, a tênue penumbra deixava entrever caprichosas formações, ora engastando os penedos soltos, ora soerguendo-se em fantásticas volutas".

Desceram com o visitante uns 40 companheiros. Numa das poças d'água encontrou Severiano um crânio de jacaré, já muito antigo e gasto "talvez o de algum descendente do que o ajudante de Coimbra, F. Rodrigues do Prado, aqui encontrou há oitenta anos, já com um braço de menos".

Severiano penetrou na 2ª sala. Um deslumbramento. "Não fantasia, escreve o visitante, nem se julgue que minhas comparações são filhas da imaginação ajoviada pelas maravilhas que vê: são verdadeiros simulacros de cascatas, são cortinas, colunas, coxins e rendilhados êsses processos calcáreos. Causam admiração e prazer; vendo-os, o espírito é obrigado ao recolhimento e à reflexão. Está-se numa dessas ocasiões em que, na frase de Hugo, qualquer que seja a posição do homem, a alma está de joelhos".

Maravilhado pelas duas 1ªs salas, os companheiros de Severiano ficaram-se por satisfeitos. O escritor, acompanhado apenas de um deles e de dois soldados-guias, aventurou-se a prosseguir. Passou à 3ª sala. Atravessou-a, por altos e bai-

xos, com água ora pela canela ora pelo joelho e até pela cintura. Penetrou numa extensa galeria, ao fim da qual atingiu outra grande sala de baixo teto, uns 4 m de altura, rica de estalactites e de aprimorados ornatos.

Para orientar-se daí em diante serviu-se de um arame que até ali fora estendido para guiar os visitantes. Observou outras salas vizinhas e penetrou noutra para onde se dirigia o arame. Era a mais extensa de todas, sem excetuar mesmo o 1º salão, menos larga porém. Encontrou ali, enroscadas pelo chão, imensas raízes de figueira, que supunha serem ramificações das que viu na entrada. Severiano perdeu ali a direção do fio. Procurou orientar-se e não conseguiu. Já não tinha olhos para contemplar as magnificências que o rodeavam, pelo temor de perder-se naquele labirinto. "E talvez, declara ele, essa parte da gruta seja a mais bela, como é a mais conservada por não ser tão acessível, como as outras, e ter menos sofrido da mão insaciável e devastadora dos curiosos que as visitam".

Já estava então na gruta há mais de 5 horas e não havia meios de encontrar o itinerário da volta, porque muitas eram as galerias que topava. Até os soldados, nesse ponto, estavam desorientados. Afinal, depois de muitas tentativas, acertam com a galeria que os trouxera e puderam chegar à 1ª sala. Seis horas, contadas após a descida, gastara no percurso. Ali o esperavam, aflitos pela demora, os companheiros que deixara. Haviám-no chamado, em altos brados, e um deles chegou a disparar seis vezes o revólver junto à boca da galeria, mas nem as vozes nem os tiros foram ouvidos por Severiano nas profundezas em que se encontrava.

AS MAIS OUSADAS E PROVEITOSAS DE TODAS AS VISITAS

Coronel Francisco Fonseca (11)

— Quando, em 1937, este oficial comandou o Forte, realizou uma de-

(11) Francisco Pereira da Silva Fonseca, hoje General da RI.

morada e profunda visita à gruta. Munido de lanternas de projecção, velas, lampeões de acetileno, fêz-se acompanhar de oficiais de sua unidade e de uma turma de praças afeitas àquelas incursões. À medida que avançava, ia desenrolando uma bobina de fio resistente a fim de, por meio dele, orientar-se na volta, sem risco de perder-se. A seu ver a primeira sala é a mais ampla e suntuosa de todas, especialmente em altura. As mais salas vão diminuindo de largura e altura, à medida que se avança no interior. Verificou que após a 1ª sala forma-se um filete de água, que filtra das paredes e do teto, engrossa e corre pelo pavimento como um minúsculo regato. A existência desse fluxo de água permanente, mesmo na época da estiagem, que ali é prolongada, faz prova de que a água da gruta não procede de infiltração pluvial, mas de pequenos mananciais análogos aos que alimentam as fontes de águas minerais. Esta conclusão foi confirmada pela análise química, fornecida pelas águas da piscina.

O Coronel avançou resolutamente o quanto lhe foi possível. Estava disposto a sondar todos os escaquinhos da maravilhosa fuma, e a descobrir onde ia desembocar aquele pequeno riacho subterrâneo, pois seria aí a outra saída da gruta, até então desconhecida. Passou pe-

las cinco 1ªs salas conhecidas, ultrapassou a 6ª e a 7ª, que poucos conheciam, e, num grande esforço, chegou à 8ª e à 9ª sala até então desconhecidas. Nesta última, já muito baixa, teve de andar por vezes de cócoras. Daí em diante, pareceu-lhe seria temeridade prosseguir. As galerias eram apertadas e exigiam marcha rastejante. Havia fojos no percurso, o ar se tornava rarefeito, e mais grosso o pequeno regato subterrâneo. O fio desenrolado marcava 400 m de percurso.

Dessa ousada excursão o Coronel Fonseca publicou, no Correio da Noite de 28-III-941, uma interessante notícia, concitando os turistas a visitarem o curioso labirinto. No seu entusiasmo por essa notável beleza natural, chama-a de FURNA DE COIMBRA e não vacila em proclamá-la a NONA MARAVILHA DO UNIVERSO (12).

Durante o comando deste ilustre oficial, apareceu no Forte, em viagem de recreio pelo rio Paraguai, um almirante inglês reformado, o Sr. H. V. Hope. Encantado pela visita que fêz à gruta, e atendendo ao pedido do comandante, levou para Buenos Aires, onde residia, um garrafão daquela água, para mandar analisá-la. Pouco tempo depois recebeu o Cel. Fonseca, daquele ilustre visitante, uma carta com a análise requerida e os dizeres que vão a seguir.

"Laboratório de Química" (análisis de água), Buenos Aires.

Determinaciones.....	4.003
Naturaleza.....	vertiente
Aspecto.....	{ transparente sin depósito
Color.....	incolora
Reaccion al tornasol.....	(en frio — ligeramente alcalina /en caliente — alcalina
Resíduo a 100°-105° C.....	0.130
Alcalinidad, en (SO ₄ H ₂).....	0.083
Anhidrido silícico, en (SiO ₂).....	

(12) Além do que se contém nesse artigo, o General Fonseca me fez um minucioso relato oral de sua visita à gruta.

Anhidrido sulfúrico, en (SO_3)	muy poco
Anhidrido nítrico, en (N_2O_5)	0.038
Anhidrido nitroso, en (N_2O_3)	V.
Anhidrido carbônico combinado, en (CO_2)	0.036
Anhidrido carbônico semi-combinado, en (CO_2)	0.36
Clururos, en (Cl)	V.
Ácido sulfídrico	O.
Óxido cálcico, en (OCa)	0.053
Óxido magnésico, en (OMg)	0.016
Amoníaco salino, en (NH_3)	O.
Matéria en suspensión { orgânica %	O.
y en depósito { mineral %	O.

Buenos Aires, agosto de 1937.

Eis os termos da carta: "Buenos Aires. Setembro 18-1937. Os papéis que lhe junto farão ver ao bom amigo que não esqueci o seu pedido. O caro Cel. pode avaliar a riqueza que significa para o BRASIL ter águas minerais iguais a EVIAN ou VITTEL, DA FRANÇA. Acho que o Estado as deve explorar, prévia uma confirmação por químicos brasileiros oficiais, em benefício do povo brasileiro, de todos aqueles que sofrem, e particularmente lá onde há tantos que sofrem do fígado.

Por imaginar o meu prazer de lhe transmitir uma notícia tão grata em quanto ao valor das águas que o Coronel teve a fineza de nos fazer conhecer naquela gruta inesquecível dos arredores da gloriosa fortaleza de Coimbra. Os nossos parabéns pelo traslado onde há de seguir brilhando pelo bem de sua grande pátria. Um sincero abraço do amigo (a) H.V. Hope" (13).

Tenente *Hermes Guimarães* (14) Este oficial serviu no Forte em 1937-38. Muito realizador e liberal, deixou várias obras de beneme-

rência para as crianças da aldeia, entre as quais a Escola Dona Ludovina. Acompanhou o Coronel Francisco Fonseca na longa visita que este comandante fez à gruta e empreendeu, depois, outra visita no propósito de ir mais adiante e de reconhecer-lhe outras dependências, ainda desconhecidas. Observou detidamente as salas e galerias que antes visitara, e, desta vez, servido de melhores meios de iluminação e da companhia do Sargento João de Deus, tido como o maior conhecedor da gruta, avançou ainda mais que o Coronel Fonseca. Após desenrolar uma bobina de 500 m de fio, e seguindo a fila rastejante de vários soldados-guias, o Tenente *Hermes* tentava desenrolar outra bobina, quando um daqueles soldados, que seguia na frente, no segundo lugar da fila, sentiu-se mal e teve um desmaio. Em face desta ocorrência, a comitiva, em marcha de um de fundo, teve de fazer meia-volta para cuidar do companheiro.

Nessa longa visita, o Tenente *Hermes* observou um magnífico fenômeno, ainda não notado ou não

(13) Este ilustre turista inglês, viajando num late de sua propriedade, visitou de novo Coimbra em agosto de 1953. Obteve licença para rever a gruta, e retirou dela dois ou três garrafinhos de água. Ao despedir-se do comandante do Forte, Capitão Sava, declarou-lhe: — Esta água é uma riqueza medicinal que os brasileiros precisam aproveitar. Sabendo que passaria por aqui, em viagem de recreio, trouxe estes garrafinhos vazios, para enchê-los. E digo-lhe que não beberei de outra água, até meu regresso, enquanto durar esta provisão.

(14) Hoje Tenente-Coronel. As visitas que este oficial fez à gruta me foram por ele narradas oralmente.

referido por qualquer dos visitantes anteriores. Esta novidade veio acrescentar novo encantamento à série de atrativos do magnífico palácio subterrâneo. Essa nova descoberta consistia em decorações e luminuras naturais que o Tenente Hermes observou nas últimas salas e galerias. Este oficial contemplou ali, maravilhado, cambiantes de cores e formas esculturais, surpreendentes. Parecia-lhe estar em presença de verdadeiros desenhos e formas coloridos, representando estátuas de santos, cavaleiros, ornamentos arquitetônicos, maquetes de monumentos, etc... Um deslumbramento.

Nova visita do Coronel Francisco Fonseca — Em 1940, achando-se o

Coronel Fonseca em manobras de Cavalaria no sul de Mato Grosso, transitou por Coimbra em companhia do General Guedes Alcoforado, a fim de rever o velho baluarte. Em ali estando, quis visitar de novo a gruta. Desta feita, recolheu um vaso de água, lacrou-o, autenticou-o e o enviou, em nome daquele General, ao Laboratório Químico-Farmacêutico do Exército, para fins de análise. O resultado dessa investigação, procedida em 25-X-940, foi o seguinte :

Propriedades organoléticas :

É uma água incolor, límpida, sem cheiro e de sabor próprio.

Composição química :

Reação ao vermelho de mitílio.....	Alcalina
Grau hidrotimétrico total (francês).....	45°
Grau hidrotimétrico permanente (francês).....	36°
Resíduo a 120°.....	0.40
Resíduo ao vermelho sombrio.....	0.32
Cloretos expressos em cloro.....	0.284
Cloretos expressos em cloreto de sódio.....	0.468
Sais de cálcio em carbonato de cálcio.....	2.84
Sais de cálcio em óxido de cálcio.....	0.078
Sais de magnésio em óxido de magnésio.....	0.011
Sais de alumínio e ferro.....	0
Sais de silício em óxido de silício.....	0.009
Sais de sódio.....	0
Gás carbônico livre.....	Presença
Gás sulfídrico.....	0
Amônia.....	0
Sais amoniacais.....	0
Nitritos.....	0
Nitratos em ácido nítrico.....	Vestígios
Sulfuretos.....	0
Sulfatos.....	0
Fosfatos.....	0
Matéria orgânica em oxigênio (meio ácido).....	0

CONCLUSÃO

As visitas realizadas em 1937 e 38, pelo Coronel Fonseca e pelo Tenente Hermes foram as mais amplas. Nem antes nem depois d'elles se fizeram tão ousadas e profundas. Todavia, a visita do Coronel Fonseca foi de todas a mais proveitosa. Pressentindo, este oficial, no aspecto e paladar da água ali existente, que algo havia nela de me-

dicinal, tomou a iniciativa de mandar analisá-la. Os resultados confirmaram a sua suposição. As análises revelaram, de fato, ricas propriedades terapêuticas, que levam endereço particular a um dos males mais vulgarizados em nosso clima : os males do fígado e dos rins.

Outrossim, de minha parte, querendo avançar na indagação das virtudes daquela preciosa água, consultei nesta capital, um nutró-

logo competente, o Dr. Jayme Guimarães. Este ilustre médico, à vista das duas análises, declarou que aquela água é realmente puríssima; que, pelo seu elevado teor de cálcio, é indicada, além das doenças do fígado, para recalcificação de organismos debilitados, para reconstituição de fraturas ósseas, para fraqueza pulmonar e para restabelecimento de convalescentes.

Coimbra apresenta, pois, novo título de aprêgo e novos motivos de visitação. Seus morros, seu rio, sua velha fortaleza, a histórica imagem da Padroeira do Forte, a suntuosa gruta; tôdas essas maravilhas conhecidas constituem atrativos a devotos e turistas de toda parte. Agora, no entanto, como se não bastassem aqueles poderosos atrativos, se veio a descobrir que as águas de sua gruta encerram virtudes de alto valor terapêutico, até então ignoradas. Esta descoberta vem acrescentar novo e importante atrativo à visitação daqueles sítios históricos.

Que mais se precisa para despertar atenção e interesse por aquele magnífico recanto de nossa fronteira ocidental? Basta que se tenha conhecimento exato da história e da beleza daqueles sítios pitorescos. Assim acontecendo, não faltarão empresas de turismo a organizarem excursões para lá.

Quem não gostará de contemplar aquele rio, aqueles morros memo-

ráveis? Quem não desejaria conhecer a histórica imagem da Padroeira do Forte, e venerá-la em sua capelinha? Quem não se abalancaria a gozar das virtudes da fonte mineral — única no gênero — existente no palácio subterrâneo construído ali pela natureza?

Tais são os encantos, a beleza, os atrativos daqueles lugares históricos que as altas autoridades militares estão em vias de pôr em execução, entre outras, as seguintes providências:

a) Conservar as ruínas do velho Forte;

b) Preservar de destruição e conservar a flora dos morros adjacentes ao Forte, num e noutro lado do rio, para que a vegetação dali se reconstitua e volte ao seu aspecto primitivo;

c) Melhorar a descida e o percurso na gruta, sem quebrar a sua feição natural, e instalar fios para iluminação elétrica, de modo a facilitar as visitas;

d) Proibir terminantemente que se rompa ou mutila qualquer porção dos ornamentos naturais da gruta (estalactites), a fim de conservar-lhe intacta a beleza e a suntuosidade;

e) Reservar a água da piscina exclusivamente para bebida, proibindo os banhos na gruta.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Subgerência, 43-1112

Contadoria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)

ASPECTOS CIVIS DA VIDA DE CAXIAS

Conferência feita pelo Dr. Romeu Beltrão, perante a guarnição de Santa Maria, na sessão cívica comemorativa do sesquicentenário do nascimento do Marechal Duque de Caxias.

Engalanada de norte a sul e de leste a oeste, festeja hoje a Pátria Brasileira o sesquicentenário do nascimento de um dos seus maiores filhos, o generalíssimo Luiz Alves de Lima e Silva e Duque de Caxias.

Em tão magna oportunidade, presta Santa Maria suas homenagens ao insigne cidadão e soldado, em celebrações significativas como esta de exaltação à memória gloriosa do Patrono do Exército Nacional, distinção recebida de seus camaradas depois de consagrada sua memória no reconhecimento perene da Pátria.

Não fôsse a necessidade de recordar-se a grandeza de sua personalidade, para propô-la como paradigma de excelsas virtudes às gerações que se sucedem, de mais encômios não precisaria Caxias, bastando simplesmente que se lhe citasse o nome, a exemplo dos grandes homens da humanidade.

Trago a incumbência específica de falar sobre aspectos civis de sua grande vida, mas alimento o receio de encontrar sérias dificuldades na tentativa de espreitar os momentos em que ele deixou de ser menos soldado para ser mais paião. Brilhante nas coisas de sua profissão, corajoso e invencido nos momentos em que desembainhou a espada para a guerra, não foi menos insigne na sociedade, no lar, na administração e na política.

Cavalheiresco no trato, nobre nas atitudes e magnânimo nas decisões, não ostentou a pretensão de conduzir-se como um semi-Deus, mas soube manter o justo equilíbrio

para encarnar, entre nós a legendaria figura do "chevalier sans peur e sans reproche" — o cavaleiro sem medo e sem mácula.

De irrepreensível conduta na sociedade, e até requintada elegância nos momentos delicados em que Venus, sempre seduzida por marte, fez-lhe os indefectíveis acenos, gañou postos na consideração dos meios civis com a mesma rapidez e o mesmo brilho com que os conquistava na carreira das armas.

Guardou a história o sugestivo episódio da encantadora aristocrata que fez pulsar mais apressado o coração do jovem Caxias, mas já aureolado por consagradores feitos guerreiros, e que deu suas preferências a um general uruguaio. Passados os anos, encontrando-a Caxias viúva e ele no apogeu de sua carreira, ao apresentar-lhe ela a filha encantadora, atirou-lhe o duque a estocada final do duelo, há tantos anos encetado, na galante confissão de que a beleza da filha não ultrapassara a da mãe.

Quando se cogitava da escolha de um nome para patrono de nosso Exército e o de Caxias surgiu por sim mesmo vitorioso, como não poderia deixar de sê-lo, houve vozes discordantes e levantaram-se certas objeções, manifestadas à socapa, naturalmente, porque seria temerária ousadia de pigmeus procurar ferir com pedradas de ignorância a figura agigantada do escolhido.

Dentre as objeções, uma se avultou e ainda hoje é formulada, algumas vezes por ignorância de nossa história e da vida do Duque, mas outras com a intenção deliberada

de levar a dúvida e a confusão aos espíritos mais vulneráveis às primeiras impressões.

Como, se objetou e ainda se objeta, como um exército democrático como o nosso pode ter como patrono uma figura palaciana da autocracia imperial, um Duque da nobreza indígena?

Só um desconhecimento lamentável dos fatos históricos de nossa evolução política, das condições de governo do Império e da interferência de Caxias nos acontecimentos nacionais, justifica tão errônea maneira de pensar e até pueril, porque se divorcia completamente da realidade histórica.

Em primeiro lugar, nunca houve no Brasil governo imperial autocrático absoluto e sim relativo, porque ele se exercia através de um gabinete.

O absolutismo poderia manifestar-se pela faculdade imperial de fazer e desfazer ministérios a seu talante e de escolher os membros do senado, com a perigosa vitaliciedade. Entretanto, para grande felicidade e honra nossas, tivemos sempre no Império uma Câmara brilhante, e homens da estirpe dos Andradas, que souberam lutar denodadamente contra a tentativa absolutista de Pedro I e não esmoreceram até mostrar ao governante tacanho e teimoso a porta salvadora da obediência.

Com Pedro II, desapareceram os derradeiros resquícios absolutistas e a magnanimidade do Imperador que nasceu velho foi a razão principal de sua ruína e da forma governamental que simbolizava, por não querer, justamente, usar das prerrogativas autocráticas a seu alcance. As constantes mudanças ministeriais no Segundo Império foram simples jogos de ocasião e traduziam a vã tentativa do Imperador de agradar a gregos e troianos, isto é, liberais e conservadores, que eram os representantes das duas grandes forças político-partidárias em disputa pelo Ministério. Não querendo, ou melhor, não podendo ser absolutista por indole, Pedro II perdeu-se no perigoso jogo de agradar políticos e

teria seguido muito antes o caminho do exílio, se não tivesse a seu lado a lealdade do seu "cabo de guarda", o Duque de Caxias.

Nessa lealdade não se pode vislumbrar famulismo, porque o Duque era soldado e, como tal, cumpria-lhe defender as instituições vigentes, enquanto estivessem a serviço do bem comum, e, muito embora certos argumentos em contrário e ditados por uma demasiada projeção no futuro, o regime imperial não desserviu ao Brasil. Se não teve maior brilho, não perdeu, entretanto, a relação com a época, e a História é testemunha do relativo progresso que desfrutávamos, dentro das condições evolucionais, étnicas e geográficas peculiares e invencíveis a curto prazo. Só um estudo profundo e demorado poderia explicar os desvios do estalão tantas vezes proposto, os Estados Unidos da América do Norte.

Assim, situou-se o proceder do Duque de Caxias perfeitamente de acordo com o momento nacional e atitude diversa implicaria na colocação fatal em ponto diametralmente oposto e até indigno de sua qualidade de militar.

Censurá-lo pelo título de nobreza, que ele conquistou no mais elevado grau e único entre nós, redundaria em demonstrar a mais crassa ignorância do assunto. Afora os titulares ligados à casa reinante por laços de parentesco, não tivemos nobreza de sangue. Eram os títulos conquistados, na mór parte, por atos meritórios, ou adquiridos a peso de ouro, e se o dinheiro foi capaz de abrir as portas da fidalguia brasileira, longe de amesquinhá-la, serviu antes para realçar o valor daqueles que a alcançaram a golpes de personalidade, como foi o caso de Caxias.

A coroa ducal, que lhe cingiu a fronte, foi a mais elevada distinção imperial a um brasileiro e outro não a ostentou, porque ninguém se lhe emparelhou em merecimento.

Não pode pairar dúvidas sobre a felicidade da escolha do generíssimo Luiz Alves de Lima e Silva e Duque de Caxias para patrono do nosso democrático Exército, porque

outra figura mais indicada não nos aponta a história pátria, que reunisse em si tal soma de qualidades civis e militares, dosadas em tal harmonia de proporções.

Dissociar Caxias civil do militar direi ser tarefa quase impossível.

Mesmo na condução da Guerra do Paraguai, quando parece que somente o militar deveria manifestar-se em todo o fastígio de sua pujança, surge também o civil e em elevado estilo, fazendo um admirável jogo político desde a Corte até ao cenário das operações. No Rio de Janeiro, teve de vencer habilmente a oposição da quintacolumna nacional, que sabotava o esforço bélico da nação com ferrenho ardor e visava, por incrível que pareça, a pessoa de Caxias, por sabê-lo capaz de conduzir à rápida vitória nossos soldados. Sua nomeação para o supremo Comando foi adiada por injunções político-partidárias, apesar de ser por todos reconhecida a capacidade de sua espada resolver a guerra sem os erros dos primeiros anos de operações, quando as estrondosas vitórias resultavam em desfavoráveis conseqüências para as armas aliadas.

Caxias sobrepos o interesse da Pátria a quaisquer melindres pessoais, embora fôsse acumulando no íntimo as feridas da incompreensão e da ingratidão, e foi enfrentar a discórdia reinante entre os Chefes aliados, mais grave e talvez difícil de vencer que a própria gente inimiga.

De um lado, estava a figura de elevada estatura de Bartolomeu Mitre; de outro, a vulgaridade de Venâncio Flores, bronco e mal educado; e de um terceiro, o descontentamento dos Chefes brasileiros e a ambição do supremo Comando por parte de um deles, principalmente, que mal pôde disfarçar a decepção ao vêr-se preterido.

Com extrema habilidade, Caxias fez mudar por completo o rumo dos acontecimentos sem um melindre sequer, usando exclusivamente da inteligência e fazendo-se querer e respeitar por oficiais e soldados.

Nas guerras intestinas em que teve de intervir, não foi menor seu tino de conduzir os acontecimentos pelo caminho da solução harmoniosa, evitando sempre que possível o uso da força. Assim procedeu no Maranhão, quando teve de enfrentar verdadeiros desvairados pela persuasão de sua palavra antes de rendê-los à sua espada e em São Paulo e Minas, onde a revolta obedecia à direção de espíritos brilhantes e sagazes, que não puderam levar à vitória final porque eram mediocres os Chefes militares escolhidos. Disso soube tirar Caxias admirável partido, pois, dispondo de tropas inferiores em número, desambientadas do teatro das operações e extenuadas pelo transporte, alcançou a vitória com menor demonstração de poderio militar e atestado exuberante de sua perspicácia e capacidade de apreender e resolver as situações à primeira vista.

Enérgico na guerra e até exigente no cumprimento do dever, por mais elementar que fôsse, como atesta a ordem de prisão contra o Coronel Comandante de um Regimento, a que pertencia uma sentinela por ~~ele~~ encontrada maltrapilha e descalça, deu sobejas provas de magnanimidade em muitas ocasiões e até no acesso das peles. Nunca permitiu que se tratassem mal os prisioneiros e costumava repreender severamente e, por vêzes, até castigar os responsáveis por qualquer desacato ou violência, como sucedeu na rebelião de Minas.

Assumiu aspectos admiráveis sua conduta na debelação da Revolução Farroupilha, investido que estava do duplo atributo de Comandante das forças legais e Presidente da Província. Chegado a um ambiente de intensa exaltação de ânimos, acirrados por violências de parte a parte, cometidas sob a capa de uma revolução demorada e chela de contratempos para ambos os lados, e com a particular característica de envolver até assuntos de ordem internacional, através das relações entre certos Chefes farroupilhas e os orientais, Caxias

logo compreendeu a situação com descortínio admirável e previu os acontecimentos próximos e futuros como se os visse desenrolados a seus olhos.

Podendo utilizar-se da força, preferiu contornar os fatos a golpes de inteligência, em especial pela atração de Chefes contrários, como foi o caso de Bento Manuel Ribeiro, e apelos ao patriotismo dos heróicos farroupilhas, fazendo-lhes ver os perigos a que expunham a integridade do solo pátrio e os interesses do Império. Pela atitude com a discutida personalidade de Bento Manuel Ribeiro, recebeu Caxias acerbas censuras, que, a meu ver, não devem ser dirigidas a ele, e sim descarregadas à conta do bravo guerrilheiro das lutas Cisplatinas. Bento Manuel foi um dos mais consumados guerreiros de nossa história militar. Corajoso até à temeridade, audaz, conhecedor profundo do terreno, que palmilhou em constantes lutas desde a mocidade, fez da guerra a razão de ser de sua vida. Queria lutar sempre pela paixão inata de se sentir num acampamento, ou num entrevero. Disto nos dá testemunho farto a épica e movimentada história das guerras do Sul, mas lhe faltavam certas qualidades de caráter e elevação de atitudes, difíceis de medrar numa consciência forjada nos fogos dos acampamentos e nos azares de guerrilhas, nas quais a suprema lei eram as contingências do momento e o instinto de conservação.

Bento Manuel nasceu para a liberdade de ação e nunca para o trabalho de conjunto. Gostava de ser o árbitro de sua própria indomável determinação. Claudicava e falhava quando devia obedecer a um plano preestabelecido e agir dentro das naturais limitações necessárias à eficiência e bom êxito final do conjunto.

Falhou no Passo do Rosário e tergiversou entre os "farrapos". Caxias conhecia-o muito bem e soube explorar hábilmente a preciosa ajuda de guerreiro indeciso, mas valente condutor de outros valentes, que ele tinha espalhados

pelas estâncias do Rio Grande, também sequiosos de carreiras guerreiras e sempre à espera da arrancada do velho Chefe, para o seguirem em busca de aventuras, que satisfizessem os íntimos reclamos de suas naturezas bravias.

Combatê-lo seria erro e atraí-lo representaria um jogo de habilidade, dentro das coisas normais de uma guerra intestina. Na guerra como na guerra, tem sido sempre e será a lei soberana das revoluções, casos omissos nos códigos internacionais de relações entre beligerantes.

Foi sábia a decisão do grande cabo de guerra, e trouxe como seqüência abreviar o desfêcho da sangrenta e dilatada contenda entre irmãos, resolvida sem desdouro para ambos os partidos e atentos os sagrados interesses da Pátria, como sempre foi o único desejo do General que mereceu o nome de Pacificador.

Como ve o distinto auditório, é difícil conservar o devido limite quando se procura dissociar a atuação civil e a militar de Caxias, porque ele as soube combinar adequadas para aureolar-se com os louros irrecusáveis da consagração póstera.

Caxias entrava na guerra com os olhos voltados para a paz. E a paz, será ato de alçada civil, ou decisão militar? É difícil responder, se se procura separar com argumentos bizantinos os dois conceitos fundamentais do equilíbrio instável das próprias condições naturais da humanidade. Não existe o estado de paz integral, como não existe, também, o estado de guerra puro. A paz é uma utopia, de que se riem as páginas da história universal, enquanto a guerra é uma equação de paz em resolução. O sonhado remédio supremo do arbitramento, calcado nos fatos e decisões da justiça e do direito internacionais, não dispensaria o aparato da força impositiva destas mesmas decisões, a não ser que o mundo fôsse habitado por deuses, encarnações do relativo conceito humano da perfeição, divindades que também acabariam lutando en-

tre si pela manutenção do estado perfectivo.

Se alguém demonstrou agir em plena imbução íntima desses conceitos de relativa teoriedade; se alguém em nossa história um exemplo prático das aplicações concretas do velho pensar dos filósofos da humanidade, desde Platão e Aristóteles, esse alguém foi o Duque de Caxias e, se houver dúvidas, que se lhe esmiuça a vida, não em busca dos fatos e sim das razões mediatas imediatas que os determinaram. A isto se denomina o estudo filosófico da história, com sua psicologia, sua lógica e sua moral, abrangendo vultos e fatos, para despi-los das peculiaridades locais e projetá-los em visão panorâmica. Ficam, não resta dúvida, certas vidas assim reduzidas a proporções mínimas e algumas até desaparecem no deslumbamento de outras, mas a de Caxias permanecerá sempre como uma centelha luminosa na trajetória da evolução político-social, sulamericana.

Lamento não poder alongar-me, como seria necessário, na apreciação do ambiente nacional ao tempo em que dedicou sua atividade à sobrevivência do regime, porque devo medir a extensão deste discurso pela tolerância da capacidade de resistência do auditório.

Tentarei, entretanto, fazer um resumo dos acontecimentos, para ressaltar, ao final, o tino político de Caxias, outra faceta mestra de sua personalidade, que não pode deixar de ser aqui focalizada.

O primeiro Império foi uma sequência de desastres para o Brasil, dividindo-se as culpas entre o Imperador inepto, devasso, ambicioso, e em total desencontro com as forças políticas da nação, e os políticos forjadores de 7 de setembro, brilhantes muitos deles e valorosos nos dias decisivos da nacionalidade, mas cubíquos dos primeiros postos e empenhados para tanto em lutas surdas entre si. Enquanto isto, sofria o Brasil o desastre político-militar do Passo do Rosario e do tratado de 27 de agosto de 1828, que nos fechou ingloriamente o domínio oriental do Rio da Prata,

após tantas lutas vitoriosas, e preparou a eclosão de futuros acontecimentos sangrentos e humilhantes à nossa soberania e que nos forçaram a um revide pelas armas; impunha a Inglaterra sua determinação de criar um grande império pelo domínio marítimo e comercial dos mares e portos do mundo, conquistadas de territórios e atos legítimos de corsarismo; e alastrava-se pelo país a onda de insatisfação contra o Imperador, com pronunciamentos esparsos, nos quais era agitada a bandeira republicana.

E o fim não podia ser outro que a abdicação de Pedro I e o estabelecimento da Regência, que conseguiu operar o milagre de conservar o trono para Pedro II, enquanto mais se condensava a ideia republicana e, no extremo sul do Brasil, a efêmera República de Piratini lançava séria advertência ao governo central e aos políticos brasileiros.

Se não foi proclamada a República, residiu o motivo no monarquismo ferrenho do enérgico regente Araújo Lima e na propaganda e ação de Evaristo da Veiga, uma das maiores personalidades políticas de nossa história, e de Bernardo de Vasconcelos, e no jogo de ambições de grupos políticos, desejosos da mudança de regime, mas arreceados do malôgro de seus intentos, se a queda do trono provocasse o esmagamento de seus intentos cobiçosos.

Foi nesse momento da nacionalidade que surgiu a espada de Caxias para garantir a estabilidade do regime, a continuidade do trono para o príncipe que seu pai um dia apresentara recém-nascido às homenagens da corte, como futuro imperador.

A lealdade e dedicação de Caxias ao trono e ao imperador foram a linha reta de que não se afastou um milímetro sua conduta até ao fim da carreira.

Vejamos quão preciosas foram elas.

Pedro II subiu ao trono, ainda menino, concentrando as esperanças máximas do povo, que adorava seu príncipe. Note-se, entretanto,

que o Brasil de então dividia-se em Côrte e Províncias. No Rio de Janeiro concentrava-se todo o poderio político e toda a máquina administrativa do vasto império, enquanto as províncias, e em especial, as mais afastadas, vegetavam apenas, exceção das mais próximas da metrópole, como S. Paulo, Minas e Bahia, cujas atenções convergiam sempre para a Côrte, fornecendo, ora uma ora outra, os elementos de mais influência no governo nacional. Só por um milagre foi conservada a integridade territorial virgem de esfacelamento, como o que se prenunciou a certa altura do ciclo farroupilha da história sulriograndense. Se a Côrte tomava conhecimento dos sucessos políticos e festejava o advento do Segundo Império, as províncias afastadas viviam à margem dos acontecimentos e as manifestações locais perdiam-se sem eco, devido à extrema distância que separava os focos de possível efervescência republicana. Assim se explica a supervivência do segundo reinado e o recuo no tempo de uma idéia já amadurecida nos espíritos e materializada quando as condições de progresso tornaram a metrópole menos distante e os núcleos de formação nacional menos isolados.

Não se pode negar que, entre essas condições, o telégrafo, em especial, foi o responsável por alguns importantes acontecimentos de nossa história, a partir do último quartel do século passado. Uma das armas mais poderosas nas mãos de Floriano Peixoto, quando se dispôs, com ânimo férreo, a salvar a República-menina, foram os fios do telégrafo nacional, não padecendo dúvida.

O Império começou a tremer em suas bases quando o germe republicano das províncias, injetado no sangue dos militares, principalmente, que se locomoviam de norte a sul do País, veio fervilhar no seu próprio coração, na metrópole, na Côrte, em que se encastelava toda a força mantenedora do trono.

Esses motivos e outros mais, a que se costuma agregar o respeito à figura patriarcal de Pedro II,

razão que reputo bastante precária é justificável somente como ficha de consolação aos monarcófilos, serviam para assegurar o reinado de Pedro II, para cuja estabilidade no trono, grandemente concorreu a lealdade do Duque de Caxias.

A ela e à habilidade com que soube o grande General contornar os diversos pronunciamentos locais, transformando sua tarefa em passeatas de pacificação dos espíritos, de norte a sul do País, sem ostentar exclusivo aparato e atitudes bôlicas contra homens e idéias, não pode deixar de ser atribuído o fenômeno histórico aludido. Certamente, pressentiu Caxias, já ao apagar de suas energias físicas, a próxima derrocada do trono, envolvido na aventura perigosa das questões abolicionista, militar, e religiosa, que lhe serviram de motivos mais próximos para a ruína.

E, quando outras espadas foram atiradas à balança em reforço a certas idéias em marcha centripeta, isto é da província para a Côrte, já a espada da lealdade pessoal do Duque se transmutara na espada simbólica do Exército Nacional e estava entronizada no panteon das glórias nacionais.

Se a conduta de Caxias na guerra é irrepreensível e só merece consagrada referência, outro tanto se pode afirmar de seu procedimento nas ocasiões em que interveiu mais em caráter civil, se é possível separar, como já referi, assim tão fácil e profundamente os aspectos civis e militares do sua brilhante carreira.

Como Chefe de Ministério, conduziu-se com a elevada cautela de atitudes sempre revelada e demonstrando uma clara visão das coisas, através de uma percepção pronta dos fatos e de uma resolução rápida e segura.

Devese-lhe admirar a maestria com que manejava as armas políticas tão bem quanto as de sua profissão. Punha em sua maneira de agir e resolver uma finura poucas vezes ultrapassada pelos mais brilhantes e experimentados estadistas de nossa história.

Já entrado em anos e sentindo rudes efeitos de uma vida bastante ativa e marcada pelos trabalhos das campanhas internas e externas em que se empenhou, Caxias deu uma derradeira prova de sua lealdade e dedicação ao Imperador, aceitando, como impositivo do dever a cumprir, a Chefia do Ministério, quando se adensavam as nuvens prenunciadoras da fatal derrocada.

Atingira o climax a delicada questão religiosa e o trono sentia os efeitos da efervescência dos espíritos em face da condenação e prisão dos bispos. Urgia sair da situação o mais cedo possível e com o menor prejuízo para o governo.

O velho Duque encontrou a fórmula no indulto dos bispos, que em parte obviou os desagradáveis inconvenientes da ingrata questão religiosa, porque, à altura de sua intervenção, não era mais possível remediá-los todos, e tomou a medida de maneira tal que se transformou em mais uma retumbante vitória pública, a última de sua brilhante carreira, e na qual ainda rebrilhou ainda uma vez um dos atributos máximos de seu caráter: o espírito da concórdia, de pacificação.

Chegara ao fim a gloriosa carreira do Condestável do Império.

Convicto, talvez, de que a estrela imperial declinava de seu zênite, buscou no retiro de seus dias derradeiros, mais civil do que militar, esquecer as amarguras inevitáveis do trato com os homens. "Cada vez estou mais aborrecido dos homens e das coisas deste mundo de enganoso", foi sua amarga confissão em carta ao Marquês de Herval, o legendário General Osório.

Estranha confissão de quem tanto buscara dar paz aos brasileiros e glórias ao Brasil e via, ao final, como saldo de um nobre e grande esforço, de uma vida por inteiro devotada ao bem comum da nacionalidade, só desenganos dos homens e das coisas.

Encontrou o lar vazio dos carinhos de sua fiel companheira de longos anos, alguns dos quais vi-

vidos longe de seus afetos, por imposição das circunstâncias.

E, com a serenidade de quem havia cumprido conscientemente seu dever, aguardou o dia do supremo julgamento da posteridade, sem trejeitos de herói de opereta.

Se não obteve a glória de morrer no tropel das batalhas e, como os chefes romanos mortos em combate e que eram conduzidos, inertes e glorificados, sobre os escudos dos legionários, em solene e derradeira revista, desejou e obteve Caxias que seu corpo inanimado desfilasse ante suas tropas aos ombros de soldados rasos, em uma parada que lhe abriu as portas da imortalidade no reconhecimento da Pátria e no respeito e admiração dos brasileiros.

E, hoje, como ontem e como amanhã, ele desfilará sempre ante a nacionalidade inteira, como protótipo de cidadão e de soldado, que legou à sua Pátria uma glória imarcescível, a sua glória, a glória de Caxias, toda tecida de refulgentes virtudes cívicas, rebrilhando no simbolismo de uma espada virgem de derrotas e de opressões!

Companhia Progresso Industrial
do Brasil

FÁBRICA BANGU

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

Elegância, Côres firmes e Durabilidade

NÃO HOUE SURPRESA ESTRATÉGICA NA BATALHA DAS ARDENNES

Cel. PAULO ENÉAS F. DA SILVA

A leitura de "Cruzada na Europa", do General Eisenhower, conduzirá qualquer um a essa conclusão: O depoimento dos Chefes que conceberam e conduziram essa batalha mostra-nos, de modo insofismável, que o Alto Comando Germânico não conseguiu atingir seu objetivo estratégico; no máximo, obteve sucessos táticos, ainda assim de resultados negativos.

A coincidência do mesmo Chefe alemão — o General Von Rundstedt — renovar a ação exatamente no local em que, anos antes, havia obtido espetacular sucesso contra as forças aliadas (em 1940, os alemães haviam quebrado as linhas anglo-francesas, jogando os ingleses para Dunquerque e pondo a França fora da guerra), constituiu, esse fato, um trunfo nas mãos do Comando Aliado em 1944, pois agora já conheciam as "clássicas manobras" do inimigo.

As más condições atmosféricas aliaram-se aos Generais de Hitler. Graças a elas foi possível montar tão poderosa arremetida, integrando três Exércitos, dos quais, dois eram de forças blindadas.

Vejamos, então, porque não houve surpresa estratégica, contra os aliados:

1. O Alto Comando aliado previu toda a manobra inimiga e esperava-a mesmo. Correu pensadamente o risco.

2. A articulação das forças respondeu perfeitamente à situação.

3. Mesmo antes de ter sido desencadeada a ofensiva de Rundstedt, o General Eisenhower já havia preparado o retorno ofensivo.

4. O avanço alemão não atingiu sequer a linha consentida pelos dirigentes aliados; no recuo de suas tropas.

* *

A MANOBRA ALEMÃ FORA PREVISTA

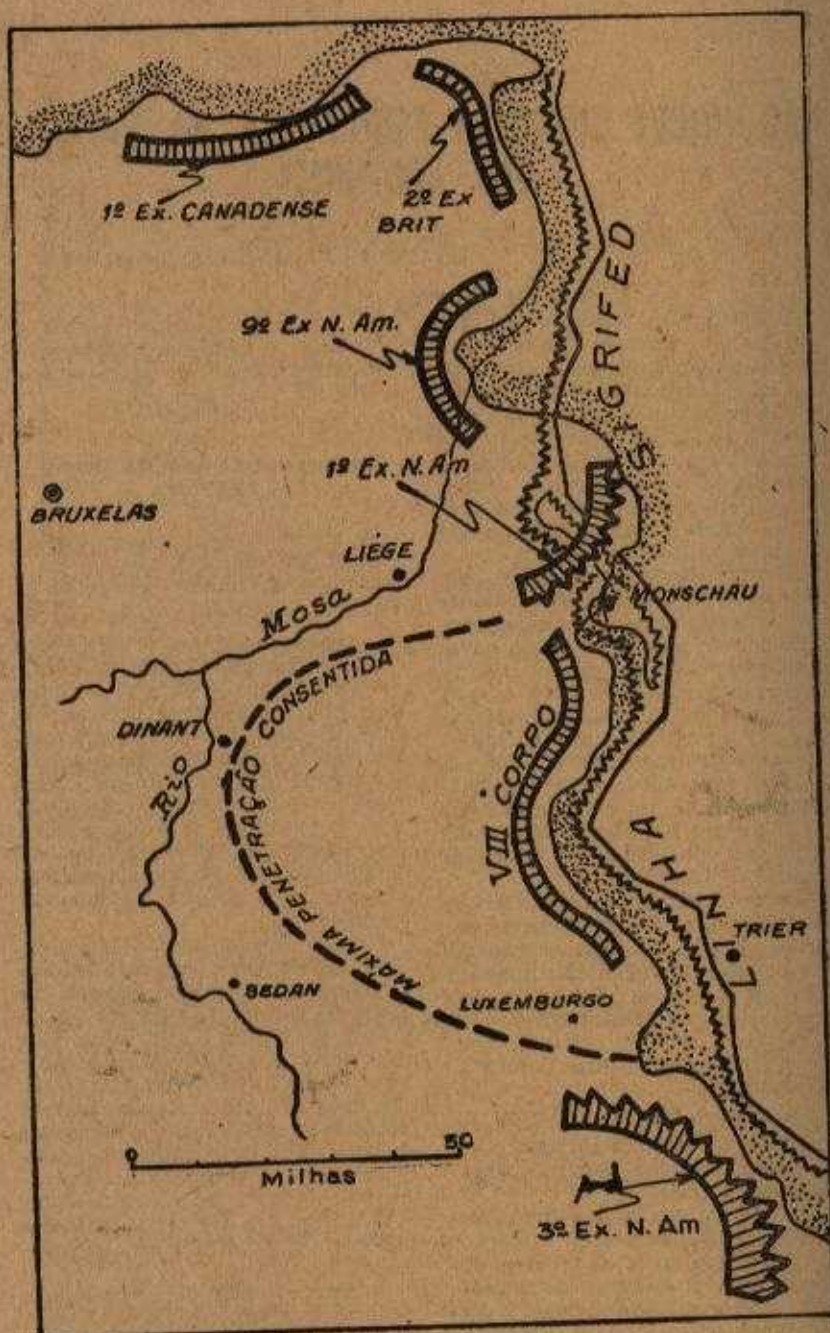
A situação das forças aliadas, quando da ofensiva alemã, era a constante do quadro anexo n. 1. Por ele se vê:

— entre os 1º e 3º Exércitos Norte Americanos havia um espaço (de Monschau a Trier) de umas 75 milhas, guarnecido apenas com três ou quatro Divisões, assim mesmo com seus efetivos muito aquém do normal, devido às fortes baixas havidas nos combates anteriores;

— a atitude estratégica era, francamente, ofensiva, pois os 1º e 3º Exércitos concentravam-se para renovar seus ataques às posições alemãs.

Conferenciando com o Gen. Bradley, Eisenhower chegou à mesma conclusão de que um ataque, na extensa frente do VII Corpo, e pouco defendida, poderia acarretar um recuo das forças americanas. Essa possibilidade, se materializada, iria permitir ao Comando Alemão apossar-se dos inúmeros depósitos e instalações de suprimentos existentes logo à retaguarda. Previnindo-se contra tal eventualidade, o Gen. Bradley fez evacuar para a margem W do Rio Mosa os principais depósitos.

O grande centro de Liège jamais deveria cair em mãos dos alemães. Sua cobertura representava ponto



Quadro n. 1

capital nas medidas a serem tomadas.

O limite fixado, e permissível, aos alemães, em seu avanço sobre as linhas aliadas, está materializado no quadro I anexo e mostra que visava, sobretudo, a cobertura das instalações do outro lado do Mosa; visava também, com o aprofundamento da investida alemã, expor os seus flancos à uma contra-ofensiva já delineada.

Realmente, à luz do quadro citado, vê-se que as forças do 1º e 3º Exército poderiam, ao se rebaterem para o Sul e NW respectivamente, cortar as forças germânicas e mesmo cercá-las, antes que pudessem novamente voltar às posições da linha Siegrifed, de onde haviam saído.

Da própria declaração do Gen. Eisenhower se deduz que ele previa os riscos da propalada ofensiva alemã: "A responsabilidade de só deixar 3 a 4 divisões face às Ardenas e correr o risco de uma vasta penetração nesta zona, é inteiramente minha."

* *

A ARTICULAÇÃO DAS FORÇAS FOI ADEQUADA

As peças que, no momento, compunham o dispositivo aliado eram:

— ao Norte: 4 Divisões do 1º Exército, articuladas para o ataque às represas do Rio Roer;

— ao Centro: 4 Divisões do VIII Corpo, numa frente de 75 milhas;

— ao Sul: o Gen. Patton, com o seu 3º Exército, também preparando-se para atacar.

Como reservas estratégicas o General Eisenhower dispunha de:

— as 7ª e 10ª Divisões Blindadas, uma ao N e outra ao S das Ardenas;

— o XVIII Corpo Aeroterrestre, localizado em Reims, constituído de duas Divisões bastante treinadas em combates duros;

— a 11ª Divisão Blindada, chegada a pouco dos EE.UU.;

— a 17ª Divisão Aeroterrestre, ainda na Inglaterra, e

— a 87ª Divisão de Infantaria, que em pouco tempo poderia ser trazida ao campo de luta.

Tratava-se de:

— socorrer o VIII Corpo, ao ser ele jogado para trás, ante o choque alemão;

— reagir nos flancos, para transformar num desastre essa última tentativa do Alto Comando Germânico.

A Decisão firmada por Eisenhower foi:

"Conter as brechas ao norte, ceder ao centro e desfechar um ataque coordenado ao sul."

* *

O RETORNO OFENSIVO HAVIA SIDO PREVISTO

Basta analisar a decisão de Eisenhower e ver como estavam dispostas as suas forças.

* *

O AVANÇO ALEMÃO NÃO TEVE A EXTENSÃO PERMITIDA

À luz do quadro anexo 2, vemos que, a não ser uma ponta de lança, que chegou às portas de Dinant, em seu conjunto a ofensiva alemã ficou restrita à uma área muito aquém da que os aliados haviam consentido ceder.

Os aliados tiveram ciência do aparecimento, no campo da luta, do 6º Exército Panzer Alemão. Tratava-se da mais forte e eficiente reserva remanescente em toda a Alemanha. Podia-se dizer: o último trunfo. Infelizmente foi perdido o contacto com tão poderosa massa militar. Ao mesmo tempo, as agências de informação anunciavam o aumento das formações de infantaria na frente das Ardenas. Chegou-se a identificar cerca de 20 Divisões novas.

Embora no campo estratégico tivessem os alemães falido na obtenção da surpresa, na tática obtiveram resultados compensadores.



Quadro n. 2

Prova isso :

O V Corpo Norte-americano, do Gen. Gerow, foi apanhado em pleno delírio de movimento, ao renovar seus ataques em direção às represas do Roer, obrigando-o a retirar em verdadeira confusão as suas Divisões em linha. Uma delas entretanto bateu-se de modo brilhante.

CONCLUSÃO

A contra-ofensiva alemã das Ardenas constituiu um verdadeiro ato de desespero do Alto Comando Alemão. Os Generais de Hitler sabiam, de antemão, que, sem o apoio logístico integral, necessário a operações desse gênero, teriam que falhar. Contavam eles com os depósitos aliados, onde tudo se poderia encontrar, desde a gasolina (de que tanto se queixavam) até o alimento para seus soldados.

A serena compreensão do problema e a perfeita identidade de vistas no Alto Comando Aliado, somadas à inteira noção de responsabilidade de todos os seus Chefes,

desde o Supremo, em aceitar os riscos tremendos da projetada ofensiva inimiga, até o mais simples subordinado, em resistir, embora surpreendido, levou à derrota essa temerária tentativa germânica.

Cumpre destacar, de um lado, a análise criteriosa de suas possibilidades, feita por Eisenhower e seus Comandantes subordinados; de outro, o estudo perfeito do que o inimigo podia fazer, à base de julgamentos inteiramente dentro da situação.

Finalmente, embora a aviação aliada tivesse ficado presa ao solo, pelo mau tempo reinante, possibilitando até que o Exército Panzer fugisse à observação necessária e o contacto com ele fôsse perdido, quando as condições atmosféricas melhoraram o apoio foi de modo a inverter a ordem das coisas.

O estudo de "Cruzada na Europa", além desses ensinamentos, dá-nos margem para beber outros de valor inestimável no campo profissional militar.

MEU GENERAL QUER UM MIG

Da Revista Aérea Latino Americana, publicada mensalmente pela Strate Publishing Co., Inc., New York.

Tradução "data vénia", do Major de Artilharia
ZAIR DE FIGUEIREDO MOREIRA

Desde o momento em que os Russos, ou melhor dizendo, os Chineses e os Coreanos do Norte, assustaram as Nações Unidas com um caça interceptor, de acordo com a propaganda por detrás da cortina de ferro e hoje em dia da cortina de bambu dos chineses, o Governo dos Estados Unidos e as Nações Unidas, em vão puderam certificar-se praticamente do que continha internamente o famoso Mig, até que, há pouco tempo, se soube que havia sido derrubado um daqueles aparelhos bem no interior das linhas vermelhas, quase intacto, mas em território de guerra, e esta seria a oportunidade para se fazer uma autópsia. Como é sabido, os comunistas usam os Migs do outro lado do rio Yalú, ou seja na Manchúria, território neutro (segundo eles), para atacar os aviões das Nações Unidas e quando saem em carreira, perseguidos ou feridos, se refugiam em tão incrível santuário; daí não se ter anteriormente conseguido um Mig. Porém, agora, com a presa em território de guerra, safu um helicóptero Sikorsky H — 19, do Exército dos Estados Unidos, com a missão de se dirigir ao Mig.

Não muito distante do sul do paralelo 38 e em um dos aeródromos improvisados pelas Nações Unidas, existia naquela manhã uma febril atividade de tráfego, as pistas estavam cheias de quantos aviões de observação, de caça e de combate puderam ser alistados rápida e prontamente; sem maiores

preâmbulos, saíram em diferentes direções, decolando para o Norte da Coreia sob um céu claro e frio.

As formações constituíam-se dos Mustangs F-51, os quais placidamente voavam sob os Shooting Stars F-80, que por sua vez, em "sandwich", eram acompanhados pelos Sabrejets F-86. Trinta e cinco milhas mas atrás da linha de fogo dos comunistas, os aviões começaram a deixar rastros de fumaça ao executar rápidas incursões, e vigiando uma pequena colina sobre a qual, a mil pés mais abaixo, um helicóptero Sikorsky descia verticalmente e punha suavemente suas quatro rodas em terra firme.

Em poucas horas, o 5º Grupo de reconhecimento, com a rapidez do raio, havia avisado, por suas antenas, que um Mig de caça russo comparativamente intacto havia sido derrubado no local onde o helicóptero havia descido e que provavelmente com destreza, coragem e habilidade podia ser transportado para as linhas das Nações Unidas e depois enviado aos Estados Unidos com o fim de ser efetuado um estudo completo.

O alto Comando, com a avidez e o gosto de uma ave de rapina, se precipitou sobre o Mig abatido. Não tiveram tempo de discutir o plano de tal proeza; apenas arrojaram os lápis sobre a mesa e exclamaram: "a todo custo, esse Mig tem de ser trazido".

O avião Mig construído pelos russos, até esse momento, era um fantasma glorificado, e como é na-

tural a um soldado, não é de seu gosto pelear nestas condições; tudo o que se sabia, por suas características de voo, era que possuía um soberbo instrumento de guerra, que deixava às Nações Unidas e aos seus pilotos um tanto perplexos, acreditando-se que era somente uma pequena contribuição do formidável arsenal que existiria por detrás da cortina de ferro. Dos dados que os pilotos traziam de seus combates e as observações de técnicos, mais ou menos se podia saber da sua velocidade característica e de seu armamento; mas isto era praticamente tudo. Para poder-se determinar o empuxo do seu motor a jato, o qual, é notório, foi construído pelos ingleses, para saber-se que classe de blindagem tinha, como se portavam seus aditamentos, seus metais, suas ligas e seu armamento, havia que ter-se em mãos um Mig.

A imprensa dos Estados Unidos e do mundo inteiro, com exclamações teatrais dizia que os russos estavam muito adiantados e que a única coisa que nos salvaria seria que nossos pilotos fossem melhores, e os mais experimentados molestavam com perguntas sobre o caso, fazendo com que, com ênfase, se contestasse exclamando: "Nada sabemos, nem de um nem de outro; nada sabemos contestar, por mais que o queiram; unicamente o que necessitamos é um Mig e nós o temos que trazer".

Como os Migs somente operam muito atrás do paralelo 38 e nunca se atrevem atravessá-lo, a coisa não era simples, pois para roubar-se um Mig havia que ir à casa do inimigo. Portanto, o H-19, nessa manhã, levava a missão de aterrisar nas proximidades do Mig e de se empenhar em trazê-lo para o território das Nações Unidas. O General E. E. Partridge, Comandante do 5º Corpo Aéreo, rapidamente deu as poucas instruções que pôde dar ao Capitão Joseph D. Cooper, piloto da Força Aérea dos Estados Unidos, no Comando do helicóptero H-19, e ao co-piloto Capitão Russell Winnegar. O General Partridge, altamente emocionado, infor-

mou aos oficiais a delicadeza da sua missão. O Sikorsky H-19 é o mesmo S-55, versão comercial, construído pela mesma fábrica. Em uma operação normal esta missão seria alucinada, porém neste caso calculou-se que o Mig teria que caber dentro do helicóptero, que por sua vez teria de levantar voo e trazê-lo do território inimigo, ainda que ao aterrisar se desintegrasse por completo em virtude do peso que suportaria.

Trago um helicóptero para a Coreia.

Alto, delgado, de uma passibilidade indescritível, Joe Cooper, o piloto que havia provado o H-19 na Flórida, havia ido para a Coreia com ele dentro de um avião Globemaster e não era da opinião, nem estava de acordo com o que os altos oficiais diziam, isto é, que as desvantagens que a missão apresentava eram insolváveis e que ele nunca voltaria com o Mig, ou que não se poderia arrebatar-lo do nariz dos comunistas. Tão pouco aceitou o que outros disseram na rápida conferência, que era mandar o helicóptero e os pilotos numa missão de morte, pois necessitava-se obter do aparelho características de velocidade e carga que nunca se haviam sonhado e que, se tivessem a sorte de começar o trabalho de carregar o Mig, os comunistas os crivariam de tiros e depois venderiam até as peles de seus ocupantes como artefatos de adorno. Calmamente Cooper pensava e acreditava que o H-19 resistiria a qualquer coisa e que se soprasse um pouquinho o vento da boa sorte, voltaria com o Mig e poderia outra vez fazer voar o seu H-19.

Entre as coisas que mais preocupavam a Cooper não era a carga que poderia pegar o H-19, nem suas características de voo, mas sim, por exemplo, a gasolina extra que teria de levar em sacos de nylon, interconectados um com o outro, os quais, em caso de uma perfuração, permitiriam a perda total do precioso líquido. Durante as provas que Cooper fez com o helicóptero e antes da saída para o rapto ou roubo do aparelho co-

munista, tratou praticamente de tudo que era humanamente possível fazer para trazer o Mig à território amigo, deixando de lado o pensamento do que sucederia no caso das baterias antiaéreas comunistas fazerem do seu "moinho de vento" um alvo. A Cooper causava até graça pensar que classe de manobras faria o helicóptero com o Mig dentro de si se fosse alcançado pelas balas inimigas procedentes das baterias antiaéreas terrestres. A possibilidade de um ataque aéreo preocupava intensamente a Cooper. Sentia-se muito importante com uma companhia de 50 aviões das Nações Unidas, os quais davam ao seu H-19 um teto de proteção com todas as combinações desejadas, desde ao dos Mustangs F-51, voando devagar e baixo, junto com os Sabres e os Shottings Stars, prontos para entrar em combate e tornar em pedaços qualquer contendor. Também, Cooper se consolava dizendo que o "corredor dos Migs" ficava a Oeste do lugar de onde ele teria que recolher o Mig e havia menos perigo para a operação.

A decolagem foi levada a cabo numa fria tarde de março de 1951. Iam a bordo, além dos Capitães Cooper e Winnegar, seis soldados da Coreia do Sul adestrados e designados para desarmarem o Mig, e um oficial da OSI (Oficina de Informação Estratégica do Governo dos Estados Unidos). O "moinho de vento" carregava as ferramentas necessárias para desmontar o avião caído. Todo o equipamento extra capaz de constituir peso desnecessário, tal como páraquedas, etc., foi deixado de lado. A primeira escala que o H-19 fez foi numa pequena ilha, tão comum nas costas do Oeste da Coreia. A ilha havia sido ocupada por uma pequena guarnição composta de soldados das Nações Unidas com o pessoal e material necessários a vida de 50 homens. E era esta pequena ilha e seus ocupantes a primeira pedra para o rapto do Mig.

O Capitão Cooper, muito depois da sua proeza, comentava que "o primeiro susto eles tiveram ao

aterriçar na ilha". Assim disse ele: "Quando suavemente aterrissei o H-19 numa colina, apareceu no horizonte uma linha de soldados, os quais não podíamos distinguir se eram amigos ou inimigos. Marchavam estes homens um tanto duros, ao estilo dos ingleses coloniais e não nos deram nenhum sinal amistoso. Que grande contentamento sentimos ao reconhecê-los como dos nossos! Vinham apressados em saudar-nos, pois sabiam que aterrisgaríamos na colina".

O que humanamente se pode imaginar, calculou-se para esta aventura, e nada se deixou aos azares da sorte quando à mente do General veio a idéia de se raptar ou roubar o Mig. Tudo foi planejado com uma precisão cronométrica, sendo o peso o mais importante dos fatores.

Antes de decolar da ilha com rumo à costa da Coreia e ao lugar onde estava o desejado Mig, Cooper decidiu abandonar um dos seus ajudantes, deixando atrás, com pesar, um dos soldados da Coreia. Quando o H-19 levantou vôo de novo, 30 minutos depois de haver aterrisgado na colina, ia sobrecarregado com 500 libras.

Derrubado terra a dentro.

O Mig havia sido derrubado umas 38 milhas além da costa e bem mais a dentro do que a princípio se acreditou, quando se concebeu a idéia. Cooper voou a baixa altura para constatar certo ponto da costa e logo se embrenhou terra a dentro, subindo a uma altura de 5.000 pés onde em "rendevous" devia encontrar-se com os aviões de caça e outros que prestar-lhe-iam apoio e defesa a maneira de um "guarda-sol".

"Na verdade e como se acreditava, lá estava o Mig", disse Cooper. "O nariz estava um pouco estragado pelo impacto, porém as asas se achavam intactas, sua cauda e empenagem não tinham dano algum. Sem dúvida, enquanto contemplávamos do ar o desejado Mig, fazíamos conjecturas de que seu piloto deveria ter saltado em pa-

rá-queadas, deixando sem contrólê e à sua sorte o Mig, pois não havia sinal de vida humana em suas imediações”.

Como um ascensor, o H-19 baixou em uma pequena clareira do terreno que, em forma de ferradura, se estendia a umas cem jardas da máquina derrubada.

“O H-19” — diz Cooper — “faz tudo o que se quer, menos andar nas pontas dos pés em silêncio, e enquanto chegávamos ao sólo esse motor Pratt & Whitney 1340, soava doze vezes mais do que nunca; ansiosos esperávamos que de cada uma das árvores saísse uma metralhadora inimiga para crivar-nos de balas.”

Momentos antes das rodas tocarem o sólo, Russ Winnegar deu o grito de guerra usual. Os rapazes saíram rapidamente e como formigas puzeram-se a trabalhar sobre a máquina. Sob a direção técnica do oficial da OSI, deu-se começo à desmontagem. As ferramentas levadas não eram de todo adequadas, sendo o Mig e sua carcassa duros de cortar para reduzi-los a tamanhos que coubessem no compartimento de carga. “De pronto” — diz Cooper — “acreditei que havia chegado o fim de nosos dias quando comecei a ouvir detonações muito perto e explosões que não eram nada confortáveis. Grande foi minha alegria quando Russ me comunicou que o oficial da OSI estava desmantelando o Mig à base de explosões de granadas de mão. No plano original os mestres haviam calculado que o tempo máximo necessário para o resgate do Mig não devia passar de 10 minutos e que o motor do H-19 deveria continuar funcionando enquanto se carregava o avião. Daí a nossa surpresa quando a operação ocupou 45 minutos. Cada minuto que passava era uma agonia que se convertia em horas, fazendo com que a tensão nervosa se acelerasse por momentos. Todos sabíamos que cada segundo de demora não somente aumentava o perigo de sermos descobertos pelo inimigo, como também fazia diminuir o precioso combustível no he-

licóptero que, sem dúvida, nos deixaria ainda sobre território inimigo.”

A fumaça causa alarma.

Nessa atmosfera sobrecarregada de excitação, acompanhada de um febril e furioso desejo de acabar com o trabalho de desmontagem do Mig, a idéia de um fracasso era contagiosa. O desastre total da aventura parecia chegar ao seu término, quando nuvens de fumaça começaram a sair da hélice. O Capitão Cooper reagiu como um felino, saltou do H-19 e verificou que devido à excitação havia esquecido de desligar o freio do rotor.

Durante as operações de terra na cena do acidente, Cooper frequentemente subia ao helicóptero, acelerava um pouco o motor e constatava que o rádio estava trabalhando. Numa destas viagens ouviu no rádio um dos pilotos dos aviões de caça que em grande velocidade, voando rente à terra, gritou: “O.K. rapazes, vamos asseá-los”.

O Capitão Cooper, em sua exaltada imaginação, viu uma formação de aviões de caça comunistas que em picada vinha sobre eles. Depois de forçar intensamente seus ouvidos, ouviu novamente pelo rádio e outro recurso não teve que senão rir-se de sua exaltação. O que o piloto do caça voando em fila havia sugerido aos seus companheiros era a mudança de marcha nos motores que comumente chamam de “asseá-los”.

Com a secção da cauda do Mig sobrando na porta do compartimento de carga, como se fosse uma asa exterior, o H-19 finalmente se fez ao ar. Cooper descreveu à saída e disse que a hélice fez o aparelho desprender-se do sólo sem dificuldades, pois levava o incrível peso de mais de mil libras além da sua carga normal. “Descobri” — disse ele — “que não ia passar sobre uma colina de 300 pés. Então resolvi fazer uma decolagem com o vento e passei por sobre as árvores não sei como, porém passei”.

Uma vez no ar, Cooper começou a ganhar altura e havia chegado já a 5.500 pés quando a metralha começou com toda sua fúria. Com uma pontaria desconsoladora, as baterias antiaéreas enquadram o helicóptero desde a primeira salva e nos minutos seguintes arrebatava a metralha em torno da máquina como se quizesse colhê-la com as mãos. O helicóptero estremece a cada uma das detonações. Cooper, desconsolado, avisou pelo rádio ao Tenente Danny Miller, que estava de sobreaviso no caso do rapto, que deveria estar pronto para vir noutro "moinho de vento", o S-51, para recolhê-los, pois seriam derrubados. "Baixe-lhe o nariz o mais que puder" — disse Cooper — "e cheguei à incrível velocidade de 120 milhas náuticas, porém ao mesmo tempo estava acumulando velocidades de perdas e ninguém no H-19, inclusive eu, tinha esperanças de poder completar a missão. Estava tirando 2.800 r.p.m. do motor Pratt & Whitney R-1340, sendo a primeira vez que eu verificava poder o motor chegar a essa velocidade."

Enquanto tudo isso ocorria, nem Cooper e nem Winnegar se haviam dado conta de que uma das paletas do rotor principal do helicóptero havia sido atingida pela metralha inimiga. Assim que o H-19 pôde escapar das baterias antiaéreas terrestres, nivelou seu vôo e em rumo tomou o seu destino, em direção à uma ilha próxima da costa.

"Assim que a metralha começou a desaparecer" — disse Cooper — "radiografei aos rapazes dos aviões de caça para que regressassem às suas bases. Tinha perdido todo o

apetite para voltar a repetir missão semelhante, recolhendo algum de meus companheiros que por acaso fosse derrubado".

Quando o H-19 aterrisou nas costas da pequena ilha, a tripulação teve a primeira oportunidade para examinar o helicóptero. "Voces não podem imaginar o que sentimos quando vimos esse pedaço de projétil incrustado na paleta do rotor principal", disse Cooper movendo a cabeça. "Durante o vôo de regresso sentia eu algo de anormal, porém nunca pensei que havíamos sido alvo das balas inimigas."

Miller estava aguardando-o com outro helicóptero Sikorsky H-5 na ilha. A carga do precioso Mig foi dividida. Os dois helicópteros voaram para uma ilha maior onde o pessoal e o carregamento foi transferido para um Grumman SA-16 de transporte, o qual aterrisará quando a maré baixara nas praias da costa. As partes do Mig voaram para uma base na Coreia pertencente ao 5º Grupo das Forças Aéreas e imediatamente foram transferidas para um avião rápido de transporte que, como um bólido, saiu para os Estados Unidos, ao Departamento de Análises e Avaliação. O H-19 ficou na segunda ilha para ser submetido a reparações. Dois dias depois, já equipado com nova paleta, voltava a voar e as únicas mudanças que se fizeram, foram a instalação de nova caixa de engrenagem. "Depois de 10 dias, ao ser reconicionado, foi que os rapazes da manutenção souberam do que eu havia exigido do motor Wasp R-1340", disse Cooper.

AVISO AOS ASSINANTES

Para renovar sua assinatura, não espere deixar de receber "A DEFESA NACIONAL".

Procure o nosso representante na Unidade em que serve ou queira dirigir-se diretamente à Gerência.

Caixa Postal n. 17-Agência do Ministério da Guerra — Rio de Janeiro.

SAN MARTIN E O PRIMEIRO EXÉRCITO REGULAR DO PERU

Pelo General de Exército do Peru D. FELIPE DE LA BARRA, Membro fundador do Centro de Estudos Histórico-Militares do Peru

Transcrito "data venia", da "Revista Militar do Circulo Militar da Republica Argentina" em tradução do Cap. RUBENS MARIO JOBIM

A 8 de setembro de 1820, data do desembarque da Expedição Libertadora na baía de Paraças, abre-se o novo ciclo da história peruana, porque a esse acontecimento, iniciador do último processo da emancipação hispano-americana meridional, segue-se a entrada em Lima e, imediatamente depois, o magno sucesso da proclamação da Independência Nacional, a 28 de julho de 1821.

Com a ocupação da opulenta capital dos vice-reis, o Grande Capitão dos Andes alcançou o objetivo político de seu genial plano de guerra, que era trazer as operações ao coração do Vice-reinado do Peru, centro e poderio da denominação colonial e foco de onde se irradiava, sobre todo o continente do sul, a força de submissão à metrópole. O antigo teatro de operações do Alto Peru, que tantos esforços exigira dos patriotas, desde 1811, ficava assim relegado a teatro secundário.

Se a campanha libertadora do Chile, com a passagem dos Andes e as ressonantes vitórias de Chacabuco e Maipú e, antes, a gloriosa jornada de San Lorenzo, haviam elevado ao mais alto pináculo guerreiro a San Martín, a Campanha do Peru é a consagração definitiva de seu gênio militar e a manifestação mais evidente dos ideais de Libertador Americano, que se aninhavam em seu espírito excelso. E o é porque só ele viu onde se

achava o centro de gravidade político e militar da dominação; só ele compreendeu que se lançando a esse centro de gravidade, até fazê-lo cair, afastava totalmente a invasão ou a rechaçava das fronteiras de sua pátria, ao mesmo tempo que emancipava a nação ainda submetida ao jugo espanhol; só ele, enfim, percebeu que, para alcançar esse centro de gravidade, não se devia seguir o longo e difícil caminho do Alto Peru, multiplicador por si mesmo das defesas do inimigo, mas o aberto o caminho do mar. Dentro desta concepção, em que a maestria da arte militar e a visão política se gravam luminosamente, Chile constituiu o primeiro objetivo, sendo o instrumento de sua conquista — inicialmente — o Exército dos Andes, tão esforçada e pacientemente formado, organizado e adestrado por ele; agora prosseguia sobre o segundo objetivo, cujo instrumento, por sua vez, foi a Expedição Libertadora, sob cujas bandeiras se alinhavam os vencedores de Chacabuco e Maipú.

Dentro da peculiar estratégia san-martiniana no Peru, que procura realizar com antecedência a preparação psicológica do país, como meio de chegar em condições favoráveis à obtenção do objetivo militar, ou seja a destruição do exército inimigo, para isto exaltando e apoiando os pronunciamentos pela independência — já

tantas vezes contidos ou afogados em sangue —, privando de recursos humanos e de vida o Vice-rei, provocando as defeições nas fileiras realistas e, enfim, enervando e desgastando física e moralmente ao adversário, o Protetor San Martín como Chefe do Estado que o mesmo fundou, contempla, planeia e resolve sua organização política ao mesmo tempo que a organização militar. A primeira para definir a soberania e regular a marcha administrativa, em termos que a legislação dada — copiosa e transcendente que foi — alcançasse a toda extensão considerável do território incorporado já à independência. A segunda, para que este estado, possuidor de sua bandeira e hino, conte com força própria, que lutará na empreza da emancipação ainda não liquidada.

Apareceu, assim, a organização do primeiro exército regular, cuja filiação começa a 18 de agosto de 1821, aos vinte e um dias da proclamação da independência, por decreto que expede em Lima o Protetor, referendado por seu Ministro da Guerra e Marinha, D. Bernardo Monteagudo.

Declara o considerando deste Decreto, que, "consultando a dignidade do Governo e o aumento da força física que deve sustentar a Independência do Peru, resolve criar um corpo cujo eminente privilégio seja servir de modelo aos demais por seu valor nos combates e por sua disciplina em todas as circunstâncias".

O corpo recebe a denominação de "Legião Peruana da Guarda" e é posto sob o comando superior do Marechal de Campo Marqués de Torre Tagle, constando das seguintes unidades: 1 batalhão de infantaria, 2 esquadrões de cavalaria e uma companhia de artilharia. Designa-se como comandante do batalhão o Coronel D. Guillermo Miller e como chefe da cavalaria, que já tem sua base no Esquadrão "Húsares de la Escolta", o major D. Eugenio Mecochea. Quanto à artilharia, o decreto declarava que seria formada com veteranos dessa arma

que voluntariamente se quisessem alistar.

Conjuntamente, expediu outro decreto nomeando o mesmo Torre Tagle Inspetor Geral dos corpos civicos ou milicias, existentes ou por se formar nos departamentos livres.

Tais são, pois, as origens do Exército da República. A Legião Peruana da Guarda não chegou a atuar como grupamento, mas por unidades isoladas que levavam o nominativo de "legião".

Essas unidades logo adquiriram fama, fazendo honra ao nome de seu egrégio fundador. O primeiro esquadrão constituído denominou-se "Húsares da Legião" e converteu-se rapidamente em regimento, com o nome de "Húsares do Peru", até que adotou o de Húsares de Junín", denominação que foi uma distinção lembrada pelo Libertador Bolívar sobre o mesmo campo de batalha de 6 de agosto de 1824, já que ao primeiro esquadrão, comandado pelo Tenente- coronel argentino Suárez, deve-se essa brilhante vitória que tanta repercussão teve sobre o final da campanha. Desde então tem figurado ininterruptamente na ordem de batalha do exército, mantendo viva sua longa e gloriosa tradição.

A outra unidade famosa foi a de infantaria, que se manteve com a denominação de "Legião Peruana", tendo existido, desde 1823 e, por períodos variáveis dois batalhões. Conforme diz o Histórico da Unidade, "combateu em todas as batalhas pela independência peruana, ornamentando sempre seu estandarte com atos de valor, disciplina, intrepidez e heroísmo. Dizimada ou aniquilada no campo da luta, renascia pujante e cerrava suas fileiras em busca de novos laureis".

Este nome, tão repleto de tradições e glórias como o de "Húsares", conservou-se enquanto subsistiram as denominações nos corpos de tropa (até 1898) e foi restaurado recentemente.

No que respeita aos corpos civicos, foram organizados nas próprias províncias, em regimentos, batalhões ou companhias de infan-

taria e cavalaria, havendo ainda uma formação de sapadores. Possuíam certo grau de instrução e disciplina e faziam rodizio nos serviços de guarnição; mas sua importância principal reside em que destas unidades saíam as reservas, constituindo de tal modo os depósitos, tanto do exército de linha peruano, quanto dos corpos da Expedição Libertadora, e também formando novas unidades, como ocorreu quando da organização da divisão Santa Cruz, enviada pelo Protetor como auxílio para a campanha de Quito, que culminou com a esplêndida vitória de Pichincha, a 24 de maio de 1823. Até o mês de julho desse ano, os corpos civicos alcançavam um efetivo de mais de 21.000 homens.

Desde que estabeleceu seu Quartel-General em Huara, em novembro de 1820, o Libertador intensificou a formação de guerrilheiros, cujas primeiras partidas apareceram durante a primeira expedição de Arenales para o interior, sob a direção e o impulso do bravo e arrojado Tenente-Coronel Aldao e que depois se reuniram sob as ordens do Coronel Gamarra. Depois, ou conjuntamente com a criação do exército regular, estas organizações também receberam reajustamentos, como auxílio, em certo grau, das tropas de linha.

Em resumo, a organização militar compreende as tropas regulares, já citadas, e as forças irregulares, constituídas pelos corpos civicos e pelos guerrilheiros.

Nessas formações, destacam-se, logo, as tropas regulares, que foram o tronco do Exército peruano da República.

Com o correr do tempo, esse Exército seguiu seu natural caminho evolutivo. Tática, armamento, organização, adestramento, tudo foi mudando ou se transformando. Apareceram novas unidades, sucederam-se novos nomes e os anos de luta pela emancipação, como a tumultuosa história republicana, registrou para cada uma sua tradição.

Mas qualquer que fôsse o caminho percorrido, qualquer que fôsse o tempo ou a tradição, o Exército peruano jamais desviou seu pensamento do herói e procer legendário que o criou e lhe deu vida, como criou os símbolos sagrados da Pátria, que são a bandeira e o hino.

E por isso, tôdas as vezes que volta a vista ao passado que encerra glórias, tôdas as vezes que o espírito militar retempera-se com o exemplo e as virtudes desses homens másculos que formaram a nacionalidade e nos deram pátria, o soldado peruano pronuncia agradecido o nome de San Martin.

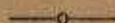
VENDA DE LIVROS

Monumentos Nacionais — autor "Cel. J. B. Mattos":

	Cr\$
Santa Catarina.....	60,00
Piauí.....	40,00
Guaporé.....	30,00
Estado do Rio de Janeiro.....	80,00
Espírito Santo.....	40,00
Lei do Serviço Militar Atualizada.....	30,00
Lei Movimento e Quadros.....	20,00
Estatuto dos Militares.....	20,00
Brasilêl "Lucas da Silveira".....	45,00

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
Estudo dos Morteiros — Ten. Gustavo Lisboa Braga	5,00
Fichário dos Instrutores de Ed. Física — Cel. Jair J. Ramos	30,00
Formulário do Contador — Cap. José Sales. . .	5,00
História Militar do Brasil no Reg. Colonial. . .	20,00
Instrução dos Morteiros — Maj. Euro Martins	8,00
Instrução Militar Moderna — Cel. M. Poppe Figueiredo	45,00
Instrução na Cavalaria — Cel. José Horácio Garcia	5,00
Instrução e Obs. nos Corpos de Tropa — Cel. Armando Batista Gonçalves	9,00
Individual de Combate — Maj. Kival Saldanha	35,00
Informações Militares — Cel. Idalio Sardenberg	45,00
Justiça Militar — Cel. Niso de Viana Monte- suma	20,00
Lança Rojão — Cap. Gustavo L. Braga	5,00
Legislação Militar — Dante Toscano de Brito	12,00
Morteiro de Gutemberg — Ayres de Miranda . .	10,00
Manual de Legislação Militar — Gen. Simões Pires	90,00
Manual de Socorrista de Guerra — Raul Bri- quet	20,00
Metralhadora Browing — Cap. Gustavo Lisboa Braga	5,00



Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal
para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência
do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

OS ENSINAMENTOS DE UMA GUERRA (1)

MAJ. ERWIN ROMMEL

Tradução e adaptações do Cap. HOMERO DE OLIVEIRA. (2)

Instrutor do CPOR de S. Paulo.

A capitulação da Tunísia pôs ponto final à campanha da África. Da mesma maneira que em Stalingrado, foi a nefasta influência de Hermann Goering que selou em definitivo o destino do grupo de Exércitos. Cento e trinta mil soldados alemães (3) — e entre eles, meu Exército, homens insubstituíveis — tomaram o caminho dos campos de internamento anglo-americanos. Sua ausência, foi cruelmente sentida na defesa do setor sul da Europa.

A abundância do material aliado, forçou contra nossas tropas a decisão dos combates em África do Norte. De fato, após a entrada dos Estados Unidos na guerra, não nos restou grande chance para a conquista da vitória final. Enquanto nossos submarinos conservaram a supremacia no Atlântico, ainda subsistiu todavia alguma esperança, por que, a que poderia servir aos americanos sua enorme capacidade de produção de carros, canhões e demais engenhos, se estavam, no momento, impossibilitados de os transportar por mar? Mas, a batalha do Atlântico, cujo traçado em toda a sua extensão decidiu a sorte da guerra, foi vitoriosa contra nós em consequência das volumosas perdas em submarinos por parte da

Alemanha. Tudo era função desse estado de coisas; inevitavelmente seríamos derrotados em toda a parte, desde que cada campo de batalha pudesse ser aprovisionado pelas frota de transporte aliadas.

Na eventualidade de uma invasão, toda a questão se resumia em saber se os invasores se esforçariam por conquistar uma cabeça de ponte suficientemente profunda para lhes permitir o tranqüilo desembarque do material. Uma vez isso conseguido, a vitória, para nossas forças, não mais estaria no rol das coisas possíveis.

Porém, os aliados não poderiam desembarcar simultaneamente vinte divisões, com respectivos equipamentos e suprimentos, sobre um litoral defendido; era preciso tempo para o desembarque sucessivo de suas unidades. Eis porque, como em todas as operações de desembarque, os primeiros dias iriam ser os mais críticos.

Havia para nós duas maneiras de fazer fracassar a operação de desembarque inimigo:

— concentrar desde os primeiros dias o máximo de forças sobre o flanco ameaçado, e lançar o inimigo ao mar;

— tentar prolongar a fase crítica do desembarque inimigo, até

(1) Extrato do livro "Guerre Sans Haine" do Marechal Erwin Eugen Rommel, apresentado à publicação por Liddell Hart.

(2) As adaptações introduzidas pelo tradutor consistem na apresentação dos esboços e mapas.

(3) Por comparação com esses algarismos, convém notar que de princípios de 1941 até à evacuação da Tripolitânia em 1942-1943, as perdas alemãs, no exército blindado da África, se elevaram a 5.200 mortos e 14.000 prisioneiros.

o momento em que tivéssemos reunido as tropas indispensáveis ao contra-ataque, ou por outra, era preciso dar às forças de defesa estacionadas sobre o ponto de desembarque, uma potência suficiente para impedir, com seus próprios meios, a extensão da cabeça de ponte inimiga durante os primeiros dias de operação.

Nossas tropas estacionadas na França não eram suficientes, por sua vez, para manter o litoral, nem para constituir, na retaguarda, uma massa reserva; por conseguinte, enfrentávamos um dilema:

— ou nos esforçaríamos para manter sobre a costa ameaçada uma densidade de ocupação satisfatória em prejuízo das tropas de reserva de operações;

— ou daríamos prioridade a essas reservas, preterindo a defesa costeira.

Certo das possibilidades que se ofereciam ao inimigo, o Marechal von Rundstedt, estrategista de grande envergadura, decidiu reagrupar no interior do território francês as Divisões Blindadas e Motorizadas disponíveis, seu objetivo era obter, desde os primeiros dias do desembarque, uma determinada vantagem no campo de batalha, pela intervenção rápida desta massa de manobra. Nas condições normais e malgrado a fraca densidade de ocupação das costas, esse plano era a solução justa e apresentava chance de grande êxito. Mas o Marechal Rundstedt não fazia a menor idéia da vasta superioridade aérea dos aliados, e das limitações que disso iriam resultar nos planos tático e estratégico. A intervenção de unidades blindadas e motorizadas tão numerosas não poderia ser eficaz sem um absoluto respeito a gráficos e horários de deslocamentos; dada a fraca densidade de ocupação das costas, era indispensável que o movimento se executasse em lances os mais rápidos possíveis. Ora, baseando-me na experiência adquirida no teatro de operações africano, eu duvidei, — e os acontecimentos iam me dar razão — que a execução pontual

dêsse plano fôsse do domínio das possibilidades.

Diante de El Alamein, tivemos a oportunidade de estudar os efeitos da tática de bombardeio aliado sobre nossas unidades blindadas. Na França, lógica e conseqüentemente, deveríamos esperar o emprego de forças aéreas muito superiores às que os aliados lançaram na África do Norte. Bem ao contrário do que se passou no deserto, não poderíamos, em território francês, utilizar senão um certo número de estradas para o deslocamento de nossas formações; e ainda, essas atravessavam rios, vilas e cidades. As possibilidades de intervenção das forças aéreas aliadas eram, pois, infinitamente maiores que sobre o deserto.

Atrai a atenção do Marechal Rundstedt para os seguintes pontos:

— os caças-bombardeiros anglo-americanos sobrevoariam tanto de dia como de noite as estradas, impedindo desta maneira qualquer circulação;

— as esquadrilhas aliadas destruiriam pontes e cidades, causando, da mesma forma, interrupção no tráfego. Dessa maneira, estradas importantes tornar-se-iam totalmente impraticáveis;

— já em deslocamento pelos diferentes eixos, as unidades motorizadas sofreriam enormes perdas em conseqüência dos ataques aéreos;

— resultava disso que os horários não poderiam ser respeitados e que modificações importantes em nosso plano de defesa se fariam necessárias.

Ora, não é difícil alterar a ordem de marcha de duas ou três divisões, porém é excessivamente trabalhoso e consome tempo enorme modificar o itinerário de uma dezena delas, sobretudo quando as tropas não têm o hábito de improvisar.

Tornava-se, para nós, necessários dez a quinze dias para conduzir nossa massa de manobra ao campo de batalha, e para que pudessemos proceder à sua reorgani-

zação. Nesse tempo, os aliados teriam a oportunidade de efetuar uma penetração e preparar a extensão de sua cabeça de ponte, enquanto que nossas tropas, postadas nas costas, combateriam sem o apoio de blindados. Nestas condições, um ataque executado por uma formação ofensiva, já dizimada em marcha de estrada, não poderia ser conduzido ao sucesso. É lógico que uma situação semelhante sempre restaria a possibilidade de cindir as forças de ataque em várias formações, e conduzi-las ao *front* em marchas forçadas; mas neste caso renunciaria-se à concentração ofensiva única, que era a principal vantagem do plano do Marechal Rundstedt.

Eis porque defendi eu firmemente meu próprio plano, que, dadas as circunstâncias, já passava a constituir para mim um compromisso.

Em primeiro lugar, a costa deveria ser fortificada ao máximo; a infantaria tomaria posição nas praias, e atrás, os blindados se agrupariam de tal sorte que sua artilharia estivesse em condições de bater o litoral. Com a distribuição de forças potentes sobre os pontos mais ameaçados, eu desejava obter o seguinte:

— a defesa deveria tirar o proveito máximo da ocasião mais crítica do desembarque, ou seja, do momento em que o invasor se dirigisse à costa nas barcas de desembarque: obstáculos imersos, minas dispostas nas praias, fogo concentrado visando as vagas de desembarque, deviam aguçar ao extremo as dificuldades dessa manobra;

— nossas forças de defesa local impediriam aos invasores o alargamento suficiente da cabeça de

ponte, alargamento esse necessário para assegurar o desembarque e penetração dos suprimentos. Assim, as formações blindadas e motorizadas, distribuídas em outros setores, teriam tempo de se reagrupar atrás do *front* ameaçado, para contra-atacar as zonas de desembarque inimigas. Reforçando a defesa das costas, eu esperaria compensar — ao menos por um lado — o retardo infligido às forças motorizadas pelos ataques aéreos aliados.

Infelizmente, fomos incapazes de fortificar o litoral em função destas exigências, a despeito de todos nossos esforços para acelerar os trabalhos. Outrossim, o Q.G. do fuhrrer e o Comandante em Chefe do *front* oeste continuavam a ignorar a ameaça que pesava sobre a Normândia; estimavam eles que as possibilidades de exploração estratégica superiores, de uma cabeça de ponte situada no litoral do passo de Calais, convidariam os aliados a operarem naquele ponto o desembarque (4). A execução do plano estratégico anglo-americano estava contida condicionada ao êxito do desembarque; ora, se esta eventualidade era improvável no litoral do passo de Calais, fortemente defendido, por outro lado, a operação seria realizável na Normândia apenas fortificada. Do ponto de vista aliado, o objetivo número um, consistia em desembarcar; as desvantagens estratégicas da Normândia em relação ao passo de Calais não eram levadas em consideração. Os aliados dispunham de tempo e material necessários.

Entretanto, não se procedeu à colocação das minas na baía do Sena — fato que não cessei de reclamar — nem o carregamento para a Normândia de várias Divisões Blinda-

(4) Esta frase surpreende um pouco, em vista de ter o próprio QG do fuhrrer assinalado por diversas vezes a ameaça que pesava sobre a Normândia. Foi Rundstedt quem primeiramente formulou a hipótese do desembarque aliado no litoral do passo de Calais.

Se se deseja afastar a possibilidade de um *lapseu calami*, Rommel tinha intenção de dizer que o QG do fuhrrer não estava suficientemente convencido da invasão pela Normândia, isso com o fim de apoiar o esforço que ele próprio fazia no sentido de carrear para aquele ponto várias divisões blindadas e outros elementos.

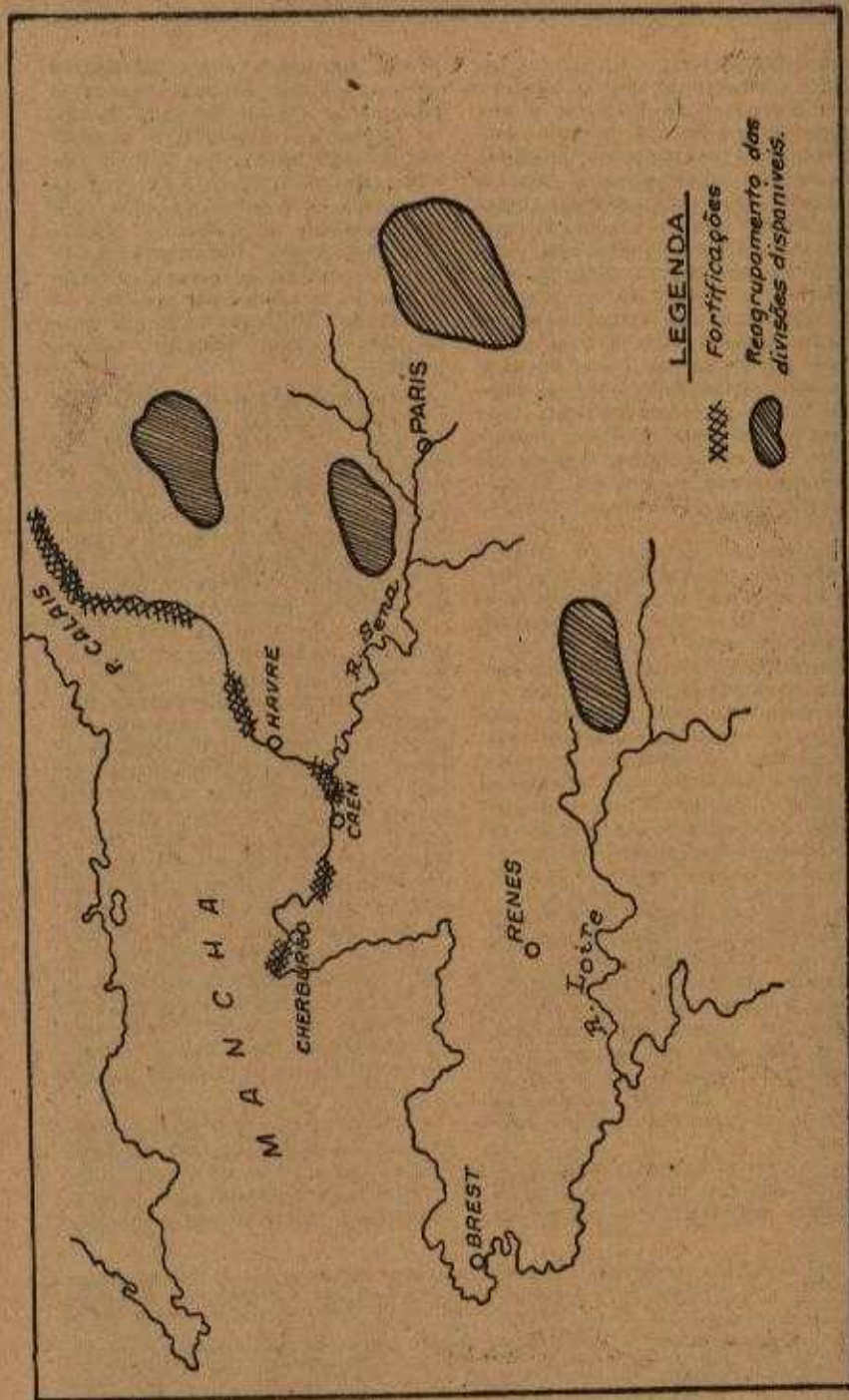


Fig. 1 — O plano do Marechal Rundstedt

das (5), de um Grupamento de D.C.A., de uma Brigada química e formações de pára-quedistas, cuja presença estimei indispensável face à tentativa de invasão. Também, desde o início da batalha, esta carência se revelou catastrófica. Apesar dos pesares, eu acredito que se essas unidades estivessem presentes ao setor ameaçado, nós teríamos quando muito perdido a partida; nossos contra-ataques poderiam ter sido barrados pelo fogo das unidades navais e sob os bombardeios aéreos; uma após outra, nossas baterias de artilharia poderiam ter sido aniquiladas pela terrível barragem rolante da artilharia aliada.

Cumpré dizer que, malgrado nossas reclamações, o lançamento e a distribuição das minas, não foram revestidos da amplitude desejada, nem tampouco as obstruções submarinas tinham sido dispostas de maneira racional. Faltava-nos tempo para remediar esse estado de coisas, e as terríveis destruições que os bombardeiros estratégicos da aviação aliada haviam operado em nossas comunicações, antes mesmo da invasão, e sobretudo na Normândia, dificultavam seriamente nossos planos de fortificação do litoral. Enfim, era de parecer que nada mais poderia compensar a superioridade absoluta no domínio da artilharia e da aviação.

De outra parte, meus prognósticos relativos às dificuldades de deslocamentos das Divisões Motorizadas, foram confirmados. Logo de início, a progressão desses elementos, sendo efetuada sobretudo à noite, fizeram-se notar o desgaste das tropas e as sensíveis perdas em material.

Uma coisa poderia, àquela época, ser tida e havida como certa: perdida a batalha do desembarque, havíamos perdido a nossa última

chance de ganhar, por um sucesso militar dirigido sobre a costa francesa, este trunfo estratégico que nos teria sido precioso como ponto de partida para uma evolução da situação política.

Mas, foi na África do Norte que perdemos a nossa melhor chance, por que nossos Chefes não estimaram, em seu justo valor, as possibilidades que era a consequência lógica de operações norte-africanas. A capitação das tropas do eixo na Tunísia era a consequência lógica de uma série de descuidos e de erros monumentais. Eu creio útil, recapitular aqui, as possibilidades que nos oferecia o teatro de operações do continente negro, bem assim, as razões pelas quais essas possibilidades deixaram de ser exploradas. O traço mais decisivo e trágico desta campanha reside no fato de sua importância estratégica ter sido percebida muito tarde pelos homens responsáveis; quando eles puderam-na reconhecer, não desejaram admitir que o faziam tarde demais, justificando que, no momento, a situação militar havia retrocedido para o Mediterrâneo, não sendo mais cabível a manutenção do front africano.

Durante vários anos, o Oriente Médio foi mantido por um exército britânico pouco numeroso, não ultrapassando doze divisões. Essas tropas foram severamente adestradas e adaptadas ao meio e, entretanto, as do eixo não foram em nenhuma ocasião bastante potentes para explorar os sucessos conduzidos sobre o plano tático. Ora, esse Exército britânico constituía a única defesa de vastos territórios, e é necessário sublinhar a enorme importância estratégica que esses territórios representavam para os aliados.

Os países e territórios subtraídos à empresa do eixo pelo grupo de

(5) Rommel refere-se à Panzer Lehr Division e à 12ª D.B.SS — Hitlerjugend. Se suas sugestões fossem seguidas, os seguintes elementos blindados teriam intercedido poucas horas após o desembarque aliado: 520 carros de combate, 120 canhões de assalto autopropulsores, 1.200 caminhões blindados de transporte de pessoal. Porém somente a 21ª P. Div. fora empregada com 150 carros, 60 canhões de assalto, e aprox. 200 caminhões de t.p. Ademais, algumas centenas de C.A.A.E. e aparelhos fumígenos teriam podido participar da resistência ao desembarque aliado.

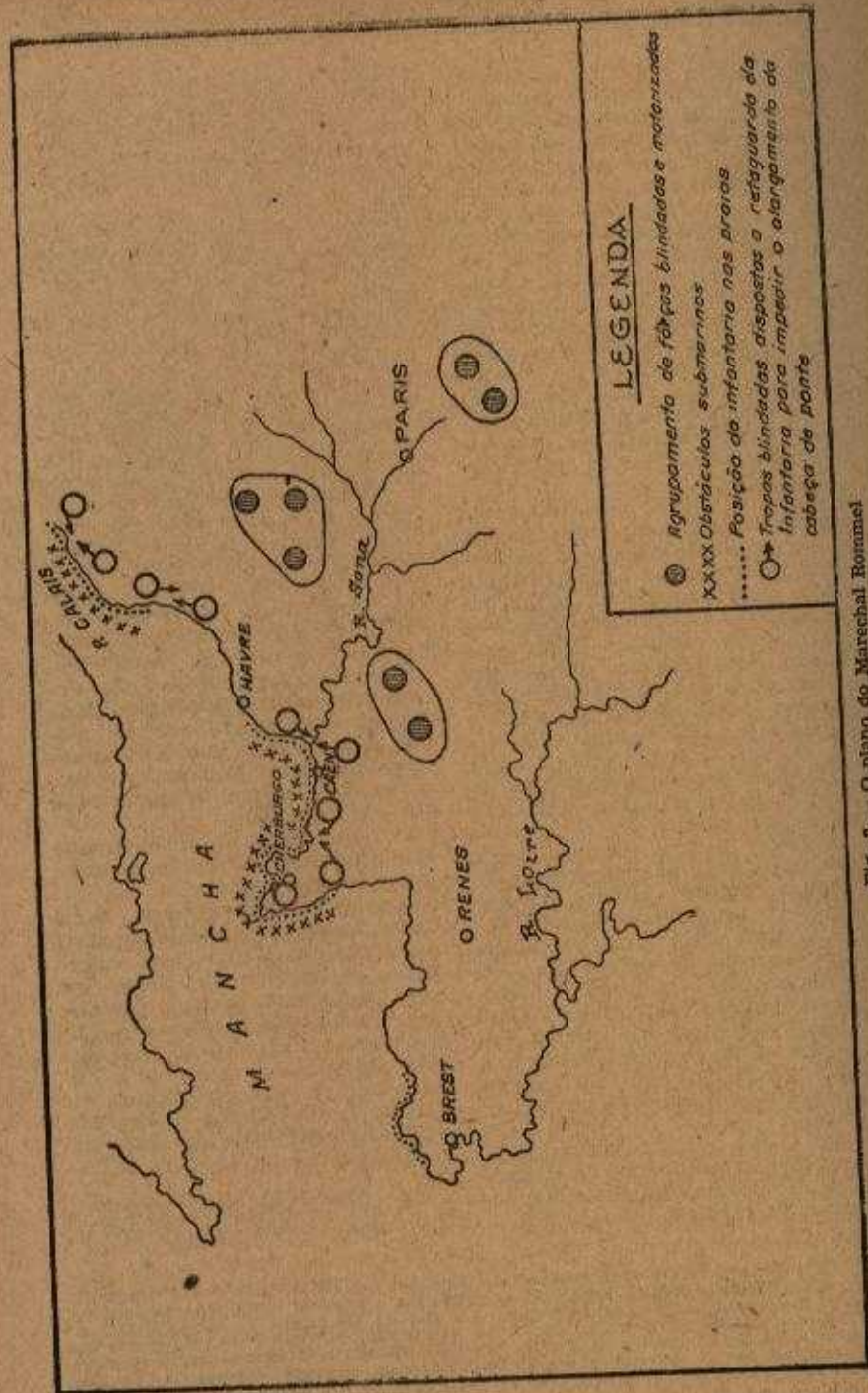


Fig. 3 — O plano do Marechal Rommel

Exércitos britânicos do Oriente Médio, eram os seguintes:

— O Canal de Suez, Egito e África Oriental. Reconhecemos que, nesta guerra, a importância militar do Canal de Suez teria sido desprezada se os italianos tivessem conseguido fechar o Mediterrâneo à altura da Sicília;

— A Síria, o Irak e o Iran. Estes países eram, sob diferentes aspectos, de uma importância capital para os aliados. Primeiramente, a produção total de petróleo do Irak e Iran se elevava, em 1939, a 15.000.000 de toneladas (a título de comparação, a da România era de 6.500.000 ton.). A ocupação desses países teria permitido ao eixo motorizar grande parte de seu Exército, possibilitando, assim, estabelecer as bases de uma vitória nas planícies russas. Ademais, teríamos podido desenvolver ao máximo nossas forças aéreas e utilizá-las em maior escala. Em seguida, a grande massa de ajuda militar americana à Rússia, em armas e equipamentos, era descarregada em Bassora, no Golfo Pérsico. Os americanos desembarcavam nesse porto dezenas de milhares de veículos e outro tanto de carros de combate, com destino à Rússia. A ocupação dessa região por tropas do eixo, teria obrigado os aliados a dirigirem seus transportes para Mourmanak. Ora, nesse itinerário, os americanos teriam corrido sérios riscos — até início de 1943 — dada a presença de submarinos e aviação alemães: seus comboios deveriam costear a Noruega, vencendo grandes distâncias. Enfim, se as tropas do eixo tivessem conseguido ocupar a totalidade do litoral Mediterrâneo e o Irak, teriam se apossado de uma magnífica base de partida para passar à ofensiva contra o front meridional russo. As ameaças inglesas aos nossos transportes marítimos, diminuiriam consideravelmente e nossas dificuldades de aprovisionamento cessariam de existir. Tal seria, do ponto de vista britânico, a situação estratégica no setor mediterrâneo. As possibilidades reais

que adviriam para o eixo são fáceis de concluir.

O mais importante dos problemas estratégicos impostos pela guerra na África, era saber se uma melhor repartição da totalidade das forças alemães permitiria a conquista da supremacia aérea no setor do Mediterrâneo, e asseguraria o aprovisionamento das tropas germano-italianas operando no Norte da África. Uma outra questão, talvez tão importante, era saber se uma melhor repartição desses mesmos efetivos permitiria retirar os elementos motorizados dos setores secundários europeus e os transportar para a África.

Em 1941, me foi dito pelo General Halder que, do ponto de vista do Alto Comando da Wehrmacht, as tropas estabelecidas em território africano ocupavam uma posição perdida, sendo seu papel limitado a retardar, pelo maior tempo possível, a resistência italiana na Líbia.

Halder procurou justificar esse parecer, declarando que seria impossível reabastecer, na África do Norte, um Exército comportando mais de duas ou três Divisões. Digamos, de passagem, que ele não susteve esta opinião, senão apenas, por ocasião em que comandou o Exército da África.

Desde junho de 1941, encontrava-se no território norte-africano o General Gause com a missão, designada pelo O.K.W., de estudar a possibilidade de emprestar a esse teatro de operações, forças mais consideráveis. Esta viagem de estudo nada adiantou.

No tocante à situação militar do Mediterrâneo, a O.K.W. e O.K.H. (Oberkommando der Wehrmacht, Oberkommando des Heeres) demonstravam patente impassividade, que antes, mereceria o nome de inconsciência. Em verdade, nossas dificuldades de aprovisionamento eram infinitamente mais fáceis de resolver que as dificuldades impostas aos britânicos, forçados a transportar o material num percurso de 12.000 milhas, contornando o cabo de Boa Esperança.

As medidas seguintes teriam permitido o carregamento de efetivos suficientes para o prosseguimento da campanha africana, não só transporte propriamente dito, mas também a manutenção do aprovisionamento na Líbia:

— Constituição, no Mediterrâneo, de uma força aérea suficientemente potente, compreendendo unidades aéreas trazidas da França, Noruega e Dinamarca. A superioridade aérea da Luftwaffe no espaço mediterrâneo, teria mais que compensado, do ponto de vista da obtenção de sucesso, um enfraquecimento da potência aérea alemã naqueles três países;

— Transporte para o teatro de operações africano de várias unidades blindadas e motorizadas inutilmente estacionadas da França e no território mesmo do Reich (nessa época ainda não se cogitava de qualquer invasão em grande escala, seja na França ou em qualquer outro ponto);

— Ataque a Malta e ocupação da ilha;

— Designação de um homem encarregado de supervisionar os trabalhos de aprovisionamento, dispondo de plenos poderes sobre todos os serviços do Exército, sendo o único responsável pelos reabastecimentos e transportes. Seria igualmente necessário que este homem tivesse o apoio dos meios políticos.

Essas condições, nada de extraordinário possuíam; eram perfeitamente razoáveis e teriam permitido à campanha da África se decidir em nosso favor.

Ora, somente depois que se percebeu na Europa o desastre sofrido no teatro de operações africano, começou-se a compreender a importância desta posição e iniciou-se o redobramento de esforços; são coisas de gente de visão curta, às quais é necessária a iminência do perigo, para que abram os olhos. Nesta altura, e somente nesta altura, perceberam que o eixo es-

tava em condições de enviar mensalmente à Tunísia, cerca de 60.000 toneladas de aprovisionamento; ora, em 1943 os aliados possuíam no Mediterrâneo uma superioridade muito mais concreta que no biênio 1941-1942 (8).

Nós outros, do Exército da África, não cessamos de sublinhar as possibilidades ofertadas pelo teatro de operações africano; todavia, o alto Comando sempre objetou com argumentos jamais convincentes. Não deixamos passar a menor ocasião para fazer valer nosso ponto de vista e de o manter, porém estávamos sós, pregávamos no deserto.

Se dispuséssemos de tropas motorizadas e de suprimentos necessários, teríamos podido, desde o início de 1941 ao verão de 1942, obter resultados consideráveis. Teríamos podido bater o Exército britânico e destruí-lo, abrindo assim caminho para o canal de Suez.

Dois meses ao menos teriam sido necessários aos ingleses para conduzir novas tropas ao Oriente Médio; essa demora nos permitiria empreender operações de toda a sorte. Seria mesmo possível que os britânicos renunciassem ao envio de novos contingentes ao teatro de operações do Oriente Médio.

Uma vez ocupada a totalidade do litoral do Mediterrâneo, teríamos conseguido sem dificuldades transportar para a África o suprimento indispensável; isso nos permitiria o avanço sobre o Irak e o Iran, a fim de cortar aos russos o porto de Bassora, de nos apoderarmos dos campos petrolíferos e constituirmos uma base ofensiva contra o sul da Rússia. Os russos estariam na impossibilidade absoluta de reunir imediatamente um Exército que, fosse no plano da organização, fosse no plano tático, pudesse estar à altura de nossas forças. Enquanto procedêssemos à organização das regiões mesopotâmicas, em vista da ofensiva visando o sul da Rússia, um ataque partido da Finlândia teria isolado Mourmansk do

(8) Convém não esquecer que esse trajeto marítimo de Nápoles a Tunis, é bem mais curto que de Nápoles a Tripoli, Benghazi ou Tobruk.

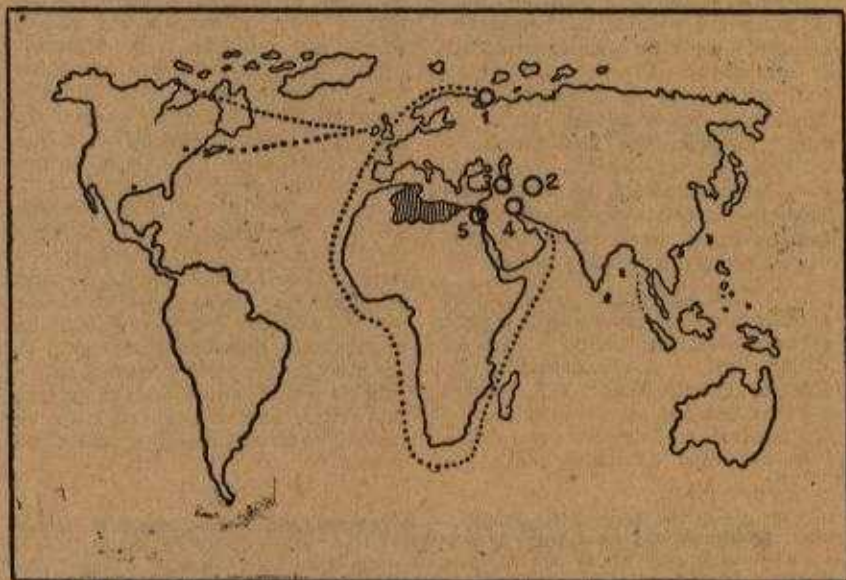


Fig. 3 — Projeto do Marechal Rommel calcado no ativamento do teatro norte-africano, com a finalidade de apossar-se do Canal de Suez, Irak, Iran, conseguindo dessa forma a região dos poços petrolíferos e a supremacia no Mediterrâneo, anulando a importância de Bessora e dificultando o auxílio aos russos.

resto da URSS, dando-nos a grande chance da conquista. Isso implicaria no largo emprego de unidades blindadas e motorizadas. Por certo, uma empresa desse gênero, teria imposto enormes problemas à nossa organização de transportes; no entanto, seria uma operação rendosa em vista de assegurar a separação de russos e americanos. No Pacífico, os japoneses teriam destruído a navegação americana, enquanto que os dois portos mais importantes, Bessora e Mourmansk, seriam mantidos fechados aos transportes aliados. O único porto disponível, Arkangelsk, é bloqueado pelo gelo durante a maior parte do ano, e sua situação geográfica é de toda maneira desfavorável.

Enfim, teríamos lançado, contra o front do Cáucaso, uma ofensiva visando nos assegurar a posse

de Baku e dos poços de petróleo circunvizinhos. Dessa maneira, o nervo vital dos russos teria sido cortado; a maior parte do Exército blindado russo, que suportava o peso principal da batalha, teria sido imobilizado por falta de combustível; os soviéticos não mais teriam podido contar com suficiente ajuda americana. Assim, as prévias condições estratégicas teriam sido realizadas, para que pudéssemos irromper, de todas as partes, face ao colosso russo.

Quando expus esse plano em suas grandes linhas, tacharam-me de sonhador. Entretanto, nenhum de seus pontos constituintes se apoiou em postulados ou hipóteses difíceis a defender; ao contrário, ele nos garantia uma segurança absoluta, justamente o que as circunstâncias exigiam (7).

(7) (Nota do General Bayerlein) — O raciocínio não parece ter sido feito a fundo; poderiam surgir também os seguintes problemas: a possibilidade do desembarque aliado na França em face da transferência das unidades mec. para o norte da África. Essa lacuna sómente poderia ser preenchida pelo enfraquecimento do front oriental em efetivos blindados e motorizados.

Quando se combate contra o mundo inteiro, é preciso também estabelecer planos na escala mundial. O importante não era saber quantos milhões de quilômetros quadrados se encontravam atrás da frágil barreira que nos opunha o 8º Exército no deserto da Líbia, mas de romper esta barreira e enterrá-la, para em seguida nos lançarmos como uma torrente através desses territórios sem defesa.

O O.K.W. abordava o conjunto do problema com o espírito que é bem característico de certos meios da Wehrmacht, e particularmente do Grande Estado-Maior (8). Esses homens sempre se conduziram como se o campo inteiro da estratégia lhes estivesse exclusivamente re-

servado. A prudência que caracteriza a atuação dessa gente, não é como, por exemplo, a de Montgomery, que visivelmente estimava ser preferível uma ação, quando conduzida por um golpe seguro, do que uma política ousada — o que é verdadeiro em estratégia, porém nem sempre no campo tático —.

A prudência daqueles homens não era mais que o medo da responsabilidade. Estavam prontos a conduzir operações, desde que tudo se decidisse sob a assinatura de outro qualquer. Ao contrário, se mostravam tímidos desde que se tratasse de propor operações sob a própria responsabilidade, mesmo se não corressem algum risco e as condições promettessem grandes sucessos.

(8) (Nota do General Bayerlein) — É possível, sem necessariamente adotar uma atitude parcial, estabelecer dois pontos:

1 — As críticas feitas por Rommel às disposições tomadas para o aprovisionamento de seu Exército foram mais que justificáveis. É certo que se tal problema fosse o objeto de maior atenção, o teatro N. Africano poderia ter sido suprimido convenientemente até o verão de 1942.

2 — O plano estratégico de Rommel parece mais judicioso que o método seguido pelo O.K.W. que consistia em aplicar o esforço principal no front oriental, negligenciando o setor norte-africano. A única objeção que poderá ser feita a seu projeto, é que de maneira alguma seria possível ao eixo conduzir a bom termo uma guerra contra o mundo inteiro.

AVISO AOS ANUNCIANTES

Nossos Agentes de Publicidade estão munidos de Carteira de Identidade, que deve ser exigida.

Nenhum deles está autorizado a receber qualquer quantia, senão quando especificamente credenciado para tanto através de carta e recibo firmados pelo Tesoureiro da Revista.

Para qualquer outra informação a respeito de anúncios na Revista "A Defesa Nacional", queira dirigir-se ao seguinte endereço:

Direção da "A Defesa Nacional", Quartel-General do Exército — 3º Pavimento — Ala Visconde da Gávea. Caixa do Correio n. 17, da Agência do Ministério da Guerra.



O ESPÍRITO MILITAR NA HISTÓRIA DOS POVOS

Gen. A. CASTRO NASCIMENTO

No espaço decorrido entre maio de 1945 e os dias atuais, acontecimentos dos mais graves perturbam a vida dos povos nas suas relações recíprocas, criando problemas que os mais eminentes estadistas em vão têm procurado solucionar pelos meios pacíficos. A todos já se afigura inevitável outra conflagração que há de marcar uma nova fase na história da humanidade.

As potências mais próximamente ameaçadas de serem envolvidas na luta armam-se febrilmente. Mesmo as que não se encontram nessas condições, como sabem que, uma vez desencadeada a guerra, mais cedo ou mais tarde, nenhuma estará livre de ser apanhada no vórtice, as mais precavidadas entre elas, preparam-se, também, para o que possa acontecer, a fim de não se verem surpreendidas no momento crítico.

Essa deverá ser a nossa conduta, mas, infelizmente, nem todos assim pensam. A triste verdade é que o Brasil precisa se armar, para

o que possa acontecer no mundo em que vivemos.

O mundo sempre foi presa dos mais fortes, porque assim o determina o fatalismo biológico. Procura-se, entretanto, atenuar os efeitos dessa lei por meio de convenções internacionais e regras de direito público pelas quais todas as nações seriam, teoricamente, consideradas no mesmo pé de igualdade. Essas convenções e regras de direito não passavam, entretanto, de simples outorgas que são concedidas pelos mais fortes aos mais fracos e, como outorgas que são, poderão ser retiradas pelos que as concederam, sempre que os seus interesses o exigirem.

O momento histórico que atravessamos é de crise para os fracos. Ai dos que, no conflito de interesses que divide o mundo, não puderem dispor de voz para fazerem-se ouvir, apoiados na força.

Através da história, essa lei tem imperado no destino dos povos e elama-se para que a nossa Pátria a conheça e procure adaptar-se aos seus imperativos. A oportunidade,

pois, ainda se apresenta muito maior do que em 1945.

É preciso fazer-se um grande sacrifício, para alertar o Brasil, abrindo os olhos de seus filhos para os perigos que o ameaçam.

Não nos podemos conformar com a situação atual do nosso país, colosso quase imberbe, quando tem o dever e dispõe de elementos para ser forte.

Felizmente, já se esboça uma salutar reação contra a mentalidade deprimente para os brios da nação, que ocupa a metade de um continente, com uma população que já atingiu hoje 50.000.000 de habitantes e precisa atender às necessidades humanas, apesar dos imperatidades da sua defesa.

Toma corpo um movimento de fundo nacionalista, que parece destinado a operar uma transformação radical no caráter do povo, dando-lhe a alma que até aqui lhe parecia faltar. Pela criação da mística da Pátria, servida por uma disciplina aceita voluntariamente e por isso capaz das mais sublimes realizações, esse movimento não pode deixar de merecer as simpatias de todos os que sonham com um Brasil próspero, poderoso e feliz, ocupando o lugar que lhe compete na sociedade internacional.

Como um desses sonhadores, venho acompanhando, com crescente interesse, a obra da mocidade de São Paulo, tonificadora das energias nacionais. O movimento deseja, no que diz respeito ao culto da Pátria, o fortalecimento da unidade nacional e a moralização dos costumes, bem como a defesa da ordem social e dos institutos de direito privado que doutrinas exóticas pretendem destruir.

Vivemos em pleno conflito entre o Mundo Russo e o Mundo Democrático.

A despeito das inúmeras descobertas da ciência para facilitar a vida humana, apesar dos imperativos de união impostos pela interdependência das nações, e não obstante a aspiração geral de paz, a verdade é que em toda parte as dificuldades aumentam à medida que o tempo avança, exigindo de

cada um de nós um crescente esforço para viver e em vez de harmonia e felicidade, o que predomina é a discórdia e o sofrimento.

O desequilíbrio entre a produção e o consumo acarreta o desequilíbrio financeiro e este os distúrbios sociais. Como o número de habitantes cresce continuamente, em quase todas as regiões do mundo, sem que a produtividade da terra e do elemento humano correspondam às necessidades, é óbvio que as dificuldades só podem ser cada vez maiores.

Os problemas econômicos, sociais e políticos tornam-se então extremamente complexos; surgem as divergências; os apelos à razão não produzem efeitos; e o emprêgo da força é quase sempre o recurso fatal.

Uma das causas básicas dessa situação é a acentuada desproporção entre o vertiginoso progresso material e o lento aperfeiçoamento espiritual da humanidade, que a grande revolução industrial do século XX vem acentuar, provocando uma verdadeira convulsão social no mundo.

Em vez de corrigir os desajustamentos existentes, o progresso da técnica veio contribuir para desenvolver o egoísmo e a ambição de riqueza e poder entre os povos, lançando-os em sucessivas guerras por causa de interesses, sem que fossem alcançados resultados compensadores.

A guerra, que tinha elevados propósitos de estabelecer definitivamente a liberdade, a igualdade e a fraternidade entre as nações, acabou agravando seriamente os problemas econômicos, sociais e políticos no mundo inteiro.

O desfecho da 2ª Guerra Mundial fez com que passasse para os Estados Unidos e a Rússia o poderio econômico e militar do mundo.

A consequência fatal disso foi o choque entre dois grandes e poderosos grupos de nações: um filiado à União Soviética, que se propõe a corrigir os desajustamentos existentes no mundo por meio de um regime no qual os direitos do

Estado se sobreponham incondicionalmente aos do indivíduo; outro, aliado aos Estados Unidos que, embora tenha os mesmos propósitos, se defende dos perigos de uma subversão da ordem social, que venha afetar o seu sistema político, no qual o indivíduo e o Estado tem direitos e deveres recíprocos.

Estamos novamente ameaçados de uma outra conflagração, que fatalmente envolverá todas as nações e cujas imprevisíveis consequências poderão atirar o mundo em profundo abismo, porque a recuperação econômica, assim como o restabelecimento da ordem social e política depois de um terceiro conflito mundial não será tarefa fácil.

A última e profunda raiz dos males presentes é, sem dúvida, a recusa em se aceitar uma norma de moralidade universal na vida dos indivíduos, na vida social e nas relações internacionais; isto é, o desprezo à lei de Deus.

Após longa excursão na história universal, não há como fugir à conclusão de que nenhum povo, dos que estiveram à frente da humanidade, conseguiu fazer o seu caminho, para a grandeza, sem que o impulsionasse um forte espírito militar. Logo que este afrouxe, a decadência começa também a manifestar-se até o aniquilamento pela conquista estrangeira ou o letargo em que ficam adormecidas as energias, outrora principais fontes de prosperidade e grandezas, regredindo o organismo social a uma como que vida vegetativa, que fica a dever a continuação da sua existência à misericórdia das outras nações mais fortes.

É preciso, porém, não confundir espírito militar como *militarismo*, cousas bem diversas e até mesmo antagônicas, nem tão pouco como *imperialismo*, que é apenas uma das formas da sua manifestação, sem obrigatoriedade de coexistência.

O "imperialismo" é, sem dúvida, uma prova de vitalidade máxima, a cujo impulso se formaram os grandes impérios, que tornaram possíveis, em épocas de grande atraso social, a marcha da humanidade

para a civilização, impondo os vencedores a sua cultura aos vencidos, quando aqueles eram os mais adiantados ou adotando a destes na hipótese contrária.

Os Romanos foram agentes civilizadores tanto quanto impunham as suas leis e costumes aos Bárbaros incorporados ao Império, como quando, vencidos por eles, lhes transmitiam, no contato da vida quotidiana, os primores da sua cultura.

Mesmo nos nossos tempos, sem a manifestação imperialista do espírito militar, não teria sido possível a incorporação ao mundo civilizado de vastas regiões da terra, em cuja posse estavam povos atrasados ou retrógrados, subtraindo da comunhão universal tesouros de utilidades por eles desconhecidos e desaproveitados, com prejuízo para a humanidade.

Casos há mesmo em que o imperialismo se torna uma questão vital para certas nações, que ficam na alternativa de adotá-lo para assegurar um lugar ao sol, ou de se anularem e até desaparecerem diante da concorrência vitoriosa de outras. Nesse sentido, o exemplo fornecido pelo Japão é típico.

De pequeno território e densa população, sem poder tirar dos poucos recursos de casa o necessário para sua manutenção, tinham os japoneses que ir procurá-los alhures. Ao seu lado estavam a Coreia e a China com imensas riquezas desaproveitadas por falta de espírito de iniciativa e por isso mesmo já sob a influência de outros povos.

A política japonesa no Extremo Oriente pode não estar de acordo com os rígidos princípios da moral internacional sustentada pelos idealistas, mas é conforme à lei natural, que rege todos os organismos, sejam eles biológicos ou sociais, pela qual os mais fracos cedem sempre seu lugar aos mais fortes.

Nesse terreno, o mais que se pode conceder àquela moral ideal, é contentarem-se os que são fortes e ricos ao mesmo tempo com o que a natureza lhes dotou.

Em tais casos, pode existir o espírito militar sem imperialismo.

A China, por exemplo, basta-se às suas próprias necessidades.

Se os chineses tivessem espírito militar, já os japoneses não poderiam ser imperialistas e ficariam ocupando segundo lugar, de acordo com a sua população e recursos e não o primeiro que hoje ocupam. E estávamos, assim, diante de um caso em que o espírito militar evitaria o imperialismo; — nos chineses porque desnecessário e nos japoneses pela impossibilidade de o exercerem.

Felizmente, nenhum dos povos da América necessita ser imperialista para realizar as suas aspirações de progresso e grandeza, podendo cada um fazer a felicidade própria, sem precisar ferir direitos de outros.

O Brasil tem sido sempre o grande paladino da política do pan-americanismo, generosa e altruística, inscrevendo na sua Constituição o arbitramento obrigatório e a proibição das guerras de conquista. Na prática, tem dados sobre as provas desse seu respeito pelo que é dos outros, não se tendo apoderado de um só palmo de território alheio, após guerras sangrentas, em que consumiu riquezas preciosas e perdeu dezenas de milhares de filhos.

O nosso espírito militar, pois, qualquer que seja o grau de sua intensidade, não deve causar alarme às nações vizinhas e amigas, pois ele jamais visará agressões, que a índole do povo brasileiro não tolera e a nossa Constituição proíbe.

Confunde-se o espírito militar com o militarismo, o que é um erro grave. Tanto um tem de útil, quanto o outro de odioso e prejudicial, e se um é a garantia da integridade e honra nacionais, no exterior, e da ordem civil no interior, o outro constitui ameaça constante contra esta, sem ser a garantia daquelas.

O militarismo é a ditadura coletiva de uma classe privilegiada no meio das outras, contra as quais exerce um despotismo com as próprias armas que lhe foram confiadas por estas para a sua defesa e

que tal classe volta contra os cidadãos desarmados.

O militarismo só pode existir em exércitos profissionais, separados das classes civis, nas quais vêem sempre inimigos que é preciso desprezar e perseguir.

Ora, o espírito militar é incompatível com o exército profissional, pela razão muito simples de que fazendo de cada cidadão um soldado, os homens que constituem os exércitos de hoje já não serão os mesmos de amanhã.

Todos os cidadãos passam pelas fileiras, reocupando cada um o seu lugar na vida civil, logo que complete o seu tempo de serviço, o que importa na renovação anual das Unidades.

Com as cousas dispostas dessa maneira, como podem os militares atentar contra a ordem civil, se os soldados de hoje são os civis de ontem e serão os de amanhã?

É fato confirmado pelas lições da História que o militarismo só vinga entre os povos que não têm espírito militar ou o têm sem a disciplina conveniente, tornando possível a criação de exércitos profissionais. Basta lembrar os "Pretorianos" em Roma, a "Guarda Turca" dos Kalifas de Bagdá e os "Janizaros" dos sultões de Constantinopla, instituições nefastas criadas em épocas de manifesta decadência da coragem nacional e que, servindo, primeiro, de instrumento de opressão manobrado pelos reis contra o povo, acabou por se arrojar o direito de dispor dos tronos.

Inversamente, nos países em que todos os cidadãos são soldados, com a consciência dos seus direitos e deveres, o "militarismo" é desconhecido.

É costume dizer-se que a Alemanha era militarista. Não há tal. O que havia na Alemanha era o espírito militar na sua manifestação imperialista, o que é muito diferente e a prova disso é que as Forças Armadas, na Alemanha, nunca foram instrumento de opressão contra o povo, nem tão pouco de subversão contra os poderes constituídos.

A moral do Exército Alemão era a moral do povo alemão que ele, exército, refletia.

O Governo, por sua vez, era o expoente da mentalidade coletiva do povo; tanto assim que este estava absolutamente identificado com aquele.

O que caracteriza o "militarismo" é a intromissão das Forças Armadas, como entidade coletiva, nos negócios públicos, arrogando-se o poder de elevar e apagar governos, impor medidas legislativas ou administrativas de acordo com as suas simpatias ou paixões e em prejuízo das corporações e das autoridades civis, às quais, constitucionalmente, incumbe prover tais medidas.

A melhor maneira de afastar o "militarismo" nefasto consiste, pois, em militarizar a *nação inteira*, evitando os exércitos profissionais. Ora, para militarizar uma nação inteira faz-se necessário, em primeiro lugar, cultivar nela o espírito militar, se não o tem intensivo, e disciplina — depois.

Nas nações americanas, o trabalho quase se resume à segunda parte, uma vez que todas têm dado provas de possuírem espírito militar, aliás explorado muitas vezes por certos caudilhos, para satisfação das suas ambições pessoais, precisamente por não estar ainda disciplinado.

Que se deve entender por *espírito militar*?

Sintetizando, pode-se resumir-lo no conjunto das mais nobres qualidades humanas, baseadas na coragem e no destemor da morte, postas ao serviço da coletividade, se necessário, embora contrariando sentimentos egoístas.

É esse espírito que faz os povos aceitarem com alegria os encargos do serviço militar obrigatório, festejando o dia da incorporação, como acontece na França. É dele ainda que se alimenta o *patriotismo*, o mais nobre dos sentimentos coletivos, que inflama os corações, cria os heróis e eleva os povos às culminâncias de grandeza e opulência.

O espírito militar, por isso mesmo que corre nas veias com o san-

gue, alimenta-se deste, quando os brios nacionais, nos grandes momentos solenes, o chamam em sua defesa.

É este que faz o cidadão esquecer-se de si, para dedicar-se todo inteiro à coletividade, feliz por lhe poder dar essa prova de desprendimento pessoal e dedicação patriótica. Não conhece o egoísmo, quando estão em jogo os interesses nacionais, aos quais serve com o sacrifício de todas as comodidades e da própria vida. Foi assim que nós o vimos entre os Gregos, os Romanos, os Árabes e os Mussulmanos, para só citar os mais eloquentes exemplos da antiguidade.

É preciso, entretanto, ter bem em vista que não é só na guerra que ele se manifesta.

Na paz aparece sob outras formas, caracterizando-se pelas iniciativas audazes em todos os ramos da atividade humana.

A organização das grandes empresas industriais, a construção de estrada de ferro de difícil traçado, atravessando regiões despovoadas, para lhes dar valor econômico, a construção das linhas telegráficas em Mato Grosso e Amazonas, a colonização das regiões despovoadas, faixas de fronteiras com elementos nacionais, a fundação de poderosas companhias de transportes marítimos, terrestres e aéreos, o aproveitamento da energia hidráulica e dos campos por meio de agricultura intensiva e exploração e pesquisa do petróleo, as grandes campanhas sanitárias, a realização de obras vultosas em pequeno espaço de tempo, tudo enfim que traduz coragem e esforço perseverante na consecução de determinado fim, são variantes pelas quais se manifesta o espírito militar de um povo.

Os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália deram, na 2ª Grande Guerra, eloquentíssimos exemplos desse fenômeno de transformação rápida de energias. Esses países não tinham organização militar baseada no serviço obrigatório, o que equivale a dizer que não dispunham de reservas adestradas.

A guerra surpreendeu-os entregues aos seus labores pacíficos, o

que não impediu que organizassem quase de repente grandes e poderosas Forças Armadas, acusando uma percentagem de incorporação superior à observada nos países que há muitos anos adotavam o serviço militar obrigatório.

Os Estados Unidos criaram e desenvolveram todas as indústrias necessárias à guerra. Tudo isso não era mais do que a transformação, em favor da vitória na guerra, daquelas energias que, durante a paz, fizeram do *Far West* desconhecido o que hoje é, construíram mais estradas de ferro no território americano do que as existentes em todo o resto do mundo. Fizeram das 13 colônias de 1773, o mais poderoso e próspero país do mundo, em menos de 170 anos.

Nós brasileiros, podemos, também, orgulhar-nos de ter realizado, na paz, algumas dessas gigantescas empresas que melhor que tudo demonstram a virilidade de um povo e sua capacidade de resistência, quando obrigados a transformar as suas energias pacíficas em guerreiras. Duas dessas empresas se destacam pela sua influência na conservação da grandeza territorial do país: a epopéia dos Bandeirantes, nos tempos coloniais, que nos assegurou a posse do vasto sertão do Centro, do Nordeste e do Noroeste, e a outra epopéia, talvez ainda maior do que aquela, a da colonização dos rios mais distantes da região amazônica. Os paulistas foram os heróis da primeira; os nordestinos da segunda.

Temos ainda para figurar no ativo dos nossos grandes empreendimentos a campanha sanitária realizada por Oswaldo Cruz, a fundação da lavoura cafeeira e da indústria extrativa da borracha, a criação da grande Siderurgia, o parque industrial de São Paulo, a extração do petróleo, a rede rodô e ferroviária, as linhas telegráficas no interior de Mato Grosso e Amazonas, etc., além de outras.

O que temos feito, porém, é, infelizmente uma quase insignificância diante do que poderíamos fazer, considerados os nossos recursos materiais.

A obra deixada pelos nossos antepassados é um grande consólio e um estímulo para os dirigentes que souberem cercar-se de auxiliares na altura, dentro da idéia da reforma administrativa mais eficiente e mais prática.

Nos momentos de perigo externo, em que houve necessidade de entrarmos em guerra, também já demos prova de energia combativa. Mal se delineavam os primeiros contornos da nacionalidade, tivemos que arrostar com os ataques dos holandeses no nordeste brasileiro, entregues aos nossos próprios recursos e logo nessa primeira guerra soubemo escrever páginas gloriosas, sendo afinal expulsos os invasores.

Depois vieram as guerras da Independência, seguidas pelas do Prata, pela do Paraguay e ultimamente a guerra epopéica, onde a FEB escreveu, com letras de ouro, páginas brilhantes em nossa história militar.

Em todas as lutas que travamos em nosso Continente, a nossa imensa extensão territorial era uma desvantagem pelas dificuldades, quase insuperáveis da mobilização, mas, não obstante isso, vencemo-las todas, à custa de decisão na vontade de vencer e constância no esforço para êsse fim.

O espírito militar, sem dúvida, só por si vale muito, mas se disciplinado, o seu valor decuplica.

Será possível dar espírito militar a quem não o possui?

Sociólogos há, e dos de maior conceito, que sustentam não serem os governos mais do que expressões da mentalidade do povo em determinado momento, pelo que os povos só têm os governos que merecem.

Se essa teoria traduzisse uma verdade absoluta, os povos desprovidos de espírito militar jamais o poderiam adquirir por iniciativa dos seus respectivos governos, uma vez que êstes traduzem o sentir geral e por isso não poderiam transmitir uma coisa que também não possuíam.

Isso, porém, não está de acordo com os ensinamentos da História,

nos quais se verifica, frequentemente, fenômeno inverso, isto é, em vez dos governos serem um efeito da mentalidade do povo, acompanhando-o nas suas mutações, aparecem, ao invés, como causa determinante de transformações radicais no caráter do povo. A sabedoria anônima das multidões aprende bem o fenômeno, quando ensina que os exemplos vêm de cima.

Roma já havia passado pela degradação dos Césares sucessores de Octávio quando atingiu ao apogeu da sua grandeza com os Flávios e Antoninos.

Flávio Vespasiano, aclamado Imperador pelo seu nobre caráter e energia, domina o período de anarquia em que caíra o Império.

Diocleciano, por sua vez, tira novamente o Império da abjeção a que já chegara no degradante período dos imperadores arrivistas.

Em toda a história da decadência romana, de quando em quando, surgem melhores dias e registram-se períodos de verdadeira glória.

Na história do segundo Império Persa (dos Sassanidas) a nação passa bruscamente de períodos de absoluto marasmo para a vertigem das conquistas, conforme o caráter dos monarcas que vão ao trono.

Até a própria Assíria, até hoje a mais guerreira das nações da raça branca, refletia nas suas guerras o caráter de seus reis.

São os talentos de Felipe e Alexandre que fazem a Macedônia passar da obscuridade em que viveu por muitos anos entre as províncias da Grécia ao esplendor que a elevou a centro do mundo.

Luiz, o Bom, reinou sobre os mesmos francos que ajudaram Carlos Magno a reconstituir o Império do Ocidente.

É incontestável que os homens de grande gênio gozam da facilidade de modificar o caráter dos povos que dirigem, transmitindo-lhes a centelha que os anima.

Benito Mussolini, a cujo patriotismo e inamovível força de vontade deve a Itália a milagrosa transformação por que passou é um exemplo.

A História, por sua vez, oferece exemplos de povos rapidamente transformados de vis escravos em ardorosos conquistadores, sendo o mais conhecido deles o ocorrido com os Sírios, depois de submetidos pelos Árabes, cujo ardor guerreiro adquiriram e ultrapassaram nas conquistas mussulmanas.

Sem dúvida, é mais fácil surgir um conquistador do seio de um povo guerreiro do que de um de índole pacífica. Isso, porém, não exclui a possibilidade de fazer-se nascer espírito militar em um povo desprovido deste, sob a ação inteligente de medidas executadas oportunamente. Se esse espírito militar já existe, sob outras formas de atividade pacífica, facilmente será a preparação militar, que todo o povo consciente de seus destinos tem o dever de possuir, para se impor ao respeito no seio da comunhão internacional, fazendo valer seus direitos quando ameaçados.

Preparação militar sem intuítos agressivos, porque se o desinteresse por ela pode conduzir os povos à dependência estrangeira, o seu cultivo, para agredir injustamente os outros, acaba sempre mal.

Os povos conquistadores caem, ordinariamente, aos golpes de ligações de outros povos ameaçados, quando não se dissolvem por si mesmos, no meio de dissensões internas, provocadas pelas rivalidades de chefes ambiciosos.

O exemplo da Alemanha é de hoje e vale em eloquência por todos os outros.

Dois ensinamentos ressaltam eloquentes do exemplo alemão. O primeiro é a necessidade absoluta que tem os povos de cultivar o espírito militar, de forma a se poderem defender de agressões como a partida de outra potência. O segundo é que o espírito militar, para ser útil, não deve ser agressivo, porque se o for, cedo ou tarde, será a causa da ruína nacional.

Nós brasileiros, precisamos tomar bem nota de um e de outro.

Possuidores de um território em que há de tudo ou pode vir a haver com um pouco de esforço, não precisaremos sair de casa para nos

assegurarmos um dos primeiros lugares entre os povos da terra, mas, por isso mesmo que possuímos um território grande e rico, devemos estar sempre em condições de defendê-lo contra a cobiça estranha, se porventura levantar os olhos para o que é nosso.

Não poderemos, outrossim, ficar de posse de tantas riquezas sem explorá-las, porque essa incapacidade por nós demonstrada seria um estímulo a que os povos ativos pretendessem entrar em nossa casa para fazer a exploração, sob o justo fundamento de que a humanidade não pode ficar privada do gozo daquelas riquezas, por estarem estas na posse de um povo incapaz.

O espírito militar, bem disciplinado, resolverá o problema pelas suas múltiplas faces, porque não só nos porá em condições de defendermo-nos pelas armas de qualquer agressão estranha, como nos encaminhará as energias, enquanto durar a paz, para os grandes empreendimentos, de cuja realização resultará a nossa prosperidade econômica e financeira, sobre a qual repousará, com solidez inabalável, o magestoso edifício da grandeza nacional.

O Chanceler João Neves da Fontoura pronunciou, em 11 de novembro de 1952, na Assembléia Geral das Nações Unidas, um discurso em que definiu a posição do Brasil em face da grave conjuntura mundial.

Disse: "Que desgraçadamente o mundo, porque poucos são os senhores da totalidade da técnica mecanizada, está dividido num rol de Estados ricos e noutro muito mais numeroso de Estados pobres. Ao enriquecimento de uma minoria corresponde o empobrecimento da maior parte. Estes encontram-se em situação semelhante ao do colonato, ou se aplicarmos ao plano internacional as situações internas, poderíamos dizer que, na atualidade, se estão confrontando umas poucas comunidades afortunadas face a um vasto proletariado internacional. Os Estados das chamadas áreas sub-desenvolvidas aspi-

ram a superar o estágio de economia primitiva de fundo agro-pastoril; lutam desesperadamente por alcançar os recursos da técnica moderna, procurando renovar-se ao contacto da experiência de nações mais avançadas no progresso industrial".

No dia 6 de dezembro de 1952, o General Oswaldo Cordeiro de Farias pronunciou um discurso, por ocasião da solenidade do encerramento dos trabalhos da Escola Superior de Guerra, que focalizou o seguinte:

"A segurança de u'a nação não repousava somente nos preparos de suas forças militares, mas dependia também, em grande parte, de uma série de fatores de ordem econômica; mostrou quanto ainda depende do exterior a nossa produção, entre as quais ressaltou o desequilíbrio entre a exportação de três produtos apenas — café, algodão e cacau — e a importação praticamente global, advertindo que tal quadro teria que servir de base para qualquer planejamento econômico destinado a acelerar o nosso progresso e elevar o padrão de vida de nossa gente.

Afirmou, ainda, que a infiltração bolchevista atingir todos os setores da vida brasileira e procurava entrar todas as atividades positivas, prevalecendo das circunstâncias existentes e das concessões próprias do regime liberal democrático que adotamos.

Que é preciso vir a reforma do defeituoso aparelho administrativo governamental, cuja reorganização o Presidente da República já havia encarecido, como medida para tornar mais fácil e produtiva a ação orientadora e coordenadora dos poderes públicos sobre todas as atividades nacionais, cada vez mais complexas.

Se bem que o rendimento de qualquer máquina administrativa dependa também da produção e da capacidade do elemento humano que a serve, não há dúvida que o ajustamento do aparelho administrativo às novas e imperiosas necessidades do Estado Brasileiro era

uma medida que realmente se impunha, tendo em vista promover:

- a descentralização do poder executivo;
- a simplificação e o rendimento do trabalho;
- o equipamento de serviços correlatos;
- a coordenação geral das atividades.

O difícil momento que atravessamos — está a exigir muita compreensão e um elevado grau de cooperação.

Se não compreendermos — Governo, classes dirigentes e povo — as realidades do mundo em que vivemos, e se não cooperarmos uns com os outros, num ambiente de confiança e harmonia, dificilmente conseguiremos vencer as contingências do presente e assegurar um futuro digno e promissor aos nossos filhos e à nossa estremecida pátria, que tudo espera de nós.

Façamos pois, um apêlo ao nosso Criador, para que ilumine os nossos espíritos, de modo a desvendarmos claramente o caminho a seguir, para encontrarmos a Paz na Terra e a Glória no Céu.

CONSELHOS AOS PECUARISTAS

Uma parte de farinha de osso com duas partes de sal comum constituem uma excelente mistura alimentar para bovinos e ovinos. As despesas realizadas com a compra dessa mistura são altamente compensadas com os resultados obtidos. A farinha de osso misturada ao sal, além de propiciar a engorda, tem por fim corrigir a deficiência alimentar dos animais, dando-lhes mais resistência, mais vigor e mais força para impedir a infestação dos vermes. Os nossos criadores precisam se convencer das vantagens superiores que o emprêgo do sal proporciona aos seus animais.

A prática de dar sal ao gado somente em determinados períodos do ano é condenável. Pela função salutar que o cloreto de sódio desempenha no organismo animal é necessário que se o dê diariamente. Consulte o seu veterinário de confiança, criador brasileiro, e dê sal ao seu gado durante todos os meses do ano.

(INSTITUTO NACIONAL DO SAL)

PREDESTINAÇÃO

Gen. MANOEL IGNACIO CARNEIRO
DA FONTOURA

Dentre as festividades iniciais da comemoração do quadricentenário da cidade de São Paulo, levadas a efeito a 25 de janeiro último, destacam-se, por sua significação, a inauguração da majestosa Catedral e a presença de um grupo de xavantes do Alto Xingu, no desfile cívico.

Sob o céu do Trópico, no qual cintila com todo o esplendor a Constelação do Cruzeiro do Sul, o planalto de Piratininga, com as vertentes trabalhadas pela ação geológica das águas pluviais, durante milênios, modelando somente os vales formadores do Tietê, foi palco da transmutação de uma taba indígena em imponente metrópole, no espaço de tempo de apenas quatro séculos de esforço humano de ação civilizadora. Os elementos que entraram na composição da célula mater da soberba manifestação de atividade criadora estão evocados, com efeito, por associação de idéias, no templo católico, que é entregue à devoção do povo, e nos indígenas, que marcharam ao lado da juventude paulista, estes lembrando os aborígenes e aquele os missionários cristãos.

O lançamento da semente que, mais tarde, iria germinar a magnífica cidade, reúne um conjunto de circunstâncias que lhe marca um signo de predestinação, em primeiro lugar, a escolha do sítio que deveria servir de berço, feita no planalto de terras férteis e clima ameno, próximo a um rio que corre para o poente e com amplo horizonte que permite ao observador descortinar ao longe não só o mar, no litoral vizinho, como as serra-

nias, no sertão distante; depois, a fundação do colégio, ao invés do habitual fortim, como a assinalar o novo método de alargar os domínios da fé, no qual o ensino da doutrina, ministrado por eclesiásticos, seria o meio empregado para cristianizar o gentio; e, por último, a invocação para patrono do nome do intrépido apóstolo que fôra predicar na capital do paganismo, expondo a própria vida, embora resultasse do critério cronológico, constitui o augúrio que se ajustará ao caráter da geração de paulistas que se seguiu, de onde sairiam os bravos bandeirantes, desbravadores de imensa porção do território continental. Contudo, foi preciso que não só surgissem novos ciclos econômicos, trazendo, como consequências, transformações políticas, no seio da pátria, como também fôsse ampliado o campo de atividade humana, com a introdução, sucessivamente, da máquina a vapor, da eletricidade e do motor de explosão, no âmbito mundial, para que a cidade de São Paulo, aproveitando as condições excepcionalmente favoráveis, empunhasse o bastão da liderança, entre as congêneres nacionais.

Conhecerá São Paulo, em futuro previsível, como foco de civilização brasileira, seja a diminuição de brilho ou seja o destino de ser ultrapassada em esplendor por outras cidades, tais como: Porto Alegre ou Curitiba, situadas na parte meridional do país; Belo Horizonte ou Goiânia, no planalto central? A resposta só pode ser negativa, levando-se em conta os fatores que concorreram para o seu engrandecimento. Com efeito, comparada

com suas predecessoras na liderança, Salvador e Rio de Janeiro, São Paulo, ou melhor, o binômio São Paulo-Santos, que são dois termos da mesma expressão geoeconômica, este no litoral e aquele no planalto, apresenta a vantagem de conjugar o porto de mar de um ao clima estimulante das terras altas do outro. Comparada com suas possíveis rivais de liderança no futuro, quer da parte meridional, quer do planalto central, São Paulo leva a vantagem de possuir imenso "hinterland" que, graças à estrada de ferro e à rodovia, já ultrapassa os limites regionais, quicá do país, visto abranger não só comarcas de mais quatro Estados da Federação, como também de dois países vizinhos. Ainda mais, o contorno físico sensivelmente homogêneo de tal "hinterland" é apropriado para nele instalar-se as grandes culturas comerciais do tipo plantação. Uma delas, por exemplo, a cafeeira, que emigrou, faz pouco mais de um século, para o planalto de terra roxa do interior paulista, foi, é e, baseado em sua atual conjuntura, será ainda por muito tempo o esteio da economia nacional. Além disso, a técnica moderna, entre ou-

tros, possibilitou fossem aproveitadas as condições naturais existentes, no represamento e na mudança de direção de cursos d'água, o que permitiu o estabelecimento de fontes de energia hidrelétrica, solução racional num país que não dispõe, pelo menos por enquanto, nem o carvão mineral, nem o petróleo, em condições de serem empregados economicamente para fins industriais. Graças a este notável empreendimento São Paulo ostenta, na atualidade, não só o soberbo parque industrial à base de eletricidade como inúmeros trechos eletrificados de extensão e, salvo restrição quanto à diversificação de bitola, modelar rede ferroviária, de que tanto se orgulha a nossa capacidade empreendedora.

Sem dúvida, assim como a fê que iluminava a personalidade do apóstolo São Paulo contribuiu para fortalecer a Igreja de Cristo, o dinamismo da colmeia humana que se localiza no planalto de Piratininga, centralizando atividades ligadas à economia em expansão, rural e urbana, de enorme área continental, continuará a ser o fator principal da grandeza do Brasil, na segunda metade do século XX.

PROGRAMA NAVAL EM REALIZAÇÃO

ERRATA

No artigo acima, publicado à pág. 127 do número de fevereiro p. passado, façam-se as seguintes correções:

— Na linha 5, da 2ª coluna, da pág. 128, substitua-se Paraná por Uruguai;

— No subtítulo "Novos navios", à linha 1, da pág. 128, substitua-se Molanda por Holanda.

EXÉRCITO, FORÇA MORAL

CEL. IVANO GOMES

A "A Defesa Nacional", de outubro do corrente ano, acaba de proporcionar à nossa geração militar a nostalgia de recordar o passado... vivendo-o outra vez; a nós, particularmente, também sugere: re-
tomássemos, com a mesma epígrafe, o assunto que expendemos pelas colunas deste conceituado jornal em suas edições de 8 e 9 do referido mês.

Após mais de trinta anos de serviço, as agradáveis lembranças do tempo que já lá vai fazem que tornemos público, emocionados pelo artigo do General Paula Cidade, nossa reverência respeitosa às saudades daquêles que, na Reserva, ainda se mostram apaixonados pela empolgante profissão das armas. Os "jovens turcos" fundadores de nossa revista, em 1913, há muito afastados da atividade e dignos das melhores homenagens de seus contemporâneos, fizeram desfilar sob nossas vistas, por intermédio de magistrats artigos, o "tapete mágico" de um Exército não muito distante, cujas características se vêm afrouxando, devido ao materialismo egocêntrico e imediatista da quadra que atravessamos.

SAUDOSISMO, CERTAMENTE

Naquêles tempo, estimulados por uma pléide de jovens oficiais competentes e destemidos, até nas horas de lazer as palestras dos militares de qualquer hierarquia versavam, invariavelmente, sobre temas que se prendiam ao nosso preparo profissional e, portanto, à

eficiência de nossos comandados; era de empolgar o ardor que se ostentava pela profissão; o "golpismo" e a ânsia às posições e acessos não nos abatiam e não estiolavam a nobreza de atitudes de nossos soldados. No âmbito das coisas disciplinares, de serviço ou pessoais, a generalidade de nossa gente tinha como norma e primeiro cuidado, a par duma extrema dedicação ao Exército, atender aos direitos e interesses legítimos de seus comandados — desde que não ferissem o da corporação — para Depois Disso, tratar dos que lhes diziam respeito: a delicadeza das visitas aos subordinados hospitalizados, comezinho dever de solidariedade humana, era ato de serviço que se praticava com desvelo de religiosidade. Esses gestos de nobreza moral levados a termo sem alarde e com pertinácia, engrandeciam e emprestavam extraordinária autoridade aos que nos conduziam e só se preocupavam com a eficiência e a coesão da classe. Era comum Comandante e Chefes se empenharem a fundo no cumprimento de dispositivos regulamentares em defesa de suas Unidades ou Repartições, da dignidade de seus postos, dos direitos postergados de qualquer de seus comandados; não havia apêgo a cargos. De modo claro e franco os militares faltosos sempre recebiam o tratamento a que faziam jus; numa questão entre dois companheiros que se desentendiam, o superior imediato a ninguém transferia o dever de julgá-los e nunca procurava as "soluções bom moço"

com a preocupação de "dar razão às duas partes em litígio".

Os subordinados não tinham acanhamento ou medo de se acercarem de seus Chefes, porque, Antes, já haviam recebido um ou vários testemunhos da franqueza, do respeito e da estima que seus maiores lhes dispensavam. Nossos irmãos d'armas não almejavam o exercício de cargos políticos eletivos ou de nomeação e de forma alguma aceitavam funções públicas Privativas de Civis, todas incompatíveis com a Formação Militar que nos legaram os "jovens turcos de 1913" e seus continuadores da "missão indígena"; não havia por onde nem como um militar ser fustigado pela imprensa porque, Dedicados Exclusivamente ao Exército, éramos soldados E Tão Somente Soldados. O entusiasmo pela função civil, entre nós vulgarizado há já algum tempo, tem operado a evasão de companheiros de capacidade e real valor à eficiência de nossas fileiras. Consumir precioso tempo e rios de dinheiro público na formação de Capitães, Majores, Coronéis e Generais para, em seguida, perdê-los no exercício de cargos civis é anomalia esquisita que o Exército, cioso de seus homens e de seus destinos, não deveria admitir. Para terminar com esse mal, bastaria, parece, que o "Estatuto dos Militares" prescrevesse a transferência para a reserva dos oficiais que aceitassem e assumissem cargos civis de qualquer natureza; entretanto, talvez devêssemos reservar uma exceção para os que, no parlamento federal, devido a omissão do Executivo para com as leis que interessam à classe, vêm, com galhardia, defendendo-as e fazendo-as caminhar. Naquêle tempo lia-se e apreciava-se muito a extraordinária obra de Alfred de Vigny — *Servitude et grandeur militaires* — brevíssimo dos soldados de todas as épocas, na qual ainda hoje, moços e velhos, encontramos preciosos conceitos que definem a majestade moral de nossa Independente Profissão

ATUALISMO, EXCLUSIVAMENTE

Consternados, há algum tempo verificamos que aumenta assustadoramente o número de militares que se deixam embeberçar pelo exercício de funções civis. Com o propósito de atenuar essa ocorrência que disvirtua nossa finalidade, a mais alta casa do soberano Poder Legislativo — o Senado Federal — há um ano, aproximadamente, discutiu de modo brilhante e exaustivo um projeto de Lei — tímido, a nosso ver — que tinha por fim: "regular o aproveitamento de militares em cargos públicos civis". Esse projeto, na singeleza de seus oito artigos, visava, também, a defender as Forças Armadas do País naquilo que elas possuem de mais caro: autoridade moral e eficiência de seus quadros. Acompanhamos, pela imprensa, todos os debates dessa moralizadora ocorrência e ficamos desolados quando um dos senadores que o apresentara acabou por declarar com todas as letras: "... que seus oponentes, em última análise, nada mais queriam senão possibilitar a acumulação do subsídio com os proventos militares". Ataques dessa ordem não se dariam, por certo, no tempo dos fundadores da "A Defesa Nacional". Aquêles grupo de soldados de invulgar espírito militar que não se deixava atemorizar pelos códigos disciplinares do figurino Conde de Lipe em vigor, prestou serviços inestimáveis ao Exército, por intermédio das páginas de nossa prezada Revista e pela ação direta que exercia no âmbito de nossos "corpos de tropa". Se os seus discípulos arrogassem, hoje, uma Equipe de uns oito oficiais superiores que possuíssem ficha disciplinar intacável, valor profissional reconhecido e real prestígio junto a Chefes, Pares e Subordinados — o Exército os possui em grande número — poderiam, temos a certeza, bem sintonizados, prestar serviços iguais. Os Maiores à nossa instituição cujas características morais cada vez mais devem ser engrandecidas. Supervisionados por dois ou muitos

Generais da estirpe do atual Diretor-Presidente da "A Defesa Nacional" publicariam, na imprensa civil ou militar, artigos que em linguagem disciplinada e ajustada, analisassem com rudeza comedida, os Problemas com os quais há muito nos debateremos. Sem a direção Ostensiva, Perseverante e Enérgica de nossos Chefes, jamais ter-se-á uma justa solução; ao Governo, então estimulado e encorajado pelos Chefes do Exército, competiria a decisão final. Seria oportuno, parece, relegásemos a um segundo plano, por algum tempo, nossos debates técnico-profissionais para cuidarmos com prioridade e acurado interesse dos assuntos que temos tão receio de discutir em voz alta. Se os problemas, reconhecidos e comentados em surdina por "gregos e troianos", não forem atacados desde agora corajosamente, talvez seus reflexos venham a minar, em curto espaço de tempo, a estrutura que faz do Exército uma Força Moral.

Terminando, seja-nos permitido transgredir, para diferenciar duas épocas, o que foi publicado por jornais cariocas quando, há dias, se homenageava a memória de um dos grandes Chefes que possuiu nossa Marinha de Guerra, Almirante Pedro Frontin: "irmão e amigo de um dos homens mais influentes da República, jamais aceitou qualquer honra ou encargo que não fôsse de sua profissão".

Os Problemas que temos focalizado pelo "Diário de Notícias" não afetam, sequer de leve, o embôco da estrutura do Exército que, na qualidade de Instituição Nacional Permanente, sempre mereceu, merece e merecerá o aprêgo da Opinião Pública do País. Os atos condenáveis que são ou sejam praticados por insignificante *minoría* de sua transitória população não atingem o rodapé de seus alicerces de intangível Força Moral da Nacionalidade.

Somos uma Nação que não há muito alcançou sua maturidade democrática; nosso Exército, felizmente, não se constitui em casta e seus Problemas, é evidente, também interessam ao povo que o mantém, nele confia e às suas fileiras se incorporará nos momentos de crise nacional. A esse povo devemos contas através de nossos Ministros que, quando necessário, poderão ser honrados com a convocação de qualquer das casas do Congresso Federal.

O dia em que os problemas morais do Exército e demais Forças Armadas do Brasil não admitirem aeração e minuciosa análise à luz do sol, estaremos, certamente, em vésperas de hecatombe nacional; em iminente perigo estarão a Soberania e a Liberdade que, com sacrifício, nos foram legadas pelos nossos heróicos e gloriosos antepassados.

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —

AS SECAS NO NORDESTE

Apresentação de uma solução imediata para amenizar a calamidade periódica das secas, que assolam o Nordeste há mais de 3 séculos

Cel. ANNIBAL BARRETTO

Sem que paralizemos as obras já iniciadas: açudagem, canais de irrigação, poços tubulares (artesianos), estradas, etc., apresentamos, com o presente trabalho, uma solução, que nos parece viável, lógica, razoável, econômica e, sobretudo, de efeito imediato, para suavizar a calamidade periódica das secas que assolam o Nordeste há mais de 2 séculos, pois que temos notícias da primeira seca em 1608, trazendo em sobressalto a população dessa região, bem como em permanente expectativa de calamidade pública os governos municipais e estaduais dos Estados atingidos pelas secas, como também o Governo Federal.

Assim, sugerimos a seguinte solução:

A) POÇOS TUBULARES

Há regiões no Nordeste nas quais, nos anos de seca, a água, mesmo para a população beber e para uso doméstico, torna-se escassa e, às vezes, os poços (cacimbas) abertos no leito dos rios e dos riachos, usando-se ferramenta rudimentar: alavanca, enxada, pá, etc., atingem uma profundidade nunca inferior a 5 metros, e quando se alcança água é com escassez, portanto, insuficiente para atender ao consumo diário, nos misteres usuais e caseiros.

Preconizamos, pois, que nas sedes dos Distritos Municipais (Vilas) e nas cidades, situadas nessas regiões semi-áridas, sejam perfu-

rados e devidamente instalados poços tubulares, pois é mais fácil importar gêneros para se atender a uma população faminta do que importar água para se matar a sede de uma população sedenta.

B) AÇUDES PEQUENOS

Se com os poços tubulares resolvermos o problema da água para o uso doméstico da população urbana e rural, com a construção, em série, de açudes pequenos (até 50 milhões de metros cúbicos de água), resolveremos o problema crucial da água para os animais, pequena lavoura, etc.

Desta maneira, alvitramos a idéia da construção de grande número de açudes pequenos, nas regiões semi-áridas atingidas pelas secas.

Esses açudes poderão ser construídos, economicamente, com paredes de barro, argila ou saibro, proveniente da própria escavação da bacia dos açudes, sem revestimento de pedra, se for o caso, como são construídos muitos açudes particulares, e como já foram construídos, em tempos idos, açudes públicos, muitos deles já quase seculares, sem que suas paredes tenham sofrido, com as enchentes, na sua maioria, quaisquer arruamentos ou fendas na sua estrutura.

C) AÇUDES MÉDIOS E GRANDES

Açude médios e grandes, cuja construção já se tenha iniciado, deverão ser concluídos, assim como

a rede de canais de irrigação em andamento.

Todavia, nenhum açude projetado, de capacidade superior a 50 milhões de metros cúbicos de água, salvo os já iniciados, deverá ser construído, considerando a preferência de construção que, num prazo mínimo, estimado em 15 anos, deverá ser dado aos poços tubulares e aos açudes pequenos a serem projetados, de acordo com a solução ora proposta.

Decorrido esse prazo, retomaremos o ritmo normal das construções dos açudes, em geral, com seus complementos essenciais: canais de irrigação, etc.

JUSTIFICAÇÃO

Tendo em mente a nossa atual situação econômico-financeira, só num período muito longo é que poderemos usufruir os benefícios que nos pode trazer o armazenamento de água dos médios e grandes açudes.

Sabemos que o ritmo de construção dos açudes grandes, como Orós, Araras, etc., não pode ser acelerado, em face do exposto acima: situação econômica. E mesmo os nossos orçamentos anuais não podem suportar despesas vultosas, com a construção de grande número de açudes médios, com seus canais complementares de irrigação, de maneira que possamos contar, dentro de pouco tempo, com uma eficiente acudagem, que traga benefício imediato à população atingida pelas secas periódicas.

Assim, é bem remoto, ainda, dispormos de grande número desses açudes (médios e grandes), em condições satisfatórias que beneficiem, eficientemente, a população flagelada.

Ora, a construção desses açudes, em ritmo moderado, em face dos nossos poucos recursos, para obra de tão grande vulto, só poderá beneficiar, em prazo longo, uma área limitada dessa região ressequida; e nunca poderão seus canais de irrigação, em princípio, umedecer terra que possa produzir gêneros, etc., em condições de manter a

subsistência da população flagelada e faminta.

A irrigação no Nordeste foi iniciada há poucos anos e, por si só, não basta e é insuficiente, em pouco tempo, para regar grandes tratos de terra, em condições de produzir o necessário para alimentar uma população sofredora com flagelo da seca, de que não há previsão matemática de sua manifestação, e, possivelmente, só, empírica.

A irrigação do Nilo, como sabemos, foi iniciada há mais de 3.000 anos, e a área irrigada é muito inferior ao polígono das secas, no Nordeste.

Quando poderemos ter o umedecimento da terra ressequida do Nordeste por aspersão, usado no estrangeiro, muito dispendioso, mas muito eficiente, se a irrigação, entre nós, está ainda no início?

Quando, dentro de um século, numa estimativa otimista, transformarmos o Nordeste — polígono das secas — em um labirinto de açudes (pequenos, médios e grandes), com uma extensa rede de canais de irrigação e também usarmos o umedecimento da terra por aspersão, é que poderemos nos vangloriar de termos suavizado, convenientemente, o problema das secas, que são inevitáveis.

Ou quando esse labirinto de reservatórios de água puder influir, como na Amazônia, na formação de vapores d'água, pela evaporação, como complemento aos vapores d'água que se formam, naturalmente, nos anos anormais — de dezembro a junho — é que poderemos dizer que amenizamos, convenientemente, o problema das secas.

Ora, bem sabemos que somente, em princípio, as chuvas é que umedecem, suficientemente, as terras, em condições de produzirem o necessário para o abastecimento de uma população necessitada, e elas é que sustentam a pastagem necessária à criação de gados: bovinos, cavalos, etc.

Pelo exposto, concluímos, pois, que a construção de grande número de açudes pequenos é uma solução econômica, viável, lógica e, sobre-

tudo, de efeito imediato, que vêm suavizar a calamidade das sêcas inevitáveis, que há mais de 3 séculos assolam o Nordeste, periodicamente, forçando a migração dos flagelados, como aves de arribação (avoantes), para o Norte e Sul do país, sem que possamos detê-los, uma vez que o problema das sêcas não foi ainda resolvido satisfatoriamente.

É desolador o quadro dantesco que se observa nas cidades, vilas, estradas e nas fazendas, quando o flagelo da seca atinge certas e determinadas regiões do Nordeste: são farrapos humanos, em estado de completa miséria física, quase nus e desnutridos, por falta de roupa e de alimentação, que vaguem em busca de alguém que lhes dê algo para se alimentar e roupas para substituir seus andrajos; são os animais esqueléticos, famintos e sedentos que, em malocas, parece farejarem as várzeas e as caatingas, em busca de qualquer alimento e água, e não encontram.

Esse espetáculo se repete e se renova há mais de 3 centenas de anos, em períodos de um ano, dois, três, etc., sem que até hoje tenha sido solucionado.

A população abandona suas choupanas e ninguém pode conter a migração.

Os animais morrem de fome e sede. É desolador o quadro tétrico observado nessas estiagens prolongadas e repetidas, quase que metodicamente.

A solução ora apresentada não resolve o problema completamente, o qual continua equacionado, desafiando os Governos. Entretanto, ameniza e suaviza a situação calamitosa de muitos flagelados acotados, periodicamente, pelo flagelo das sêcas, e evita o vexame e a humilhação por que passa uma população laboriosa, que clama por socorros nesses anos fatídicos, valendo-se do espírito humanitário e patriótico de seus irmãos dos outros Estados não flagelados.

É doloroso sentir e ouvir os clamores da Imprensa do país para que se socorra uma população, que sofre há mais de 3 séculos o flagelo das sêcas periódicas, sem que até o presente tenham sido atenuados, eficientemente, seus sofrimentos morais e físicos, apesar dos esforços, devemos reconhecer, dos Governos municipais e estaduais e principalmente do Governo Federal.

Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital

OS PROGRESSOS DO COMUNISMO NA AMÉRICA DO SUL

RENE GRANDCHAMP

Tradução e condensação "data vênia", da "Revue Militaire d'Information", de 25 de outubro de 1953, pelo Ten.-Cel. FLORIANO MOLLER

Nos primeiros dias de outubro eclodiram alguns tumultos em Kingston, capital da Jamaica, entre a polícia e soldados do batalhão indígena, que dispõe de um efetivo de 650 homens sob comando inglês. Na Guiana, uma nova constituição, promulgada em maio, instituiu uma legislação bi-cameral e o partido progressista popular, de tendência comunista, havia obtido uma grande maioria nas eleições realizadas na ocasião. Esse partido exigia a abolição dos poderes especiais reservados ao governador britânico. A maioria da Câmara guianesa tinha, além disso, decidido não enviar representantes para saudar a rainha à sua chegada na Jamaica, sob o pretexto de que os ministros tinham obrigações mais prementes...

Um comunicado do "Colonial Office" (de 6 de outubro de 1953) acentuava que "as intrigas dos comunistas e de seus aliados ameaçavam o bem-estar e a boa administração da colônia" e que "se seus procedimentos continuassem, uma tentativa poderia ser feita para estabelecer um Estado comunista na Guiana, empregando processos familiares em certas regiões do mundo."

A 8 de outubro, os soldados embarcados no cruzador "Superb", estacionado no mar das Caraíbas, desembarcaram sem incidentes em Georgetown, capital da Guiana. Um segundo comunicado do "Colonial Office" afirmava que era fora de dúvida que o primeiro ministro Cheddi Jagan, sua mulher e seus co-

laboradores mais chegados estavam estreitamente associados às mais importantes organizações comunistas: Federação Sindical Mundial, Federação Mundial da Juventude Democrática, Conselho Mundial da Paz e Federação Internacional Democrática. "Era bem sabido", dizia o mesmo comunicado, "que essas organizações são utilizadas para doutrinar os seus prosélitos em todas as partes do mundo e como "testas de ferro" para elaborarem em comum os planos comunistas".

A 9 de outubro, o governador da Guiana destituiu os ministros do partido "progressista popular" e assumia poderes extraordinários. O "Foreign Office" declarava, na mesma ocasião: "É evidente que os objetivos visados eram os de transformar a Guiana Inglesa em um estado totalitário subordinado a Moscou" e em perigoso trampolim para estender a influência comunista ao "hemisfério ocidental". Os ministros da Guiana haviam tentado atingir seus objetivos valendo-se dos sindicatos, ao mesmo tempo que incitavam a massa a fazer pressão sobre o Parlamento e intimidar a oposição por meio de ameaças e insultos; enfim, queriam substituir as forças de polícia regulares por uma "polícia popular". Os secretários permanentes dos diferentes ministérios guianeses ficavam encarregados de dar andamento aos assuntos correntes; a Constituição estava suspenso e proclamado o "estado de alerta". Ao Congresso conservador que, nesse momento, estava reunido

em Margate, o Ministro das Colônias declarava que o governo britânico estava decidido a não tolerar "o estabelecimento de um regime comunista no seio da 'Commonwealth'".

Numa alocução pelo rádio, o Governador da Guiana, Sir Alfred Savage, explicava que a conduta da equipe Jagan havia afastado os capitais consideráveis que estavam prontos a serem investidos na Colônia e prometia acelerar a construção de casas e o programa das grandes obras que recebera a aprovação do Banco Internacional. Os ministros destituídos deviam ser julgados pela justiça.

Era exato que recentemente havia eclodido uma greve nas plantações de cana de açúcar, fomentada, dizia-se, pelo governo que se esforçava para fazer votar uma lei reconhecendo uma nova formação sin-

dical que os plantadores não queriam. Ao mesmo tempo, reivindicava o direito de comerciar com quem bem entendesse, sem estar ligado a Grã-Bretanha. Foi a 27 de abril que Cheddi Jagan, dentista de origem indiana, e sua mulher Janet conduziram à vitória o partido progressista popular, obtendo 18 das 28 cadeiras do Parlamento. Ambos têm a idade de 30 anos e casaram-se quando Jagan estava estudando nos Estados Unidos e Janet era enfermeira.

A esposa do primeiro ministro bem depressa tornou-se, para a imprensa londrina, a "Janet, a vermelha" e a "Passionária das Caraíbas"; esta era, até abril, secretária geral do partido progressista popular e havia sido eleita vice-presidente da Assembleia Legislativa. Retornando de Copenhague em julho, ao passar por Londres, havia concedido uma



Fig. 1

entrevista ao "Daily Worker", diário comunista, onde afirmava que o governador da Guiana acumulava ainda entre suas mãos a maior parte do poder e que a decisão do novo governo progressista de realizar reformas agrárias e um plano de irrigação havia provocado o ressentimento das grandes companhias açucareiras, que desejavam manter o pequeno plantador sob condições feudais.

VISTA DE CONJUNTO DO PROBLEMA

A Guiana Inglesa é uma "terra de paradoxos", escreveram Frank Pilgrim e Peter Kempadoo, dois jornalistas de Georgetown, no "News Chronicle" de Londres, de 6 de outubro. Há quatro meses, escreviam eles, houve manifestações vibrantes de alegria popular na ocasião da Coroação e agora a multidão grita: "Abaixo os ingleses", enquanto que os soldados cavam trincheiras em torno de seus quartéis. Porque esta mudança brutal? Eles a explicam do ponto de vista guianense.

Um pouco menos de 500.000 habitantes vivem na faixa costeira deste país, um pouco maior que o Reino Unido; procedem de três continentes: há 44 % de índios, 38 % de negros, 10 % de mestiços, 2 % de portugueses, 1 % de chineses e 1 % de europeus. Atualmente, estão misturados e constituem a comunidade guianense, em que o inglês é a língua única e o *cricket* o esporte nacional. A produção de arroz ultrapassa 60.000 ton., e a da cana de açúcar atinge a 180.000 ton., na região costeira, onde se encontra também café, cacau e diversas árvores frutíferas. A pecuária compreende 30.000 porcos, 15.000 cabras, 45.000 ovelhas e quase 200.000 bovinos, além de 25.000 cavalos. Quase 200.000 km² não estão ainda explorados: terras cultiváveis e reservas florestais.

Foi durante a guerra que a civilização ocidental influenciou diretamente a Guiana: centenas de habitantes do país, engajados voluntariamente, observaram na Grã-Bretanha o alto padrão de vida da po-

pulação. De outra parte, os americanos estabeleceram, na Guiana, bases geradoras de prosperidade. O horizonte do povo se estendeu, ao mesmo tempo que as suas esperanças de ampliação de seu bem-estar com o surgimento de indústrias novas, como, por exemplo, a da bauxita. Após a guerra, infelizmente, essas indústrias entraram em declínio; os americanos foram embora... Os problemas econômicos e sociais se apresentam. Os trabalhadores das plantações açucareiras querem substituir suas choupanas por habitações mais confortáveis. O pessoal do interior reclama a melhoria de suas povoações. "Nada se produzia — escreviam Pilgrim e Kempadoo — e havia um êxodo geral dos trabalhadores rurais para as cidades". Naturalmente, como em outros países, nas mesmas circunstâncias, os salários não acompanharam a alta do custo de vida e a comparação com as condições de vida da Guiana Holandesa não era favorável, ao que parece, à Guiana Inglesa. E assim que surgiu Janet Jagan, cujo marido era filho de um trabalhador de plantação de cana de açúcar.

Única mulher branca em contacto direto com as condições de vida dos trabalhadores, a Sra. Jagan começou uma campanha para sua melhoria. "Nesta etapa" — afirmaram Pilgrim e Kempadoo — "sua atitude era mais de uma americana ocupando-se de obras sociais do que da política, mas a imprensa controlada pelos produtores de açúcar via nela um perigo. Por isso, a Sra. Jagan tornou-se um "elemento indesejável", a seguir uma "socialista revolucionária", enfim, uma "comunista". Seu marido e ela se apresentaram como os campeões dum povo que os apoiava sem reservas. O novo "partido progressista" estava criado. Os plantadores baniram o casal de suas propriedades, mas isto lhes deu maior auditório que se estendeu às profissões liberais e assegurou o sucesso de seu partido nas eleições".

A nova Constituição estabeleceu um Conselho de Estado de 9 membros e uma Assembléia de 28 de-

putados, 6 conselheiros de Estado, sendo 4 deputados designados pelo governador, que fazia parte, ele próprio, de um Conselho Executivo — espécie de Gabinete — em que nomeava três dos onze membros que o compunham. O partido do Dr. Jagan reclamava a supressão do Conselho de Estado e a retirada do direito de designação do governador para três deputados à Assembléia e três membros do Conselho Executivo.

Tais são os fatos. Os Estados Unidos aprovaram plenamente a firme atitude da Grã-Bretanha e seus representantes disso deram conhecimento aos diversos países da América do Sul. Os americanos deram a merecida importância à ameaça que constituiria, para o hemisfério, a instalação de um poder comunista na Guiana.

A opinião inglesa, extranhando o sigilo com que as decisões do governo britânico haviam sido tomadas, aprovou-as em sua imensa maioria. "A razão", escreveu o *Times*, "dimana da necessidade de manter a ordem na colônia... Bem poucas pessoas puseram em dúvida esta necessidade, porque a Constituição da Guiana estava em vigor, ainda em caráter experimental". Para o "*News Chronicle*", órgão liberal, "o emprêgo da força para impedir que uma colônia se torne comunista estava perfeitamente justificado". O "*Daily Herald*", órgão da oposição trabalhista, não era menos preciso: "Todas as medidas necessárias, afirmou ele, gozaram do apoio total na Grã-Bretanha. O governo devia igualmente velar para que a Constituição democrática da Guiana não fôsse sabotada nem pelos comunistas, nem pelos adversários do direito de autonomia".

A opinião americana, por seu lado, parece ter sido exposta com bastante circunspeção e objetividade pelo *New York Herald Tribune*, o qual a 9 de outubro assim se manifestava:

"De fato, é difícil crer que os problemas da Guiana inglesa pudessem ser rapidamente resolvidos, por meio de greve, modificações cons-

titucionais, ou qualquer outro remédio violento. O país é pouco populoso e tem necessidade de expansão econômica antes de poder absorver uma verdadeira vaga de imigrantes; as regiões do "hinterland" são inacessíveis, a não ser remontando as grandes caudais da selva; a população é perigosamente amalgamada e comporta uma forte percentagem de analfabetos; as riquezas naturais do país, entre outras a bauxita, a balata, os diamantes e o ouro são importantes, mas pouco explorados. As medidas tomadas pelo governo inglês para se opor a um possível golpe de estado comunista são indiscutivelmente sábias. Seria bastante conveniente um extenso período de evolução metódica para esta parte do mundo, de futuro promissor, mas ainda pouco evoluída".

AS RIQUEZAS MINERAIS DA GUIANA

Este período de evolução poderia ser tanto mais frutífero se as riquezas do sub-solo pudessem ser postas em evidência com mais rapidez e simultaneamente com as que assinalamos antes. O jornalista Y. M. Goblet em o "*Monde*", de 8 de outubro, lembrava que, de 1884 a 1949, havia sido extraído, na Guiana Inglesa, cerca de 13 milhões de libras de ouro e de 1901 até esse mesmo ano, cerca de 9 milhões e quinhentas mil libras de diamantes. Ele, muito acertadamente, acentuava a importância das grandes jazidas de bauxita, cuja exploração é feita em ligação com a indústria canadense de alumínio. Enfim, o manganês e a mica completam a indústria extrativa.

Finalmente, o jornalista Goblet também enumerava os esforços do governo inglês para prover a colônia de material moderno e realizar um vasto programa social e cultural.

A importância da bauxita é posta em evidência pelo fato de que os Estados Unidos, sendo os principais produtores de alumínio no mundo, a sua indústria da bauxita não lhes fornece sequer a metade das quantidades necessárias e que as jazidas

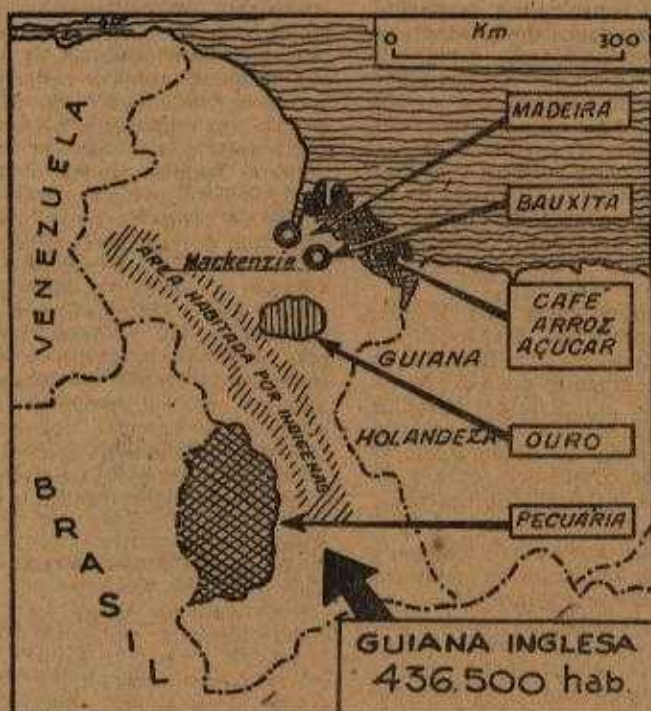


Fig. 2

ricas estando esgotadas, deve-se atacar agora as camadas inferiores. Em 1951, os Estados Unidos produziram um pouco menos de dois milhões de toneladas de bauxita, ou seja 40 % de suas necessidades. Por outro lado, fabricaram apenas setecentas e sessenta mil toneladas métricas de alumínio, enquanto que o seu consumo foi de 875.000. "Dentro de poucos anos" escreveu M. Vajda, na *"Revue Industrielle de la Rotterdamsche Bank"*, de maio de 1953, "os Estados Unidos não poderão mais atender senão a 20 % de suas necessidades em bauxita. No momento, a principal sociedade americana de alumínio, a "Alcoa" se supre na Guiana Holandesa com 75 % de suas necessidades em bauxita".

A Guiana Holandesa, que também se denomina "Surinam", é atualmente o mais importante produtor de bauxita do mundo e seu mi-

nério é excelente. Encara-se aí, presentemente, a expansão dessa indústria com a criação de uma indústria indígena de alumínio. O projeto foi estudado por uma sociedade francesa de categoria internacional que admitiu uma produção provisória que ulteriormente o governo fixará.

Apresentamos estes pormenores sobre a riqueza da Guiana Holandesa para mostrar que uma prosperidade análoga pode, com razões idênticas, ser encarada na Guiana Inglesa. Daí a importância dessa colônia, não apenas, conforme dissemos, para o suprimento do Canadá em bauxita, mas também dos EE.UU. e da Grã-Bretanha. Com efeito, até 1928, a "Aluminium Co. of America on Alcoa" foi a única empresa produtora de alumínio nos EE.UU. e no Canadá. Nessa época, a sociedade americana reuniu todas suas empresas alienígenas em uma

nova sociedade, a *Aluminium Ltd.*, em que a filial canadense alimentada pela bauxita da Guiana Inglesa é atualmente a mais importante produtora de alumínio bruto do mundo. É preciso notar, enfim, que esta sociedade concorre extensamente para o aprovisionamento da Grã-Bretanha, que não produz senão uma quantidade restrita. Há, aí, já se vê, interesses estreitamente ligados.

ASPECTOS POLITICOS DO PROBLEMA

Os nossos amigos ingleses têm razões, depreende-se, de não negligenciar quanto à agitação guianesa. Temos muitas vezes chamado a atenção dos nossos leitores sobre a importância capital dos acontecimentos da América do Sul. Os da Guiana Inglesa ressaltam uma vez mais, no que concerne particularmente aos progressos do comunismo no hemisfério ocidental.

Em outra ocasião, escrevemos que certos líderes da América do Sul pensavam que era possível "canalizar os grandes movimentos sociais nestes países através uma "terceira força" nacionalista e socialista, após constituírem um bloco sul-americano que desempenharia, no Novo Mundo, o papel da Índia e da Ásia". Ora, a 16 de outubro, o governo indiano anunciava que havia recebido um telegrama de Jagan, que solicitava seu apoio e pedia que um de seus ministros, destituído como ele, em consequência dos acontecimentos da Guiana, pudesse ir à Nova-Delhi expor diante do Parlamento a situação do país. A tendência que assinalamos no início do ano se define; em agosto do ano findo, no momento do voto, a propósito da participação da Índia na Conferência Política sobre a Coreia, os EE.UU. que se haviam oposto, não foram acompanhados pela Argentina que se absteve, nem pelo México e a Guatemala que votaram pela participação.

Na Guatemala a influência das doutrinas da extrema-esquerda era considerável, já o afirmamos antes. A 14 de outubro, o Sr. Mendoza, re-

presentante da Guatemala, protestava na ONU contra o "desembarque das tropas inglesas na Guiana" e contra "a suspensão da Constituição na colônia". Mendoza foi violento: acusou a Grã-Bretanha de ter feito uma "falsa declaração, afirmando que o Dr. Cheddi Jagan preparava um golpe de Estado inspirado por Moscou" e acrescentava que "era bastante fácil taxar de comunista um movimento nacionalista para o desacreditar. Há dez anos, era o rótulo nazista o utilizado". E mais afinda: evocou a questão de Beliza, nas Honduras Britânicas, última possessão inglesa na América Central, que é reivindicada pela Guatemala.

O protesto de Mendoza expressou, de modo espetacular, as murmurações surgidas na América do Sul contra a ação inglesa na Guiana e que traduziram por declarações análogas às do Presidente do Brasil, Sr. Getúlio Vargas, em favor "da independência total do solo americano". Não é preciso dizer mais nada para ressaltar as dificuldades encontradas pela política dos Estados Unidos nas suas relações com os países da América Latina. Quanto à América Central, bastará citar que a União Centro-Americana, estabelecida em outubro de 1952, entre a Guatemala, o Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica foi rompida, a 4 de abril de 1953, pela Guatemala, que dela se afastou.

A CORTINA SE DESCERRA

A Imprensa salientou com razão, em fins de setembro, que o Presidente Vargas havia escolhido o terceiro aniversário de sua volta ao poder para anunciar a criação do monopólio de Estado do petróleo brasileiro. Esta manifestação nacionalista teve a maior repercussão, tanto em Washington, quanto na América Latina. Presentemente, não é possível deixar de notar a inquietude da América do Norte em relação ao grande país da América do Sul. No "Monde", de 8 de outubro, o jornalista Niedergang escrevia: "É difícil descobrir no nacionalismo brasileiro a parte exata do comunis-

mo... A tática de infiltração nos sindicatos, na administração e mesmo no Exército é um fato referido por todos os observadores. O slogan comunista "O petróleo é nosso" é repetido com arbor pelos nacionalistas. Isto, aliás, não é nenhuma novidade. Em toda a América Latina, o pacto tático ou efetivo de unidade de ação entre os comunistas e os nacionalistas é uma das características essenciais da evolução política". Esta contestação de nosso confrade deveria encontrar quase imediatamente uma mais ampla confirmação oficial.

Com efeito, a 16 de outubro, o senador republicano Wiley, do Wisconsin, presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros do Senado dos EE.UU., um dos mais ilustres personagens do país, pronunciou um importante discurso no Clube Municipal de Milwaukee. "O comunismo, disse ele, estabeleceu uma potente cabeça de ponte na Guatemala e lançou raízes profundas nos demais países da América Latina". Anunciando que a Comissão de Negócios Estrangeiros publicaria proximamente um estudo sobre a posição do partido comunista no mundo, país por país, o Senador Wiley insistiu sobre o fato de que a Guatemala fazia abertamente o jogo comunista e que a doutrina marxista se desenvolvia seriamente na Guiana Inglesa". "Nosso estudo afirmou ele, mostrará o grau considerável que, desgraçadamente, o comunismo deitou raízes no hemisfério ocidental, por assim dizer, sob o nosso nariz". Por outro lado, declarou ele que existia em Praga uma escola onde milhares de agentes comunistas eram formados para exercerem atividades políticas nas regiões economicamente atrasadas do mundo. Segundo ele, a maior parte do corpo docente dessa escola é fornecido pelos partidos comunistas, pelos grupos de esquerda e pelos sindicatos dos países da América Latina; este pessoal estaria colocado sob a direção do líder mexicano Lombardo Toledano.

Atualmente, salientou o Senador Wiley, Moscou prepara aqueles que, espera ela, serão os futuros gover-

nantes vermelhos do Brasil, da Argentina, da Costa Rica, de Cuba, do Panamá, da República Dominicana e de outros países da América Latina. O partido comunista está fora da lei em muitos países da América Central e do Sul, mas isto não impede que os líderes comunistas ocupem postos-chaves nos movimentos intelectuais, nos sindicatos e muitas vezes nos próprios governos. Isso não os impede menos de fomentar constantemente as agitações, a fim de servir aos planos soviéticos para uma revolução mundial. No Brasil, se bem que o partido comunista esteja proibido, ele faz sentir sua influência em postos numerosas e importantes. "O Brasil, concluiu o Senador Wiley, esconde mais comunistas que todo o restante das nações da América Latina em conjunto".

EVOLUÇÃO POLITICA DE PERÓN

A situação é, portanto, tão grave que não se possa esperar uma modificação para melhor e que os EE.UU. sejam, desde agora, levados a enfrentar uma ameaça em sua própria casa, ao mesmo tempo que têm que fazer face ao imenso perigo asiático? Não pensamos assim.

Em outra oportunidade, já afirmamos: "É tão absurdo negar a importância da propaganda comunista na América do Sul quanto a de considerar Perón como um aliado em potencial dos Soviets". Temos a satisfação de assinalar que os acontecimentos destes últimos dias justificam os nossos prognósticos. Com efeito, a viagem do General Perón, a um país vizinho do seu, foi particularmente significativa. O presidente do Paraguai, Frederico Chavez, deu sua adesão ao pacto econômico assinado entre a Argentina e o Chile. O Paraguai e a Bolívia são os únicos países da América Latina privados de acesso ao mar. Ambos se aproximaram especialmente do Gen. Perón, a tal ponto que este, a 4 de outubro, esteve em visita oficial a Assunção, capital do Paraguai, e lá permaneceu três dias em companhia de Romero, seu ministro do Exterior.

Com a idade de 71 anos, F. Chavez, chefe do Partido Radical, foi reeleito presidente da República, sem concorrentes, em março de 1953. O partido comunista está proibido no país.

A visita do General Perón não atraiu muita atenção. Julgamos que isto foi uma injustiça. Com efeito, no curso de uma entrevista à Imprensa, em Assunção, o presidente argentino declarou que acreditava na solidariedade do hemisfério americano e fez o elogio do presidente Eisenhower "como um dos mais poderosos chefes do mundo ocidental". Ele predisse que viria o dia em que "todos os americanos do polo norte ao polo sul, seriam concidadãos — *"fellow-citizens"* — e que n'a maior felicidade reinaria no continente inteiro".

Esta declaração, um tanto surpreendente se se trouxer à lembrança os desentendimentos recentes entre Washington e Buenos Aires, estava entretanto de acordo com o tom das demais alocuções pronunciadas pelo General Perón em Assunção. "Tornou-se evidente, escreveu o *"New York Times"* (editorial de 6 de outubro) que o General Perón aproveitou a oportunidade de sua viagem para tornar público, de maneira espetacular, a nova orientação de sua política externa. Afirmou, entre outras coisas, que a Argentina "pensa que a América é uma grande Pátria que não deve comportar fronteiras e que deseja considerar com amizade os povos associados em uma soberania intangível e capazes de apresentar uma frente comum das Américas a todos os riscos da História".

Quando lhe foi perguntado se a Argentina estaria solidária com os

demais países da América em face de um perigo mundial, Perón respondeu afirmativamente e acrescentou: "Felizmente, temos um Eisenhower nos Estados Unidos".

A evolução da política da Argentina faz honra ao *realismo* e à clareza do Presidente Perón. Ela constitui, por outro lado, em virtude da crescente influência de Buenos Aires na América Latina, um fator tranquilizador para o governo de Washington. A Argentina, cremos nós, poderá, se o desejar, desempenhar um papel catalizador das forças da ordem e tanto mais facilmente, quando o General Perón goza da plena confiança dos sindicatos de seu país.

De qualquer maneira, a Europa não se desinteressaria dos acontecimentos que se desenrolam longe dela, sobretudo numa época em que os aviões permitem fazer a volta do mundo em dois dias. Eis porque deve considerar com atenção, tanto no plano estratégico quanto político, o desenvolvimento da situação na Guiana Inglesa, isoladamente, e a seguir, no conjunto da América Latina. Devemos ter sempre presente ao espírito a interdependência mundial dos riscos, a interferência sob a forma de ameaça à nossa segurança pessoal, de toda perturbação, qualquer que seja o ponto do globo em que se produzam. Eis porque concluiremos estas considerações com as palavras do nosso eminente confrade Albert Mousset: "As reações em cadeia de uma crise ou duma revolução nos antípodas podem provocar, no estado atual das relações internacionais, a catástrofe que porá em risco a nossa vida ou a nossa liberdade".



DIVISAS, PETRÓLEO, DIESEL E GASOLINA

Ten.-Cel. NELSON R. CARVALHO

Colhi, certa feita, dum viajante contumaz das nossas estradas de rodagem, esta anedota (no bom sentido de fato verídico):

Na Rio-Bahia, ainda em ultimação, um pesado transporte de mais pesado ainda maquinário de rodovia, fôra bloqueado por uma ponte, cujo gabarito não dava passagem à sua volumosa carga. Saltaram o motorista, os ajudantes, os obreiros e todos se aglomeraram a examinar o problema criado por uma dezena de centímetros a mais, na altura do veículo carregado. Não sendo possível pensar em descarregá-lo sem guindaste próprio, outra coisa não atinaram que chamar o engenheiro residente. Chegando este, pesados os prós e contras das soluções possíveis, todas técnicas, resolveu-se ele por mandar busca um guindaste-socorro, como mais viável entre todas.

Não sei se os leitores já repararam nas volumosas rodas pneumáticas desses gigantes das estradas. Se não, notou-as um ribeirinho da região, calmamente acomodado no balaustre da ponte e que a tudo observava, chupando o palhinha de fumo de rôlo, os dedos dos pés cruzados e a balouçar as pernas, preguiçosamente...

Ao tomar conhecimento da solução do engenheiro, não se conteve — "Môço! Môdi qué u sinhô num isvasia um poco as burracha da roda? tarvéis a giringonça passasse".

Entreolharam-se todos, boquiabertos, ao impato da observação do matuto. E esvaziados ligeiramente os pneumáticos, o pesado transporte varou a ponte. Restabelecida

a pressão dêles do outro lado, prosseguiu viagem...

* *

De qué se trata, no caso do nosso petróleo? De um lado, economisar as famosas "divisas", que o café dá e a gasolina e o trigo tiram. Dai, "uma balança comercial" deficitária e não compensada pela exportação de outros produtos, tornados gravosos pelos reajustamentos artificiais de salários internos, que lhes forçou os preços altos nos mercados internacionais, e pois sua retenção no país.

Dai também a campanha do trigo, que já veio tarde, mas que vai auspiciosamente atingindo a metade das nossas necessidades de consumo.

Restou a gasolina, ou mais genericamente, o petróleo.

A grande solução imaginada foi a canalização do abundante produto boliviano para o sul do país, donde a Corumbá-Santa Cruz, quase pronta, e que aliviará a importação americana, muito mais onerosa.

Providência complementar seria (ou foi?) tomada em relação ao Norte, com a gasolina peruana, via fluvial.

Como se vê, um plano bem ajustado. O americano então entraria com o resto, se necessário, se não pudesse a Bahia, já com petróleo nacional, satisfazer o Nordeste.

* *

Mal conheço Economia Política e de Finanças apenas entendo para uso doméstico. Mas também o

jéca da história não entendia nada de engenharia rodoviária.

Lá vai, pois, o meu palpite. Qualquer leitor de jornais interessado em automobilismo, já terá lido que o óleo diesel representa uma economia de consumo sobre a gasolina da ordem de 5 para 1. E quem quiser se aprofundar mais, é consultar as estatísticas e um moderno manual de automobilista.

Assim sendo, mesmo que não fôsse a distribuição do óleo cru muito mais rudimentar (e portanto exigindo usinas muito menos dispendiosas), por que não fazermos o esforço do petróleo na aquisição do diesel, eliminando paulatinamente o motor a gasolina do mercado brasileiro?

Em vez de complicadas Matari-pes e Cubatões, construir-se-iam usinas possivelmente mais elementares e mais baratas de óleo bruto, com o que se aceleraria o problema da produção de carburante nacional na progressão de 1 contra 5, e o problema da retenção de divisas de 75 x 5 (75 % é a diferença de preço entre gasolina e

óleo por litro, e 5 o rendimento daquele óleo, 5 vezes maior que o da gasolina).

Seu grande defeito é ser barulhento (é o motor dos ônibus do Rio e S. Paulo) e nos carros de turismo é considerado muito incômodo. Mas nos transportes acima de 1.000 toneladas, seu uso é já universal.

Quanto ao seu uso nos carros de turismo, que constituem o esmagador absorvente da gasolina que importamos, o preparo da opinião pública faria com que parecessem menos barulhentos contra uma esmagadora superioridade de rendimento e preço de carburante (sairia mais barato andar neles do que de ônibus e até de bonde, para um só indivíduo). E a poupança de divisas seria de 75 %, para começar. Solução de interesse do povo e de governo, pois.

Destarte, a destilação mais simples e mais rendosa do óleo cru ou bruto seria a etapa inicial do nosso problema, de petróleo.

E é preciso andarmos ligeiros, porque a energia atômica vem aí.



A MANDIOCA NA FABRICAÇÃO DO ALCOOL

Cap. HELIO AUGUSTO CANONGIA

NOTA DA REDAÇÃO — Ao darmos asilo a este artigo sobre a fabricação do álcool de mandioca, outro propósito não nos anima senão ventilar o problema dos carburantes nacionais, problema intimamente relacionado com a defesa nacional. O estudo do Cap. Canongia é sério e honesto, merecendo, por isso, meditação por todos os que se interessam pela economia do nosso país.

I — INTRODUÇÃO

No curto espaço de que dispus para me orientar sobre este assunto, procurei, não como conhecedor técnico desta matéria, mas como entusiasta, organizar um trabalho de compilação que se tornasse vulgar, e nem a mais poderia subir a aspiração daquele que escreve sobre assuntos econômicos, baseado, apenas, em dados teóricos, sem ter experiência comprovada.

Todo o meu esforço consistiu, pois, em reunir, encadear uma idéia toda própria, com a finalidade de constituir um ponto de apoio, talvez, a novos estudos pelos entusiastas dessa matéria.

Muito se tem falado do álcool proveniente da cana de açúcar. Os entendidos procuram buscar, na cana, a solução do problema do carburante nacional, mostrando as vantagens em se adotar o álcool-motor como capaz de suprir, perfeitamente e, em pouco tempo, as nossas necessidades internas.

Outros encontram, no petróleo, a solução adequada, deixando-nos ver, pelos estudos já realizados, que o país possui uma grande área sedimentar, necessitando, apenas, de investimentos que possibilitem a exploração, a refinação e o transporte desse óleo, para que o país se possa suprir satisfatoriamente dentro poucos anos.

Muitos vêem a solução no xisto betuminoso, no carvão, no babaçu, na beterraba, etc. enfim, os meios são muitos, mas o problema continua a preocupar aqueles que observam o montante de dinheiro que o país gasta para que suas máquinas trabalhem.

Quanto ao meu ver, que é o de um verdadeiro teórico, poder-se-ia, mediante uma organização complexa, formar o trinômio "Petróleo-Cana-Mandioca" e atacar decisivamente o problema "Gasolina-Alcool", além do demográfico e do aproveitamento da terra; pois, como procurarei mostrar mais adiante, o álcool da mandioca é igual ou senão mais barato, economicamente falando, que o da cana.

Não descreio, absolutamente, do sucesso da "Petrobrás", mas, infelizmente, estamos frente a um dilema: Ou seremos bem sucedidos — Deus o queira — ou então enveredaremos por um caminho bastante escuro, que talvez nos leve a um desequilíbrio bem acentuado em nossa balança econômica. Somente por ser um problema desta ordem e por estarmos numa situação econômica difícil, é que sou adepto do trinômio acima referido.

Dessa forma, procurarei fazer uma análise completa da mandioca, que está neste país num plano inferior, para mostrar, por fim, suas possibilidades no campo industrial.

II — HISTÓRICO

A mandioca pertence ao grupo Embriófita Sifonograma, classe Dicotiledónea, género Manihot, da família das Euforbiáceas e espécie utilíssima. É originária da América do Sul, notadamente do Brasil, onde é encontrada no estado selvagem.

Quando o Brasil foi descoberto, os portugueses encontraram-na já cultivada pelos Guaranis e Tupinambás, os quais preparavam vários produtos alimentícios e estimulantes.

III — HABITAT

Saint-Hilaire, Humboldt, Moreau de Jones, Nóbrega, Peckolt, etc., se referiram à mandioca, precisando ser a América do Sul o "habitat" da providencial raiz.

IV — CONSIDERAÇÕES GERAIS

A mandioca é uma das mais preciosas plantas cultivadas em todos os pontos do país.

E por que?

— Por ser uma planta sem rival, isto por duas razões principais:

1) Por ser a planta mais resistente e refratária às moléstias e pragas;

2) Por ser a planta que, com menor despesa e menor trabalho fraqueia a maior quantidade de alimento na mesma extensão do terreno.

A mandioca já foi, com muito acerto e justiça, cognominada: pão tropical, por uns e pão brasileiro, por outros.

É sabido que um hectare de mandioca produz mais matéria nutritiva que seis hectares de trigo; além de ter uma colheita facilíssima.

A percentagem de amido, contida na mandioca é excepcionalmente elevada, o que lhe reserva um papel importantíssimo em certas indústrias e na alimentação em geral. A mandioca pode ser colhida e utilizada em qualquer tempo do ano, oferecendo um sem número

de produtos apreciáveis para homens e animais e ainda é uma inexgotável fonte de riqueza pela facilidade de obtenção, aquisição e abundância de produção.

A Alemanha já de há muito é apreciadora da mandioca; a Holanda a utiliza como forragem; a Bélgica a utiliza no fabrico do álcool e a Inglaterra, no fabrico do polvilho, do álcool, etc.

Perier de la Bathie diz que, em Madagascar, cada hectare comporta 10 mil pés que, plantados em outubro de um ano, produzem em julho do ano seguinte, menos portante de 12 meses, 29 toneladas de raízes frescas, representando 14 mil de raízes secas, isto sem o uso de fertilizantes nem de uma técnica moderna adequada.

Existe um sem número de variedades assim distribuídas por Estados, segundo citação do Dr. Peckolt:

Bahia: 11; Ceará: 4; Goiás: 41; Mato Grosso: 7; Minas: 27; Pará: 6; Paraná: 7; Piauí: 2; Rio de Janeiro: 10 e São Paulo: 7.

Atualmente, o número de variedades de mandioca é bem maior do que o acima exposto.

Em 1944, o Dr. José Grossmann, Professor Catedrático da Escola de Agronomia de Porto Alegre, dispunha, em seus canteiros de experimentação, de mais de duas centenas de variedades de mandioca para estudos.

Tem havido quem considere a mandioca planta esgotadora do solo.

As experiências e os fatos parecem contrariar essa asserção. O emprego das cinzas ricas de potassa é o estrume menos caro e o que dá maior rendimento.

Estudando a mandioca Lincoln Nodari diz que:

"A lavoura da mandioca é muito mais rendosa que a da cana, na quantidade de álcool a ser extraído". Enquanto uma tonelada de cana fornece a média de 60 litros de álcool, uma de mandioca fornece três vezes mais.

Muita coisa se pode fazer com as raízes desse tubérculo. A man-

dioca dá polvilho, farinha de mesa, raspas, farinha de raspas, tapioca, aguardente, etc. Os produtos mais importantes até o momento, para nós, são: o polvilho e a farinha. Como se pode ver, deixamos de lado, completamente, a questão da produção de álcool, talvez por falta de um plano, de uma organização que coordene esse assunto de forma a produzir vantagens à indústria e ao país, enfim.

V — COMPOSIÇÃO DA MANDIOCA

A raiz da mandioca é quase inteiramente formada de fécula e de um suco branco leitoso.

Este suco, quando recente, constitui um formidável veneno, pois além da fécula, açúcar, sal à base de magnésia, ácido orgânico, princípio amargo, matéria graxa cristalizada, fosfato de cal, etc., contém o ácido prússico ou cianídrico que o torna tóxico.

As análises das raízes de mandioca variam muito, segundo as variedades, as qualidades, etc. Das discrepâncias que se verificam nas análises feitas com as inúmeras variedades conhecidas de mandioca.

Eis as médias das análises feitas na Jamaica e na Malásia em mandiocas doces e amargas:

Substâncias	Mandioca doce	Mandioca amarga
Água	67,0	59,5
Fécula	23,0	41,5
Celulose	6,5	4,8
Matérias azotadas	1,9	0,9
Matérias graxas	0,6	0,7
Sais minerais	1,0	1,6

Podemos dizer que a composição da mandioca tem pouca matéria azotada (menos de 2%), cerca de 23% de fécula e muita água (quase 67%).

A análise feita pelo Dr. Theodoro Peckolt em 100 g de raiz fresca é a seguinte:

VARIÉDADES	Amido	Glicose	Gordura	Dextrins	Soma
Mandioca — Saracura	33,690	1,330	0,150	3,600	41,770
Mandioca — Aipim	28,180	2,010	0,630	2,680	33,700
Mandioca — Mandipalha	26,070	2,100	0,220	2,520	31,810
Mandioca — Assú	36,300	2,500	0,110	2,817	31,927
Mandioca — Cambaia	35,240	2,380	0,330	1,749	29,699
Mandioca — Mata fome	21,830	1,490	0,060	3,510	27,010
Mandioca — Puri	21,381	1,689	—	2,883	25,953
Mandioca — Mantega	14,514	1,718	—	3,359	19,591
Mandioca — São Sebastião	14,015	2,295	—	3,688	19,991
Mandioca — Branca ou doce	13,370	4,070	0,240	1,907	19,587
Mandioca — Suica	10,571	2,244	0,162	4,218	17,195
Mandioca — Morandi	10,000	3,828	0,193	3,335	16,347
Mandioca — Maria mole	10,090	1,965	0,143	2,790	14,988
Mandioca — Mandi	7,010	4,829	0,243	3,332	15,414
Mandioca — Branca do mato	5,193	0,399	0,432	7,363	13,409
Mandioca — Vermelha do mato	3,000	1,802	—	2,962	7,504
Mandioca — Grêlo-Roxo	2,000	1,255	0,043	4,245	7,543

Das análises totais de 12 amostras de variedades de Manihot utilíssima, cultivadas no campo experimental de mandioca, em Capela, Município de S. Sebastião do Cal, executadas em agosto de 1943, constatou-se a seguinte média:

Água.....	68,66 %
Cinza.....	0,913 %
Proteínas (N x 6,25) %..	1,912 %
Gorduras.....	0,122 %
Fibra bruta.....	1,896 %
Matéria extrativa não azotada.....	26,697 %

VI — EMPREGO NA INDÚSTRIA

Para a exploração industrial, recomenda-se as mandiocas do grupo *amargo* que são as mais ricas em amido, de mais rápido desenvolvimento, de maior rendimento cultural, mais resistentes às pragas, moléstias, etc.

As variedades mais comuns e os Estados, onde são encontradas com maior abundância, são os seguintes:

Variedades	Estados	Variedades	Estados
Grêlo Roxo	Estado do Rio	Maniburú	Goiás e Mato Grosso
Assú	Rio de Janeiro	Tatú	Minas
Barroso	Alagoas	Parati	Rio de Janeiro
Caboclinha	Alagoas e Pernambuco	Periquito	Alagoas
Cruvela	Pernambuco	Maritima	Minas
Cambaia	Rio de Janeiro	Maria Mole	Rio de Janeiro
Mandipalha	Rio de Janeiro	S. Pedrinha	Paraná
Saracura	R. de Janeiro e Minas	Manipeba	Alagoas, Ceará e Bahia
Puri	Rio de Janeiro		
Manabuna	Estados do Norte e Minas		

As variedades sublinhadas são as melhores para produção de álcool.

A mandioca Saracura é a que tem maior percentagem de amido, como se pode constatar e talvez a mais rendosa; amadurece em 12 meses.

O emprego do álcool na indústria fez com que esta procurasse todas as fontes do produto barato e a mandioca logo se patenteou como uma das melhores e mais úteis.

As raízes da mandioca encerram 30 % de fécula, mas podemos computar em 35 % a parte dos seus elementos fermentescíveis. A média de 25 % de matérias utilizáveis não é exagerada. Industrialmente, as experiências demonstraram que 100 quilos de mandioca dessecada

renderam de 40 a 50 l de álcool a 90°.

Industrialmente, 100 quilos de amido ou de fécula anidra darão, bem trabalhados e com o emprego do fermento, 125-1 de álcool a 50° e com o emprego dos ácidos, 100 litros, isto é, 4/5 do rendimento do trabalho com o fermento.

Com uma usina manipulando 30 tons de raízes de mandioca, com um rendimento mínimo de 20 % de fécula, em 24 horas, obtém-se 3.600 l de álcool a 100°.

"O álcool da mandioca pode substituir o petróleo".

No Maranhão, fabrica-se muita aguardente da mandioca a que dão o nome de Tiquira.

"Os alambiques empregados para a distribuição da cana se pres-

tarão, também, para a da mandioca, havendo variação apenas na fermentação".

Temos necessidade de 1m³ de lenha para o trabalho de 10 hectolitros ou sejam 1.000 litros.

"Urge observarmos que a mandioca, na destilação do álcool, tem a grande vantagem de poder manter em funcionamento a usina por todo o ano, enquanto que com a cana só se poderá mantê-la uns 6 meses por ano."

Além disso, como assegura o Sr. Nodari, a mandioca seria um elemento integrativo na colonização, porque a sua riqueza e aplicação industrial, mesmo de guerra (acetone) é grandiosa na história da agricultura tropical e subtropical.

"O produto desta planta tem grande aplicação na indústria, na vida do homem e na criação animal".

VII — CONDIÇÕES MESOLÓGICAS

Todos os terrenos servem à mandioca, uma vez que sejam secos, pois que este arbusto só teme a umidade. As temperaturas ótimas para o seu cultivo são as interpoladas entre o mínimo de 5° e o máximo de 38°C.

Quanto à altitude, tem sido explorada com resultados compensadores, desde o litoral aos terrenos de mais de 500 m acima do nível do mar.

VIII — ÉPOCA DE CULTURA

"Em todos os Estados do Brasil, cultiva-se a mandioca todo o ano"; porém existem épocas para o seu plantio, se observarmos a vasta extensão do nosso território e as condições climatológicas. Vamos indicar o calendário abaixo, que orientará o mês de cultura deste tubérculo para melhor rendimento de suas raízes.

Estado	Mês	Estado	Mês
Acre	Janeiro	Minas	Set. a janeiro
Alagoas	Janeiro e outubro	Pará	Janeiro a abril
Amazonas	Janeiro	Paraíba	Janeiro a março
Bahia	Janeiro a novembro	Paraná	Set. a novembro
Ceará	Janeiro a março	Pernambuco	Jan. e fevereiro
Espírito Santo	Janeiro e dezembro	Piauí	Nov. e dezembro
Goiás	Set. a novembro	R. G. Norte	Fevereiro
Maranhão	Julho e dezembro	R. G. Sul	Set. e outubro
Mato Grosso	Nov. a fevereiro	Rio de Janeiro	Jan. a dezembro
Sergipe	Out. a dezembro	Santa Catarina	Set. a dezembro
		São Paulo	Agosto a dezembro

A raiz da mandioca alcança um enorme tamanho. O Dr. Peckolt diz ter colhido, isto lá há alguns anos atrás, uma da grossura da coxa de um homem, de 3,15 m de comprimento e que pesava 16 quilos.

Numa notícia publicada num jornal, em 1871, lia-se que na Exposição de Campos, daquela época, achava-se uma raiz que pesava 150 quilos.

E da observação prática que se plantando em igualdade de cir-

cunstâncias a mandioca em terreno leve, silicoso, os silico-argiloso, e ao mesmo tempo em outro terreno compacto, de solo argiloso, as tuberas serão muito mais volumosas e numerosas no primeiro caso, do que no segundo. Também os terrenos demasiadamente silicosos, inteiramente arenosos, têm os seus inconvenientes; pobreza, em princípio, de minerais fertilizantes, além dessa influência, sendo o terreno muito móvel, havendo grande desenvolvimento das hastes, estas ficam muito susceptíveis de serem arrancadas pelos ventos.

"Pode a mandioca ser cultivada no mesmo lugar durante anos, sem emprêgo de estrumes". É óbvio, porém, que começando a diminuir a produção e querendo continuar a cultivar no mesmo lugar, ter-se-á o recurso do emprêgo de adubos, nos quais devem entrar a potassa, o ácido fosfórico e a cal. A reprodução da mandioca por semente do fruto pode-se dar, porém, não é prático além de difícil.

O modo prático de propagação é por meio da haste, rama ou maniva, que deve ser nem muito nova nem muito velha, dividida em pedaços, toros, toretes ou estacas de 0,15 m a 0,25 m de comprimento, contendo pelo menos dois ou três olhos ou gemas. A prática ensina que não é conveniente cortar-se a haste de um só golpe, porque assim custa mais a enraizar.

Geralmente usam de uma faca pouco cortante, com a qual dão três a quatro pancadas leves em redor da maniva no tamanho indicado, deixando três a quatro olhos. A estaca que, ao ser cortada, não deixa correr leite, não serve para se plantar, porque em geral não nasce.

IX — COLHEITA

Varia segundo a época do plantio e segundo as espécies e variedades.

As mandiocas amarelas, por exemplo, podem e devem ser colhidas com 4 meses.

A manipeba do Ceará pode ser colhida com 1 ano até 8 anos.

"Em virtude das inúmeras variedades que cultivamos, podemos dizer que no Brasil inteiro se colhe mandioca todo o ano".

Não se deve plantar a mandioca com outras plantas, no entanto isto não se verifica no nosso interior. Bem longe estão eles entretanto de auferir os resultados que lhes deixará tão preciosa quanto modesta planta, quando a cultivarem racionalmente.

X — PRODUÇÃO

É do conhecimento de todos que hectare lavrado em mandioca produz uma média de 50 tons. de raiz fresca. Existem casos de produzir 80 e mais toneladas por hectare. Afiança o Sr. Nodari ter extraído raízes pesando 36 quilos. No Brasil, o rendimento por hectare varia, segundo o "Anuário Estatístico do Brasil", entre 12 a 15 tons.

Brandão Sobrinho admite a média de 8 quilos de raiz por pé.

Gustavo D'Utra dá o rendimento de 20 tons. a 30 tons. de raízes por hectare. Na prática, considera-se um rendimento médio bom, a produção de 40 a 50 tons. de raízes por hectare. Para avaliarmos das possibilidades da mandioca, no ramo industrial, basta que lembremos que em Costa Rica já se conseguiu o rendimento de 300 toneladas de raízes por hectare. O Dr. Aristides Caire considera 40 tons. o rendimento mínimo no Brasil, por hectare, que comporte 10 mil pés distanciados de um metro.

XI — VANTAGENS DA INDÚSTRIA DO ALCÓOL DE MANDIOCA SOBRE O DA CANA

Depois de feito todo esse estudo, no qual procurei conduzir, com uma certa reserva, aqueles que não vêem na mandioca suas vantagens industriais, limitar-me-ei, com alguns dados, mostrar as possibilidades de se adotar o álcool proveniente da mandioca como complemento ao da cana.

USINA DE MANDIOCA

Como o preço do álcool obtido da mandioca vai oscilar em relação direta com o preço da matéria-prima empregada, fica em função da despesa de plantio, tratos culturais, colheita e transporte da mandioca e do milho o cálculo das probabilidades de êxito do empreendimento.

Atualmente, levando em conta o aumento de preço das ferramentas, adubos, salários, transportes, etc., podemos contar com a raiz ao preço médio de Cr\$ 240,00 por tonelada, posta na fábrica, e o milho ne-

cessário à maltagem à razão de Cr\$ 900,00 por tonelada.

Façamos o cálculo para uma destililaria com capacidade para produzir 6 mil litros diários.

DESPESAS DE PRODUÇÃO

1) Combustível:

Estimando em 7 m³ de lenha (valor bem razoável), o consumo de vapor necessário para obtenção de 6 mil litros de álcool, comprados em média a Cr\$ 40,00 somarão: Cr\$ 280,00 ou aproximando: Cr\$ 300,00.

2) Pessoal:

10 Operários com salários médios mensais de Cr\$ 1.200,00	Cr\$ 12.000,00
5 Operários com salários médios mensais de Cr\$ 1.400,00	Cr\$ 7.000,00
2 Funcionários de escritório	Cr\$ 4.000,00
1 Químico gerente	Cr\$ 6.000,00
1 Subgerente	Cr\$ 3.000,00
Total mensal	Cr\$ 39.000,00

Despesa diária com pessoal (32.000,00 — 25 dias)	Cr\$ 1.200,00
3) Energia, óleo, ácido e eventuais — diária	Cr\$ 700,00
4) Consertos e conservação diária	Cr\$ 300,00
Total das despesas de produção	Cr\$ 2.580,00

MATERIAS-PRIMAS

Para obtenção de 6 mil litros de álcool com rendimentos práticos comumente alcançados precisamos de:

33 toneladas de raízes que, a uma média de Cr\$ 240,00 a tonelada, perfazem um total	Cr\$ 7.820,00
2.000 quilos de milho que, a Cr\$ 900,00 a ton.	Cr\$ 1.800,00
Soma	Cr\$ 9.720,00

Despesa diária de produção	Cr\$ 2.580,00
Despesa diária com matérias-primas	Cr\$ 9.720,00
Seis mil litros	Cr\$ 12.300,00

Partindo da raiz obteremos, nas piores condições, álcool de mandioca gastando apenas Cr\$ 2,05, como ficou demonstrado, isto é: 12.300,00

$$6.000 = 2,05$$

$$6.000$$

Se considerarmos o volume do capital mobilizado para instalação de uma destililaria com capacidade para 6 mil litros diários, teremos que somar, ao preço de custo calculado, os juros e a amortização do capital em 10 anos de atividades, di-

vididos pela produção prevista para igual período.

Considerando Cr\$ 0,25 a taxa a ser acrescentada às despesas, teremos o litro de álcool da mandioca a (Cr\$ 2,30) acreditando que dentro 5 anos ficaria paga, com juros, toda a instalação executada. Isso mesmo, se numa aberração de má sorte, perdurasse as excepcionais circunstâncias que mantêm elevado o preço da matéria-prima. Há muito ainda que aditar, se considerarmos os recursos da técnica, a contribuição da ciência e a dedicação dos estudiosos selecionando

variedades, atingindo no campo produções ideais e elevando ao máximo o rendimento industrial.

Usina de Cana

1) Combustível: Não levaremos em conta nenhum gasto em combustível.

Consideraremos a queima do bagaço de cana para gerar o vapor necessário à moagem da cana e destilação do mosto.

2) Pessoal: Por ser esta usina mais complexa, requer um número um pouco maior de empregados, se não vejamos:

10 Operários com salários médios mensais de Cr\$ 1.200,00	Cr\$ 12.000,00
10 Operários com salários médios mensais de Cr\$ 1.400,00	Cr\$ 14.000,00
2 Funcionários de escritório.....	Cr\$ 4.000,00
1 Químico gerente.....	Cr\$ 6.000,00
1 Subgerente.....	Cr\$ 3.000,00
Total mensal.....	Cr\$ 39.000,00

Despesa diária com pessoal (39.000,00 — 25 dias).....	Cr\$ 1.560,00
3) Energia, óleo e eventuais — diária.....	Cr\$ 600,00
4) Consertos e conservação diária.....	Cr\$ 300,00
Total das despesas de produção.....	Cr\$ 2.460,00

MATÉRIAS-PRIMAS

Para a obtenção de 6 mil litros de álcool precisamos de 100 toneladas de canas que, a uma média de Cr\$ 100,00 a tonelada, perfazem um total de. Cr\$ 10.000,00

Despesa diária de produção..... Cr\$ 2.460,00
Despesa com matérias-primas..... Cr\$ 10.000,00

Seis mil litros..... Cr\$ 12.460,00

Obteremos, assim, álcool de cana gastando Cr\$ 2,07 mais as taxas de Cr\$ 0,25 que serão reservadas para o pagamento da Usina teremos: (Cr\$ 2,32) para o litro de álcool da cana.

Observações:

Devemos ainda levar em consideração, ao estudarmos as vantagens da mandioca, que, ao iniciarmos a destilação do mosto para se-

paração do álcool nele contido, a calda residual, contendo cerca de 8,5 % de matéria seca, pode ser evaporada até a concentração de 30° Baumé e utilizada como combustível, atomizada em maçaricos nas fornalhas da destilaria.

Reduzida a um nono (1/9), do seu volume pela evaporação, e contendo apenas 23 % de unidade, ela tem um valor calórico acima de 3.300 calorias por quilo.

"O resíduo a ser aproveitado em uma destilaria de 6.000 litros de álcool diários dará cerca de oito mil litros de xarope, cujo valor calórico se responsabilizará pela despesa de combustível da vaporização."

Como saldo dessa operação, ficarão mais de oitocentos quilos de cinzas, cujo teor potássico garantirá uma recuperação de mais de mil cruzeiros diários.

XII — CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inacreditável observar-se como está relegada a plano secundário, no Brasil, a mandioca.

Enquanto outros países têm tido bons rendimentos por hectare, como se constatou em páginas atrás, o nosso país não tem, absolutamente, correspondido à expectativa mesmo levando em consideração que aqui é a terra origem da mandioca. O rendimento que temos verificado nestes anos é de 12 a 13 toneladas por hectare. Ora, é fácil de se verificar como é baixo este índice e me encarregarei de mostrá-lo com um simples exemplo:

— Se plantarmos 10 mil pés, em hectare de terreno bom, é provável que possamos colher raízes com a média de 8 quilos. Dessa forma, sem utilizarmos fertilizantes, mas tão somente um terreno próprio, poderemos colher 80 tons. por hectare, o que será um rendimento para nós bem razoável.

Cumpré, no entanto, salientar que o Governo tem incentivado de muito a produção da cana de açúcar, haja visto a criação do Instituto de Açúcar e do Alcool com atribuições que muito colaboraram para o aumento da produção, mas com a mandioca pouco tem feito.

Urge a criação de um vasto plano econômico, para que grande parte da população rural do país possa encontrar motivo de grande e segura prosperidade.

Devemos auxiliar aqueles que se dedicam, no país, à cultura e indústria da mandioca, facilitando-lhes os recursos de que carecem, seja no fomento das suas plantações, seja na reforma e ampliações de suas fábricas para a industrialização dos seus subprodutos; pois só assim poderemos produzir um carburante aceitável em quantidade bastante ao consumo nacional.

O que precisamos é de recursos mais amplos, meios mais organizados e uma orientação autônoma, a fim de alcançar uma solução satisfatória.

Torna-se necessário ressaltar, aqui, o preço da tonelada de mandioca que foi tomado como base para cálculo do litro de álcool. Este preço que foi o de Cr\$ 240,00 é altíssimo, em virtude da pequena produção em nossas lavouras e do custo de transporte, preparo do terreno, arrancamento, etc.

Com a industrialização da mandioca, acompanhada, naturalmente, de um plano eficaz, é de se prever a queda do custo da tonelada da mandioca e do milho e, conseqüentemente, o barateamento do litro do álcool correspondente.

Mesmo assim, com todos estes fatores desfavoráveis, conseguimos, não resta dúvida que teoricamente, o preço do álcool a 100°C em equilíbrio com o da gasolina, atualmente.

Caso o preço do litro de álcool da mandioca, praticamente, seja mais caro um pouco do previsto para mim, não será motivo de desânimo e sim de uma "Política do Alcool" bem coordenada por parte do Governo de forma a se conseguir o álcool por um preço relativamente mais baixo e compensador como complemento da gasolina.

Como já nos lançamos, com impeto, na exploração do petróleo, não desejo com este estudo que se diminua o ritmo até então verificado neste empreendimento, mas sim que se dê à industrialização do álcool da cana e da mandioca uma atenção toda especial, pois só assim a gasolina nacional com o álcool poderá suprir todas as nossas necessidades, além de se poder fazer um confronto dos custos do litro de álcool e do litro da gasolina e se concluir de suas vantagens, separadamente, como carburante nacional. Terminando, desejo ressaltar que minha preocupação foi a de chamar a atenção para a conjugação de esforços que se deve verificar em torno do "Petróleo", da "Cana" e da "Mandioca", para a solução do problema "Gasolina-Alcool", tendo em vista que não estamos em condições de nos abastecermos, por enquanto, tão somente de gasolina nacional, por

motivos vários e, nem de álcool pela falta de vasto plano de colonização. Dai achar que a melhor solução foi a apresentada, pois só

assim, a meu ver, teremos como objetivo o barateamento do custo de vida e o início da estabilidade social do povo brasileiro.

AOS COLABORADORES !

Como **COOPERAÇÃO** muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FÓLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

3. Coloquem, preferentemente, em fôlhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, citem essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última fôlha e **INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

POR UM MUNDO MELHOR

P. J. BUSATO

Contemplando as maravilhas do Universo, o homem que pensa não deixará de levantar as mãos para o alto e agradecer à Divina Providência a prodigalidade que outorga aos pobres mortais.

Aproxima-se o inverno, e a natureza, obra divina, apresenta a lã e o algodão, para o homem poder se abrigar contra o frio e se vestir com certa magnificência.

Uma moléstia toma conta do organismo humano, e aí está a presença de certas árvores, ou digamos da flora, que se apresenta em forma de remédio para debelar o mal. O sol ilumina, aquece e faz medrar as plantações, mas o Astro-Rei serve para os bons e para os maus, outro favor divino.

Por isso, é preciso que o homem também corresponda aos otsequios de Deus.

Urge mais caridade, mais amor, mais fraternidade entre o gênero humano.

Cristo disse: Amai-vos uns aos outros.

Por que há tanta desconfiança entre os homens? Tantas injustiças sociais?

Tantos descabros, tantas falcatruas, tantas falências, tantos enganos, tantas deshonestidades em cargos privados e públicos?

Porque se não põem em prática os preceitos divinos.

Razões de sobra têm esses apóstolos modernos que percorrem o mundo para pregar um mundo melhor. Falam pelo rádio, nos púlpitos, nas cátedras, despertando consciências adormecidas, formando-as, chamando-as à realidade ou aprimorando-as.

Temos entre nós essa grande alma de pedagogo que se chama Padre Umberto Pasquale. Belo é ver como as nossas classes educacionais, públicas e particulares, não perdem ocasião, na sua maioria, de assistirem às conferências do afamado psicólogo contemporâneo. E o fruto não tardará. Vi professoras organizando, em casas de diversões públicas, sessões adequadas para os nossos colegas, a nossa criança, onde, o Padre Pasquale soube ministrar ensinamentos tão belos, tão simples, tão adaptados para a nossa gente menor.

Em breve, outra personagem de fama internacional, graças à clarividência do nosso Bispo Diocesano, estará nesta Cidade, a fim de pregar, ensinar verdades para conduzir os homens para um mundo melhor.

Trata-se daquele que foi batizado com o belo título de "Microfone de Deus".

Será um alto-falante das coisas justas, da justiça social.

Já de outra feita percorreu o Brasil, a América Latina, enfim, usando de todos meios possíveis para transmitir os seus pensamentos tão salutaros para os tempos que correm.

É preciso que patrões e empregados, chefes e súditos, ricos e pobres tenham maior compreensão dos deveres do próprio Estado.

Em tudo se deve ver o valor da personalidade humana.

Perante Deus, todas as almas, todos os seres racionais têm valor.

Infelizmente, no mundo atual, há ideologias tão opostas.

Para uns, o homem não passa de uma máquina, de um carro atrelado ao Estado, onde a vontade, o querer, a dignidade humana desaparecem. Não há liberdade, não há direito.

Para outros, o homem não é máquina, mas um ser composto de corpo e alma, com sua dignidade, com sua liberdade, com seu modo de querer e agir, dentro dos princípios do cristianismo.

Não há explorações: o fraco, por ser fraco, não é desprezado, o doente, por ser doente, não é abandonado, o pobre, por ser pobre, não é menosprezado.

Todos têm direito ao sustento tanto para si como para a família, de modo digno e suficiente.

Se o mundo marchasse como na segunda parte apresentada, então seria ele um mundo melhor.

Eis o que querem esses pregadores modernos, como sejam os Padres Pasquale, Rottondi, Lombardi e outros, que andam fazendo verdadeiras peregrinações pelos países do orbe terráqueo, gastando energias e padecendo na própria saúde, mas sempre tendo por escopo mais bem-estar social, mais justiça social, mais alegria, mais gosto de viver entre os homens.

Por isso, gregos e troianos, brancos e de cor, ricos e pobres, sábios e ignorantes, bem intencionados, devem formar nessa mensagem de amor, nessa cruzada verdadeiramente cristã, abençoada por Deus.

PUBLICAÇÕES ARGENTINAS

"REVISTA MILITAR" E "BIBLIOTECA DO OFICIAL"

CONDIÇÕES DE ASSINATURAS

Aos Srs. Oficiais interessados informamos que são as seguintes as condições de assinaturas das publicações acima referidas:

Custo das assinaturas anuais:

Revista Militar (publicação bimensal)	50 pesos
Biblioteca do Oficial (publicação mensal)	84 pesos

Os pagamentos são feitos adiantadamente e por meio de cheques em nome do Círculo Militar ou diretamente para o escritório da "Dirección de Publicaciones del Círculo Militar (Galle Charcas n. 745 1º derecha — Buenos Aires).

Noticiário de Interêsse Militar

INGLATERRA

Experiências com armas atômicas e foguetões teledirigidos — Em meados de outubro do ano p. passado efetuaram-se em território australiano novas experiências atômicas. O Ministro dos Abastecimentos declarou tratar-se de engenhos radiodirigidos, transportando uma carga atômica a velocidades superiores a 3.000 quilômetros por hora, engenhos estes, segundo os técnicos britânicos, mais eficazes que a artilharia atômica. Atualmente, a técnica dos projetis teleguiados com centra-se na defesa contra ataques aéreos inimigos e por isso os primeiros foguetões utilizados se-lo-ão contra aviões e lançados de terra, de navios ou ainda de "caças". A estes tipos de foguetes seguir-se-ão outros destinados ao bombardeamento tático e estratégico. Segundo as declarações do Ministro dos Abastecimentos, os foguetões em experiências nas montanhas de Woomera, na Austrália, não devem apenas subir a grande velocidade mas devem também ser capazes de alterar o seu caminho rapidamente, a fim de poderem atingir os aviões bombardeiros que procurem fugir à sua ação. A sua velocidade, conjugada com a manobrabilidade, permitir dizer que nenhum avião pilotado pode esperar fugir ao seu alcance.

ESTADOS UNIDOS

Os gigantes B-52 e B-60 da aviação americana — São verdadeiramente impressionantes as características dos bombardeiros a jato americanos B-52 e B-60.

O B-52 é um aparelho Boeing de 56 m de comprimento por 47 m de largura e 12 m de altura. É equipado com 8 motores J-57, tem as asas em flecha e a velocidade de 900 a 960 km por hora. Leva jogos de 4 rodas debaixo de cada asa, tem como pequenos trens de aterrissagem nas pontas das asas para facilitarem o equilíbrio do enorme avião em terra.

O B-60 é um aparelho "Consolidated Vultee", de asas em flecha e igualmente 8 motores, mas possui 64 m de comprimento por 52 de largura e 15 de altura.

Novo combustível para aquecer as rações — O Exército norte-americano conta, agora, com um original método para aquecer as rações em conserva, em substituição ao antigo processo de aquecimento com produção de chamas.

Trata-se de uma substância combustível e flexível que se enrola ao redor da lata a aquecer e que não produz nem chamas e nem fumaça. Prende-se-lhe fogo com uma vela e a substância vai queimando uniformemente, produzindo a temperatura adequada para aquecer, em poucos minutos, até alimentos congelados.

Não necessita, portanto, de proteção contra o vento e não delata a posição do soldado que a utiliza.

O grupo antiaéreo divisionário americano e seus possíveis empregos — A artilharia divisionária americana inclui um grupo antiaéreo constituído de 4 baterias, cada uma com 32 metralhadoras de 12,7 mm e 6 canhões automáticos de 40 mm.

As metralhadoras estão montadas sobre carros semi-largatas chamados M-16, que têm uma blindagem de 1/4 de polegada e podem alcançar uma velocidade de 48 km — hora.

Os canhões automáticos de 40 mm são montados em grupos de 2 sobre chassis de carros de combate M-24, tomando o conjunto a denominação de M-19. Este M-19 tem uma proteção de meia polegada e alcança uma velocidade análoga à do M-16.

Cada bateria antiaérea conta com 8 veículos M-16 e 4 M-19 de 4 e 2 peças, respectivamente.

Calcula-se que estas baterias têm uma potência de fogo por minuto de uns 16.500 disparos de metralhadora de 12,7 m/m e 1.600 disparos de canhão de 40 m/m.

Além de constituir um poderoso meio de defesa antiaérea, o grupo pode ser empregado vantajosamente no tiro contra objetivos terrestres. Neste caso, contudo, e dado o alcance relativamente limitado das suas armas, o grupo não pode ser empregado isoladamente, pelo que só se o distribuir à razão de uma bateria por regimento de Infantaria, sobrando uma que fica às ordens do Comando da artilharia divisionária.

Uma arma formidável: o "Napalm" — Como se emprega essa arma formidável constituída de gasolina gelatinizada?

Na Coreia tem sido usada como se segue:

— Contra tropas entrincheiradas. Atiradas de avião, as bombas transformam o terreno num mar de chamas.

— Contra pontes. Atiradas de avião, as bombas não precisam fazer alvo nas pontes. O fogo flutua crepitante sobre as águas e envolvendo a estrutura da ponte, acaba por abatê-la.

— Contra tropas a descoberto que avançam. De sua trincheira, um único infante faz funcionar o seu aparelho tipo lança-chamas e um fogo furioso faz erupção entre as tropas inimigas.

O "Napalm" é tão aderente que se agarra a qualquer material e queima inclusive as pedras. Seu efeito psicológico é enorme, lançando o pânico sobre a tropa. O seu efeito contra tropas entrincheiradas é dobrado, pois a combustão consome o oxigênio da zona afetada, asfixiando os seus ocupantes.

ESTATUTOS DA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. — PETROBRÁS

DA SOCIEDADE E SEUS FINS

Art. 1º. A PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., que usará a abreviatura de PETROBRÁS, é uma sociedade por ações, de economia mista, constituída pela União, na forma da Lei n. 2.004, de 3 de outubro de 1953.

Art. 2º. A PETROBRÁS reger-se-á pela Lei n. 2.004, de 3 de outubro de 1953, pela legislação aplicável às sociedades anônimas e pelos presentes estatutos.

Art. 3º. A sociedade funcionará por tempo indeterminado, tem sede na cidade do Rio de Janeiro e fóro no Distrito Federal, e poderá estabelecer filiais, agências, sucursais, escritórios, ou organizar empresas subsidiárias, onde convier, no país ou no estrangeiro.

Art. 4º. A sociedade tem por objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o comércio e o transporte de petróleo, proveniente de poço ou de xisto e de seus derivados, o aproveitamento de gases naturais, bem como quaisquer atividades correlatas ou afins.

DO CAPITAL SOCIAL

Art. 5º. O capital social de Cr\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros) dividido em 20.000.000,00 (vinte milhões) de ações ordinárias, nominativas, do valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) cada uma, subscrito integralmente pela União.

Art. 6º. A integralização do capital far-se-á:

I — pela versão de bens e direitos que a União possui, relacionados com o petróleo, inclusive a permissão para utilizar jazidas de petróleo, rochas betuminosas e píro-betuminosas e de gases naturais, mediante avaliação aprovada pelo Conselho Nacional do Petróleo;

II — com o saldo das dotações orçamentárias para o exercício de 1954 destinadas ao Conselho Nacional do Petróleo, correspondentes a serviços, encargos, obras, equipamentos e aquisições ou quaisquer outras relativas a atividades que passarem à sociedade;

III — em dinheiro, mediante adiantamentos feitos pelo Tesouro Nacional, na forma do art. 10, § 2º, da Lei n. 2.004, de 3 de outubro de 1953.

Art. 7º. Até o ano de 1957 o capital social será elevado a um mínimo de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros).

Art. 8º. Os aumentos de capital da sociedade, serão realizados:

I — pela União:

a) com a parte da receita do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos de origem mineral que lhe cabe, arrecadada na forma da Lei n. 1.749, de 28 de novembro de 1952;

b) com o produto dos impostos de importação e de consumo incidentes sobre veículos automóveis e do imposto sobre remessa de valores

para o exteior, correspondente a importação desses veículos, suas peças e acessórios;

- c) mediante novas incorporações à sociedade de jazidas e minas de petróleo, de rochas betuminosas e piro-betuminosas e de gases naturais;
- d) com as contribuições especiais para pesquisa e outras e as multas referidas no art. 48, da Lei n. 2.004, de 1953.

II — pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, com os recursos que lhes cabem, na forma da Lei n. 1.749, de 1952, em proporção à cota de cada um no imposto único, de acordo com os planos aprovados pelo Conselho Nacional do Petróleo;

III — pelos titulares dos certificados referidos no art. 15, da Lei número 2.004, de 1953, desde que seja autorizada pela assembléia geral a troca dos mesmos certificados por ações preferenciais;

IV — por subscrição pública ou particular;

V — pela incorporação de reservas facultativas ou de fundos disponíveis da sociedade ou pela valorização ou por outra avaliação do seu ativo móvel ou imóvel.

DAS AÇÕES

Art. 9º. As ações da sociedade serão todas nominativas, ordinárias ou preferenciais, estas sem direito de voto.

Art. 10. As ações preferenciais são inconversíveis em ações ordinárias, e terão prioridade no caso de reembolso do capital e de distribuição do dividendo mínimo de 5 %.

Art. 11. A integralização das ações obedecerá a normas estabelecidas pelo Conselho de Administração, que poderá promover a execução ou determinar a venda, por conta do acionista, no caso de mora; esta verificar-se-á independentemente de interpelação.

Art. 12. A sociedade poderá emitir títulos múltiplos de 100 (cem) a 100.000 (cem mil) ações; os agrupamentos ou desdobramentos serão determinados pelo Presidente, mediante solicitação do acionista.

§ 1º. As despesas com a substituição de títulos serão pagas pelo acionista, de acordo com a tabela fixada pelo Conselho de Administração.

§ 2º. A sociedade poderá emitir, provisoriamente, cautelas representativas de ações.

Art. 13. A transferência de ações far-se-á, na forma da lei, mediante termo em livro próprio.

Art. 14. As transferências, pela União, de ações do capital social, ou as subscrições de aumento de capital pelas pessoas naturais ou jurídicas às quais a lei confere esse direito, não poderão, em hipótese alguma, importar em reduzir a menos de 51 % (cinquenta e um por cento) não só as ações com direito a voto de propriedade da União, como a participação nesta na constituição do capital social.

Parágrafo único. Será nula qualquer transferência ou subscrição de ações feita com infringência deste artigo, podendo a nulidade ser pleiteada, inclusive por terceiros, por meio de ação popular.

DOS ACIONISTAS

Art. 15. As pessoas jurídicas de direito público interno terão preferência para subscrever ou adquirir ações da PETROBRÁS.

Art. 16. Além das pessoas jurídicas referidas no artigo anterior, poderão ser acionistas :

I — o Banco do Brasil S.A. e as demais sociedades de economia mista, criadas pela União, pelos Estados e Municípios, desde que, em virtude de lei, estejam sob controle permanente do poder público, feita a prova da nacionalidade brasileira de seus acionistas ; esta prova é dispensada para as existentes em 3 de outubro de 1953 ;

II — os brasileiros natos, ou naturalizados há mais de cinco anos, residentes no país, salvo quando casados com estrangeiras sob regime de comunhão de bens ou que permita a comunicação dos adquiridos na constância do casamento ;

III — as pessoas jurídicas de direito privado, organizadas com observância do disposto no art. 9º, alínea b), do Decreto n. 4.071, de 12 de maio de 1939 ;

IV — as pessoas jurídicas de direito privado, brasileiras, de que somente façam parte membros indicados no item II.

Parágrafo único. Cada uma das pessoas mencionadas nos itens II e IV, poderá adquirir, no máximo, 20.000 (vinte mil) ações ordinárias e as indicadas no item III, 100.000 (cem mil).

Art. 17. O acionista poderá representar-se nas assembleias gerais somente por outro acionista, mediante procuração com poderes especiais ; neste caso, como nos de representação legal, os respectivos instrumentos deverão ser depositados na sede da sociedade até a véspera do dia marcado para a reunião.

DA DIRETORIA

Art. 18. A sociedade será dirigida por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Art. 19. O Conselho de Administração compor-se-á de 9 membros, no máximo, com a designação de Diretores e Conselheiros, os quais serão nomeados ou eleitos da seguinte forma :

a) 4 Diretores, sendo 1 Presidente, todos nomeados por decreto do Presidente da República ;

b) 3 Conselheiros, no máximo, eleitos pelos acionistas, pessoas jurídicas de direito público, exceto a União ;

c) 2 Conselheiros, no máximo, eleitos pelos acionistas, pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Parágrafo único. Os cargos de Conselheiro serão preenchidos na proporção de um para cada parcela de 7,5 % (sete e meio por cento) do capital da sociedade, com direito a voto, subscrito pelas pessoas de direito público, exceto a União, e de direito privado, naturais ou jurídicas.

Art. 20. A nomeação ou eleição de membro da Diretoria deverá recair em brasileiro nato, acionista, ou não, de reputação ilibada e notória aptidão, domiciliado no país.

Art. 21. Não podem ser membros da Diretoria, além dos impedidos legalmente, os que tiverem no mesmo órgão ascendente, descendente ou parentes afins até o terceiro grau.

Art. 22. A investidura nos cargos da Diretoria far-se-á mediante termo lavrado em livro próprio, subscrito pelo Presidente e pelo Diretor ou Conselheiro interessado; no caso de ser o primeiro o empossado, assinará o termo o Presidente do Conselho Nacional do Petróleo.

Art. 23. Os Diretores e Conselheiros exercerão suas funções pelo prazo de 3 anos, salvo o Diretor designado Presidente da sociedade que funcionará por tempo indeterminado, demissível *ad nutum*. É permitida nova nomeação ou reeleição.

Art. 24. Cada membro da Diretoria deverá caucionar, para garantia de sua gestão, 250 ações da sociedade, antes de entrar em exercício; este número poderá ser aumentado, pela assembléia geral, atendendo as funções que desempenhar.

Art. 25. A substituição dos membros da Diretoria dependerá da nomeação ou eleição, feita pelos órgãos competentes para a escolha do titular; enquanto isto não acontecer, a substituição dar-se-á pelos seus pares, pela forma que eles determinarem.

Art. 26. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva deliberarão com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo único. Das reuniões lavrar-se-á ata contendo o resumo das deliberações.

Art. 27. Os Diretores não poderão ausentar-se do exercício, por mais de 30 dias, sem licença do Presidente e este sem autorização do Presidente da República, sob pena de perda do cargo.

DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 28. O Conselho de Administração tem funções deliberativas e reunir-se-á duas vezes por mês, ou quando convocado por qualquer de seus membros.

Art. 29. Ao Conselho de Administração compete deliberar sobre as seguintes matérias:

I — organização de empresas subsidiárias e a criação de agências, filiais, sucursais ou escritórios;

II — participação da sociedade como acionista, em empresas de refinação, com o objetivo de torná-las suas subsidiárias;

III — associação com entidades destinadas a exploração do petróleo fora do território nacional;

IV — organização de planos de pesquisa e lavra;

V — execução de serviços atribuídos pela União;

VI — fixação de normas para transferência e subscrição de ações;

VII — emissão de obrigações ao portador de acôrdo com o art. 17 da Lei n. 2.004, de 1953;

VIII — garantia a financiamentos tomados no país ou no exterior, pela sociedade ou pelas empresas subsidiárias;

IX — pagamento aos Estados e Territórios da indenização correspondente ao valor do óleo extraído, ou do xisto ou do gás;

X — cessão às subsidiárias de direitos relativos a concessões e autorizações referentes a jazidas de óleo mineral, refinarias e oleodutos que a sociedade receber da União;

XI — pagamento de indenização por motivo de pesquisa ou lavra;

XII — desapropriações;

XIII — fixação do coeficiente mínimo de reservas de óleos nos campos petrolíferos.

Art. 30. Cabe, ainda, ao Conselho de Administração:

I — especificar os objetivos industriais e comerciais da sociedade e das subsidiárias, formulando os planos gerais de trabalho relacionados com as atividades de pesquisa, produção, refinação e transporte de óleo cru, xisto betuminoso e gases naturais;

II — estabelecer o plano de organização dos serviços básicos da sociedade;

III — aprovar, mediante proposta do Presidente, a distribuição de encargos aos demais Diretores;

IV — aprovar, mediante proposta do Presidente, a designação dos dirigentes dos órgãos de administração superior da sociedade, e de suas subsidiárias, conforme especificação constante do plano de organização dos serviços básicos;

V — aprovar a estrutura básica de preços do petróleo bruto e derivados, xisto betuminoso e gases naturais, produzidos pela sociedade e subsidiárias;

VI — aprovar, para a sociedade e subsidiárias, os planos de contas, as normas gerais de contabilidade e os critérios básicos que deverão presidir a apuração de resultados, constituição ou reintegração de reservas patrimoniais e amortização de capitais investidos;

VII — fixar, em cada exercício, as estimativas da receita, as dotações gerais de despesa e as previsões de investimento, para a sociedade e subsidiárias;

VIII — aprovar, em cada exercício, para conhecimento do Conselho Fiscal e da Assembléia Geral, o balanço geral da sociedade, a demonstração dos resultados e a proposta de dividendos e aplicação dos excedentes;

IX — expedir normas gerais sobre administração do pessoal da sociedade e das subsidiárias e fixar os respectivos limites de despesa e níveis de remuneração;

X — expedir normas gerais sobre aquisição de materiais e execução de obras e serviços;

XI — realizar ou determinar inspeções nos serviços da sociedade ou subsidiárias;

XII — autorizar a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, ou móveis de grande valor, bem como os atos de renúncia ou transação ;

XIII — fixar a tabela de despesas para a conversão ou substituição de títulos da sociedade ;

XIV — enviar ao Tribunal de Contas da União, até 31 de março de cada ano, as contas gerais da sociedade e de suas subsidiárias, relativas ao exercício anterior ;

XV — prestar informações ao Congresso Nacional ;

XVI — resolver os casos omissos nos estatutos.

DAS ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 31. A Diretoria Executiva compor-se-á de 4 Diretores sendo 1 Presidente, todos nomeados pelo Presidente da República.

Parágrafo único. A Diretoria Executiva reunir-se-á diariamente, sempre que possível.

Art. 32. A Diretoria Executiva incumbe :

I — elaborar e propor ao Conselho de Administração as normas ou atos que devam ser por este expedidos ou aprovados, especialmente o programa anual de trabalho e respectivo orçamento ;

II — administrar a sociedade e tomar as providências adequadas à fiel execução das deliberações do Conselho de Administração ;

III — aprovar a organização interna dos Departamentos, e demais unidades de execução, inclusive das subsidiárias ;

IV — apresentar sistematicamente ao Conselho de Administração relatórios, boletins estatísticas e balancetes que permitam acompanhar e fiscalizar as atividades da sociedade e das subsidiárias.

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 33. Cabe ao Presidente a direção e coordenação dos trabalhos do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e, especialmente :

I — representar a sociedade em juízo ou fora dele, perante as subsidiárias, os acionistas ou o público em geral, podendo nomear procuradores, prepostos ou mandatários ;

II — convocar e presidir a assembléia geral, as reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ;

III — vetar decisões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ;

IV — nomear, promover, transferir, licenciar, punir e demitir os empregados da administração superior, observada a discriminação feita pelo Conselho de Administração ;

V — publicar o relatório anual das atividades da sociedade ;

VI — movimentar os dinheiros da sociedade, assinar atos e contratos, podendo esta faculdade ser delegada aos demais Diretores, a procuradores ou empregados da sociedade, mediante aprovação da Diretoria Executiva.

Art. 34. O veto do Presidente às decisões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva será fundamentado e oposto dentro de 5 dias, com recurso, *ex-officio*, para o Presidente da República. O efeito do veto será suspensivo e de suas razões dirá o Conselho Nacional do Petróleo, antes da decisão final.

Art. 35. Nas deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, o Presidente, além do voto pessoal, terá o de desempate.

DO CONSELHO FISCAL

Art. 36. O Conselho Fiscal compõe-se de 5 membros, brasileiros natos, acionistas ou não, domiciliados no País, sendo 1 eleito pela União, 1 pelas pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, e 3 pelas demais pessoas jurídicas de direito público; neste caso, cada grupo de acionistas que representar um terço de votos, poderá eleger separadamente 1 membro.

Art. 37. O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de 3 anos, permitida a reeleição.

Art. 38. Cada membro terá um suplente, escolhido em assembléia geral ordinária, pela mesma forma do titular.

Art. 39. O Conselho Fiscal tem as atribuições previstas na lei das sociedades por ações.

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 40. A assembléia geral ordinária realizar-se-á até a primeira quinzena do mês de março de cada ano, em local, dia e hora previamente fixados pelo Presidente. Cabe-lhe tomar as contas da Diretoria, examinar e discutir o balanço e o parecer do Conselho Fiscal e sobre eles deliberar, na forma da lei que rege as sociedades por ações.

Art. 41. A assembléia geral extraordinária reunir-se-á, mediante convocação, para deliberar sobre assuntos de interesse social, especialmente:

- I — reforma dos estatutos;
- II — aumento ou redução do capital;
- III — substituição por ações preferenciais ou obrigações dos certificados referidos no art. 15, da Lei n. 2.004, de 3-X-953;
- IV — cessão às entidades subsidiárias de direito de utilização de concessões e de autorização referentes a jazidas de óleo mineral, refinarias e oleodutos que a sociedade receber da União.

DO PESSOAL DA PETROBRAS

Art. 42. Os empregados da PETROBRAS ficam sujeitos à legislação do trabalho e ao regime normal de 8 horas de serviço por dia, ou 44 por semana.

Art. 43. O Conselho de Administração expedirá normas gerais sobre o pessoal da empresa, inspiradas no sistema do mérito, visando aos inte-

rêsses permanentes do serviço, dispondo sobre admissão, acesso, vantagens e regime disciplinar.

Art. 44. Dos lucros da sociedade participarão, obrigatoriamente, os seus empregados e os que nela servirem, de acôrdo com o plano aprovado pelo Conselho de Administração, que levará em conta o salário, o tempo de serviço, a assiduidade, a responsabilidade, os encargos de família, a eficiência, o interesse e zelo pelo serviço.

Art. 45. A sociedade contribuirá para a preparação de pessoal técnico e de operários qualificados, através de cursos de especialização, concessão de auxílios, bolsas de estudos ou de outros meios adequados.

DAS EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS

Art. 46. A PETROBRAS, para a realização dos fins sociais, poderá organizar empresas subsidiárias, sob a forma de sociedade anônima, ou adquirir ações ou cotas de capital de sociedades que serão transformadas naquêlê tipo. Em qualquer caso terá sempre maioria de ações com direito a voto.

Art. 47. Na organização ou transformação das sociedades subsidiárias serão observados os preceitos da Lei n. 2.004, de 1953, bem como as demais regras legais ou estatutárias aplicáveis à PETROBRAS.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 48. As atividades da PETROBRAS obedecerão a um plano de organização de serviços básicos que conterà a estruturação geral da sociedade e definirá a natureza e as atribuições de cada unidade de execução, as relações de subordinação coordenação e contrôlê necessárias ao funcionamento do sistema.

Art. 49. O total das despesas com o pessoal não poderá exceder, em cada exercício, aos limites fixados pelo Conselho de Administração.

Art. 50. O exercício social, que coincidirá com o ano do calendário, obedecerá quanto ao balanço, amortização, reservas e dividendos aos preceitos da Lei n. 2.004, de 1953, da legislação sobre as sociedades anônimas e aos presentes estatutos.

Art. 51. Os dividendos não reclamados pelos acionistas dentro de 5 (cinco) anos prescreverão em favor da sociedade.

Art. 52. A remuneração dos Diretores e Conselheiros constará de uma parte fixa e de outra variável estabelecidas pela assembléa geral.

Art. 53. Sômente quando os dividendos atingirem a 6 % (seis por cento) poderá a assembléa geral fixar as percentagens ou gratificações por conta dos lucros, para a administração da sociedade.

Art. 54. A sociedade terá um serviço jurídico permanente.

Art. 55. A sociedade poderá emitir, até o limite do dôbro de seu capital social integralizado, obrigações ao portador, com ou sem garantia do Tesouro Nacional.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 56. Enquanto não for constituído o Conselho de Administração, com a admissão de novos acionistas, as suas atribuições serão exercidas pela Diretoria Executiva.

Art. 57. A primeira nomeação dos 3 Diretores, com mandato fixo, deverá restringir o prazo de dois déles, respectivamente, a um e dois anos, de modo que, no futuro, termine anualmente o mandato de um Diretor.

Art. 58. No primeiro ano de funcionamento da sociedade a caução da Diretoria será prestada mediante depósito, em dinheiro, de soma correspondente ao valor nominal das ações.

Art. 59. O plano de organização dos serviços básicos, elaborado como preliminar dos atos constitutivos da sociedade, vigorará até que o Conselho de Administração seja constituído e delibere sobre o assunto.

Art. 60. Fica aberta a subscrição pública para aumento do capital da sociedade para Cr\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de cruzeiros).

Art. 61. O aumento, autorizado no artigo anterior será realizado, em parte, conforme deliberar a Diretoria Executiva, pelas pessoas e com os recursos indicados nos arts. 13, 14, 15 e 16 da Lei n. 2.004, de 1953, e bem assim pelos que preencherem os requisitos do art. 18 da mesma lei.

Art. 62. Logo que seja concluído o expediente do aumento de capital, a Diretoria Executiva convocará uma assembléa geral de acionistas, assegurado o direito de voto aos referidos no art. 13 da Lei n. 2.004, de 1953, para a aprovação do aumento e a eleição de Conselheiros, em número 3, sendo dois escolhidos pelas pessoas de direito público e um pelas de direito privado, observado o disposto no art. 19, §§ 1º e 2º, da Lei número 2.004, de 1953.

Parágrafo único. Os demais subscritores, reconhecidos acionistas, poderão votar na mesma assembléa.

Art. 63. Enquanto a assembléa geral não deliberar sobre o assunto, a parte fixa da remuneração mensal do Presidente, e dos Diretores, será de Cr\$ 35.000,00 para o primeiro, e de Cr\$ 30.000,00 para os demais.

Art. 64. Os presentes estatutos, publicados pelo representante da União nos atos constitutivos da sociedade, constarão da ata da sessão pública do Conselho Nacional do Petróleo destinada à constituição da sociedade, na forma do art. 7º, da Lei n. 2.004, de 3 de outubro de 1953.

Art. 65. A avaliação dos bens destinados pela União à constituição do capital inicial da sociedade será submetida ao Conselho Nacional do Petróleo, na mesma sessão; no caso de aprovação computar-se-á o seu montante na integralização do capital.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1954 — Carlos Medeiros Silva, Representante da União nos atos constitutivos da Petróleo Brasileiro S.A., nomeado por decreto do Presidente da República, publicado no "Diário Oficial" de 10 de novembro de 1953, pág. 19.004.

UMA TARDE INESQUECÍVEL NO HIPÓDROMO BRASILEIRO

Inaugurou-se a temporada turfista de 1954. Almoço no Salão das Rosas ao Sr. João Cleófas. "O Jockey Club Brasileiro presta, devo repetir, serviço de alto alcance público, merecendo, por isto todo o apoio possível" — disse o titular da Agricultura. Entrega das taças "Linneu de Paula Machado" aos criadores que as conquistaram, e dos troféus ganhos pelo cavalo "Quiproquô" ao casal Peixoto de Castro.

Foram brilhantes as solenidades com que se comemorou o início, domingo, da temporada turfista de 1954 do Jockey Club Brasileiro. Bela tarde e um programa que teve a nota inédita do desdobramento da prova principal em duas, com duplicidade de prêmios, o Grande Prêmio Ministério da Agricultura, pelo vulto dos parceiros inscritos, provocaram concorrência de turfistas entusiastas. Antes das corridas, no Salão das Rosas, em torno de uma mesa lindamente posta, reuniram-se ao titular da Agricultura, Dr. João Cleófas, os Diretores do Jockey Club Brasileiro, chefes de serviço daquele Ministério e criadores nacionais. Oferecendo o almoço, em eloqüente discurso, falou, em nome do Jockey Club Brasileiro, seu Presidente Dr. Mario de Azevedo Ribeiro. Em não menos significativa oração, falou, agradecendo, o Dr. João Cleófas. No final das corridas, o Ministro da Agricultura, convidado pela Diretoria do Jockey Club Brasileiro, fez entrega dos troféus conquistados pelos criadores dos cavalos que concorreram a Taça Linneu de Paula Machado, de 1942 a 1953, bem como da taça e medalha de ouro ao casal Peixoto de Castro, criador e proprietário do potro nacional, triplice-coroadado, QUIPROQUÔ. Receberam das mãos do Ministro João Cleófas, que os cumprimentou, aquelas taças os Srs. Drs. Peixoto de Castro, Francisco Eduardo de Paula Machado, Gilberto da Rocha Faria e Roberto Seabra. Por essa ocasião proferiu brilhante improviso o Dr. Peixoto de Castro Júnior, em nome dos criadores homenageados.

OS DISCURSOS PROFERIDOS

Conforme dissemos acima, ao "champagne", na hora do almoço, foram trocados eloqüentes discursos.

A SAUDAÇÃO DO PRESIDENTE DO JOCKEY CLUB BRASILEIRO

Foi esta a saudação feita pelo Dr. Mario de Azevedo Ribeiro, Presidente do Jockey Club Brasileiro ao Sr. Dr. João Cleófas, Ministro da Agricultura.

"Sr. Ministro — Compete, ao poder público, zelar pela riqueza do país, incentivando o aproveitamento dos produtos naturais. Na esfera administrativa, relevante papel cabe ao Ministério da Agricultura. É,

por excelência, o órgão do Executivo que maiores responsabilidades assume no setor da economia da Nação. Difundindo a lavoura, aponta, ao agricultor, as promessas riosas da colheita. Pelo Código de Minas, orienta os processos de mineração e metalurgia, além de obrigar o registro das jazidas descobertas. Em todas as eventualidades, alerta o homem para as forças dominantes que o prendem à terra. Ao cuidar da pecuária, fornece as diretrizes essenciais para a obtenção dos rebanhos selecionados. Com a finalidade de fomentar a melhoria da raça equina, mantém, com as sociedades turfistas, os entendimentos úteis à perfeita realização dos objetivos visados. O Jockey Club Brasileiro empresta a colaboração que lhe é pedida e sente-se desvanecido pela alta distinção conferida de dirigir o Stud Book Brasileiro. Tal delegação de funções acarreta difíceis encargos que se traduzem na observância rigorosa e na aplicação sistemática de preceitos legais. Todo o trabalho se tornaria improfícuo sem uma vigilância severa e uma assistência contínua nos centros de equinocultura. A visita assídua de técnicos especializados, aos haras, tem sido o meio idôneo para auferir os resultados mais favoráveis. O número sempre crescente dos campos destinados à formação do puro-sangue atesta o incremento que está atingindo a criação nacional. Sem dúvida, os benefícios da Lei da Nacionalização do Turfe já fizeram sentir os seus efeitos salutares. Mas, seria, igualmente justo, reclamar, para o Jockey Club Brasileiro, o grande impulso que representou, no progresso alcançado, a construção do majestoso prado de corridas. O Hipódromo da Gávea marcou, em definitivo, o início da nova era do turfe no Brasil. O êxito dos esforços conjugados recebe, hoje, mais uma demonstração, no estímulo aos abnegados criadores do puro-sangue de carreira. A disputa do Grande Prêmio Ministério da Agricultura, instituído pela atual Diretoria, abre uma feliz oportunidade para homenagear, com merecido destaque, a Secretaria de Estado que presta os mais assinalados serviços aos nobres ideais, que tanto enaltecem o esporte hípico. Aproveitando o ensejo, acreditou a Presidência da Sociedade haver maior acumulação, ao distribuir, concomitantemente, as faças aos criadores que tiveram os seus potros e potranças laureados nas provas clássicas da programação oficial. Para prestigiar a entrega dos troféus, lembrou-se de solicitar, no momento asado, a V. Excia., Sr. Ministro, a gentileza de passar às mãos dos ganhadores os prêmios que conquistaram. Permita-me, porém, ao erguer o brinde à autoridade de V. Excia. sejam as minhas palavras de efusivas congratulações do quadro social à ação eficiente do Governo em favor da criação Nacional!"

O AGRADECIMENTO DO MINISTRO DA AGRICULTURA

Foi esta a oração proferida pelo Dr. João Cleófas, Ministro da Agricultura:

"Alegre-me, sobremaneira, Sr. Presidente Mario Ribeiro e Senhores Diretores do Jockey Club Brasileiro, esta oportunidade de aqui compa-

recer, pela segunda vez, como Ministro da Agricultura, para associar-me a esta reunião da temporada oficial que se inaugura no exercício corrente e que se realiza neste magnífico Hipódromo da Gávea. Por uma coincidência feliz, acha-se na Presidência do Jockey Club Brasileiro aquela mesma figura do trabalhador infatigável que é o vosso Presidente e que foi o construtor e, mesmo, o idealizador desta magnífica realização. Realmente, aqui se encontraram as energias e o idealismo de numerosos criadores brasileiros, os quais têm dado contribuição tão marcante e tão eficiente ao desenvolvimento da criação do cavalo nacional. Ao Ministério da Agricultura — intimamente ligado às iniciativas desta natureza — muito lhe apraz acentuar a colaboração eficiente que emprestam os criadores brasileiros ao aperfeiçoamento da raça cavalar, que ainda tem, malgrado o surto de mecanização, hoje em desenvolvimento em todo o mundo, um papel tão relevante no desenvolvimento da agricultura de qualquer país, entre nós este papel se sente e se avalia, quando se sabe que 60 %, em média, da agricultura brasileira é feita mediante o esforço muscular humano. E se, em alguns lugares e em algumas oportunidades, é possível um salto mais distante da agricultura puramente braçal para a agricultura motorizada, na maioria dos casos, faz-se indispensável o concurso da tração animal como etapa natural para que se chegue aos resultados definitivos na mecanização agrícola. Os criadores brasileiros, integrantes dos quadros sociais do Jockey Club do Brasil, exercem, portanto, papel de assinalado relêvo no progresso da produção de animais de corrida. Exercem, devo dizer, uma função pública, pela vocação, pelo desinteresse, e pelo espírito de coletividade que os animam e que os fazem dedicar-se, num esforço constante, ao aperfeiçoamento progressivo de uma missão que lhes pertence, mas que se confunde, também, como a missão do poder público. É por essas razões que eu me sinto satisfeito em vir aqui para louvar o esforço e o trabalho dos denodados criadores brasileiros e dizer-lhes que podem contar com toda a cooperação do Ministério da Agricultura. Desenvolvendo cada vez mais este trabalho, o Jockey Club Brasileiro presta, devo repetir, serviço de alto alcance público, merecendo, por isto, todo o apoio possível. Agradeço, sobremodo desvanecido, as palavras com que fui saudado pelo vosso ilustre Presidente e brindo, na sua pessoa e na pessoa dos demais Diretores do Jockey Club Brasileiro, o crescente desenvolvimento desta grande associação de tão alta finalidade esportiva e social."

FALA O SR. DR. PEIXOTO DE CASTRO JÚNIOR

Por ocasião da entrega das "TAÇAS LINNEU DE PAULA MACHADO" e da "Taça e Medalha de Ouro" ao criador e proprietário do "triplicecoroado" QUIPROQUÓ, o Dr. A. J. Peixoto de Castro Júnior fez o seguinte improviso:

"Como criador e como representante natural da proprietária dos pôneis que fizeram jus a estes prêmios, quero agradecer às generosas

referências que nos tocaram a ambos, na oração que acaba de proferir meu velho amigo Dr. Mario Ribeiro, tão expressiva do seu cavalheirismo e do seu propósito de enaltecer e honrar a criação nacional que é, convenhamos, a maior força criadora e mantenedora do turfe nacional. Em discursos que proferi, nas últimas e dramáticas assembléas do extinto Derby Club, todos eles de veemente combate à fusão das duas antigas sociedades turfísticas do Rio de Janeiro, fiel que me conservei ao princípio de que precisamos abrir e não fechar hipódromos, sustentei que não teríamos, nunca, um grande turfe nacional, sem que tivéssemos, ao lado, uma grande criação nacional. E, hoje, decorridos 20 anos, podemos dizer, sem jactância, mas com justificável orgulho, diante da deslumbradora evidência, que possuímos uma grande criação nacional, uma grande criação, a paridade quase das mais desenvolvidas do mundo. Era paupérrima, naquele tempo, a safra dos nossos estabelecimentos de criação. O maior contingente dos programas das sociedades de então, era de cavalos estrangeiros e não de nacionais. E que cavalos estrangeiros! Ia-se buscar o que de pior havia nos mercados europeus e do Rio da Prata. Quando, importadores, apoiados pela Diretoria do Jockey Club de São Paulo, pretenderam a revogação da lei de nacionalização do turfe, devida aos esforços de Linneu de Paula Machado e ao patriotismo do Presidente Getúlio Vargas, lei cujo anteprojeto que tive a honra de elaborar e redigir totalmente, opus ao movimento, uma estatística estarrecedora. De cerca de mil pôneis inéditos importados, não se tinham aproveitado nem doze sequer para a criação nacional e, dentre eles, não se revelou nenhum garanhão de classe. Estes assuntos de criação e de turfe são cativantes e arrastam, arrastam longamente, para gáudio dos iniciados, mas, também, às vezes, para enfado dos profanos. Não quero terminar, entretanto, sem render minha homenagem ao eminente colega criador, Dr. Oswaldo Aranha, que é o nosso líder, o maior e o melhor de todos nós, pelas esplêndidas vitórias de seus crioulos nas carreiras de ontem e de hoje. É imperioso, ainda, que apresente os meus agradecimentos, que são os agradecimentos de todos os colegas criadores presentes, ao Ministro João Cleófas, grande Ministro, no consenso da opinião pública nacional, pelo estímulo que nos dá com a sua presença a esta solenidade, e pelas palavras de seu discurso no almoço de hoje, assegurando-nos, todo o seu apoio nas nossas pretensões justas em obséquio da criação nacional."

ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra
publicados no mês de janeiro de 1954

PORTARIA N. 552 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1953

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, aprovando a proposta do Departamento Técnico e de Produção e de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, resolve:

a) A partir do ano de 1954, inclusive, o concurso de admissão ao 1º ano dos Cursos Técnicos da Escola Técnica do Exército, constará, apenas, das seguintes disciplinas:

Geometria Analítica e Cálculo;
Mecânica Física e Racional;
Termodinâmica;
Eletricidade (somente as unidades teóricas);
Desenho Técnico.

b) Fica, assim, alterado, no que diz respeito, o art. 23 da Portaria n. 326, de 6 de outubro de 1952.

("Diário Oficial" de 4-I-1954.)

* * *

AVISO N. 1.096 — De 29 DE DEZEMBRO DE 1953

Para melhor atender os trabalhos a cargo da Comissão de Estradas de Rodagem n. 5 (CER-5), transfiro a sede da referida Comissão, a partir de 1 de janeiro de 1954, de Cuiabá para Rosário Oeste, ambas no Estado de Mato Grosso.

("Diário Oficial" de 4-I-1954.)

o o o

LEI N. 2.159 — DE 2 DE JANEIRO DE 1954

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para atender ao pagamento das primeiras despesas, inclusive concurso de projetos e prêmios, relativas à construção de um mausoléu para abrigar os restos mortais dos soldados expedicionários brasileiros.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), para atender ao pagamento das primeiras despesas, inclusive con-

curso de projetos e prêmios, relativas à construção de um mausoléu para abrigar os restos mortais dos soldados expedicionários brasileiros sepultados no Cemitério Militar Brasileiro de Pistóia, Itália.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1954; 113º da Independência e 66º da República.

GETULIO VARGAS.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

Oswaldo Aranha.

("Diário Oficial" de 6-I-954.)

* * *

DECRETO N. 34.903 — DE 7 DE JANEIRO DE 1954

Altera a redação do §1º, do art. 156, do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Passa a ter a seguinte redação, o § 1º, do art. 156, do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938:

§ 1º do art. 156:

"A indenização será regulada pelo valor atualizado do artigo extraviado ou danificado, isto é, pelo preço de aquisição na data em que tiver ocorrido o extravio ou dano.

Tratando-se de aquisição no estrangeiro, esse preço, além de atualizado, será calculado ao câmbio oficial da referida data. Se o artigo estiver em uso, a indenização será proporcional ao tempo em que faltar para completar o tempo mínimo de duração. Se a duração do artigo foi indeterminada, a importância da indenização será estimada, levando-se em conta a depreciação resultante do serviço prestado pelo mesmo."

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1954; 133º da Independência e 66º da República.

GETULIO VARGAS.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

("Diário Oficial" de 8-I-954.)

* * *

AVISO N. 1 — DE 2-I-954

Em complemento ao Aviso n. 386, de 5 de junho de 1951 e atendendo à necessidade de controle e verificação da parte referente a vencimentos e vantagens, declaro que nenhuma guia poderá ser apresentada ao Delegado do Tesouro Brasileiro em New York, por militares que se destinem ao estrangeiro, sem que tenha passado previamente por este Gabinete, onde será visada pela Chefia da 2ª Divisão.

("Diário Oficial" de 8-I-954.)

AVISO N. 4 — DE 4-I-954

Tendo em vista a proposta feita pelo D.G.A. no Ofício n. 1.095-Gab., de 31 de agosto de 1953, resolvo alterar a letra b), do Aviso n. 513-Sec. Exp., de 23 de julho de 1952, que passa a ter a seguinte redação:

1) *Estabelecimentos comerciais:*

— 2^a, 3^a, 4^a, 5^a e 6^a — 8 às 18 horas.

— Sábados — 8 às 12 horas.

2) *Estabelecimentos Fabris e Parques:*

— 2^a, 3^a, 4^a, 5^a e 6^a — 7 às 16,45 horas, com intervalo para almoço.

— Sábados — livres.

Cyro Espirito Santo Cardoso.

("Diário Oficial" de 8-I-954.)

* * *

AVISO N. 10 — DE 6-I-954

Passa a vigorar no 1º trimestre de 1954 a tabela de ração, de forragem abaixo:

a) Cavalos da Academia Militar das Agulhas Negras — Alfafa, 3,5 quilos — Milho, 3,5 quilos — Sal, 0,020 quilos;

b) Cavalos das Unidades Montadas (Cavalaria, Artilharia Hipomóvel, de Dorso, Centro Hípico de Remonta, Curso Especial de Equitação, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Sargentos das Armas, C.P.O.R., Escolas Preparatórias de Cadetes e Colégio Militar) — Alfafa, 2,5 quilos — Milho, 2,5 quilos — Sal, 0,020;

c) Cavalos de Unidades a pé (Infantaria, Engenharia, Esquadrão e Regimento Mecanizado, Animais comuns das Coudelarias e C.H.R., etc.) e Muares — Alfafa, 2 quilos — Milho, 2 quilos — Sal, 0,020 quilo.

Cyro Espirito Santo Cardoso.

("Diário Oficial" de 8-I-954.)

* * *

PORTARIA N. 2 — DE 8 DE JANEIRO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, resolve fixar, para o ano letivo de 1954, o número de vagas para matrícula de Oficiais e Praças nos Estabelecimentos de Ensino do Exército.

("Diário Oficial" de 7-I-954.)

* * *

PORTARIA N. 3 — DE 8 DE JANEIRO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve facultar o uso do distintivo aprovado por Portaria n. 220, de 9 de maio de 1953, aos oficiais e praças que serviram durante a Campanha na Itália no extinto 12º Regimento de Obuses Auto-Rebocado.

("Diário Oficial" de 9-I-954.)

DECRETO N. 34.918 — DE 9 DE JANEIRO DE 1954

Permite o uso da Medalha do Pacificador nos uniformes militares.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1°. É permitido o uso com os uniformes militares, da Medalha do Pacificador, mandada cunhar pelo Ministério da Guerra, por ocasião do sesquicentenário do Marechal Luiz Alves de Lima e Silva — Duque de Caxias.

Art. 2°. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 9 de janeiro de 1954; 133° da Independência e 66° da República.

GETULIO VARGAS.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

(“Diário Oficial” de 12-1-1954.)

* * *

DECRETO N. 34.920 — DE 11 DE JANEIRO DE 1954

Reduz de um (1) ano o interstício para promoção de 2° Tenente a Tenente-Coronel

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n. 1, da Constituição e nos termos do § 2°, do art. 13, do Decreto-lei n. 5.625, de 28 de junho de 1943, decreta:

Art. 1°. Fica reduzido de um (1) ano o interstício para promoção de 2° Tenente a Tenente-Coronel, até 25 de dezembro de 1954.

Art. 2°. O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1954; 133° da Independência e 66° da República.

GETULIO VARGAS.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

(“Diário Oficial” de 12-1-1954.)

* * *

DECRETO N. 34.921 — DE 11 DE JANEIRO DE 1954

Suspende provisoriamente a execução do n. 18 do anexo V do Regulamento do Serviço de Remonta e Veterinária.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1°. Fica suspensa, provisoriamente, a execução do n. 18 do anexo V do Regulamento do Serviço de Remonta e Veterinária, aprovado pelo Decreto n. 23.888, de 22 de outubro de 1947.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1954; 133° da Independência e 66° da República.

GETULIO VARGAS.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

(“Diário Oficial” de 12-1-1954.)

AVISO N. 23/D1-B1 — DE 9 DE JANEIRO DE 1954

1. Havendo surgido dúvida quanto às substituições em cargos vagos nas Chefias do Serviço de Intendência Regional se fizerem dentro do prescrito pelos ns. 3 e 4, do art. 427, do R-1 ou dentro do âmbito do Grande Comando, declaro, aprovando parecer do Estado-Maior do Exército:

a) Conservando o espírito do art. 420 do mesmo R-1 e continuando a observância que se vem obedecendo dentro do princípio hierárquico militar de precedência, as substituições devem ser feitas dentro do Grande Comando, pelo Chefe de Serviço de maior graduação ou antiguidade em função efetiva na Grande Unidade;

b) Para efeito das referidas substituições, são considerados especialidades os próprios quadros dos Serviços, como ficou estabelecido no Regulamento do Serviço de Saúde, para o respectivo quadro.

c) Substituirá o cargo vago de Chefia do Serviço de Intendência Regional, o oficial mais graduado ou antigo e efetivo no respectivo quadro, dentro do âmbito do Grande Comando considerado. — *Cyrol Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 12-I-954.)

* * *

AVISO N. 24/D-1/C, — DE 9 DE JANEIRO DE 1954

I — Consultam os Comandantes das 2ª e 3ª Regiões Militares, sobre a concessão de prorrogações de tempo de serviço a voluntários reservistas, músicos, com mais de 25 anos de idade, incluídos de acordo com o Aviso n. 869, de 11 de agosto de 1947 e nos termos do Aviso n. 50, de 19 de janeiro de 1948.

II — Considerando:

— que ainda permanecem claros nos efetivos das Bandas de Música;

— que a prorrogação de tempo de serviço de um voluntário reservista não deve ser entendida como engajamento face à definição do artigo 86, da Lei do Serviço Militar;

— que os voluntários reservistas aceitos nas condições dos avisos citados no item I, o foram para atender aos interesses e necessidades do serviço, resolvo que:

1. O tempo de serviço, passado como voluntário reservista, pelas praças incluídas de acordo com os Avisos ns. 869, de 11 de agosto de 1947 e 50, de 19 de janeiro de 1948, deve ser considerado como engajamento, apenas para efeito de prorrogação de tempo de serviço;

2. As prorrogações de tempo de serviço dessas praças poderão ser concedidas nos termos dos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 86, da Lei do Serviço Militar, alterado pela Lei n. 1.585, de 28 de março de 1952. — *Cyrol Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 12-I-954.)

* * *

AVISO N. 25 — DE 12 DE JANEIRO DE 1954

A fim de que a execução orçamentária se processe no limite dos créditos autorizados e do numerário posto à disposição da Diretoria de Finanças do Exército pelo Tesouro Nacional, declaro:

a) os órgãos pagadores (N.C.F., P.C.I.P. e E.R.F.) recebendo as requisições de numerário para pagamento de pessoal até o dia 15 de

cada mês, farão o exame da documentação e solicitarão dentro de 48 horas, da Diretoria de Finanças, em correspondência urgentíssima (rádio preferencialmente), o total bruto requisitado para o pagamento do mês;

b) recebidos os pedidos de suprimento dos órgãos pagadores, a Diretoria de Finanças no máximo também em 48 horas porá o numerário à disposição dos mesmos órgãos, por intermédio do Banco do Brasil;

c) o pagamento de pessoal deverá ser iniciado em todas as Regiões Militares, a partir da chegada do numerário sendo o de dezembro regulado posteriormente;

d) o suprimento de numerário para despesas de Material, será feito aos órgãos pagadores por trimestres adiantados, de acordo com os recursos recebidos do Tesouro Nacional;

e) o numerário para pagamento de "Restos a Pagar" deverá ser solicitado juntamente com o de Pessoal, no limite das autorizações concedidas pela Diretoria de Finanças;

f) o valor da receita arrecadada permanecerá nos órgãos pagadores como saldo de numerário, para ser levado em conta no pagamento de "Depósito".

("Diário Oficial" n. 10, de 13-I-54.)

* * *

AVISO N. 26 — DE 12 DE JANEIRO DE 1954

Aprova o caderno de encargos e modelo de Carteira de Identidade em material termoplástico que a este acompanha.

O referido modelo será publicado em "Boletim do Exército".

("Diário Oficial" de 14-I-54.)

* * *

AVISO N. 22 — EM 9 DE JANEIRO DE 1954

Substituição temporária de Oficiais nas Seções Técnicas de Ensino
(Solução de consulta)

Em solução à consulta do Exmo. Sr. Comandante da AMAN, em Ofício n. 468-S, de 8 de abril de 1953, e considerando:

a) o que estabelecem os arts. 420 e 421, do RISC (Decreto n. 6.031, de 21 de julho de 1940);

b) que as Seções Técnicas de Ensino, face às suas finalidades, exigem a habilitação do Estágio Técnico de Ensino;

c) que o curso de Estado-Maior é um curso de extensão e não de especialização como o Estágio Técnico de Ensino,

Declaro, em complemento ao Aviso n. 403-D2-E (BE n. 21-35), que:

1° — as funções nas Seções Técnicas de Ensino só podem ser exercidas por possuidores do Estágio Técnico de Ensino;

2° — as substituições temporárias nas citadas Seções só podem ser exercidas, inicialmente, dentro da Seção e, posteriormente, no Estabelecimento;

3° — Sempre que o oficial que substituir não possuir o estágio técnico de ensino, responderá pelas funções, sem prejuízo de sua função efetiva.

("Diário Oficial" n. 12, de 15-I-54.)

•

DECRETO DE, 16 DE JANEIRO DE 1954

O Presidente da República resolveu designar :

Tendo em vista o processo n. 525-52, da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional,

O General de Divisão Aguiñaldo Caiado de Castro, o Coronel I. Aer. Ovidio Alves Beraldo, o Tenente-Coronel I.E. Antônio Rodrigues Palma, o Capitão-Tenente I.M. Annibal de Mello Couto e o Oficial Administrativo classe O, do Ministério da Fazenda Alfredo Borges, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão que estudará a conveniência da criação de um Instituto de Previdência e Assistência destinado aos contribuintes do montepio militar das Forças Armadas e o Tenente-Coronel Eduardo da Silva Barros, como Assistente, representando o Serviço Social do Exército e o Major José Basílio Pyrrho Filho, como Secretário da aludida Comissão.

("Diário Oficial" n. 13, de 16-1-1954.)

* * *

DECRETO N. 34.944 — DE 15 DE JANEIRO DE 1941

Dá a denominação de "Regimento Itororó", ao atual 5º Regimento de Infantaria

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta :

Art. 1º. Passa a denominar-se "Regimento Itororó", o atual 5º Regimento de Infantaria, com sede na cidade de Lorena, Estado de São Paulo.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1954; 133º da Independência e 65º da República.

GETULIO VARGAS.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

("Diário Oficial" n. 15, de 19-1-1954.)

* * *

DECRETO N. 34.953 — DE 18 DE JANEIRO DE 1954

Aprova a Tabela de fixação dos valores da etapa das Forças Armadas para 1954, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição, decreta :

Art. 1º. Fica aprovada a Tabela de fixação dos valores da etapa das Forças Armadas, nas diversas Regiões, Zonas e localidades do Território Nacional, organizada na conformidade do que preceitua o art. 100, da Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).

Parágrafo único. Para a execução da referida Tabela, que se acha anexa a este Decreto, serão obedecidas as Instruções que a acompanham.

Art. 2º. O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de janeiro de 1954; 133º da Independência e 66º da República.

GETÚLIO VARGAS.

*Renato de Almeida Guillobel,
Cyró Espirito Santo Cardoso,
Nero Moura.*

("Diário Oficial" n. 15, de 19-I-54.)

* * *

DECRETO N. 34.945 — DE 15 DE JANEIRO DE 1954

Dá a denominação de "Batalhão Conrado Bittencourt" ao atual 3º Batalhão de Engenharia

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Passa a denominar-se "Batalhão Conrado Bittencourt", o atual 3º Batalhão de Engenharia, com sede na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1954; 133º da Independência e 66º da República.

GETULIO VARGAS.

Cyró Espirito Santo Cardoso.

("Diário Oficial" n. 15, de 19-I-54.)

* * *

LEI N. 2.167 — DE 11 DE JANEIRO DE 1954

Determina a matrícula dos Oficiais do QAO, dos Subtenentes e dos Sargentos do Exército, diplomados em Medicina, Farmácia e Odontologia, no Curso de Formação de Oficiais da Escola de Saúde do Exército

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º. Os oficiais do Q.A.O., os Subtenentes e os Sargentos do Exército, diplomados em Medicina, Farmácia e Odontologia, por Escolas ou Faculdades oficialmente reconhecidas, com 5 (cinco) anos, no mínimo de efetivo serviço no Exército, serão matriculados no respectivo Curso de Formação de Oficiais da Escola de Saúde do Exército, independente de exame de admissão.

Parágrafo único. Os requerimentos de matrícula, no Curso de Formação de Oficiais da Escola de Saúde do Exército, de que trata este artigo, deverão ser apresentados nas épocas oportunas, fixadas nos regulamentos em vigor.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de janeiro de 1954 — *Alexandre Marcondes Filho, Vive-Presidente* do Senado Federal no exercício da Presidência.

("Diário Oficial" n. 16, de 21-I-54.)

PORTARIA N. 16 — DE 12 DE JANEIRO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve aprovar as insígnias de comando das Zonas Militares Norte, Sul e Centro, de acôrdo com os modelos que a esta acompanham, em substituição aos constantes do Aviso n. 1.016, de 7 de agosto de 1946.

("Diário Oficial" de 21-I-554.)

* * *

LEI N. 2.172 — DE 18 DE JANEIRO DE 1954

Regula a situação dos Sargentos do Exército, excluídos pelo art. 143, da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n. 1.187, de 4 de abril de 1939), e posteriormente reincluídos

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte Lei :

Art. 1º. Aos Sargentos do Exército excluídos, de acôrdo com o art. 143, da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n. 1.187, de 4 de abril de 1939), e posteriormente reincluídos é assegurado o direito da contagem, para todos os efeitos, do tempo que estiveram afastados da atividade, sem direito a quaisquer vencimentos, vantagens ou promoções a que porventura tenham feito jus.

("Diário Oficial" n. 18, de 21-I-554.)

* * *

DECRETO N. 34.946 — DE 15 DE JANEIRO DE 1954

Dá a denominação de "Esquadrão Anhanguera" ao atual 2º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado e cria o respectivo estandarte

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta :

Art. 1º. Passa a denominar-se "Esquadrão Anhanguera" o atual 2º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º. Fica criado o estandarte-distintivo para o Esquadrão Anhanguera, de acôrdo com o modelo que acompanha este Decreto e com as seguintes características :

a) Campo de três palas, a do meio de vermelho, com duas burelas de azul nas linhas superior e inferior, de largura igual a duas das palas laterais; estas cortadas de quinze burolas alternadas de negro e branco;

b) Na pala central, um escudo de prata debruado de negro, com um diabo de vermelho e de barbas brancas, empunhando um facho de negro e acêso, marchando por entre chamas perfilhadas de ouro;

c) o escudo se apoia numa elipse denticulada e está sobreposto a um feixe de centêlhas de ouro, que se irradia detrás do escudo para os lados, sobre a superfície elítica;

d) rematando o escudo e a elipse, um elmo de prata guarnecido de ouro, no cruzamento de duas lanças de prata, com laço e bandeirola de branco;

- e) ao alto do conjunto descrito, disposta em arco, a palavra "Esquadra Anhanguera", todos os caracteres de ouro;
- f) franja de ouro, em volta;
- g) laço militar das cores nacionais, com a inscrição — "2º Esquadra de Reconhecimento Mecanizado" também em ouro;
- h) Dimensões — 1,10 x 0,80.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1954; 133º da Independência e 66º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Cyro Espirito Santo Cardoso.

("Diário Oficial" n. 17, de 22-I-54.)

* * *

AVISO N. 42, D-2-D — EM 19 DE JANEIRO DE 1954

Não é raro que os nomes dos Oficiais do Exército apareçam, mesmo em documentos de caráter oficial, com incorreções ou incompletos.

A fim de eliminar tais falhas, recomendo o maior cuidado na reprodução dos nomes oficiais, inclusive e particularmente o do patrono do Exército — Marechal Luiz Alves de Lima e Silva —, o qual por vezes vemos incompleto.

O Almanaque do Exército contém os nomes exatos de todos os oficiais e a prática de usar, na escrita manual, a grafia completa dos nomes próprios em letras maiúsculas, tipo imprensa, são dois meios seguros e recomendáveis de bem cumprir o presente Aviso.

A mesma recomendação se estende necessariamente, à grafia dos nomes de todos os militares.

* * *

AVISO N. 52, D-2-E — EM 22 DE JANEIRO DE 1954

Mudança de Qualificação Militar

1. Em solução a uma proposta da Diretoria Geral de Ensino e de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, autorizo a mudança de qualificação militar dos graduados que concluíram os cursos em Escolas e Centros do Exército em 1953 e já possuidores de qualificações diferentes.

2. A praça compreendida no item acima só terá computado, para todos os efeitos, o curso feito em 1953, correspondente a sua nova qualificação militar.

3. Recomendo aos Comandantes de Grandes Unidades, Escolas e Centro de Instrução a fiel observância da legislação em vigor sobre a matrícula de praça em Escolas e Centros de Instrução do Exército.

("Diário Oficial" n. 19, de 25-I-54.)

AVISO N. 54 — D/2-D — EM 23 DE JANEIRO DE 1954

A 5ª Região Militar, mantendo uma nobre tradição de atividade de estudo em suas oficinas regionais e difundir pelos Comandos, Unidades de Tropa e Órgãos subordinados, o livro "Fichas de Instrução — Período de Adaptação", preparado pela 5ª Seção do Estado-Maior Regional, com "a finalidade de uniformizar a instrução do Período de Adaptação e Fornecer subsídio de instrução para os instrutores e monitores".

O Estado-Maior do Exército dirá da conveniência de se dar a esse trabalho, elaborado à base das fichas de instrução organizadas pelas Unidades e através uma seleção feita por Oficiais designados, maior difusão. O exemplo de trabalho, entretanto, é digno de ser apontado a todos os militares brasileiros, que nele poderão ver a beleza da ação de conjunto de um Estado-Maior que trabalha com o objetivo de obter, pela instrução, o êxito constante para as tarefas do Exército.

Por tais razões é que tenho muita satisfação em elogiar o Exmo. Sr. General de Divisão João Valdetaro de Amorim Melo, Comandante da 5ª Região Militar, autorizando-o a estender êstes louvores àqueles que, a seu critério, contribuíram eficazmente para que fôsse realizado o fichário de instrução referido. (Individual).

("Diário Oficial" n. 30, de 26-1-54.)

* * *

AVISO N. 56-D/2-D — EM 22 DE JANEIRO DE 1954

Desde há muito tem sido o Exército, o natural elemento de igualação dos brasileiros de tôdas as origens, credos e raças, numa obra altamente meritória, de que resulta a melhor compreensão entre os homens, pela comunhão de idéias e de sentimentos.

Desde os velhos Regimentos dos Henriques e a alforria dos negros que ofertaram a vida para defender a Pátria na Guerra do Paraguai; desde as mais velhas unidades dos tempos da Colônia, até as modernas unidades que foram além-mar, defender os ideais de liberdade, de justiça e de igualdade, sempre esteve o negro brasileiro em perfeita harmonia com o branco, nas fileiras do nosso Exército ou de suas unidades formadoras.

Sente-se o Exército, por isso, mais que outros, credenciado para render pública homenagem ao preto brasileiro, por seu labor intenso — servil ou livre — na labuta da terra, para o enriquecimento da Pátria, por sua bravura e coragem demonstradas em tantos passos de nossa história, por seus sentimentos tão característicos mais que todos influentes em nossa cultura, e por seu patriotismo admirável, tantas vezes comprovado na paz e na guerra.

Entretanto, nenhum símbolo, melhor representará o preto brasileiro, do que essa mulher admirável, tantas vezes cantada em prosa e verso, em tantas belas páginas de nossa literatura: a Mãe Preta.

O Exército proclama a sua decisão de render homenagem ao preto brasileiro, vinculado definitivamente à nossa história, à nossa raça e à nossa cultura, no símbolo extraordinário da Mãe Preta, mandando confeccionar-lhe um monumento simples como a sua própria vida para ofertar ao Povo Brasileiro, erigindo-o em uma das nossas praças da Capital do Brasil.

("Diário Oficial" n. 20, de 26-1-54.)

PORTARIA N. 53 — DE 25 DE JANEIRO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, a fim de dar cumprimento à decisão constante do Aviso n. 57-D/2-D, de 23 de janeiro de 1954, nomeia o General de Brigada Adalberto Rodrigues de Albuquerque, o Tenente-Coronel Agenor Monte e o Tenente-Coronel Hircílio Ivo de Figueiredo Pessoa para, em comissão presidida pelo General de Brigada Thales de Azevedo Villas Boas, apresentarem as bases do concurso de maquetes para o Monumento a Mãe Preta, em homenagem ao preto brasileiro, e as sugestões para o financiamento e localização dessa obra.

O trabalho ora atribuído à comissão, deverá estar pronto dentro de quarenta e cinco dias, podendo contar com autorização para convite de técnicos de reconhecida autoridade em arte, e mais especialmente em escultura, sem ônus para o Exército.

* * *

AVISO N. 36-D1-H — DE 18 DE JANEIRO DE 1954

Até que seja aprovada a tabela dos valores da ração de etapas para 1954, prevalecerá a que foi aprovada para o exercício de 1953. ("Diário Oficial" n. 23, de 29-1-54.)



COLABORAM NESTE NÚMERO :

Dr. Romeu Beltrão.
P. J. Busato.
Sr. Roberto de Oliveira Campos.
Gen. A. Castro Nascimento.
Gen. Manoel Ignacio Carneiro da Fontoura.
Gen. Silveira de Mello.
Cel. Annibal Barreto.
Cel. Ivano Gomes.
Cel. Paulo Enéas F. da Silva.
Ten.-Cel. Floriano Möller.
Ten.-Cel. Nelson R. Carvalho.
Ten.-Cel. Newton Barra.
Maj. A. V. Palva.
Maj. Fernando Allah Moreira Barbosa.
Maj. Newton C. de Andrade Mello.
Maj. Rui Alencar Nogueira.
Maj. Zair de Figueiredo Moreira.
Cap. Estevam Meireles.
Cap. Helle Augusto Canongia.
Cap. Homero de Oliveira.
Cap. Rubens Mario Jobim.
2º Ten. Jayme da França Doria.



EX-LIBRIS

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 15,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1954